FERNANDA IRENE ARAÚJO BARROS FONSECA

Ex- Bolseira do I.N.I.C
e da Fundação C. Gulbenkian

DEIXIS, TEMPO E NARRAÇÃO

Dissertação para doutoramento em
Linguística Geral apresentada à
Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Porto, 1989

A

Memória dos

Meus Pais

Ao Quim

A Ana e

à Clara

" It is after all an odd, peculiar and amazing fact about human language that it allows the possibility of fiction at all."

(John Searle, Expression and Meaning)

"Les moyens syntaxiques sont limités, alors que les désirs sémantiques sont immenses."

(B.Pottier, Théorie et analyse en Linguistique)

"Les travaux de Linguistique ne peuvent pas continuer à mener imperturbablement la vie retirée qui est celle des écrits confidentiels, alors que le langage est au centre même de l'espèce humaine."

(Claude Hagège, L'Homme de Paroles)

"La Linguistique ne s'approfondit que par un double processus de cohérence concquise et de rupture provoquée par des sorties périlleuses hors d'un champ normée par la discipline elle-même."

(Antoine Culioli, Prefácio a La Génèse du Texte: Modèles Linguistiques)

P R E F A C I O

> "Que faut-il en effet que soit la langue pour qu'on puisse en désigner aussi bien l'objet d'une science que l'objet d'un amour?"
>
> (J.-C. Milner, L'amour de la Langue)

Obra de ciência e de paciência, obra de amor e de amargor, de uma tese se pode com toda a propriedade dizer que é um pedaço de uma autobiografia, parafraseando o que Paul Valéry tão argutamente afirmou acerca das teorias em geral: "Il n'est pas de théorie qui ne soit pas un fragment, soigneusement préparé, de quelque autobiographie.".

Esta verdade, tão bem intuída e expressa por Valéry, tem sido drasticamente escamoteada: basta pensar que

o simples uso da primeira pessoa era, até há bem pouco tempo, absolutamente interdito em escritos de índole científica, em que o "eu",acossado, tinha que esconder-se por trás da impessoalidade do "se" ou da ambígua modéstia do "nós".

A repressão do "eu" foi uma manifestação, entre outras, da procura de uma aparência de austeridade considerada condição indispensável da seriedade do trabalho científico. Ora um outro poeta, Baudelaire, ensinou-nos que a austeridade do sábio é da mesma natureza que o fervor do amante - e soldou-os de forma indissociável ao embuti-los na estrutura rítmica de um belo alexandrino: "Les amoureux fervents et les savants austères /.../". A afectividade (não num sentido piegas, mas no sentido viril de força interior) é condição sine qua non da pesquisa científica. Usar a primeira pessoa corresponde a assumir essa afectividade juntamente com a responsabilidade acerca do que se afirma; mas corresponde sobretudo, e muito mais essencialmente, a assumir o conhecimento científico como algo vivo e vivido (e, por isso, relativo e precário), como uma forma de conhecimento que, procurando ser adequado e para o poder ser maximamente tem que comportar uma "margem irredutível de desajustamento"(F. Gil,1984, p.503). Neste sentido, subscrevo Lúcia Lepecki quando afirma: "A primeira pessoa dá tono científico ao texto no aparente paradoxo de o relativizar e subjectivizar."(L. Lepecki,1986, p.14) e assumo, ao dizer "eu" desde o início do

meu trabalho, a consciência de que a relatividade e precaridade são constitutivas de todo o saber como condição da validade que só uma inserção histórica pode garantir-lhe.

Assumo também, ao usar a primeira pessoa, que o trabalho aqui apresentado faz parte integrante da minha "autobiografia" e está marcado por dois gostos muito pessoais e vividos: o gosto de saber e o gosto de dizer ou, por outras palavras, o desejo de compreender o funcionamento da linguagem sem deixar de a sentir como objecto de fruição.

A linguagem. A Linguística. Apesar de ser, à superfície, "une science qui, en s'efforçant de bâtir, sur l'homme, un discours de raison, s'est donné un profil austère" (Cl. Hagège, 1985, p. 10), a Linguística permanece dividida, em profundidade, entre duas tendências que se opõem e completam, uma tendência para a austeridade, outra para o fascínio. Talvez uma herança genética do "pai" Saussure, irremediavelmente dividido entre a realidade austera e patenteável das estruturas e o mistério fascinante e oculto dos anagramas... A "imagem pública" da Linguística, no entanto, preserva porfiadamente uma aparência ascética e austera, de que não quer abdicar. Tem-se verificado, até, no âmbito de certas escolas, um recrudescer da afirmação de um estatuto de "cientificidade" e "tecnicismo" para a Linguística que chega a levar esta disciplina a sentir-se mal enquadrada nas Faculdades de Letras e Ciências Humanas em que estão integra-

das a sua investigação e o seu ensino. Uma tal auréola de "dificuldade", por vezes de "esoterismo", afasta as outras Ciências Humanas, que vão tomando, em relação à Linguística, uma atitude de indiferença em que se misturam, em doses variáveis, respeito e antipatia. Atitude característica também de grande parte dos estudantes que frequentam cadeiras de Linguística, habitualmente pouco apreciadas e/ou consideradas "as mais difíceis". Os linguistas têm tido tendência para aceitar esta situação de isolamento no âmbito das Faculdades de Letras; alguns consideram até, com mal disfarçado orgulho, que se trata de uma "marginalização" de sentido positivo e, por isso, insistem em manter meras relações de coabitação indiferente com as outras disciplinas integrantes das Faculdades de Letras, até mesmo (ou sobretudo com?) a Literatura, disciplina "cônjugue" da Linguistica nos curricula universitários.

É tempo de chamar a atenção para quanto há de errado nesta atitude e de reconhecer, com Cl. Hagège, que "Les travaux de linguistique ne peuvent pas continuer à mener imperturbablement la vie retirée qui est celle des écrits confidentiels, alors que le langage est au centre même de l'espèce humaine."(Cl. Hagège, 1984, p.10). Sendo a linguagem a condição e matriz de todas as actividades especificamente humanas, a Linguística está ligada a todas as outras Ciências Humanas pelos mais estreitos laços de família, não por meras

relações de coabitação. Gostaria de poder integrar-me, com o presente trabalho, nas fileiras dos que acreditam e procuram provar que a Linguística quer e pode dialogar com as outras Ciências Humanas, quer e pode dar um contributo próprio à construção de um saber sem fronteiras sobre o Homem.

O desenvolvimento do tema que aqui estudo arreigou-me na convicção de que o estudo da linguagem foi e continua a ser o cerne e denominador comum dos estudos humanísticos. Se é a linguagem a mais humana de todas as criações do Homem, que conseguiu inscrever na própria estrutura formal das línguas naturais a sua marca como ser pensante e actuante, por que há-de ser justamente a Linguística, entre as Ciências Humanas, aquela que mais declaradamente quer fazer pender para o lado da "ciência" o balancear interno em que se opõem os termos presentes na expressão "Ciências Humanas" que, como disse Lévi-Strauss, serão tanto mais "ciências" quanto menos "humanas"?

Não pretendo negar a importância da ciência, a eficácia da técnica, a irreversibilidade do progresso. Mas é preciso reconhecer que as Ciências Humanas têm o seu próprio estilo (no sentido que o termo tem no domínio epistemológico), a sua própria forma de rigor, o seu modo específico de progredir (em que se conjugam pro-gressão e trans-gressão). Só a consciência desta especificidade poderá evitar que as Ciências Humanas continuem a imitar sem critério (e movidas

por injustificáveis complexos de inferioridade) o estilo próprio de outras Ciências; poderá obviar a que se continue a poder confundir rigor com o simples uso de "uniformes" (quantas vezes vestidos à pressa e mal abotoados...); e poderá defender-nos do perigo de tomar como autêntica manifestação de fé na ciência o "credo" mal rezado por qualquer "cristão novo" amedrontado ante o poder simbólico que detêm hoje (e com todo o merecimento) as técnicas e as ciências de ponta. Numa palavra, só essa consciência poderá garantir que as Ciências Humanas continuem a evoluir com o seu movimento específico e a desenvolver-se no seu ritmo próprio, que é lento e profundo.

Não se trata de preconizar, no âmbito das ciências da linguagem, um retorno à "idade das cavernas" do impressionismo e da paráfrase, numa atitude de desprezo por todos os reais avanços epistemológicos da Linguística. Trata-se de avançar ainda mais, indo ao encontro de concepções de ciência, de técnica e de língua que se revelam mais adequadas no domínio das Ciências Humanas: um conceito de ciência que não sacrifique a uma "perfeição" formal artificial a "imperfeição" do Homem e das suas criações culturais (entre as quais avulta a linguagem); um conceito de técnica que não sacrifique à eficácia e ao utilitarismo imediato a indispensável "inutilidade" prática de algumas dessas criações humanas; um conceito de língua, enfim, que inclua o sujeito e

a sua criatividade no sentido amplo de criação de "mundos possíveis", de capacidade de exploração das virtualidades do sistema linguístico para constantemente transformar o mundo ao alargar e transformar, na linguagem, o seu conhecimento acerca dele.

Tentar compreender este poder é construir um saber que escapa às divisões, classificações e fronteiras do nosso saber ortodoxo e que, por isso mesmo, poderá contribuir para colmatar as suas limitações: "Seuls quelques chercheurs disent (même si beaucoup plus le sentent) que la compréhension du monde est sans commune mesure avec le cadre minuscule de notre savoir ortodoxe. L'expérimentation en science est necéssaire chaque fois qu'elle est possible. Mais ce sont l'intuition et l'imagination qui font progrésser les théories." (B. Pottier, 1987, p. 18).

Não vou terminar esquecendo o que é de norma dizer no "Prefácio" das teses de doutoramento: "Com a apresentação deste trabalho pretendo candidatar-me à obtenção do grau de Doutor /.../". Sim, pela apresentação deste trabalho, como tese de doutoramento, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pretendo conseguir as condições para vir a ser integrada a título pleno, como doutorada em Linguística Geral, no quadro dos docentes e investigadores dessa Facul-

dade. Pelo seu conteúdo, gostaria de poder tornar claro que esse meu desejo de plena integração, como linguista, numa Faculdade de Ciências Humanas, transcende em muito a esfera administrativa.

AGRADECIMENTOS

"Escrever um texto denso", afirma óscar Lopes, "é passar por uma vivência de profunda solidão/.../"(O. Lopes, 1986, pp.22-23). Uma solidão que, sendo fecundante de toda a escrita, sendo apanágio e condição sine qua non da pesquisa científica, não deixa por isso de ser muito dolorosa. Por esse facto, faço questão de agradecer aqui a todos os que me ajudaram a suportar a longa solidão que é a escrita de uma tese, pontuando-a com momentos em que pude sentir-me acompanhada (ou, pelo menos, em que pude ter aquela ilusão de companhia que é o nosso único quinhão, na ciência como na vida...).

Ao Professor Bernard Pottier, que aceitou, no já distante ano de 1978, orientar o meu trabalho de elaboração da tese de doutoramento, não poderei nunca agradecer devidamente a longa paciência com que acompanhou essa demorada elaboração, sem nunca deixar de me estimular com a sua

palavra inteligente, com as suas observações argutas, com os seus ensinamentos oportunos e, em geral, com a sua atitude inconfundível de comprensão intelectual e humana. Não esqueço também os convites que me fez para apresentar publicamente alguns resultados do meu trabalho nos frequentadíssimos Seminários que dirige na Sorbonne onde pude, por quatro vezes, fazer exposições orais sobre os meus temas de pesquisa, seguidas de amplas trocas de impressões com linguistas dos "quatro cantos do mundo"...

Ao Professor óscar Lopes agradeço a generosidade com que sempre pôs à minha disposição o seu grande e multifacetado saber, os seus livros e o seu tempo (tanto mais que esse tempo lhe era por vezes escasso e sem preço, por razões de saúde). Gostaria de saber manifestar-lhe a minha gratidão por ter-me proporcionado um contacto tão enriquecedor e estimulante ao longo do qual pudemos experimentar, sob o choque superficial de ocasionais divergências teóricas, uma profunda afinidade empática no modo de pensar/sentir aspectos tão perturbantes do funcionamento da linguagem como são a deixis e a narração.

Pude contar também com o apoio do Professor Harald Weinrich, a quem não posso deixar de exprimir aqui o meu fundo reconhecimento. Boa parte do projecto desta tese nasceu durante a leitura da sua obra Tempus, uma leitura que marcou decisivamente a minha forma subsequente de encarar o

estudo do tempo linguístico e também, globalmente, o estudo da linguagem. Quando, mais tarde, pude prolongar num contacto pessoal (oral e escrito) o proveitoso contacto que mantivera com a sua palavra impressa, só tive razões para ver aumentadas quer a minha admiração pelas suas qualidades intelectuais e humanas quer a minha dívida de gratidão por tudo quanto me ensinou. Agradeço-lhe também o convite, que muito me honrou mas que não me foi possível aceitar, para uma estadia de trabalho a seu lado, na Universidade de Munique.

Englobo num mesmo e caloroso agradecimento <u>todos</u> os meus colegas da área de Linguística da Faculdade de Letras do Porto de quem pude colher muitas sugestões, estímulos e ensinamentos ao longo de anos de trabalho em conjunto vividos num saudável e <u>raro</u> ambiente de amizade e bom entendimento sem reticências. Entre estes colegas, seria injusto não destacar o Joaquim Fonseca com quem, desde os bancos da Faculdade, compartilho, entre outras coisas mais importantes, um mesmo entusiasmo pelo estudo da linguagem; se o crescimento do meu trabalho beneficiou, em muitos momentos, deste continuado contacto, foi sobretudo decisivo o empenho com que me ajudou a tomar a decisão são mais difícil de todas: a de <u>acabar</u>.

Dadas as minhas preocupações interdisciplinares precisei de "bater à porta" de colegas de outras especialidades, que nunca me regatearam apoio (nomeadamente bibliográfi-

co) e a quem também agradeço globalmente, pois seria muito longo enumerar aqui todos os que alguma vez me deram a sua colaboração. É justo que destaque, no entanto, do lado da Literatura, o apoio do Professor Vítor Aguiar e Silva e o estímulo sempre presente dos meus amigos Jorge Osório, José Adriano de Carvalho e Vera Lúcia Vouga. Do lado da Filosofia, não posso deixar de referir a ajuda do Professor Cerqueira Gonçalves (que soube guiar com mão segura e muita intuição as minhas incursões em alguns terrenos difíceis) e o encorajamento amigo da Maria Cândida Pacheco e do Levi Malho. A este último devo um agradecimento suplementar pela competência técnica e pedagógica que revelou ao ensinar-me a utilizar o computador pessoal e pela paciência com que acompanhou e tirou muitas vezes de apuros uma principiante que, ainda mal iniciada nos problemas do processamento de texto, se abalançou imediatamente à tarefa trabalhosa que é o processamento de uma tese.

Ao Armando Alves, um amigo que tem uma generosidade do tamanho do seu talento, fico em dívida de gratidão por ter querido gastar algum do seu tão disputado tempo com o arranjo gráfico da capa desta Tese.

Não posso também deixar de agradecer aqui a Vergílio Ferreira, que muito me apoiou com a sua amizade e com o grande interesse que demonstrou pelo meu trabalho. Foi para mim um estímulo decisivo e uma compensação inegualável a

forma entusiasta de como reagiu às atrevidas incursões de uma linguista no estudo da sua obra.

Uma última palavra (tão pequena!) para a presença (tão grande!) do Quim e das nossas "Miúdas" - que serão sempre "as Miúdas" mesmo agora que já não o são, porque foram crescendo "em beleza, inteligência e graça". Embevecida a vê-las crescer, ocupada a ajudá-las a crescer, muitas vezes esqueci a premência do meu trabalho... Ainda bem! Porque é bom ter sempre presente que as nossas elaborações teóricas, por muito importantes, não são nada diante da força triunfante da Vida:

"Grau, teurer Freund, ist alle Theorie,
Und grün des Lebens goldner Baum."

(Goethe, Faust I)

I N T R O D U Ç Ã O

"Ce travail s'inscrit dans une perspective linguistique, tout en s'efforçant de ne pas y enfermer le sujet étudié."

(Cath. Fuchs, Paraphrase et théories du langage)

1. Apresentação do tema

> "Alles Gescheidte ist schon gedacht worden; man muss nur versuchen, es noch einmal zu denken."
>
> (Goethe, Wilhelm Meister)

1.1. Ao afirmar que "/.../la linguistique contemporaine n'accorde pas assez de place à la mémoire." (B. Pottier, 1980a, p.23), B. Pottier aponta uma lacuna fundamental das teorias que dominaram o panorama da Linguística durante décadas, lacuna essa a que poucas vezes terá sido dado o devido relevo nas inúmeras e penetrantes críticas de que tais teorias têm sido recentemente objecto.

Muitas foram as anomalidades e aberrações atribuídas ao já célebre "falante-ouvinte ideal", artefacto despojado da espessura humana do locutor real. Mas raramente

terá sido acentuada uma das suas mais graves deficiências: a de ser quase desprovido de memória e totalmente falho de imaginação. Para além do inventário de entidades e regras constantes do código linguístico, nada mais estava armazenado na sua memória(1). Reduzido à expressão mais simples das capacidades mentais humanas, o "falante-ouvinte ideal" tinha competência para abstrair, generalizar e interiorizar as regras de funcionamento de um código linguístico; mas era manifestamente incapaz de usar esse código para a produção do sentido, para a construção de discursos. É que a produção do sentido, a conversão do código em discurso, pressupõe que o sujeito falante seja capaz de actualizar esse código recorrendo à utilização de dados contextuais de vária ordem que, pelo facto de serem implícitos, não deixam de ser indispensáveis à comunicação. A utilização desses dados faz-se pelo recurso à memória, pois é na memória imediata ou mediata dos interlocutores que eles estão presentes e disponíveis.

O processo de produção, interpretação e reprodução do sentido não pode efectivar-se sem o concurso da memória, facudade humana que está na base da viabilização do circuito comunicativo. A própria informática consagrou essa importância fundamental ao designar metaforicamente como memória o banco de dados que torna possível a "comunicação" realizada pelas inteligências artificiais. Inexplicavelmente, a generalidade dos modelos que procuram representar o cir-

cuito da comunicação verbal (com especial relevo para o mais divulgado de todos eles, o "esquema de Jakobson"), deixam de parte este elemento fundamental(²). O único conhecimento que, de acordo com esse "esquema", se supõe dever ser compartilhado pelo locutor e pelo interlocutor é o conhecimento de um mesmo código linguístico, o que na realidade constitui uma pequena parte de tudo o que precisam de compartilhar para poderem efectivar com êxito um acto de comunicação(³).

Memória ou memória comum seria, a meu ver, a designação mais adequada para o conceito de "saber compartilhado" - "shared knowledge" - conceito que procura abarcar, justamente, "/.../the knowledge, beliefs and discourse entities common to both speaker and addressee." (J. Hinds e J. Gundel, 1985, p. 5), e que tem vindo a ser alvo de crescente atenção: "/.../researchers in a number of different disciplines agree that assumptions about what is shared by the speaker and addressee in a discourse play a crucial role in both the production and interpretation of natural language utterances." (ibidem, p. 5) (⁴).

Condição da comunicação, a memória comum ao locutor e interlocutor é, simultaneamente, um resultado dela, porque o saber compartilhado constitui-se na e pela comunicação. É falso e limitador encarar o sentido como algo que passa do emissor ao receptor; o sentido não passa, circula: vai e volta, permanece, institui-se como memória. Comunicar,

no seu sentido etimológico de 'comungar', é sinónimo de compartilhar, pôr em comum: "/.../podemos descobrir na palavra comunicar a significação de 'tornar comum', isto é, 'dar a outro algo que continua ainda a pertencer-me'. Ora, sendo da essência da comunidade que haja algo de comum entre os indivíduos que a constituem, que ela nasça do próprio acto em que os homens livre e conscientemente lançam entre si uma ponte de coisas comuns (conhecimentos, crenças, desejos), podemos afirmar que neste sentido a palavra comunicar também significa estabelecer comunidade." (H. de Carvalho, 1967, p. 25). A noção de saber compartilhado aqui sugerida por Herculano de Carvalho tem um carácter dinâmico que falta nas definições mais recentes deste conceito: trata-se de algo que está em permanente constituição, não de algo depositado, arquivado (como a "memória" das inteligências artificiais). É na própria actividade comunicativa que se vai constituindo uma rede de laços explícitos e implícitos que se consubstanciam numa memória comum que nunca é estática, acabada e que equivale, num certo sentido, à cultura. A linguagem verbal, actividade cultural por excelência, constitui (e constitui-se de) essa memória comum.

Habitualmente considerada como fenómeno psicológico (subjectivo), a memória é essencialmente um fenómeno linguístico, discursivo e, portanto, intersubjectivo. A possibilidade de compartilhar uma memória comum constitui a

própria condição de intersubjectividade que Benveniste refere como inerente à prática comunicativa: "Bien des notions en linguistique, peut-être même en psychologie, apparaitront sous un jour différent si on les rétablit dans le cadre du discours, qui est la langue en tant que assumée par l'homme qui parle et dans la condition d'intersubjectivité qui seule rend possible la communication linguistique." (E. Benveniste, 1966,p. 266).

Entre as noções a que Benveniste aqui alude de forma indeterminada poderão, a meu ver, contar-se a memória e a imaginação (que é aliás inseparável da memória, do ponto de vista do funcionamento da linguagem, como tentarei evidenciar na sequência do meu trabalho em que associo estas duas dimensões numa única noção - a de evocação).

Tal como a memória, também a imaginação tem uma realidade essencialmente discursiva, inseparável da actividade linguística. Tal como a memória, também a imaginação é um resultado, um produto da prática verbal, é uma dimensão da linguagem (=). E, no entanto, também a imaginação estava ausente como característica do "falante-ouvinte ideal" tal como o representavam (de forma explícita ou implícita) as teorias explicativas do funcionamento da linguagem. Estava ausente e continua a estar. Vejamos: no lugar de um sujeito descontextualizado, "produtor" de frases bem formadas mas igualmente descontextualizadas, procurou a Linguística mais

recente colocar um sujeito falante capaz de estabelecer relações com (e entre) os contextos; capaz de utilizar significativamente toda uma rede de dados implícitos presentes na sua memória e de com eles construir e/ou reconstruir uma significação efectivada como interacção discursiva. Este falante comunica, age usando a linguagem, mas a sua actividade é encarada preferentemente na sua vertente externa. Fica em segundo plano, nesta concepção pragmática do falante, a função interna da linguagem, a função cognitiva. A relação que, através da linguagem, este locutor estabelece com o mundo é uma relação transparente, funcional: é sincero, diz sempre o que crê ser "verdade", porque lhe falta imaginação para "fingir"; a sua relação com o mundo é uma relação aparentemente muito activa mas que, na realidade, está muito longe de consagrar a sua actividade fundamental de construção cognitiva desse próprio mundo.

Estamos perante um modelo de locutor dotado de uma competência alargada e sofisticada mas cujas capacidades continuam ainda a estar muito aquém das do falante real. Tem competência para realizar actos de linguagem muito variados através dos quais age sobre o interlocutor, conseguindo transformar o seu comportamento; mas não realiza outros, talvez ainda mais importantes, que lhe permitiriam agir sobre si próprio e sobre o real, transformando esse real ao transformar o seu conhecimento acerca dele. É que nem só saudar,

ordenar, censurar, argumentar, etc, são actos de linguagem; são-no igualmente imaginar, narrar, reflectir, pensar... Estes são, aliás, muito mais essencialmente actos de linguagem já que só por meio da linguagem podem ser realizados.

Este modelo de locutor pressuposto pelas teorias pragmáticas configura-se como um "homem de acção" (fala para agir sobre os outros) que conhece, para além das regras do código linguístico, inúmeras regras comunicacionais e conversacionais e as sabe utilizar para garantir a eficácia da linguagem, sua principal "arma" no combate social. Em suma, vive num estado de tensão que lhe augura uma vida curta, se não for reconhecido que fazem parte da sua competência de falante dimensões que lhe permitem incluir, na actividade linguística, momentos de distensão (6). Por outras palavras, se não for aceite que tem uma competência narrativa ou evocativa que lhe faculta, em complemento do uso da linguagem como forma de inserção actuante num contexto interaccional, usá-la também como meio de desinserção fictiva desse contexto (ver, adiante, I,3. e II,3.).

Resumindo, parece-me possível destacar como principal crítica ao modelo de falante instituído pela Pragmática o facto de se tratar de um locutor que usa a linguagem exclusivamente para comunicar. Ora é preciso reconhecer, contra a evidência do senso comum, que a comunicação não é a única função da linguagem nem é sequer a mais

importante das funções da linguagem, sobretudo se se identifica restritamente comunicação com agir externo deixando na sombra o seu produto interno, o conhecimento. Na opinião de Herculano de Carvalho, que sublinho, "a função interna, que é o conhecimento, deve considerar-se a função primária da linguagem quer do ponto de vista do indivíduo falante quer sob a perspectiva da própria comunidade."(H. de Carvalho, 1967, p.26)(7). Todas as funções da linguagem se orientam, de forma directa ou indirecta, para a satisfação de necessidades de natureza cognitiva que ultrapassam as necessidades comunicativas imediatas. Aplica-se por excelência à linguagem verbal o que Nelson Goodman afirma sobre os sistemas simbólicos em geral: "Use of symbols beyond immediate need is for the sake of understandig, not practice; what compels is the urgence to know, what delights is discovery, and communication is secondary to the apprehension and formulation of what is to be communicated. The primary purpose is cognition in and for itself; the practicity, pleasure, compulsion and communicative utility all depend upon this." (N. Goodman, 1968, p. 258).

Nesta perspectiva, a concepção, pragmática, de competência comunicativa, tendo representado um alargamento necessário de concepções anteriores, acaba por ser, ela também, muito restritiva em relação à(s) efectiva(s) competência(s) que todo o falante possui(ª), não contemplando

(ou deixando em segundo plano) necessidades que o movem de forma essencial na sua actuação linguística.

Há muitos momentos da actividade linguística em que "se suspende o dispositivo quotidiano da comunicação" (O. Lopes, 1986, p.23); óscar Lopes dá como exemplo "o texto poético, fictivo ou radicalmente meditativo" (ibidem, p. 23) mas, de um modo geral, costuma atribuir-se este estatuto apenas ao texto literário(9), o que não é correcto. Esta fronteira (10) não deve ser traçada entre o uso literário e o uso não literário da linguagem (ver, adiante, III,2.) e não se trata sequer de uma fronteira rígida: há formas de uso da linguagem em que se suspende, em grau maior ou menor, a referência directa a um contexto presente, e em que, como sequência e reverso dessa suspensão, se criam as condições para que a linguagem construa o seu próprio contexto referencial, isto é, para que se desencadeie o que, seguindo P. Ricoeur, me proponho designar como produtividade referencial da linguagem verbal(ver, adiante, I,3.).

A narração pode contar-se como uma das formas de utilização da linguagem que não são satisfatoriamente explicáveis por um modelo comunicacional restrito, como assinalaram Kuroda: "/.../ it is difficult to account for narration in the framework of the performative analysis or, more generally, in the communication-theoretic conception of language." (S.-Y. Kuroda, 1974, p.169) e A. Banfield: "While

there have been numerous attempts to submit narrative to the communication paradigm /.../, once communication is defined non-tautologically in rigorous linguistic terms, this position cannot be maintained." (A. Banfield, 1982, p.10). Será preciso especificar, a meu ver, que este ponto de vista não implica considerar a narração como uma actividade linguística monológica, não-comunicativa, mas sim reconhecer que se integra genericamente numa forma de utilização da linguagem em que as finalidades da comunicação não se centram na interacção pragmática imediatamente determinada pelo contexto. Malinowsky, num belíssimo texto de 1923([11]), caracterizou parcialmente esta forma de utilização da linguagem ao falar de comunhão fática e ao descrever, na sua análise do comportamento linguístico de uma tribo da Melanésia, momentos da actividade linguística em que, sem deixar de haver comunicação, esta se descentra da situação imediata, e em que "The whole situation consists in what happens linguistically." (B. Malinowsky (1923), 1966, p. 315). São variados os tipos de actividades linguísticas integráveis nesta caracterização ampla de Malinowsky, mas entre elas conta-se indubitavelmente a narração.

É possível detectar, no funcionamento de certas categorias gramaticais, as marcas de uma adequação formal das línguas naturais às finalidades básicas da utilização da linguagem. O mesmo Malinowsky o afirmou: "This adaptation, this

correlation between language and the uses to which it is put, has left his traces in linguistic structure." (ibidem, p. 327). A existência de tais marcas torna possível que as modalidades básicas de uso da língua possam ser abordadas numa perspectiva restritamente linguística segundo a qual são preferentemente designadas como modos de enunciação e caracterizadas pelo diferente comportamento das categorias dícticas (ver, adiante, II,3.). As implicações destes modos de enunciação enquanto modos referenciais distintos levam à sua relacionação com as noções semântico-pragmáticas de "ramificação" e de "mundos possíveis" com que se procura dar conta de aspectos "vagos" da significação linguística que relevam da memória e da imaginação: B. Pottier justifica a necessidade de uma representação ramificada do tempo não só para o futuro como também para o passado, observando que "/.../la mémoire (et la perte progressive de celle-ci) est la source, comme l'imagination, d'une multitude de possibles." (B. Pottier, 1986, p. 265).

Proponho-me tratar como uma só problemática vários aspectos do funcionamento da língua que implicam a memória/imaginação (evocação), problemática que tem como ponto de partida a consideração do uso evocativo da linguagem como resultante da possibilidade de projecção das coordenadas referenciais - as cordenadas dícticas (eu-aqui-agora-assim), geradoras da construção de qualquer mundo conceptual (ver,

adiante, I,3.). Trata-se de procurar a génese da narração e da ficção nas estruturas formais da língua levantando as suas condições enunciativas e, no mesmo movimento, contribuir para uma melhor compreensão e descrição de um aspecto tão peculiar do funcionamento das línguas como é a deixis.

1.2. A reflexão sobre o funcionamento dos dícticos([12]) foi determinante de um alargamento, em vários sentidos, do campo da investigação linguística (ver,adiante, I,1. e I,2.), tendo tornado irreversível o reconhecimento da impossibilidade de separação (mesmo metodológica) entre a linguagem e o seu contexto de produção (entre o discurso e a instância enunciativa, entre a língua e o homem, se quisermos usar expressões de Benveniste). Os dícticos, marcas formais da "subjectividade" da linguagem, constitutivos do "dispositivo formal da enunciação", são objecto de descrições rigorosas em que a "instância enunciativa" é concebida como um centro a partir do qual se desenha uma rede referencial topológica.

Mas a deixis está longe de se esgotar numa topologia. Torna-se bem claro em Benveniste e no desenvolvimento da Linguística pós-benvenistiana que o colocar da problemática díctica no cerne da reflexão sobre a linguagem

esteve longe de se cifrar a um mero contributo para uma Linguística formal. Para além desse contributo (aliás valioso([13])) a reflexão de Benveniste abriu caminho ao aparecimento de uma Linguística vivamente interessada por todos os aspectos humanos do uso da linguagem, já que as incidências fundamentais da teoria da enunciação de Benveniste decorrem justamente do facto de ter procurado (e conseguido) fundamentar a inserção do homen na língua, evidenciando a inscrição do sujeito no próprio sistema formal das línguas naturais: "/.../ l'empreinte de l'homme dans le langage, définie par les formes linguistiques de la "subjectivité" et les catégories de la personne, des pronoms et du temps." (E. Benveniste, 1966, 'Avant-propos').

Esta 'humanização' da Linguística não pode ser entendida, no entanto, como um alargamento indiscriminado do seu objecto que a leve a perder a sua especificidade como disciplina autónoma. Não se trata de substituir o estudo da língua pelo estudo de comportamentos sociais, de situações, de intenções, de relações de poder, etc.: trata-se de estudar a língua enquanto condição e resultado da actuação humana em todas as suas formas, tentando conservar a especificidade do objecto de estudo da Linguística sem ter que recorrer ao reducionismo, sem precisar de "deformar" a realidade da língua para lhe poder "dar forma".

A língua tem forma humana ("Pour une grammaire à

forme humaine" é o belo título de um artigo de H. Weinrich([14])) e, enquanto sistema formal, conserva em si as marcas da sua origem que se confunde com a do homem como ser social e se renova em cada situação de face a face comunicativo. São essas marcas que o linguista procura descobrir, detectando na própria estrutura da língua tudo o que, na expressão de F. Récanati, atesta a sua vocação discursiva: "/.../la pragmatique étudie l'utilisation du langage dans le discours et les marques spécifiques qui, dans la langue, attestent sa vocation discursive (F. Récanati, 1979b, p. 3).

Esta característica fundamental da linguagem verbal - a sua dependência ontogenética do contexto de produção - coexiste com uma outra propriedade fundamental que é muito menos frequentemente referida, a saber, a sua capacidade (ou antes, a capacidade que o seu uso confere ao sujeito falante) de "iludir" essa ligação inseparável ao contexto imediato pela (re)criação verbal de um contexto não-imediato, de uma situação transposta, distinta da situação de enunciação. "Iludir", com efeito, pois a anulação da obrigatória ancoragem no contexto imediato - a suspensão da contingência díctica (ver adiante I,3.) - é forçosamente ilusória, é uma ficção linguística, ou melhor, uma "trucagem" enunciativa que não se identifica com a noção corrente de ficção, embora seja condição dela. Como acentua Graciela Reyes, "lo ficticio, literario o no, es el producto de una transposición contex-

tual, operación que está sujeta a estrictas convenciones /.../."(G. Reyes, 1984,p.28)([15]).

O homem pode, ao usar a linguagem e só porque a usa, desenraizar-se fictivamente da sua situação de enunciação, "deslocando-se" a si próprio e ao seu interlocutor no tempo e no espaço: "Era uma vez...", a fórmula do conto maravilhoso, é uma das manifestações mais evidentes desta forma de utilização da linguagem verbal. Mas não é a única. A tipologia de textos de tipo narrativo é extremamente ampla, incluindo textos orais e escritos que vão desde o conto tradicional à reportagem, passando pela narrativa literária, pela narrativa de experiência, etc.. Independentemente de todas as variadas formas de análise de que podem ser objecto, interessa encarar globalmente todas essas manifestações como resultado de uma possibilidade característica da linguagem-possibilidade que está inscrita na própria estrutura das línguas que facultam ao falante os meios linguísticos de escapar à contingência díctica: preso a um aqui-agora que transporta consigo, o sujeito falante tem, no entanto, a possibilidade de (re)criar um "outro aqui-agora", isto é, um lá-então. E se o aqui e o agora só existem porque e quando um locutor fala, o lá e o então só existem porque e quando um locutor fala deles.

De acordo com o que fica exposto, parece-me legítimo postular - em paralelo e complemento da afirmação de

Récanati transcrita antes - que são também discerníveis na estrutura formal das línguas naturais as marcas da sua vocação narrativa. É esta a principal tese que me proponho defender e demonstrar neste trabalho.

1.3. Ao longo da investigação que empreendi (com base nas hipóteses de K. Hamburger, Benveniste e Weinrich) sobre o funcionamento dos tempos verbais enquanto marcas de diferentes modos de enunciação (ou perspectivas de locução), a tentativa de enquadrar a narração (já tão estudada como fenómeno etnográfico, literário, semiótico...) como fenómeno fundamentalmente linguístico tornou-se uma preocupação central. Compreender melhor a narração a partir da língua e seu funcionamento, mas também compreender melhor a língua e seu funcionamento a partir da narração, quer dizer, a partir da distição e caracterização de dois modos básicos de enunciação, dois modos fundamentais que pode revestir o funcionamento da linguagem:

> - um em que o enunciado está directamente ancorado na situação de enunciação e constitui o complemento verbal de uma situação concreta de interacção entre locutor e interlocutor;

- um outro em que o enunciado está indirectamente ancorado na situação de enunciação e se apresenta, assim, como fictivamente autónomo em relação ao contexto em que é produzido: a rede referencial constitui-se no interior do próprio texto que cria, sem um suporte empírico experiencial, os seus próprios marcos de referência.

Tentarei mostrar (ver II Parte) que vários linguistas se aperceberam da necessidade de estabelecer esta distinção (ou outras afins), o que representou um ponto de partida para o interesse da Linguística pela caracterização da narração, uma dimensão do funcionamento da linguagem que permanecera fora da esfera dos estudos linguísticos apesar de ser característica da prática corrente da linguagem verbal.

Que a narração está ligada de forma primária à prática linguística, sugere-o já de forma eloquente o sincretismo entre 'contar' e 'falar' que existe nos étimos- fabulare e parabolare - de que resultaram os verbos que significam 'falar' nas várias línguas românicas.

Provam-no, mais ainda, a investigação sobre as estruturas narrativas do mito (forma primitiva e sempre actual de compreensão logocêntrica do mundo) e sobre as

primeiras manifestações literárias. A teoria e a prática terapêutica da Psicanálise vêm também sublinhar este carácter primitivo da narração: "La psychanalyse se constitue de l'écoute de récits puisqu'elle y trouve la forme la plus archaïque d'élaboration discursive de l'expérience humaine." (J. Kristeva, 1977, p. 121 (16)). A capacidade de produzir e receber textos narrativos representa, para o falante, poder usar a linguagem para finalidades que se prendem com o que há de mais profundo na relação do homem com a língua - as dimensões lúdico-afectiva (17) e cognitiva - e dá-lhe acesso ao partilhar e perpetuar de uma memória colectiva.

No desenvolvimento da problemática das funções da linguagem não tem sido devidamente reconhecida a necessidade de definir e caracterizar uma função que poderia chamar-se narrativa (ou evocativa(18)). A semelhança do que fez Jakobson quando definiu a função poética como função da linguagem em geral e não apenas da linguagem literária, é necessário sublinhar que a função narrativa (evocativa) tão-pouco é exclusiva do uso literário da língua: "Il est devenu clair/.../ que le récit n'est pas caracteristique du texte littéraire ni de ses protoformes comme le mythe et le conte populaire. La narrativité définit aussi un ensemble de textes non-littéraires et quotidiens. /.../ Il faut conclure que la narrativité est une des facultés cognitives, et plus spécialement sémiotiques et linguistiques, de l'homme." (T. van

Dijk, 1973, p. 191).

A narração constitui para o falante, desde a infância, uma forma específica e insubstituível de utilização da linguagem. E ao prazer de contar e de ouvir contar "uma história", tão sensível nas crianças, liga-se uma "aprendizagem essencial", como refere Weinrich: "L'initiation au monde raconté a un objectif/.../: apprendre peu à peu à l'enfant à s'intéresser à un monde soustrait à son action. Le cercle de sa sympathie doit s'élargir au-delà des limites étroites de ses besoins immédiats/.../; il apprend à participer à un monde autre que celui où il vit, à se libérer des contraintes immédiates. Apprentissage essentiel, puisque c'est celui de la liberté.(H. Weinrich(1964),1973, p.49)(19).

A potencialidade narrativa tem que ser analisada, pela Linguística, como uma característica específica da linguagem verbal em geral e de cada uma das línguas naturais. Independentemente de todas as formas de abordagem - antropológica, etnográfica, literária, semiótica, psicanalítica...- de que tem sido objecto a narração, há lugar também para uma abordagem linguística que se impõe continuar a fazer. Para além de uma caracterização da função evocativa da linguagem e da avaliação das suas implicações, constitui tarefa específica da Linguística a determinação e descrição das operações e operadores linguísticos que permitem a produção de um discurso fictivamente desinserido da instância enunciativa.

Por outras palavras, compete-lhe levantar as condições linguísticas da competência que tem o falante de se desinserir, na e pela linguagem, do contexto real de que faz parte. Já atrás fiz referência a esta tarefa da Linguística como tentativa de detectar, na estrutura formal das línguas naturais, as marcas da sua vocação narrativa.

1.4. O estudo das manifestações discursivas mais directamente ligadas à memória e à imaginação - a narração e a ficção - foi durante muito tempo considerado como exterior à Linguística ou, pelo menos, não directamente implicado no seu objectivo específico de compreender e descrever o funcionamento das categorias formais da língua. Na mais ou menos tácita divisão de domínios entre a Linguística e a Literatura, os estudos sobre a narração e a ficção costumam ser consignados como literários. Só muito recentemente, mais precisamente desde que Benveniste e, logo a seguir, H. Weinrich, tentaram uma caracterização da narração com base na observação do comportamento de categorias formais da língua- os dícticos - se esboçou uma abordagem linguística da narração. Penso que se impõe estender tal forma de abordagem também à ficção, que é, aliás, um fenómeno discursivo inseparável da narração (ver, adiante, I,3.4.).

O facto de a Linguística chamar à sua responsabilidade uma forma específica de abordar aspectos do funcionamento da língua habitualmente considerados do domínio da Literatura tem implicações relevantes sob vários pontos de vista com especial incidência no das relações interdisciplinares entre Linguística e Literatura (ver, adiante, III,1.). A especificidade relativa destas duas disciplinas não pode continuar a basear-se fundamentalmente numa espécie de "tratado de Tordesilhas" que consigna qual a "parte" do domínio comum que uma e outra devem investigar; ambas podem-devem - ocupar-se da totalidade do domínio - a linguagem - e esse facto, longe de ser atentatório da sua especificidade relativa, é dela a melhor garantia.

Foi Jakobson o primeiro linguista a insurgir-se com vevemência contra a separação de domínios entre a Linguística e a Literatura, ao evidenciar que a função poética tem que ser definida no âmbito da totalidade da linguagem como função não exclusiva do uso literário da língua. Do lado da Literatura, e pela mesma época (20), K.Hamburger defende com igual veemência a necessidade de partir de uma consideração global do sistema enunciativo da língua para poder tratar de forma coerente a ficção literária. É sob a égide do exemplo destes dois precursores que coloco a minha tentativa de abordagem linguística da narração e da ficção (e suas incidências na configuração linguística do tempo), inserindo-

me, mais proximamente, no caminho aberto por outros investigadores (entre os quais destaco H. Weinrich, E. Benveniste, M. Bakhtine, A. Banfield e S.-Y. Kuroda) que contribuiram para tornar possível que a Linguística se ocupe, de forma específica, de aspectos do funcionamento da linguagem habitualmente considerados fora da sua alçada. Para se desenvolver no sentido de uma cada vez mais cabal compreensão do funcionamento das línguas naturais, a Linguística precisa de alargar o seu âmbito de estudo sem, no entanto (retomando o que já afirmei atrás) pôr em risco a sua identidade, a sua autonomia. A única forma de se conseguir este duplo desígnio é compreender e aceitar que a autonomia da Linguística já não está dependente (como teve que estar para Saussure) de uma restrição metodológica do seu objecto de estudo; essa autonomia é garantida pelo facto de o investigador, sem deixar de partir das estruturas formais da língua, não recusar seguir as perspectivas de alargamento que lhe são sugeridas pelo funcionamento dessas mesmas estruturas formais.

Reconhecer a memória e a imaginação como dimensões fundamentais no funcionamento da linguagem e dela inseparáveis habilita a Linguística a compreender e descrever melhor muitos aspectos peculiares desse funcionamento - entre eles a deixis, a narração e a configuração linguística do tempo. O título que escolhi para este trabalho - Deixis, Tempo e Narração - não aponta para uma simples justaposição

de três noções a tratar numa determinada ordem, nem pressupõe que essas noções (qualquer delas bem complexa!) sejam nele tratadas de forma exaustiva; sob a forma externa de agrupamento linear (único possível quando se usa a linguagem verbal, sujeita à contingência física da linearidade), o que pretendo exprimir é uma circularidade: será a relação circular entre as noções enunciadas no título que ao longo do trabalho procurarei caracterizar, podendo desde já adiantar que o denominador comum se situa, obviamente, no âmbito da referência linguística e, mais especificamente, na dimensão construtiva ou produtiva que caracteriza essa referência.

Tomo como ponto de partida a reflexão sobre a deixis, encarando-a como fenómeno que atesta a génese enunciativa da possibilidade da referência, funcionando os dícticos como operadores da obrigatória ancoragem da língua no seu contexto de produção e, simultaneamente, como operadores de uma desancoragem fictiva em relação a esse mesmo contexto. K. Bühler apresenta já uma sistematização do funcionamento dos dícticos em que estas funções complementares são liminarmente encaradas, uma vez que inclui entre as formas de que se pode revestir a mostração linguística uma que designa deixis "am Phantasma". Ao caracterizar a deixis "am Phantasma", Bühler recorre a uma explicação psicológica em que a liga à memória (não imediata) e à fantasia (palavra etimologicamente relacionada com "fantasma"). O locutor "des-

loca-se" (e ao seu interlocutor) apoiando-se nos dados da memória, que utiliza para reproduzir ou para imaginar um determinado quadro situacional distinto daquele em que está inserido. Locutor e interlocutor transpõem-se "/.../al reino de lo ausente recordable o al reino de la fantasía construtiva."(K. Bühler (1934) 1979,p. 143).

A deixis "am Phantasma" é deixis narrativa ou fictiva, é a forma de mostração característica da evocação-conceito em que pretendo englobar os de narração e de ficção. Tentarei mostrar a complementaridade entre esta forma de deixis e as outras duas formas definidas por Bühler - deixis "ad oculos" e anáfora - (ver I,3.3.), acentuando que o conceito bühleriano de deixis "am Phantasma", embora tenha sido considerado, de um modo géral, como destituído de interesse para a Linguística (ver I,3.2.), é um conceito de grande operacionalidade. Ao postular a possibilidade de transposição fictiva da "origo" enunciativa que se institui como centro de um campo mostrativo igualmente fictivo, Bühler estabelece um conceito fundamental para a compreensão do funcionamento da linguagem verbal(21). Proponho-me desenvolver as implicações desta modalidade de mostração na caracterização do modo de enunciação narrativo e na descrição do funcionamento dos dícticos temporais, nomeadamente dos tempos verbais, mostrando a sua relevância na explicação de alguns aspectos fundamentais da estrutura e funcionamento dos

sistemas verbais românicos (ver II Parte).

1.5. O sistema formado pelos tempos verbais constitui, a meu ver, um dos casos mais flagrantes da inscrição, na estrutura gramatical das línguas, das marcas da sua predisposição (ou vocação) narrativa. No caso das línguas românicas, tal gramaticalização é particularmente visível, já que a presença do Imperfeito (um tempo que não tem correspondente próximo nas línguas germânicas, por exemplo) determina uma oposição central na estrutura dos sistemas verbais românicos entre dois sub-sistemas de diferente natureza díctica. A oposição desses dois sub-sistemas (um centrado no presente, outro no imperfeito) não passou despercebida nas análises mais representativas dos sistemas verbais românicos, pelo menos a partir de Damourette e Pichon (ver II Parte). A sua formulação mais consagrada é a distinção entre os planos actual e inactual proposta por B. Pottier e por E. Coseriu. Tal oposição não se deixa explicar apenas à luz das categorias tradicionais de tempo, aspecto e modo; a sua compreensão cabal exige que se procurem outras funções dos tempos verbais, outras dimensões que percorrem o sistema verbal e são determinantes da sua estrutura. Benveniste e Weinrich, ao analisarem a função dos tempos verbais como marcas de dife-

rentes modos de enunciação vêm satisfazer essa procura. Proponho-me reinterpretar a oposição dos sub-sistemas actual e inactual nos sistemas verbais românicos como oposição, de base díctica, cujo rendimento se cifra essencialmente em marcar dois modos distintos de enunciação.

Foi, pois, a partir da análise dos tempos verbais (22) que cheguei ao estudo da deixis e da tipologia enunciativa e, depois, à problemática da narração e da produtividade referencial. O projecto inicial de estudar o sistema verbal português foi-se transformando ao longo da pesquisa e da escrita (e da escrita-pesquisa) num outro projecto, mais amplo, de compreender a predisposição narrativa não só do sistema verbal mas da língua no seu todo; predisposição eloquente quanto ao carácter fundamental da narração como fenómeno linguístico, como função específica da linguagem, manifestação da relação essencialmente cognitiva e lúdico-afectiva que liga o homem à língua.

Não creio, no entanto, que este percurso me tenha levado para muito longe do projecto inicial: o de estudar o tempo linguístico. A relação entre tempo e narração, que é uma relação de natureza linguística, foi recentemente posta em relevo por P. Ricoeur nessa obra fundamental da Filosofia actual que é Temps et Récit, em que um enquadramento textual do estudo do tempo torna patentes quer a estrutura narrativa da temporalidade linguística quer a estrutura

temporal da narração: "Le monde déployé par toute oeuvre narrative est toujours un monde temporel. Ou, comme il sera souvent répété au cours de cette ouvrage: le temps devient temps humain dans la mesure où il est articulé de manière narrative; en retour le récit est significatif dans la mesure où il dessine les traits de l'expérience temporelle." (P. Ricoeur, 1983, p. 17).

A Hermenêutica - "ars interpretandi" - é essencialmente uma ciência dos textos, o que lhe confere alguma afinidade com a Linguística textual. Daí as convergências interdisciplinares fecundas e a importância decisiva que pode ter, para o linguista, a leitura da obra de P. Ricoeur. No caso concreto da citação transcrita é bem "legível" uma referência ao tempo linguístico ("temps humain") e à sua dimensão textual específica ("articulé de manière narrative").

O texto narrativo representa, com efeito, a forma mais plena da representação linguística do tempo que, como é sabido, é conceptualmente inseparável da noção de espaço, mais concreta e objectivável: "Le Temps est notre maitre, nous le subissos, il nous échappe, alors que l'Espace semble maitrisable, que nous le dominons (en nous y déplaçant volontairement), que nous le conquérons." (B. Pottier, 1980b, p. 31). O recurso ao espaço para dominar o tempo atinge a sua forma mais conseguida, parece-me, quando se utiliza, na

língua, não apenas a noção metafórica de tempo espacializado mas também a dimensão espacial concreta que é o espaço textual. A narração permite, pois, levar às suas mais produtivas consequências, na linguagem, a espacialização do tempo, isto é, a tentativa de representação conceptual do tempo.

Sendo textualização do tempo, a narrativa possui todas as características que a conceptualização metafórica do tempo "pede emprestadas" ao espaço: linearidade, sucessividade, ordenação, direcção. E acrescenta-lhes potencialmente uma outra que é exclusiva do espaço e que o tempo não pode ter, nem metaforicamente: a reversibilidade. O movimento inerente à noção de tempo é concebido como deslocação (mudança de lugar), mas deslocação irreversível, num só sentido, independente da vontade humana. A deslocação voluntária no tempo está vedada ao poder do homem (é um velho e obsessivo lugar comum da ficção científica): a linguagem constitui o único "meio" acessível ao homem para se "deslocar" voluntariamente no tempo, apoiando-se na memória e numa função própria da linguagem, a função evocativa (ou narrativa). Creio que poderia aplicar-se especificamente à narração a seguinte constatação de A. Jacob sobre a relação entre tempo e linguagem: "Au-delà des fondations plus générales que le langage constitue pour la temporalité, le sujet y découvre son pouvoir, au coeur même du temps, sur le temps." (A. Jacob, 1967, p. 22).

Este poder do homem sobre o tempo é o poder de o configurar narrativamente, conferindo-lhe a única forma de "realidade" que o tempo pode ter, e que é, como já o explicitou Santo Agostinho, um efeito da memória e/ou da expectativa (ver, adiante, II,1. e III,4.). A concepção de tempo constrói-se imaginariamente, isto é, resulta da possibilidade de re-ver imagens de acontecimentos presentes na memória ou de pre-ver, associando essas imagens de forma nova, acontecimentos futuros; resulta, pois, da possibilidade global de evocar (tornar presente pela voz) o que está ausente (ver, adiante, I,3.4.).

A necessidade de narrar impõe-se ao homem com várias finalidades, várias motivações, todas elas fundamentais de um ponto de vista cognitivo [23]. Narrar para vencer a irreversibilidade do tempo transformando-a, fictivamente, em reversibilidade. Narrar para constituir uma memória comum, condição da comunicação e da comunidade. Narrar para construir uma visão do mundo, para o configurar e (re)configurar segundo o modelo temporal do agir humano. O verbo, que já os Gregos tinham caracterizado como palavra da acção e palavra temporal ("Zeitwort", em alemão), consubstancia a essência narrativa da linguagem e, através dos seus desdobramentos flexionais - os tempos - reflecte e, simultaneamente, torna possível a estruturação temporal da narração.

Diz H. Weinrich, um autor que sublinhou por

várias formas o carácter primário e essencial da actividade narrativa(24): "Raconter est manifestement un comportement humain caracteristique - l'une de nos attitudes face au monde est de le raconter." (H. Weinrich (1964), 1973,pp. 33-34). Dada a inseparabilidade, que procurarei demonstrar, entre narração e ficção, parece-me preferível, como paráfrase desta afirmação de Weinrich, dizer que a mais característica atitude do homem face ao mundo é inventá-lo, isto é, construi-lo sobre o modelo temporal da (inter)acção humana.

1.6. A apresentação do tema que me proponho tratar revela-o como um tema complexo e amplo, com múltiplas vertentes e implicações. Mas da diversidade de problemas que conjugo é afinal bem delimitado o que quero extrair: as condições linguísticas que viabilizam a ficção em geral e, especificamente, a ficção linguística por excelência que é o Tempo. Este o "ponto de vista" que "cria o objecto" do meu trabalho. O que unifica a minha análise do sistema verbal, da narração e do romance é o facto de os considerar como formas que pode revestir a expressão linguística do Tempo, ou melhor, a produção linguística do Tempo.

Tratar um tema deste tipo é manifestamente um

risco, dado que é bastante mais difícil estruturar e articular com algum rigor um conjunto de problemas do que um problema restrito. Se não conseguir fazê-lo, restar-me-á tirar algum conforto da seguinte constatação de Fernando Gil: "De um ponto de vista epistemológico, quase todos os problemas interessantes são mal estruturados."(F. Gil,1984, p. 263). E até que ponto será exigível que, em nome da boa estruturação, se renuncie ao desejo de apreender o essencial e não apenas o acidental, o geral e não apenas o particular? Ao bem conhecido princípio estratégico de que é preciso dividir para vencer contraponho que é preciso associar para compreender.

2. Questões de estilo

"Uma investigação é um facto de estilo."

(Fernando Gil, Mimesis e Negação)

"Le seul reproche que l'on soit en droit de faire à une construction théorique /.../ ce n'est pas d'abuser du pouvoir de l'imagination et du langage mais de ne pas en user pleinement."

(Serge Moscovici, La société contre nature)

2.1. Este segundo ponto da Introdução, que intitulo "Questões de estilo", ocupa o lugar que, de acordo com os cânones da organização de uma Tese, deveria ser preenchido por uma exposição sobre "opções teóricas e metodológicas". Um tópico obrigatório que hesitei muito em tratar de forma explícita no meu trabalho (de forma implícita ficou já tratado na primeira parte desta Introdução) por ter consciên-

cia de que, sobre ele, teria ou nada ou muita coisa a dizer. Nada, se quisesse expoor qual o modelo teórico-metodológico que adoptei, dado que não adoptei nenhum em exclusividade. Muita coisa, se me decidisse a justificar a minha posição. Optei pela segunda solução, movida talvez pelo desejo de encontrar, na obrigação de uma explicação para outrem, alguma resposta para as perguntas que muitas vezes fiz a mim própria sobre que razões me teriam levado a não adoptar um modelo teórico-metodológico de base que pudesse ter-me garantido quer aquela forma de "rigor" que é academicamente valorizada quer, sobretudo, uma cómoda desculpabilização (a responsabilidade das insuficiências teórico-metodológicas seria sempre imputável ao autor do modelo adoptado...)(25).

Perante a evidência, que se me impôs, da complexidade e (im)perfeição incontornáveis de um objecto de estudo como é a linguagem verbal, pareceu-me mais indicado conjugar formas de abordagem e hipóteses teóricas complementares em vez de adoptar um único modelo teórico. Não se trata de assumir posições ecléctica, de tentar conciliar o inconciliável, mas antes de reconhecer como tentativa em grande parte inútil a de forçar e deturpar a natureza do objecto de estudo de modo a poder enquadrá-la num modelo teórico definitivo e "rigoroso"; uma inutilidade já sublinhada por B. Pottier numa das suas primeiras obras: "A quoi bon élaborer une théorie parfaite pour un système linguistique qui, par

nature, ne saurait l'être totalement?" (B. Pottier (1955), 1962, p.VI).

Ao empregar os termos rigor e rigoroso coloquei-os entre aspas, isto é, usei um dos meios que nos permitem marcar um distanciamento em relação ao que dizemos. Ao usar esse processo ("pegando no conceito com pinças", como já ouvi expressivamente dizer), não pretendi marcar o meu afastamento em relação à importância do rigor como atributo de um trabalho científico, mas apenas em relação ao conceito de "rigor" mais habitualmente aceite e que óscar Lopes tem em vista quando afirma: "Alguma coisa se ganha, mas também alguma coisa se perde quando se pretende ser muito rigoroso." (O. Lopes, 1981, p.7). Este desabafo de óscar Lopes sublinha o facto, inegável, de que todas as nossas opções (teorico-metodológicas ou outras) são sempre determinadas por cálculos de "perdas e ganhos" de vária ordem. De acordo com este princípio, se decidi perder alguma coisa de importante ao afastar-me do habitual conceito de "rigor" foi porque avaliei como ainda mais importante aquilo que poderia tentar ganhar, isto é, uma outra forma de rigor bem mais essencial, que diz respeito à procura de uma perfeita adequação entre o objecto de estudo e a forma de o tratar.

Em vez de violentar o objecto de estudo - objecto que não deve existir previamente, que deve ser construído pelo próprio trabalho de pesquisa - forçando-o a

adaptar-se a um modelo prévio, a um pre-conceito de "rigor", deve antes procurar-se que a própria natureza do assunto indique e determine a forma mais adequada de o tratar. É este rigor interno que mais me preocupa, um rigor que se corporiza na construção simultânea do objecto e do método - forma que assumem, no âmbito da investigação científica, as noções de conteúdo e forma. Nesse sentido, a este segundo tipo de rigor pode chamar-se estilo.

Identificar rigor e estilo vai frontalmente contra uma atitude habitual na forma de encarar estas duas noções no âmbito da investigação científica, em que "rigor" costuma pressupor e exigir ausência de estilo. Para contestar esta atitude é necessário, antes de mais, expurgar a noção de estilo de todas as implicações psicológicas de individualismo, subjectivismo, originalidade, e também de todas as conotações retóricas de "adorno" ou "desvio" que lhe são inerentes dentro de uma concepção tradicional e impressionista. A noção de estilo de há muito extravazou do domínio literário e foi considerada como inerente a qualquer prática linguística e, mais radicalmente, como inerente a qualquer prática. No domínio que me interessa aqui focar - o domínio epistemológico - a noção de estilo foi definitiva e irreversivelmente introduzida por G.-G. Granger, que se propôs reflectir sobre a filosofia do estilo (28) encarando e desenvolvendo uma "stylistique de la pratique scientifique"

(G.-G.Granger (1968),1988, p.13). Sublinhando a relevância da noção de estilo no âmbito da teoria do conhecimento, Granger define genericamente "/.../le style comme solution diversifiée et, par nature,incomplète, des difficultés rencontrées par tout travail de structuration."(ibidem, p. 111).

Inerente a esta definição de estilo está um modo específico de encarar a relação entre conteúdo e forma: "Le rapport de forme à contenu n'a guère encore été systématiquement considéré par la pensée moderne comme processus, comme génèse, en somme comme travail."(ibidem, p.5). A avaliação da importância da noção de estilo como relação entre conteúdo e forma no âmbito do trabalho científico implica que se encare não apenas a oposição e complementaridade entre conteúdo e forma "en tant que résultat d'actes déjà realisés", mas sobretudo a inseparabilidade entre eles vista a partir de "leur production conjointe, leur état naissant"(ibidem, p.5).

Esta perspectivação do problema do estilo torna claro o que pretendi dizer atrás a propósito de rigor como equivalente de estilo, isto é, inseparabilidade entre um conteúdo e uma forma (um objecto e um método) inerentes à sua produção conjunta. É a este nível que se deve avaliar a coerência interna de qualquer trabalho, de qualquer obra - o seu estilo, o seu rigor. Não apenas no caso da obra literária, mas de qualquer obra, produto de um trabalho. Sem excluir, evidentemente, a obra científica. É uma consciência

implícita deste facto que ressalta na conhecida afirmação de Ortega y Gasset: "Un libro de ciência tiene que ser de ciência pero también tiene que ser un libro." (O. y Gasset, Obras, p. 963).

Neste enquadramento epistemológico do estilo, a noção de individualismo que lhe costuma andar ligada transforma-se em "individuation", termo com que Granger tenta preservar a evidência da marca individual em qualquer produto de um trabalho, deixando de parte as suas possíveis conotações psicologistas. É a relatividade e inseparabilidade entre estruturação e "individuação" que Granger procura contemplar ao definir estilo como "modalité d'intégration de l'individuel dans un processus concret qui est travail" (ibidem, p.8). Neste sentido, os produtos do trabalho industrial, do fabrico em série, não têm estilo, ou, quando muito, têm-no a um outro nível (27).

A redefinição e revalorização do conceito de estilo no domínio epistemológico pode ser entendida como reacção saudável contra uma tendência para o tecnicismo e/ou para o monolitismo da investigação científica, isto é, para o que poderia representar uma tentativa de conseguir, no domínio científico, a eficiência do "fabrico em série". Fernando Gil aflora esse problema ao referir-se ao importante papel da imaginação na investigação científica como elemento da sua valorização como "actividade artesanal": "A imaginação

esposa os problemas, deixa-se, em parte, guiar pela sua textura e, nesta perspectiva, é como que uma actividade artesanal/... /." (F. Gil, 1984, p. 245).

A imaginação. Uma concepção de estilo como modalidade de integração do individual numa prática heurística implica obrigatoriamente a imaginação, que, segundo P. Ricoeur, está "à la charnière du théorique et du pratique" (P. Ricoeur, 1986, p.220). A tentativa de construir modelos teóricos para a compreensão do real tem afinidades estreitas com certos aspectos do funcionamento das línguas - a metáfora, a narração, a ficção - que obrigam a considerar a imaginação como dimensão da linguagem: "Le trait commun au modèle et à la fiction est leur force heuristique, c'est à dire, leur capacité d'ouvrir et déployer des nouvelles dimensions de réalité, à la faveur de la suspension de notre créance dans une description antérieure." (ibidem, p.221).

Força heurística ou produtividade referencial: força da linguagem como actividade cognitiva. "A imaginação é o principal dispositivo adaptativo do homem: tão forte que se desprende do dado, inventa e antecipa. /.../a imaginação é o primeiro nome da actividade cognitiva" (F. Gil,1984, p.503). Da acção fundamental da imaginação como estratégia heurística decorre a instabilidade criativa do conhecimento, que não chega nunca a estar acabado, isto é, plenamente adequado: "Sendo o conhecimento produto de uma imaginação com raízes

materiais, deve revelar-se intrinsecamente adequado - mas comportar, igualmente, uma margem irredutível de desajustamento." (ibidem, p.503). É imprescindível preservar e valorizar esta "margem irredutível de desajustamento" na investigação científica. Aí reside o estilo. E o rigor.

2.2. Na primeira parte desta Introdução, ao apresentar o tema do trabalho, referi-me à imaginação como uma dimensão da linguagem, como condição e resultado de actividades linguístico-cognitivas fundamentais. Volto agora a considerar a imaginação, do ponto de vista da sua função heurística, do seu papel decisivo na investigação científica. Não são duas formas diferentes e complementares de encarar a imaginação, é uma só, sempre a mesma: é enquanto dimensão da linguagem que a imaginação funciona heuristicamente ou, por outras palavras, é em grande parte a linguagem que funciona como elemento de descoberta na investigação científica. H. Weinrich acentua a impossibilidade, para qualquer cientista, "de se desviar da questão da forma linguística", pois mesmo quando "não é a linguagem a hipótese em análise ela ajuda a formular essa hipótese e daí resulta que, não só na ciência da linguagem como em todas as outras ciências, a linguagem faz parte da própria hipótese." (H. Weinrich, 1985, p.13).

Não só na ciência da linguagem, mas sobretudo na ciência da linguagem, acrescento eu, no sentido de sublinhar que, quando se trata de estudar a linguagem, esta está duplamente implicada, como objecto e como meio. Tal estatuto autoreflexivo da investigação sobre a linguagem é muitas vezes encarado como desvantajoso, como gerador de falta de "rigor" (28) e, para neutralizar esse inconveniente, tem-se tentado, na descrição e interpretação do funcionamento das línguas naturais, utilizar linguagens artificiais, linguagens formais. São muitas e bem conhecidas as vantagens de tal procedimento metodológico; não as vou discutir. Quero apenas sublinhar, complementarmente, as vantagens da tão subestimada metalinguagem natural, justificando, assim, a utilização exclusiva que no meu trabalho faço desse tipo de metalinguagem.

Se a linguagem verbal é o código mais complexo, mais elaborado, se a "omnipotência semiótica" é sempre apresentada como uma das suas características específicas, se a linguagem verbal é, antes de tudo, uma actividade cognitiva, uma forma de produzir conhecimento, não parece correcto que a Linguística se abstenha de explorar tais virtualidades heurísticas no estudo da própria linguagem. Usar a metalinguagem natural é explorar a capacidade introspectiva da linguagem, a sua produtividade referencial no âmbito da função metalinguística. É tentar descobrir, na linguagem,

novas formas de falar sobre a linguagem, de a construir como objecto de conhecimento.

Além disso, e como puseram em relevo os filósofos analíticos, as línguas naturais são condensações de uma filosofia colectiva; é preciso, então, fazê-las explicitar as teorias que encerram e entre elas (porque não?) uma teoria da linguagem. Não será legítimo, paralelamente à construção de teorias sobre as línguas, que se tente explicitar a teoria que as próprias línguas encerram? Aqui se insere muito do que tenta prescrutar na estrutura formal das línguas a teoria da enunciação (29).

Por outro lado, se o linguista quer demonstrar que a língua é um objecto sistemático estruturado e, por isso, susceptível de uma descrição-explicação científica, não deverá começar por mostrar que com a língua podemos construir objectos sistemáticos e bem estruturados - os textos, os discursos -, incluindo o próprio discurso do linguista, o discurso metalinguístico? Este requisito deve ser extensivo, obviamente, aos textos (ou frases) que o linguista utiliza como corpus e que, por vezes, aparecem como estranhos e quase incompreensíveis a qualquer falante da língua analisada. É oportuno que se volte a generalizar o hábito de recorrer a exemplos autênticos no sentido de evitar a situação aberrante de o linguista vetar, com asteriscos, exemplos autênticos e depois fabricar, para usar como exemplos, frases nunca ditas

ou ouvidas e nem sequer "dizíveis" (30).

Resta-me, nesta defesa da metalinguagem natural, aduzir um argumento de natureza diferente que se liga à sua maior capacidade de penetração fora de um domínio estrito de especialistas. A especialização é uma realidade irreversível na Ciência da nossa época, é necessária, é imprescindível. Mas não podemos deixar que se transforme numa nova maldição de Babel. Muito menos no caso da Linguística, a ciência da linguagem. Por isso me pareceu importante procurar seguir as duas "máximas" enunciadas por H. Weinrich como devendo estar presentes durante a elaboração de um trabalho científico: a "máxima do receptor desconhecido" - "Imagina sempre que, quando escreves para os teus colegas especialistas, tens pelo menos um receptor desconhecido, que não pertence a esse círculo restrito."; e a "máxima do emissor desconhecido" - "Quando estás a tratar um problema científico toma sempre em consideração, no mínimo, uma contribuição que seja originária de outra especialidade." (H. Weinrich, 1985, p. 8). Evitemos ser "especialistas" no sentido criticado por Fr. Jacques, quando afirma: "Le spécialiste est celui qui met tout le monde en position de rien pouvoir lui apprendre." (Fr. Jacques, 1979, p.229).

Conseguir que a Linguística, sem deixar de ser a ciência-piloto das ciências humanas, volte a estar próxima das reais necessidades cognitivo-comunicativas que deter-

minaram que o Homem criasse a linguagem, aparece-me como um desafio fundamental. Para poder responder a este desafio, para conseguir este desígnio realista porque utópico, há que investir em força na imaginação que, diz M. Guérin, é a mais realista das nossas faculdades: "A l'ère déterministe de l'entendement est en train de se substituer l'ère opératoire de l'imagination. La vérité fut longtemps gérée dans le jugement; voici qu'elle émigre vers l'imagination qui n'est plus la folle du logis, mais la moins croyante (la plus réaliste) de nos facultés." (M. Guérin, 1986, p.141).

Investir na imaginação corresponde a assumir como imprescindível, na construção do conhecimento, aquela "margem irredutível de desajustamento" referida por Fernando Gil; a valorizar o estilo, o rigor entendido como possibilidade de fazer o método abraçar o objecto numa "étreinte" que os torna indistinguíveis. Só esta consciência poderá defender a pesquisa científica do monolitismo, da massificação, do fabrico em série que nos ameaçam em todos os domínios (até no biológico!) e que seria grave deixar invadir o âmbito mais especificamente humano que é o do pensamento e da linguagem, ou seja, o da construção cognitiva do real.

N O T A S

1. Ao falar da "langue" como "tesouro" guardado na mente dos falantes, Saussure usa "tesouro" como metáfora de memória, utilização aliás corrente pelo menos desde Santo Agostinho (cf.o artigo de H. Weinrich "Metaphora memoriae" in H. Weinrich, 1976, p. 370).

2.Sendo a comunicação verbal muito mais complexa do que a que se processa por meios artificiais, o "esquema de Jakobson" representa-a como ainda mais simples, já que nem sequer figura nele a memória.

3. Nenhum locutor fala apenas para comprovar que conhece um código linguístico e o sabe pôr em funcionamento; mesmo em casos específicos em que pode parecer ser essa a única finalidade de um acto de fala - numa aula de língua, por exemplo - a comunicação só se efectiva se tal acto de fala estiver inserido num determinado "jogo de linguagem" que envolve uma série de pressupostos (noção de ensino-aprendizagem, normas de funcionamento de uma aula, relação professor-aluno, etc.), que constituem um conjunto de conhecimentos compartilhados pelo locutor e pelo interlocutor.

4. Cf. também a noção de "competência enciclopédica" que, com base em Umberto Eco e outros, Cath. Kerbrat-Orecchioni define e desenvolve em L'Implicite (ver C. Kerbrat-Orecchioni, 1986, p. 162 e segs.).

5. P. Ricoeur, num artigo de 1972, insistia já na necessidade de que "/.../l'imagination soit enfin traitée comme une dimension du langage." (P. Ricoeur, 1972, p. 112).

6. Aludo, é evidente, à distensão que H. Weinrich apresenta como característica da "atitude de locução narrativa" (cf. H. Weinrich (1964), 1973, p. 30).

7. É importante todo o tratamento da função interna da linguagem (no capítulo 3. da Teoria da Linguagem) que H. de Carvalho define e desenvolve inspirando-se sobretudo em E. Cassirer.

8. São largamente relevantes as incidências pedagógicas desta concepção no âmbito da Didáctica de Línguas. De um modo geral, o modelo de "falante-ouvinte" proposto pela linguística teórica influencia, directa ou indirectamente, a forma de conceber os objectivos do ensino das línguas: procura-se como resultado da acção didáctica a aquisição e/ou consolidação, por parte do aluno, das competências consideradas indispensáveis à realização adequada e eficaz da actividade linguística. A noção de competência comunicativa teve um grande impacto no campo da Didáctica de Línguas, como é bem sabido. Estamos no momento, creio, de chamar a atenção para as limitações e exageros a que por vezes conduziu esse impacto, e que tentei apontar, no que diz respeito à pedagogia da língua materna, nos meus artigos "Competência narrativa e ensino da língua materna" (1985) e "Ensino da língua

materna: do objecto aos objectivos"(1987). É de justiça lembrar que, no domínio da pedagogia das línguas estrangeiras, H. Weinrich fazia já em 1979 a seguinte crítica, bem humorada mas demolidora, aos exageros da "pragmadidáctica": "Ya encontramos a algunos fanáticos que se esmeran tanto que la célebre pergunta austiniana "How to do things with words?" se reduce a la trivialidad de "How to do things?"."(H. Weinrich (1979), 1983, p.171).

9. Mas mesmo em relação ao texto literário, a excessiva preocupação de reduzir todas as manifestações linguísticas ao modelo comunicacional deu origem a uma vaga de interpretações pragmáticas do texto literário em que se fazem tentativas - aliás interessantes, em muitos casos - de o explicar segundo esse modelo, radicalizando em sentido pragmático o conceito de Literatura.

10. J. Kristeva estabelece uma fronteira semelhante como delimitação da noção barthiana de "écriture": "L'écriture pose donc un autre sujet, pour la première fois définitivement antipsychologique car ce qui le détermine en dernière instance n'est pas la problématique de la communication (rapport à l'autrui) mais celle de l'excès du "moi"/.../." (J. Kristeva, 1977, p. 29, sublinhado por mim).

11. "The Problem of Meaning in Primitive Languages", publicado como Suplemento à obra The Meaning of Meaning de Ogden e Richards (ver Ogden e Richards (1923), 1966, pp. 296-236). A leitura deste texto torna evidente que, se Jakobson utilizou a sugestão terminológica de Malinowsky na denominação da função fática, ficou muito aquém de Malinowsky no que toca à caracterização desta função da linguagem. A comunhão fática, tal como é entendida por Malinowsky, engloba também aspectos

do uso da linguagem que relevam do que me proponho designar como função evocativa.

12. A forma mais correntemente usada (e que eu própria sempre utilizei em trabalhos anteriores) é deíctico, termo introduzido na terminologia metalinguística portuguesa por Herculano de Carvalho (cf, adiante, I,1.1. e I,2.4.7.) sob a influência directa do termo usado em espanhol por Julián Marías - na tradução da Sprachtheorie de K. Bühler, feita em 1950 - como correspondente do alemão deiktish. Na generalização posterior do uso do termo deíctico deve ter pesado também a sua semelhança com o francês deictique (que é pronunciado sem ditongação). Parece, no entanto, ser mais correcto usar a forma díctico, como defende óscar Lopes com base na opinião de Rebelo Gonçalves, que regista no seu Vocabulário da Língua Portuguesa apenas a forma díctico, anotando explicitamente: "Inexacta a forma deíctico (decalque do fr. deictique)." (Rebelo Gonçalves, Vocabulário da Língua Portuguesa, Coimbra Editora, 1966, p.347).

13. Cf. a seguinte avaliação de O. Lopes sobre esse contributo:"E. Benveniste escreveu um estudo de grande impacto acerca da inserção do homem na língua, estudo em que procurava detectar, nas línguas naturais, alguns traços e, até, segundo pensava, alguns fundamentos da subjectividade humana, e isso sob a forma de dispositivo da enunciação, isto é, de tudo o que toca às iniciativas, alternâncias e entrecruzamentos do discurso, dentro da categoria gramatical de pessoa (e não-pessoa) tal como ela se define no processo de comunicação." (O. Lopes (1983),1985, p. 85).

14. H. Weinrich escolheu este título para a tradução francesa do artigo originariamente intitulado "Für eine Grammatik mit Augen und Ohren, Händen und Füssen - am Beispiel der Präpositionen" (ver H. Weinrich (1976),1978). Existe ainda uma adaptação da perspectiva assumida neste texto ao estudo das preposições italianas que tem como título "Antropologia delle preposizioni italiane" (ver H. Weinrich, 1978).

15. A noção corrente de ficção implica obrigatoriamente a inexistência, a não-factualidade, o que não acontece no caso do que designo como ficção linguística e que se resume à projecção fictiva das coordenadas enunciativas (ver, adiante, I,3.).

16. Sublinhado por mim.

17. Cf.: "Le récit est donc une structure dont le désir est l'économie. (J. Kristeva, 1977, p.122).

18. Depois de alguma hesitação na escolha, acabei por me inclinar mais para a designação função evocativa sobretudo pelo facto de a expressão "função narrativa" ter sido usada, em sentido muito diferente, por K. Hamburger. Para esta autora, "função narrativa" é uma noção operatória no âmbito da análise enunciativa da narração fictiva que corresponde a um conceito próximo do que eu preferiria designar como instância narrativa.

19. Sobre a utilização de traduções na citação de originais alemães ver Nota Prévia à Bibliografia.

20. A 1ª edição de Die Logik der Dichtung, de K. Hamburger, é de 1957; o artigo "Closing Statements:Linguistics and Poetics",de Jakobson, data de 1960.

21. Conceito que vamos encontrar, mais recentemente, na teoria enunciativa de A. Culioli, com a designação de "repère-origine fictif" ou "repère translaté" (T_0'): "T_0' désigne le repère-origine fictif construit à partir de T_0, de sorte que l'on a $T_0' * T_0$. De ce moment fictif, on effectue des repérages fictifs/.../."(A. Culioli, 1979, p. 185). Esta formulação está totalmente de acordo com a caracterização bühleriana da deixis "am Phantasma" e a própria terminologia usada por Culioli parece inspirada em Bühler - as noções de "origo" e de "transposição" são largamente usadas por Bühler (digo "parece", porque Culioli não faz qualquer referência a Bühler).

22. Embora, no plano de apresentação do trabalho, o segmento relativo ao estudo do sistema verbal seja a segunda de três partes, ele constituiu o ponto de partida, na cronologia da minha investigação, como comprovam os artigos que, desde 1977, venho publicando sobre o assunto. Se o tema do presente trabalho transcende os limites desse núcleo inicial de investigação, isso resulta, imediatamente, de ter tomado consciência da necessidade de apresentar na tese de doutoramento uma abordagem do tema que fosse além de uma reflexão cujos resultadas já tornara públicos, em artigos, à medida que iam tomando forma. Mas resulta sobretudo do facto de a minha investigação sobre os tempos verbais ter tomado, a partir de certo momento, uma orientação irreversivelmente centrífuga. Estou em crer, aliás, que a investigação sobre qualquer aspecto particular do funcionamento das línguas atinge sempre um determinado ponto em que se projecta de

forma irreversível para um âmbito de reflexão mais geral.

23. Cf. a seguinte síntese de Graciela Reyes: "La narración es la forma discursiva que, al parecer de manera universal, refleja la organización humana de la realidad, su significado, el sistema de valores en que se asienta ese significado." (G. Reyes, 1984, p.20).

24. Num artigo significativamente intitulado "No princípio era a narração", H. Weinrich traça uma panorâmica interpretativa da evolução histórica de domínios fundamentais da cultura e da ciência a partir da forma de enquadramento da atitude narrativa (ver H. Weinrich, 1984).

25. Fazer uma opção teórico-metodológica, antes de começar um trabalho científico, é comparável a fazer uma opção por um itinerário e um meio de transporte, quando se planeia fazer uma viagem:as teorias são as estradas;as metodologias os meios de transporte. Quem pensa sobretudo em chegar e quer gastar na viagem um mínimo de tempo e energia tem o bom senso de optar por uma moderna auto-estrada e por um automóvel potente: paga, pela eficiência, o preço da monotonia; quem preza mais a viagem em si do que o ponto de chegada escolhe um itinerário variado e adapta a escolha dos meios de transporte às características do terreno: paga, pelo prazer, o preço do risco, incluindo o risco de se perder ou de ficar pelo caminho... Não estou a tentar exaltar as vantagens da segunda opção em relação à primeira: mal de nós se não existissem as auto-estradas e os automóveis que utilizamos constantemente; mas mal de nós, igualmente, se não pudessemos usar a imaginação para seguir também por outros caminhos, para usar também outros meios de transporte e, sobretudo,

para andar a pé...

26. Aludo essencialmente à obra que G-G.Granger publicou em 1968 e que tem como título Essai d'une Philosophie du Style.

27. Não me alongo, por serem talvez aqui deslocadas, nas considerações que, a partir deste ponto de vista, se poderiam fazer sobre o carácter estereotipado dos principais produtos industriais e sobre a valorização do artesanal enquanto objecto que possui um estilo. Essa valorização do "artesanal", na nossa sociedade actual, tem que ser encarada como uma reacção (talvez impotente) contra o fabrico em série que já entrou até no âmbito da vida, da produção biológica.

28. No âmbito das Ciências Humanas e, especialmente, no caso da Linguística, há a tendência para identificar "rigor" com "formalização", isto é, com a utilização de notações simbólicas não-linguísticas. Não discuto que essa utilização possa ser muito útil e contribuir para uma explicitação rigorosa das intuições do linguista; só me parece condenável que seja a formalização em si mesma a ser considerada condição e critério único do rigor, de tal modo que uma descrição que utilize a formalização, mesmo eivada de banalidade, incorrecções e falta de rigor será sempre considerada pelos leigos como um "tratamento rigoroso".

29. Aqui se inserem também certos processos, que por vezes utilizo, de "jogar" com as palavras, com os seus sentidos múltiplos, tentando surpreender nas etimologias e na "história" semântica de algumas delas testemunhos idóneos em abono desta ou daquela hipótese teórica. Um "jogo" que está longe de ser gratuito: "jogar" assim com as palavras implica levá-las muito a sério (cf., adiante, II, 1., nota 7).

30. Uma situação aberrante que, verificando-se sobretudo nas descrições formalizantes, vem tornar evidente que a formalização não resolve o problema da circularidade inerente ao facto de se usarem as línguas naturais como meio de descrição das línguas naturais: se é preciso fabricar exemplos artificiais para servir as necessidades da formalização, a circularidade é reposta - utilizam-se línguas artificiais como meio de descrição de línguas artificiais...

P R I M E I R A P A R T E

D E I X I S

E

T E O R I A D A E N U N C I A Ç Ã O

"Gradualmente se vio (como nosotros)
Aprisionado en esta red sonora
De Antes, Después, Ayer, Mientras, Ahora,
Derecha, Isquierda, Yo, Tú, Aquello, Otros."

(Jorge Luís Borges, Obra Poética)

0. Considerações introdutórias.

CAP.1. Da *significação díctica*. Dimensões enunciativo - pragmáticas do sinal e da significação.

CAP.2. Perspectivas de abordagem da *deixis*. Um percurso.

CAP.3. Deixis *fictiva* ou *narrativa*. Ramificação díctica e produtividade referencial.

0. Considerações introdutórias

> **"La Linguistique a mis un certain temps à rendre compte de la subjectivité dans le langage."**
>
> (Francis Jacques, Dialogiques)

A preocupação da investigação linguística com o lugar e estatuto do sujeito na actividade verbal está na base da atenção cada vez maior que vem sendo dada à deixis. Conceito metalinguístico antigo (ver adiante I,2.1.) mas praticamente ignorado durante séculos, a deixis ocupa actualmente um lugar de primeiro plano na reflexão sobre a linguagem. Esta "redescoberta" da deixis surge a par de um interesse crescente pela problemática da enunciação (1), nomeadamente do sujeito da enunciação.

O sujeito - o "indivíduo",em termos saussurianos - fora excluído do objecto de estudo da Linguística(²). Uma "expulsão" justificada pelas fortes e fundadas suspeitas de contaminação "psicologista" que pendiam sobre essa noção. No entanto, e depois de tão radicalmente banido, o sujeito vai reaparecer inscrito no próprio sistema formal da língua como conceito indispensável para a descrição do funcionamento dos dícticos, operadores linguísticos que têm como função referenciar o discurso em relação ao sujeito da enunciação e às suas coordenadas espacio-temporais.

Despido de roupagens psicologistas, o sujeito reaparece como instância da enunciação(³).É um "eu" sem conotações de individualismo, um "eu" que engloba o "tu" e institui,com ele, a situação de face a face comunicativo, centro de irradiação da linguagem: "Je signifie "la personne qui énonce la présente instance de discours contenant "je". Instance unique par définition, et verbale seulement dans son unicité."(E. Benveniste,1966,p.252);"Est "ego" qui dit "ego". Nous trouvons là le fondement de la subjectivité /.../." (ibidem, p.260)(⁴).

A subjectividade é identificada por Benveniste com essa capacidade inerente ao sujeito falante de, ao dizer "eu", instituir a sua própria existência, a de um "tu" e a da linguagem: "Dès que le pronom je apparaît dans un énoncé où il évoque - explicitement ou non - le pronom tu pour s'op-

poser ensemble à il, une expérience humaine s'instaure et dévoile l'instrument linguistique qui la fonde."(E. Benveniste, 1974,p. 68). Não se trata de subjectividade entendida num sentido "solipsista", acentua Benveniste; na medida em que institui a possibilidade de uma referenciação centrada no acto de enunciação, a subjectividade funciona como um factor de intersubjectividade,que é indispensável à efectivação da comunicação: "La condition d'intersubjectivité permet seule la communication linguistique." (ibidem, p. 77).

Foi K. Bühler o primeiro teorizador da linguagem a desenvolver de forma consistente esta concepção enunciativa do sujeito, adoptando a noção de "eu -origem" (já anteriormente utilizada por Brugmann (ver,adiante, I,2.1.) como noção central da sua teoria da linguagem que é, essencialmente, uma teoria da deixis. O "eu", na concepção de Bühler, forma com o aqui e o agora, que necessariamente gera, a origem de um "sistema de coordenadas" responsável pela "orientação subjectiva" que torna possível a comunicação verbal (ver K. Bühler (1934), 1979, pp. 120-121).

Com Bühler - que, curiosamente, era psicólogo- o conceito de sujeito começa a estar desligado, no estudo da linguagem, das suas implicações psicológicas e a ser tratado como uma noção operatória necessária para a explicação do funcionamento da língua. O conceito de subjectividade é já entendido por Bühler num sentido que anuncia aquele que virá

a atribuir-lhe Benveniste, como se evidencia no seguinte passo da Sprachtheorie em que as implicações topológicas da noção de "subjectividade" são sublinhadas de forma precursora: " La objeción de una irremediable subjetividad que se oye hacer una vez y otra contra palabras como yo y tú, y consecuentemente se puede extender a todos los demostrativos, se funda en una pretensión mal entendida /.../. Son subjetivos en el mismo sentido en que todo indicador hace una indicación "subjetiva", es decir, válida y realizable correctamente sólo desde su lugar de emplazamiento." (ibidem p. 125)(5). Nesta perspectiva, Bühler refere-se ao sujeito ou eu como sendo "sólo accessible deicticamente" (ibidem, p. 86).

Ao adoptar o conceito bühleriano de "eu-origem" K. Hamburger reconhece que a sua formulação representa um progresso no sentido de definir "a concept of the subject wich appartains neither to logic nor to psychology, nor to the theory of knowledge, but to the theory of language." (K. Hamburger (1957) 1968, p. 30)) e insiste na necessidade de interpretar esse sujeito como sujeito enunciativo: "We are substituting the epistemological concept of the I-Origo for the concept of the statement-subject wich has its origin in the logic of language /.../." (ibidem, p. 67).

Bühler é o mais significativo dos precursores modernos da teoria da enunciação, facto que não tem sido suficientemente posto em relevo. A sua Sprachtheorie (1934)

exerceu uma influência decisiva - muito maior do que a que habitualmente se lhe atribui - na evolução da Linguística no nosso século (ver adiante I,2.2.), nomeadamente pelo que diz respeito à consideração da deixis como fenómeno central no funcionamento da linguagem verbal. A deixis é encarada por Bühler como um conceito fundamental da teoria da linguagem, à luz do qual " se ve desde un nuevo punto de vista no sólo algún detalle, sino también la totalidad." (ibidem, p. 123).

O funcionamento dos dícticos vai revelar-se o mais convincente dos argumentos das modernas correntes da Linguística contra as concepções teóricas anteriores que preconizavam (sob a forma de diferentes dicotomias, sobejamente conhecidas) uma separação metodológica entre o sistema linguístico e a sua actualização. A existência, na própria estrutura do sistema linguístico, de categorias formais - os dícticos - que é impossível descrever sem uma referência às coordenadas da enunciação, compromete qualquer veleidade de isolar o sistema da sua actualização pelo sujeito falante.

O dispositivo formal da enunciação faz parte integrante da estrutura da língua e constitui,assim, o "calcanhar de Aquiles" do sistema linguístico quando se pretende considerá-lo como "invulnerável" à situação de enunciação. E a partir desse "ponto vunerável" o sistema pode ser atingido no seu todo, nos pontos vitais do seu funcionamento. O que torna claro que esse funcionamento é, no

seu todo, de natureza díctica.

A noção de deixis alarga-se progressivamente. Do conceito mais restrito e espacial de deixis como mostração no interior de um campo mostrativo que tem como centro o eu-aqui-agora da enunciação passa-se imperceptivelmente a um conceito mais geral em que a noção de marco de referência egocêntrico se sobrepõe à de mostração. Atente-se na seguinte explicação de Herculano de Carvalho em que se surpreende, a meu ver, um claro "deslizar" da noção de deixis para o sentido mais amplo que tem actualmente: "Para que a deixis funcione- para que haja mostração verbal /.../ - é imprescindível que exista um termo ou ponto de referência, evidente e não ambíguo para o receptor, relativamente ao qual o emissor localize o objecto que quer mencionar: esse termo ou baliza referencial é a pessoa do próprio sujeito que fala, no momento em que fala e em que, apontando ou chamando a atenção para si próprio, se designa como "EU"." (J. Herculano de Carvalho, 1973, pp. 664-665)(8).

Se mostrar verbalmente um objecto implica situá-lo em relação a um marco de referência constituído pelo próprio falante, então essa mostração atinge igualmente o próprio marco de referência: a mostração verbal de um objecto é sempre também a mostração verbal do sujeito e das suas coordenadas situacionais realizada pelo próprio sujeito.

Liga-se a este alargamento o facto de os díc-

ticos passarem a ser estudados como marcas da enunciação no enunciado, marcas da auto-referencialidade da enunciação (a "realidade" a que se referem os dícticos é, antes de mais, o próprio acto da sua enunciação). Sem deixarem de ser também, uma vez que fazem parte do sistema formal da língua, marcas da inscrição do sujeito na estrutura formal do sistema linguístico. Uma inscrição concebida de forma dinâmica: os dícticos funcionam como operadores, constituem um dispositivo específico - "l' appareil formel de l'énonciation" (Benveniste), o "système de repérage" (Culioli) - que tem como função a realização de determinadas operações - "opérations énonciatives" (Pottier e Culioli) - que viabilizam a actualização da língua, "la conversion individuelle de la langue en discours" (E. Benveniste, 1974, p. 81).

Tentarei focar, nesta I Parte do trabalho, alguns dos problemas que têm ocupado lugar de destaque na reflexão sobre a deixis, procurando, ao mesmo tempo, traçar um esboço histórico dessa reflexão. Darei especial relevo à teoria de Bühler por considerar que o seu contributo foi básico e,sobretudo, por me parecer que não foi nunca dada a devida atenção à caracterização bühleriana da "Deixis am Phantasma", uma modalidade da deixis imprescindível para a correcta compreensão do funcionamento da linguagem verbal, nomeadamente no que toca à possibilidade de uma abordagem linguística da narração e da ficção.

C A P Í T U L O 1

Da significação díctica.

Dimensões enunciativo-pragmáticas do sinal e da significação

"Le problème linguistique est avant tout sémiologique."

(F. de Saussure, Cours de Linguistique Génerale)

"Meaning, that pivotal term of every theory of language, cannot be treated without a satisfactory theory of signs."

(Ogden e Richards, The Meaning of Meaning)

CAP. 1- Da significação díctica. Dimensões enunciativo-pragmáticas do sinal e da significação.

1.1. A tradição semiológica no estudo da linguagem

"Apontar" é já significar? "Apontar" é também significar? Qual o estatuto da mostração numa teoria geral do sinal e da significação? A resposta a estas perguntas tem amplas implicações, que se prendem com a totalidade da complexa problemática da significação linguística e da significação em geral.

Não pretendo, é evidente, começar a minha tese remontando à "criação do mundo", que o mesmo é dizer, na perspectiva das Ciências Humanas, à criação do sinal. Mas estou bem consciente, e faço questão de o sublinhar desde o

primeiro momento, de que toda a teoria da linguagem começa (e acaba...) numa teoria do sinal e da significação(7). Não existe nem existiu nunca investigação sobre as línguas que não fosse, explícita ou implicitamente, uma reflexão de ordem semiológica: "Depuis l'Antiquité la problématique du signe est présente, on le sait, dans les réfléxions sur le langage." (Cath. Fuchs, 1980, p.339).

Já na Grécia Antiga, muitos séculos antes de Saussure, em época recente, ter trazido para primeiro plano a inseparabilidade entre a Linguística e a Semiologia, se esboçara a relação entre a teoria da significação e a teoria da linguagem. No Crátilo de Platão surge já a discussão sobre o carácter natural ou convencional da linguagem verbal e com os Estóicos a reflexão semiológica desenvolve-se, chegando a uma análise do signo linguístico na sua dupla face (significante e significado) que se aproxima bastante da moderna distinção saussuriana.

Com Santo Agostinho consuma-se esta tendência para conceber a teoria da linguagem como inseparável da teoria semiológica. E este filósofo - gigantesco elo de ligação entre a Antiguidade e a Idade Média - costuma ser considerado o primeiro dos semiólogos:" /.../ si l'originalité de détail d'Augustin est limitée, son "originalité" synthétique /.../ est énorme et elle aboutit à la première construction qui, dans l'histoire de la pensée occidentale,

mérite le nom de sémiologie." (T. Todorov, 1977, p. 55).

A partir de Santo Agostinho inicia-se a longa fase em que a Semiologia se desenvolve em ligação com a Teologia: "La conessione fra teologia e semiologia è caratteristica e costitutiva di tutta la problematica cristiana /.../. La riflessione sul segno appartiene in prima instanza alla costellatione teologia - ermeneutica - teoria dei sacramenti e solo in tempi recenti ha allacciato rapporti con altre regioni del sapere." (E. Picardi, 1976, p.350). Com base nesta relação (que perdurará ainda na Lógica de Port-Royal (e)) surge durante a Idade Média uma desenvolvida teoria do sinal e da significação que fica ligada ao nome de S. Tomás de Aquino. A teoria semiológica escolástica (ligada à gramática escolástica) é já uma desenvolvida teoria do signo linguístico: "C'est à la grammaire scolastique et à ses spéculations sur les diverses manières de signifier qu'on doit la première théorie achevée du signe linguistique." (J. Schmidt-Radefeldt, 1970, p.93).

A importância da investigação semiológica medieval é sublinhada por J. Kristeva que verbera nos seguintes termos a pouca atenção que lhe costuma ser dada: "Les théories médievales concernant le signe et la signification sont peu étudiées et peu connues aujourd'hui. Ce manque d'information, dû partiellement à la complexité des textes, mais peut-être surtout à leur relation étroite avec la

théologie chrétienne, nous prive probablement des travaux les plus riches que l'Occident ait produits sur le processus de la signification, avant que ne les censure le formalisme qui s'imposera avec l'avènement de la bourgeoisie."(J. Kristeva (1969),1981, p.139).

É na descendência dessa reflexão semiológica medieval, nomeadamente da escolástica tomista, que se inserem dois pensadores renascentistas que podem ser considerados os primeiros semiólogos portugueses: Pedro da Fonseca e João de Saõ Tomás (João Poinsot(9)). Na obra que quer um quer outro escreveram sobre Filosofia, Lógica e Teologia pôde há alguns anos ser descoberta e analisada por Herculano de Carvalho uma extensa teoria do sinal e da significação (10). Escaparam, assim, os contributos destes dois semiólogos renascentistas ao injusto esquecimento que vimos ser apontado por J. Kristeva como sorte comum à semiologia de inspiração medieval e cristã (11).

Com efeito, quando reapareceu, em época mais recente, o interesse pela investigação semiológica e J. Locke falou da necessidade de uma ciência dos sinais (criando um neologismo que viria a ter grande futuro -σημειωτική-) e quando, mais recentemente ainda, Peirce e Saussure (esses "dois génios antitéticos", na expressão de Benveniste(12)), estabeleceram, cada um por seu lado, as bases de uma ciência dos sinais ou Semiologia, foi por todos eles ignorada a

existência de uma desenvolvida tradição de estudos semiológicos.

Nesta panorâmica, a Linguística portuguesa constitui excepção. O primeiro dos linguistas portugueses a cultivar uma Linguística Geral de inspiração saussuriana - Herculano de Carvalho - não incorreu no erro de ignorar tal tradição. Pelo contrário: quando, na esteira de Saussure e do estruturalismo linguístico, se interessou pela Semiologia, foi buscar a João de São Tomás e a Pedro da Fonseca os fundamentos de uma sólida teoria semiológica que adoptou e renovou, fazendo dela a base da sua teorização linguística. A originalidade desta atitude é sublinhada pelo semiólogo Luigi Romeo: "/.../ in Portugal linguistics had begun to develop in an original and independent manner/.../. Herculano de Carvalho, in fact, started his linguistic lectures on the basis of and steamming from a wide view of the science of language within the western tradition of studies on the sign and, in particular, on Pedro da Fonseca and João de São Tomás." (L. Romeo. 1979, p. 188).

Este momento de síntese que se consubstanciou em Herculano de Carvalho no seu duplo papel de lançar a Linguística Geral em Portugal([13]) e, simultaneamente, fazer renascer uma Semiologia Geral de tradição portuguesa não teve, infelizmente, continuação. Deixada em segundo plano pela Linguística, a investigação semiológica passou a estar predominante-

mente ligada, entre nós, à crítica literária e à teoria da Literatura. Nesse domínio - e talvez com uma única excepção, a de V. Aguiar e Silva(14) - o interesse pela Semiologia foi directamente determinado pela influência da Semiótica literária francesa inspirada essencialmente por Barthes e Greimas(15).

No domínio da Linguística, o próprio Herculano de Carvalho abandonou, sem cabalmente a explorar, a via fecunda que abrira para a Linguística Geral e Semiologia portuguesas. Abandono que redundou em que, actualmente, uma das grandes virtudes da sua teoria semiológica possa também ser avaliada como um dos seus pontos fracos: condicionado por uma concepção neo-tomista do sinal como estático e transparente, Herculano de Carvalho não chegou a tirar todas as consequências teóricas da concepção dinâmica da significação linguística que aflora na sua obra. Não chegou, nomeadamente, a dar forma explícita e sistemática, no âmbito da teoria geral do sinal e da significação, à crescente conscencialização das dimensões enunciativo-pragmáticas da significação linguística que está patente em muitos passos da Teoria da Linguagem (ver adiante I, 2.4.7.), o que implicaria uma abertura à noção de reflexividade do signo linguístico e a atribuição de um lugar de maior relevo ao tratamento da noção de deixis.

Foi Herculano de Carvalho o introdutor, na ter-

minologia linguística portuguesa, dos termos deixis e deíctico e foi também quem pela primeira vez entre nós definiu essas noções e caracterizou a significação deíctica ou mostrativa como uma forma específica de significação linguística. Não reconheceu, no entanto, à significação deíctica um estatuto fundamental, limitando-se a tratá-la como uma das quatro espécies de significação gramatical (ver adiante I, 2.4.7.).

1.2. Da mostração gestual à mostração linguística

A deixis ou mostração não é um aspecto parcial da significação linguística, antes está no cerne da construção dessa significação, que não pode efectivar-se independentemente da referência concreta a um acto de enunciação. O signo linguístico significa na medida em que, flectindo-se sobre si mesmo, aponta para a sua própria enunciação. A significação díctica, a função dos dícticos, não se cinge à possibilidade de "extrair" do contexto este ou aquele elemento isolado, para que apontam; implica também a possibilidade de "extrair" da situação de enunciação os marcos de referência indispensáveis à "ancoragem" enunciativa, à plena actualização das virtualidades significativas do sistema

linguístico no seu todo.

Parece-me elucidativo, no sentido de melhor captar as características específicas da significação díctica ou mostrativa, começar por reflectir sobre o simples(?) gesto de "apontar com o dedo", que teria sido, segundo um dos vários mitos sobre a origem da linguagem, o antepassado directo da comunicação verbal(16). O gesto de estender um dos dedos da mão (que daí retira a sua denominação de indicador) em direcção a algo, com intenção significativa, é um gesto especificamente humano, que os animais não fazem. Trata-se de um gesto cultural, adquirido por aprendizagem: antes de saber utilizar (emitir e interpretar) esse sinal gestual, a criança precisa de aprender que estender o dedo indicador não é chamar a atenção para o próprio dedo mas para algo que está para além dele(17).

"Apontar com o dedo" é um sinal convencional: implica dois sujeitos unidos por uma intenção significativa coincidente que se apoia no conhecimento prévio, que compartilham, de uma determinada convenção. Emitir o sinal é, neste caso, o acto de estender o dedo com a intenção de conduzir o olhar e a atenção do receptor não para o dedo estendido mas para um objecto ou situação compresentes; interpretar o sinal é, correlativamente, dirigir o olhar e a atenção na procura de algo que está na trajectória de uma linha recta que prolonga a extremidade do dedo estendido. Trata-se, sem

dúvida, de uma manifestação, ainda que rudimentar, da capacidade especificamenta humana de criar sinais, e não deixa de ser expressivo o facto de o homem ter empenhado nesse primeiro(?) esboço de comunicação uma parte do seu próprio corpo- os membros superiores - que constitui a primeira das suas conquistas culturais.

O dedo estendido, com intenção significativa coincidente entre dois sujeitos, em direcção a algo que está situado no campo perceptivo que lhes é comum, contém en gérmen, e para além do carácter convencional, uma outra característica fundamental da significação linguística: a utilização implícita da realidade compresente ao emissor e ao receptor, realidade de que estes extraem selectivamente, através da mostração, elementos significativamente relevantes para a efectivação da comunicação.

A linguagem verbal está ancorada no contexto real em que é produzida e de que é inseparável. O emissor e o receptor, com as coordenadas espacio-temporais que instituem, fazem parte integrante desse contexto real e é também para si próprios que implicitamente apontam ao apontar para qualquer objecto ou situação compresentes. Também esta característica da linguagem verbal se desenha com clareza desde o gesto de "apontar con o dedo": o dedo estendido gera um segmento de recta imaginário, na trajectória do qual se encontra o objecto ou situação que o emissor pretende indicar; mas na

trajectória que essa linha recta traça no campo mostrativo- e dado que uma recta se prolonga em dois sentidos - está também o próprio locutor (e, implicitamente, o interlocutor).

Esta dependência da linguagem verbal em relação ao seu contexto de produção e, nomeadamente, a referenciação egocêntrica que o acto verbal institui, estão inscritas na estrutura formal das línguas, de que fazem parte os dícticos, "gestos" verbais cuja função primária é estabelecer a ligação entre o explícito e o implícito na comunicação verbal. A possibilidade de desempenharem esta função radica na ligação necessária de compresença entre o signo díctico e o seu objecto no interior de um campo perceptivo compartilhado pelos protagonistas do acto de enunciação.

A afinidade entre o funcionamento dos signos dícticos e o do gesto de "apontar", embora elucidativa, não pode ser levada mais longe (18). Há uma diferença fundamental a ter em conta: os dícticos são sinais linguísticos, integrados em sistemas semióticos específicos, as línguas naturais. O seu funcionamento é inseparável do da totalidade do sistema em que se integram e em que estão profundamente incrustados (os dícticos são constitutivos de paradigmas gramaticais fundamentais, como o paradigma verbal, o pronominal e o adverbial).

Sendo responsáveis pela ancoragem enunciativa que torna possível a actualização da significação, os díc-

ticos formam, no interior do sistema linguístico, um subsistema coeso cuja existência atesta, por si só, que a função da totalidade dos signos linguísticos é a de serem usados em situações concretas de comunicação. A bem conhecida formulação de Wittgenstein - "The meaning of a word is its use in the language." (L. Wittgenstein, 1953, parágrafo 43, p. 20) - tida como emblemática de uma teoria pragmática ou contextual da significação linguística, não deverá deixar de associar-se uma outra afirmação, menos conhecida, do mesmo autor: " "I" is not the name of a person, nor "here" of a place, and "this" is not a name. But they are connected with names. Names are explained by means of them." (ibidem, parágrafo 410, p. 123). Estas duas reflexões de Wittgenstein completam-se e esclarecem-se mutuamente, a meu ver: "the meaning of a word", isto é, o seu "use", está dependente do emprego de dícticos. É a existência de palavras como "I", "here" ou "this" que fundamenta a identificação entre "use" e "meaning". A função dos dícticos é condicionante da significação dos restantes signos linguísticos (19).

A mostração linguística reveste-se, pois, de uma complexidade muito maior do que a mostração gestual: o campo mostrativo, na linguagem, não pode ser restritivamente considerado como um campo físico (acessível sensorialmente); o seu âmbito alarga-se a todo o campo perceptivo compartilhado pelos interlocutores: a memória e os contextos de vária ordem

a que podem implicitamente recorrer. Estabelecer a ligação entre o explícito e o implícito na comunicação verbal é a função básica da mostração linguística; mas o implícito tem aqui uma amplitude mais vasta. A ancoragem enunciativa é uma operação cognitiva fundamental.

1.3. Representar e apresentar

O papel fundamental da implicitação na comunicação verbal só foi teorizado recentemente, no âmbito da Pragmática Linguística. Mas já K. Bühler, ao insistir sobre a complementaridade entre "nomear" ("nennen") e "mostrar" ("zeigen") como actos inseparáveis na semiose linguística, se revelara consciente da utilização dos implícitos e a ligara ao funcionamento dos dícticos (ver adiante I, 2.2.).

A reflexão sobre a deixis e a importância crescente atribuída a este fenómeno é inseparável de uma progressiva tomada de consciência de que significar não é apenas representar, isto é, tornar presente algo que está ausente. É também, complementarmente, tornar significativo algo que está presente. Os dícticos "apontam" para uma presença implícita de que extraem elementos indispensáveis à significação. Esta presença (compresença) não está condicionada pela coexistên-

cia física; engloba também tudo o que constitui a memória compartilhada pelos intervenientes num acto de enunciação e que pode, por esse facto, ser considerado presente (conferindo-se assim dimensão à noção adimensional de presente).

A análise do modo de funcionamento dos dícticos põe em causa, no domínio semiológico, a teoria representacionalista tradicional. Ao conceito escolástico de sinal - estático ("aliquid pro aliquo") e transparente (através do sinal "vê-se" algo que ele representa, sem se "ver" o próprio sinal)(20) - contrapõe-se a evidência da reflexividade e opacidade do sinal linguístico. Uma teoria pragmática da significação abre caminho em substituição da teoria representacionalista clássica (21).

Processa-se uma renovação que marcará fundamente a investigação linguística e semiológica, renovação que se prende, essencialmente, com o explorar das dimensões pragmáticas do signo e da significação. Nesse processo, a Linguística segue a par com a Lógica e a Filosofia da Linguagem, em relação às quais as suas fronteiras se esbatem. É lícito afirmar que se enraizam na Semiologia as profundas transformações que desencadeou, em qualquer das referidas disciplinas, a consideração explícita das dimensões pragmáticas da linguagem. E na Semiologia se reflectem algumas das suas consequências, nomeadamente o nascimento de uma nova disciplina - a Pragmática - que vem procurando (e conseguindo)

um espaço próprio na constelação interdisciplinar em que se integra (22).

A própria "certidão de nascimento" do termo Pragmática o confirma como originário do domínio semiológico. Foi criado por Ch. Morris, como é sobejamente sabido, para designar uma das três dimensões que distingue no processo semiótico. A Pragmática é definida por Morris como a dimensão (complementar da Sintaxe e da Semântica) que diz respeito às relações entre os sinais e os seus utilizadores (os seus intérpretes) (23). Trata-se ainda de uma concepção residual (que costuma ser designada como "minimalista"(24)) da Pragmática, mas nela está já em germen o que rapidamente se tornará manifesto: "/.../ la inevitabilidad de la pragmática en el estudio del significado linguístico." (V. Camps, 1976, p. 23).

A dificuldade que constituiu o tratamento dos dícticos, quer para a Lógica e Filosofia da Linguagem quer para a Linguística, veio precipitar essa "inevitabilidade". O reconhecer da peculiaridade e importância da significação díctica e o consequente estudo aprofundado de que passa a ser objecto recolocaram em primeiro plano, na investigação sobre a linguagem, uma reflexão explícita sobre o sinal e a significação. Os dícticos tornam-se objecto de uma grande diversidade de abordagens, diversidade notória na proliferação de termos com que são designados: "egocentric particulars",

"shifters","indiciels","token-reflexive words","Zeigworter", "indexical symbols",etc.. Veremos no próximo capítulo a proveniência dessas diversas análises que se integram em diferentes vias (internas ou externas à Linguística) da pesquisa semiológica sobre a linguagem. Algumas dessas vias cruzam-se em Jakobson e é a este linguista que vai ficar explicitamente ligada (apesar de não ter tido nela uma posição original) a investigação sobre os dícticos na sua fase mais recente (ver,adiante, I,2.4.8.). Com efeito, foi em grande parte na sequência da aceitação e divulgação que teve o seu artigo "Shifters, verbal categories and the russian verb"(25) que se tornou do domínio geral o reconhecimento da peculiaridade do funcionamento dos dícticos (que passam a ser designados mais correntemente como "shifters"(26) ou "embrayeurs"(27));foi também a partir de então que foram encaradas de forma mais sistemática as implicações da análise da <u>significação díctica</u>.

1.4. <u>Estatuto semiológico dos dícticos</u>

As dificuldades suscitadas pela integração da <u>significação díctica</u> numa teoria geral da significação linguística estão patentes nas hesitações que se têm verificado

"shifters","indiciels","token-reflexive words","Zeigworter", "indexical symbols",etc.. Veremos no próximo capítulo a proveniência dessas diversas análises que se integram em diferentes vias (internas ou externas à Linguística) da pesquisa semiológica sobre a linguagem. Algumas dessas vias cruzam-se em Jakobson e é a este linguista que vai ficar explicitamente ligada (apesar de não ter tido nela uma posição original) a investigação sobre os dícticos na sua fase mais recente (ver,adiante, I,2.4.8.). Com efeito, foi em grande parte na sequência da aceitação e divulgação que teve o seu artigo "Shifters, verbal categories and the russian verb"(25) que se tornou do domínio geral o reconhecimento da peculiaridade do funcionamento dos dícticos (que passam a ser designados mais correntemente como "shifters"(26) ou "embrayeurs"(27));foi também a partir de então que foram encaradas de forma mais sistemática as implicações da análise da <u>significação díctica</u>.

1.4. <u>Estatuto semiológico dos dícticos</u>

As dificuldades suscitadas pela integração da <u>significação díctica</u> numa teoria geral da significação linguística estão patentes nas hesitações que se têm verificado

na determinação do estatuto semiológico dos dícticos, na sua classificação entre as várias espécies de sinais.

Peirce (ver adiante I, 2.3.1.) situou os demonstrativos entre os "índices", isto é, sinais que se caracterizam por uma relação existencial com o objecto que significam. A tricotomia ícone/índice/símbolo diz respeito, numa aproximação simplificada da complexa semiótica peirciana, à classificação dos sinais quanto ao modo como se estabelece a relação entre o sinal e o seu objecto. No caso do ícone, o elo que os liga assenta numa relação de semelhança, no caso do índice numa relação existencial e no caso do símbolo numa relação convencional (que tem como base uma lei). Na aplicação desta classificação aos sinais linguísticos foi apenas utilizada a oposição símbolo/índice (28); na generalidade as palavras são símbolos, mas existem algumas- os demonstrativos - que são índices: " Les pronoms démonstratifs "ceci" et "cela" sont des indices. Car ils invitent l'auditeur à utiliser ses capacités d'observation et, ce faisant, à établir un lien réel entre son esprit et l'objet." (Ch. Peirce (1893), 1978, p. 155).

Burks, ao classificar os dícticos como "indexical symbols", procura mitigar o radicalismo de Peirce e atribui um carácter híbrido a este tipo de sinais linguísticos. Na opinião de Burks, os dícticos são "símbolos" porque a relação significativa expressa pelo seu "type" é conven-

cional; mas são também "índices" porque o seu "token" tem uma relação existencial com o objecto que designa (²⁹).

Jakobson adopta a posição de Burks na caracterização dos "shifters" (o que contribui para a divulgação desta interpretação no âmbito da Linguística):"Les embrayeurs/.../ appartiennent à la classe des symboles-index. /.../ "Je" désigne la personne qui énonce "Je". Ainsi, d'un côté, le signe "je" ne peut représenter son objet "sans lui être associé par une règle conventionnelle" /.../. D'un autre côté, le signe "je" ne peut représenter son objet s'il n'est pas "dans une relation existentielle" avec cet objet: le mot "je" désignant l'énonciateur est dans une relation existentielle avec l'énonciation, donc il fonctionne comme un index." (R. Jakobson (1957), 1963, p. 179).

Também a tricotomia peirciana "tone/type/token", que foi aplicada ao estudo da linguagem na versão reduzida "type/ token", tem implicações directas na determinação do estatuto semiológico dos dícticos. Um sinal é considerado como "type" quando se encara o seu valor constante, subjacente (ou melhor, suprajacente) à multiplicidade de utilizações constituída pela soma de todas as suas ocorrências ("token"). Enquanto "type" o sinal linguístico é uma entidade abstracta, enquanto "token" é uma entidade concreta (³⁰). No caso dos dícticos, é avaliada como problemática a possibilidade de distinção entre o "type" e o "token": "eu", "tu",

"aqui", "agora", enquanto "token" são parte integrante do seu valor enquanto "type". Daí resulta o que F. Récanati considera a sua "ambiguidade sistemática": "Ce que signifient les tokens des expressions indexicales étant fonction de ce qu'ils sont, comme objets entretenant avec d'autres objets des relations de fait, et chaque token, en tant qu'objet singulier, étant unique et différent des autres, il s'ensuit que la signification d'un même mot-type, si ce mot est un index, est susceptible de varier systématiquement selon les tokens/.../. Les expressions indexicales sont, comme on l'a souvent dit, systématiquement ambigues parce que leur sens peut changer à chaque nouvelle énonciation." (F. Récanati, 1979, pp. 159- 160).

Esta forma de considerar o estatuto semiológico dos dícticos tem sido aceite quase sem discussão. E, no entanto, creio que se trata de uma interpretação susceptível de alguma crítica. Podemos concluir que, de acordo com a perspectiva aqui sumariamente apresentada e generalizadamente aceite, o que especifica os dícticos em relação aos outros sinais linguísticos é o seu carácter semiologicamente híbrido e o seu funcionamento ambíguo. Quer dizer, assume-se como traço peculiar dos signos dícticos a própria indecisão resultante da dificuldade de os definir. A caracterização dos dícticos é sempre feita pela negativa, e não deixa de ser algo paradoxal que a um tipo de sinais linguísticos cuja

importância é vista como central continue a ser atribuído um estatuto semiológico marginal.

Marginal, evidentemente, em relação a uma concepção clássica da significação, que, embora abalada pelo reconhecimento da peculiaridade dos dícticos, continua manifestamente a revelar-se dominante na própria forma - incompleta - de como é contestada. Não é apenas no caso dos dícticos que os "token" variam a cada situação de enunciação; isso acontece com todos os signos linguísticos que, pela acção dos dícticos co-ocorrentes, actualizam a sua significação virtual (type) numa designação (token) concreta sempre diferente(31). Nem é correcto afirmar, como faz Récanati, que "la signification d'un même mot-type, si ce mot est un indice, est susceptible de varier systématiquement selon les tokens.". A significação virtual (type) dos dícticos não varia a cada enunciação, mantém-se constante: "eu" tem sempre como significação virtual "aquele que enuncia", "aquele que diz "eu"".

A peculiaridade do estatuto semiológico dos dícticos não reside, assim, nem na variabilidade dos seus designados (token), que é comum a todos os sinais linguísticos; nem na sua significação virtual (type), que, tal como a de todos os outros sinais linguísticos, é constante; reside apenas, como Benveniste mostrou sem deixar lugar a dúvidas, na sui-referencialidade, isto é, no facto de os

dícticos incluirem no seu type, de forma constante, uma referência à instância da enunciação. A "instância da enunciação", não ao "token": "eu" não contém no seu type, de forma constante, uma referência aos diferentes sujeitos concretos que designa, mas sim uma referência ao "sujeito da enunciação" virtualmente considerado (32). A pertença dos dícticos ao código linguístico atesta que está incluída nesse código a necessária "representação" do acto de enunciação. "En réalité", reconhece Jakobson "la seule chose qui distingue les embrayeurs de tous les autres constituants du code linguistique c'est le fait qu'ils renvoient obligatoirement au message."(R. Jakobson (1957), 1963, p. 179 (33)).

A forma de conceber a significação linguística no seu todo é afectada pela constatação da existência dos dícticos, cuja função é extrair da própria situação de enunciação os elementos necessários à actualização não só da sua própria significação como também da dos restantes signos linguísticos. Não há razão para atribuir à significação díctica um estatuto marginal no âmbito de uma teoria da significação linguística: a linguagem verbal, sendo um sistema de representação da realidade, tem que ter as condições para se representar a si própria como parte dessa realidade, quando se objectiva como enunciação, e como forma de criar realidade, quando se projecta como ficção.

Vimos que o estudo dos dícticos tem estado

ligado, no domínio semiológico, à superação crítica da teoria representacionalista tradicional e sua substituição por uma teoria contextual da significação linguística: a presença de dícticos no código linguístico é reveladora da falta de autonomia semântica desse código. Mas como articular essa patente carência de autonomia semântica da linguagem com a sua produtividade referencial, com a possibilidade que o seu uso faculta ao falante de construir mundos possíveis auto-suficientes? Creio que a reflexão sobre o funcionamento dos dícticos continua a ser a pista por excelência para uma possível resolução desta dúvida. A produtividade referencial é o reverso da dependência contextual a que está indissociavelmente ligada (ver,adiante, I,3.). Pelo facto de a significação virtual de um signo díctico incluir implicitamente a obrigatória referência a um sistema de coordenadas enunciativas geradoras de um mundo (ver, adiante, I,3.1.), todo o uso de um díctico evoca (isto é, torna presente pela voz) não apenas um conceito ou um objecto mas o projecto de um mundo. Por outras palavras, pelo facto de os signos dícticos terem como vocação a inserção dos restantes signos da língua num contexto enunciativo-pragmático, a sua simples utilização evoca a existência de um tal contexto. Fr. Jacques designa como retro-referencialidade essa capacidade que têm os dícticos de pressupor um contexto enunciativo: "/.../ "je" est incapable de faillir à sa mission d'indicateur de per-

sonne - il pointe toujours dans la bonne direction, présupposant l'existence du désigné (par rétro-référence)" (Fr. Jacques, 1979, p. 119).

O estudo da deixis deverá, portanto, determinar também um alargamento da teoria da significação linguística aos problemas ligados à ficção, um aspecto do funcionamento da linguagem que só costuma ser tomado em conta pela Teoria da Literatura ([34]), mas que se torna indispensável, como tento defender neste trabalho, considerar também do ponto de vista da Linguística: a produtividade referencial (a "linguagem criativa", na expressão de K. Hamburger([35])), não é exclusiva do uso literário das línguas, é antes condição sine qua non do seu funcionamento comum.

N O T A S

1. "L'énonciation est à la mode": esta constatação com que Cath. Fuchs abre um artigo em que reflecte sobre o lugar e estatuto do sujeito na actividade verbal (ver A. Joly, org., 1980, pp. 143-152) poderia englobar também a deixis, conceito de que se pode igualmente dizer que "está na moda".

2. J.-C. Milner refere-se ao sujeito como "terme exorbitant", na medida em que não é representável numa gramática formal (ver J.-C. Milner, 1978, p. 18).

3. Instância da enunciação ou instância do discurso são expressões usadas por Benveniste que sublinham o facto de o sujeito ser encarado como "realité de discours": "Quelle est donc la "réalité" à laquelle se réfère je? Uniquement une "réalité de discours"/.../. je ne peut être identifié que par l'instance de discours qui le contient et par là seulement."(E. Benveniste, 1966, p.252); "Quand l'individu se l'approprie, le langage se tourne en instances de discours, caractérisées par ce système de références internes dont la clef est je et définissant l'individu par la construction linguistique particulière dont il se sert quand il s'énonce comme locuteur."(ibidem, p.255).

4. Na opinião de Fr. Jacques,"La linguistique a mis un certain temps à rendre compte de la subjectivité dans le langage. On note une sorte d'hésitation de sa part à reconnaître l'instance productrice, et surtout sa spécificité." (Fr. Jacques, 1979, p.93.).

5. Sublinhado por mim.

6. Sublinado por mim.

7. J.-C. Milner refere "/.../cet impossible: une linguistique sans théorie du signe."(J.-C. Milner,1978,p.48).

8. Cf, Eva Picardi,1986.

9. Sobre João de São Tomás ver "Segno e Significazione in João de São Tomás", in Herculano de Carvalho,1969,pp.129-168; sobre Pedro da Fonseca, ver Luïgi Romeo,1979("Pedro da Fonseca in Renaissance Semiotis") e a edição, feita por J. Ferreira Gomes, do original em latim e da tradução portuguesa da obra Instituições Dialécticas de Pedro da Fonseca (Instituições Dialécticas(Institutionem dialecticarum libri octo), 2 vols., Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, 1964). Ver também um importante artigo de John Deely sugestivamente intitulado "Iberian fingerprints on the doctrine of signs"(J. Deely,1986).

10. Ver Herculano de Carvalho,1967, capítulo 7 e também o artigo, do mesmo autor, citado na nota anterior.

11. Resta esperar que não fiquem de novo esquecidos em conjunto com o contributo de Herculano de Carvalho, que J.A.Seabra sublinha ao traçar a história recente da Semiótica

em Portugal:"Um primeiro esboço de abordagem de algumas questões básicas da problemática semiológica pode detectar-se nos estudos linguísticos de Herculano de Carvalho /.../."(J.-A.Seabra,1985,p.9).

12. Cf."Depuis que ces deux génies antithétiques, Peirce et Saussure, ont, en complète ignorance l'un de l'autre et environ en même temps, conçu la possibilité d'une science des signes et travaillé à l'instaurer /.../." (E. Benveniste, 1974,p.43).

13. Ao falar de "começo" da Linguística em Portugal é evidente que L. Romeo se refere à Linguística Geral, de inspiração saussuriana. A designação "Linguística", aplicada aos estudos sobre a linguagem, só tardiamente substituiu, entre nós,"Filologia": no curriculum das Faculdades de Letras, o termo "Linguística" surge pela primeira vez na reforma de 1957. A mudança de designação correspondeu, na Faculdade de Letras de Coimbra, a uma efectiva mudança de conteúdo pelo menos no caso de uma das cadeiras de Linguística - Introdução aos Estudos Linguísticos - regida, a partir de 1958, por Herculano de Carvalho.

14. Na Teoria da Literatura de V. Aguiar e Silva a reflexão semiológica constitui o ponto de partida da teorização literária. A análise do fenómeno semiológico em geral e da semiose literária enquanto forma específica desse fenómeno geral ocupa algumas dezenas de densas páginas (ver V. Aguiar e Silva,1982, capítulos 2 e 3). Esta preocupação fundamental com a dimensão semiótica da Literatura (e da linguagem, em geral) não surge na obra de Aguiar e Silva como mero reflexo de uma "moda", antes está enraizada na sólida formação que possui no domínio da Linguística Geral e da Semiologia (e a

que não será talvez alheio o facto de ter sido aluno de Herculano de Carvalho).

15.Cf. J. A. Seabra,1985,p.10: "/.../ a Semiótica irá abrindo caminho através da influência do estruturalismo, que se faz sentir em fins da década de 60, sobretudo no domínio da crítica literária e por via francesa, como na cultura portuguesa é tradicional.".

16. Cf.o que K. Bühler refere sobre esse mito da origem díctica da linguagem verbal: " Se tropieza hoy aquí y allá con un mito moderno sobre el orígen del lenguaje que, expresamente o no, se apoya en el modo de pensar de Brugmann y otros, y toma trama el tema de los demostrativos de manera que aparecen como las palabras primitivas del lenguaje humano sin más. Habría precedido la muda deixis, el señalar con el brazo y el índice extendidos y los gestos indicativos análogos con la cabeza y con los ojos. Este señalar objetos y procesos en el campo de la percepción /.../ sería primero subrayado y luego provisto cada vez más y amplificado con signos fonéticos codemostrativos. Y, por último, los gestos serían superados y en parte sustituídos por signos fonéticos sólos." (K. Bühler (1934) 1979, p. 105).

Ao afirmar, no seu artigo "As mãos e o espírito" (O. Lopes, 1986, p.155) que "a linguagem articulada é outra estupenda projecção das mãos do homem", óscar Lopes sugere, de forma breve mas expressiva, essa ideia de uma possível génese da linguagem como prolongamento verbal do gesto de apontar.

17. Faço esta afirmação com base na observação de um episódio que por casualidade testemunhei e que me parece elucidativo. Alguém repetia a uma criança em idade de começar a dizer as

primeiras palavras: "Olha a luz, a luz.", apontando com o dedo para a lâmpada de um candeeiro. Quando, a seguir, ao tentar verificar a eficácia do ensinamento, perguntou à criança: "A luz? Onde está a luz?", a pequenita olhou para o próprio dedo indicador, que tinha previamente estendido para a frente. O caso foi comentado, superficialmente, como sinal de falta de inteligência por parte da criança, o que me pareceu incorrecto: tratava-se apenas do desconhecimento de uma convenção. Até aí, possivelmente, os objectos de que aprendera o nome tinham-lhe sido mostrados directamente, o que a levou a identificar "luz" com o dedo estendido, que era o que lhe estava a ser mostrado. Só pela repetição subsequente deste gesto ligado à denominação ostensiva de outros objectos a criança iria ter a possibilidade de abstrair e generalizar e, portanto, aprender que mostrar o dedo indicador estendido não significa chamar a atenção para o próprio dedo mas para algo que, no campo visual, está na direcção dele.

18. Cf. o que a este respeito afirma J. Lyons: "Any theory of deixis must surely take account of the fact that the gesture of pointing of itself will never be able to make clear wether it is some entity, or some location that the addressee's attention is being directed to. Identification by pointing, if I can use the term 'pointing' in a very general sense, is deixis at its purest; and it is only when deixis operates within at least a rudimentary language-system that ostensive definition, as such, becames feasible." (J. Lyons, 1975, p. 65).

19. Umberto Eco afirma que os dícticos são "signos metalinguísticos que estabelecem de que modo devem ser usados outros signos concretamente emitidos."(U. Eco (1973), 1985, p.158).

20. F. Récanati considera paradoxal o que designa como presença-ausência do sinal na teoria semiológica clássica: "/.../ce paradoxe très sensible dans toute la littérature classique: c'est le paradoxe de la présence-absence du signe. Il faut que le signe soit présent (pour représenter la chose signifiée); mais s'il est trop présent, il finit par cacher la chose qu'il est censé dévoiler." (F. Récanati, 1979, p. 17).

21. Cf. F. Récanati, ibidem.

22. Cf. a obra colectiva Le Langage en Contexte - Études Philosophiques et Linguistiques de Pragmatique (H. Parret, org., 1980); cf. também os problemas postos na International Pragmatics Conference (Viareggio, Set/85), colóquio que "/.../ tornou uma vez mais patente a grande efervescência teórica que marca a investigação neste domínio, mas evidenciou também o vigor, a desenvoltura e a generalizada adequação com que ela se afirma como domínio de ponta na reflexão sobre a linguagem e a comunicação." (da Notícia sobre este colóquio subscrita por Jaquim Fonseca e publicada em ICALP, Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, nºs 2 e 3, Agosto-Dezembro/1985, p. 169).

23. Cf. Ch. Morris (1938), 1971, pp. 19 e segs..

24. Ver H. Parret, "Introduction" in H. Parret, org.,1980, p. 11: " La doctrine de Morris a évolué entre Foundations of the Theory of Signs (1938) et l'ouvrage plus récent Signs, Language and Behaviour (1946), et l'impact de Peirce, de plus en plus décisif, l'a détourné de sa conception initiale "minimaliste" de la pragmatique. Il est, en outre, intéressant, d'illustrer cette tension entre la définition "mini-

maliste" de la pragmatique (comme composante de la sémiotique tridimensionnelle) et l'approche "maximaliste" (la pragmatique comme base intégrante de la théorie linguistique).".

25. Artigo publicado em 1957 no Russian Language Project, Department of Slavic Languages, Harvard University, e divulgado sobretudo na versão francesa que dele fez N. Ruwet ao organizar o volume de artigos de Jakobson a que deu o título Essais de Linguistique Générale (R. Jakobson, 1963).

26. O termo "shifter" foi usado pela primeira vez por O. Jespersen em 1922 (ver adiante I,2.4.1.).

27. Tradução francesa do termo proposta por N. Ruwet em 1963 (ver nota 69 do próximo capítulo).

28. A distinção entre índice e símbolo corresponde, grosso modo, à distição entre sinal natural e sinal convencional que é uma oposição antiga, com larga representação na tradição semiológica europeia. Saussure adoptou-a e deu-lhe relevo ao reformular o princípio da arbitrariedade do signo linguístico. Peirce, ao escolher o termo símbolo para designar o sinal convencional, ignora essa tradição europeia de estudos semiológicos em que símbolo tem uma acepção muito diferente: a de sinal parcialmente convencional. O símbolo está ligado ao seu objecto por uma relação que se baseia numa convenção, mas que se apoia também numa relação intrínseca, de tipo analógico: a "pomba" como símbolo da "paz"; a "balança" como símbolo da "justiça",etc.. Atente-se na argumentação de Saussure contra a utilização do termo símbolo para classificar o sinal linguístico: "On s'est servi du mot symbole pour désigner le signe linguistique, ou plus exactement ce que nous appelons signifiant. Il y a des inconvénients à

l'admettre, justement à cause de notre premier principe [l'arbitraire du signe]. Le symbole a pour caractère de n'être jamais tout à fait arbitraire; il n'est pas vide, il y a un rudiment de lien naturel entre le signifiant et le signifié. Le symbole de la justice, la balance, ne pourrait pas être remplacé par n'importe quoi, un char, par exemple." (F. de Saussure (1916), 1960, p.101). Sobre a definição de símbolo nesta acepção (que é, aliás, a que a palavra tem na linguagem corrente) ver também Herculano de Carvalho,, 1967, p. 135 e segs. e ainda, do mesmo autor, os artigos "Símbolo e conhecimento simbólico" in Rumo, nº135, 1968, e "Conhecer poético e símbolo" in Revista da Faculdade de Letras, 3ª série, 1971, ambos reproduzidos em Herculano de Carvalho, 1984, pp. 247-262 e 263-283, respectivamente.

29. Cf. A Burks, 1948/49, pp. 681 e segs..

30. A esta dicotomia terminológica, largamente usada na Lógica e Filosofia da Linguagem, correspondem, na Linguística, várias outras, como por exemplo valor/emprego, directamente inspiradas pela distinção saussureana langue/parole, que consagrou e transformou em lugar comum, na análise linguística pós-saussuriana, a necessidade de separação metodológica entre um sistema abstracto de entidades e a sua utilização concreta. Cf., entre outras, a seguinte explicação de P. Imbs sobre a oposição valor/emprego: "Seules sa compréhension et son extension totales constituent la valeur d'une forme; la somme des conditions particulières auxquelles elle se prête constitue la somme de ses emplois." (P. Imbs, 1960, p. 10). De um ponto de vista metodológico, a necessidade deste tipo de distinção permaneceu mesmo depois de superados os seus pressupostos teóricos. Basta pensar, por exemplo, nas distinções phrase/ énoncé ou texte/discours

definidas e utilizadas por O. Ducrot já no âmbito de uma abordagem pragmática da linguagem.

31. Sobre significação virtual e significação actual ou designação, conceitos equivalentes aos de type e token, ver Herculano de Carvalho, 1967, pp. 143-150.

32. Do mesmo modo, e pelas mesmas razões, me parece contestável que se classifique como "existencial" a relação que se estabelece entre o signo díctico e o seu objecto (cf. a afirmação de Jakobson, na citação transcrita atrás, em que retoma as opiniões de Peirce e Burks). A escolha do termo "existencial" é manifestamente infeliz: só no caso dos sinais naturais se pode dizer que a relação entre o sinal e o seu objecto é uma relação existencial; ora todos os sinais linguísticos são convencionais e os dícticos não constituem excepção. Mesmo no caso da deixis indicial, única que põe em jogo uma relação real, a relação que os dícticos estabelecem com o seu objecto não é existencial: é, quando muito, uma relação co-existencial, isto é, uma relação de compresença. Uma prova de que os dícticos não estão ligados ao seu referente por uma relação existencial é a possibilidade de serem usados na ausência desse referente, uma ausência que pode ser inclusivamente inexistência (ver adiante I,3.).

33. Sublinhado por mim."Message" deve ser entendido no sentido de "processo de produção da mensagem" (ver, adiante, I, 2.4.8.).

34. Cf. V. Aguiar e Silva, 1982, pp.609 e segs..

35. Cf. K.Hamburger(1957),1973, p.343:"The logic of literature is not concerned with merely "poetic" language, but with creative language, with that language wich produces the forms of literature."

C A P Í T U L O 2

PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DA DEIXIS: UM PERCURSO

" Le progrès ne consiste pas à nier ce qui a précédé mais à l'incorporer."

(apud Arne Klum, Verbe et Adverbe)

"Al poner otra palabra en mi palabra /.../la violento, la obligo a encajar en mi punto de vista, a servirme para corroborar o negar, para creer o para descreer. Y simultáneamente /.../, me alieno, me sumo a la autoridad del consenso, me pliego a lo ya dicho."

(Graciela Reyes, Polifonía textual)

2. Perspectivas de abordagem da deixis: um percurso.

2.1. Origens

A origem grega da palavra deixis (δεῖξις, substantivo deverbal de δείκνυμι, "mostrar"(1)) coincide com a origem, grega também, do seu uso na descrição gramatical, da sua transformação em noção metalinguística.

A relação do termo deixis com a linguagem parece estar patente a nível etimológico (2), uma vez que a raiz deik-/ dik- é comum a várias palavras gregas e latinas entre as quais se inclui o latim dicere. Atente-se nas informações fornecidas por Ernout e Meillet sobre o campo etimológico em que se inclui dicere: "...: formes alternatives de la racine deik-/dik-, "montrer", cf. gr. δείκνυμι et δίκη /.../. La parenteté avec le grec a été vue par les latins; cf. Varron, L.L. 6, 61, dico originem habet Graecam, quod graeci δεικνύω

/.../. Le verbe qui signifie montrer dans les autres langues s'est spécialisé en latin, comme en osco-ombrien, dans le sens de "montrer, faire connaître par la parole, dire". Le sens de "désigner" est encore sensible dans une phrase comme: sequar, ut institui, diuinum illum uirum quem saepius fortasse laudo quam necesse est - Platonem uidelicet dicis (Cic., Leg. 3, 1.).". (A. Ernout e A. Meillet (1932),1959, p. 172).

Costumam ser referidas como pertencentes a esta mesma família etimológica indoeuropeia outras palavras ligadas à área da significação, como signum e Zeichen: " Que significan palabras como Zeichen, σῆμα, δείξις, signum. seign ? En el domínio de las lenguas indoeuropeas /.../ las raíces de los dos grupos principales de palabras con significación de signo aluden al campo de lo visible. Los dos momentos aprehendidos originariamente son aquí "claridad, visibilidad", o bien "hacer claro y visible", y por otra parte "poner delante de los ojos" /.../; el mostrar (descubrir) las cosas al espectador o, a la inversa, el conduzir al espectador (a la mirada espectadora) hacia las cosas." (K. Bühler (1934), 1979,p. 56) (3).

Tanto quanto se sabe, foi o gramático grego Apolónio Díscolo (sec. II DC), que figura na história da gramática como o criador da Sintaxe, quem pela primeira vez usou a palavra deixis como noção metalinguística (4), tendo-o

feito para descrever a função dos pronomes pessoais e dos que passaram a ser designados na terminologia gramatical como demonstrativos. A primeira ocorrência metalinguística do termo deixis surge, pois, no domínio da descrição gramatical, sem uma relacionação explícita com a teoria da significação linguística. Traduzido depois para latim (por Donato, segundo tudo leva a crer), como demonstratio , a correspondente designação demonstrativo, aplicada a uma das espécies de pronomes, permaneceu até hoje na tradição gramatical. Tendo sido a tradução latina de deixis a ficar consagrada na terminologia gramatical, o termo original grego não sofreu qualquer desgaste e ficou "disponível" para a utilização que veio a ter posteriormente na teoria da linguagem.

Foi, assim, modesto o nascimento de um termo (e da respectiva noção) a que estava prometido grande futuro no domínio do estudo da língua. E modesta continuou, durante séculos, a sua vida: acantonado (e sub-aproveitado) num pequeno capítulo da gramática onde o foi descobrir, no limiar do sec XX, o filólogo alemão K. Brugmann. Num aprofundado estudo sobre os demonstrativos no indoeuropeu (⁵), Brugmann teve necessidade de distinguir quatro tipos de mostração a que chamou der-deixis, ich-deixis, du-deixis e jener-deixis. Ao fazê-lo, e ainda que tenha usado designações inadequadas, como apontaram mais tarde Wackernagel e Bühler, explicitou algo que sempre ficara implícito, a saber, que a mostração

pressupõe um "lugar" a partir do qual "se mostra" e que constitui,assim, um marco de referência.

Chegou, pois, muito perto da noção, fundamental, de campo mostrativo, como reconhece Bühler: " Es curioso lo cerca que ha llegado Brugmann de la concepción del campo indicativo, sin realizarla. Ha dado al punto originario des sus proprias reflexiones generales, a las que se ve obligado para dominar el hecho histórico complejo de los demostrativos indoeuropeos, un nombre (o más exactamente algunos), que sólo sería menester tomar bastante en serio e interpretar con suficiente agudeza para encontrar apuntada la teoría del campo indicativo del lenguaje con la mayor parte de lo que le pertenece.". (ibidem, p. 103).

2.2. Karl Bühler

É o próprio Bühler que vai "tomar a sério e interpretar com suficiente agudeza" as reflexões de Brugmann sobre os demonstrativos e chegar, a partir delas, à formulação do conceito de campo mostrativo e à transposição da noção de deixis para o âmbito da teoria da linguagem, onde passe a ocupar um lugar fundamental. A "redescoberta" da deixis por Brugmann (e) foi, pois, tanto mais decisiva quanto

esteve na origem da sua consideração por Bühler que pôs fim, de uma vez para sempre, à situação de "sub-aproveitamento" em que desde há séculos se encontrava. De modesto conceito auxiliar na definição de uma sub-classe dos pronomes, a deixis passa a ser, a partir de Bühler, um conceito-base da teoria da linguagem.

Recolhendo sugestões de outros teóricos da linguagem seus contemporâneos como Gardiner, Wegener e Cassirer (além do já mencionado Brugmann) e ligando-as à sua própria investigação sobre a teoria da expressão(7), K. Bühler dá forma a uma teoria da significação linguística em que as dimensões pragmáticas estão já claramente contempladas (8). Ao estabelecer a distinção entre momear ("nennen") e mostrar ("zeigen") como duas formas básicas e complementares da significação linguística, Bühler consagrou a importância e a especificidade da significação díctica. A função representativa não é a única que os signos linguísticos desempenham. A existência, nas línguas naturais, de signos mostrativos ("Zeigzeichen") ao lado dos signos conceptuais ("Nennworter") prova que mostrar, apontar (usando a linguagem) é um recurso significativo complementar da representação conceptual.

Bühler desenvolve a sua hipótese sobre o funcionamento da linguagem com base no que designa como teoria do duplo campo (9) e segundo a qual se articulam, na linguagem verbal, um campo simbólico (Symbolfeld) e um campo

mostrativo (Zeigfeld): "La teoría de los dos campos afirma que el mostrar y presentar /.../ pertenece a la esencia del lenguaje natural exactamente igual que la abstracción y la aprehensión conceptual del mundo/.../. Esta es la quintaesencia de la teoría del lenguaje desarollada aquí." (ibidem, p. 13). A novidade desta teoria - em que Bühler utiliza um conceito de "campo" proveniente do domínio da Psicologia (1º) - consiste essencialmente na definição de um campo mostrativo cujo centro ("origo") é o sujeito falante e as sus coordenadas espacio-temporais ("ego-hic-nunc"). O campo mostrativo assim definido é de natureza linguística, já que se desenha a partir de um sistema de coordenadas instituído por cada acto de enunciação e só por ele.

A conjugação deste campo mostrativo com o campo simbólico formando o que Bühler designa como sistema de campos (Feldsystem) permite explicar a produtividade da linguagem verbal, o facto de ser possível, "/.../ con un repertorio limitado de formas linguísticas representar de un modo suficientemente diferenciado y exacto una multiplicidad ilimitada." (ibidem, p. 95).

Ao definir o conceito de campo mostrativo e ao analisar a mostração verbal nas suas três formas - deixis "ad oculos", anáfora e deixis "am Phantasma" - Bühler procura uma explicação para a inesgotável produtividade da linguagem verbal, característica que coexiste, neste sistema semiótico,

com uma insuperável economia de meios. Não tem sido dada a devida importância à explicação que Bühler propõe para este facto ao delinear a sua teoria do duplo campo, teoria que tem um poder explicativo claramente superior ao da teoria da dupla articulação de Martinet, a que habitualmente se recorre para dar conta da produtividade e economia da linguagem verbal. A teoria do duplo campo supera a da dupla articulação tornando manifestas ("avant la lettre") as suas limitações (11).

O contributo de Bühler à investigação sobre a linguagem não pode ser circunscrito, como costuma acontecer, à redescoberta da deixis e à definição do campo mostrativo, com incidências num âmbito delimitado, o da significação díctica; a sua teoria aponta para úma nova forma de conceber globalmente a significação linguística como resultante da conjugação de duas ordens de valores dos signos linguísticos, o valor conceptual e o valor de campo. Bühler explicita mais que uma vez essa intenção de, a partir da consideração dos dícticos e seu funcionamento, chegar a uma nova forma de conceber globalmente a significação linguística (12).

2.2.1. A rentabilidade teórica do conceito bühleriano de campo mostrativo está patente no desenvolvimento que a partir dele opera Bühler ao distinguir, na linguagem

verbal, três campos mostrativos correspondentes a três modos de mostração : deixis "ad oculos", anáfora e deixis "am Phantasma". Verifica-se, assim, na linguagem verbal, uma reprodutividade da noção de campo mostrativo: à imagem e semelhança do campo mostrativo situacional são criados, segundo Bühler, um campo mostrativo textual e um campo mostrativo imaginário (ver adiante I, 3.3.).

Está subjacente a esta reprodutividade analógica do conceito de campo mostrativo o carácter essencialmente espacial da deixis bühleriana. No espaço concreto que se gera à volta da "origo" enunciativa fundamenta-se a concepção, por analogia, de um espaço textual: espaço igualmente concreto dado o carácter extenso e linear dos signos linguísticos e visualizável na imagem gráfica do texto. Já o espaço imaginário em que se torna possível realizar a mostração "am Phantasma" é mais difícil de delimitar e Bühler não chega a fazê-lo (ver adiante I, 3.).

Bühler designa como deixis ad oculos a mostração verbal (e consequente localização) dos objectos presentes no campo mostrativo situacional. O carácter concreto (captável por via sensorial) deste campo mostrativo está explícito na referência aos "olhos": trata-se de uma mostração que se apoia sobretudo na visão. Sobretudo, mas não exclusivamente: há uma forte participação da audição na descodificação desta forma de mostração, e Bühler designa-a também, pelo menos uma

vez,como "demostratio ad oculos y ad aures" (ibidem, p.124). A prova mais óbvia de que a deixis indicial não tem um carácter exclusivamente visual é o facto de os cegos poderem descodificar os dícticos indiciais, identificando o marco de referência enunciativo pela via auditiva. Os recursos auditivos são, aliás, correntemente utilizados ou como complemento dos recursos visuais ou mesmo autonomamente: "Sou eu.", dito no intercomunicador ou ao telefone; "Estou aqui.", numa sala às escuras, etc...só são interpretáveis através de dados auditivos (proveniência do som, timbre da voz).

Pode ainda detectar-se, na mostração "ad oculos", o recurso a outros dados sensoriais, sobretudo se atentarmos no uso indicial do díctico assim - esse "modesto díctico", como o designa óscar Lopes num artigo em que se refere, breve mas agudamente, à especificidade das funções dessa "palavrinha" cuja "dignificação teorética" se propõe (com êxito) fazer ([13]). Usado na mostração "ad oculos", assim permite apontar para movimentos corporais, atitudes e sensações de vária ordem, fazendo apelo a outros sentidos além da vista e do ouvido ([14]).

2.2.2. A anáfora é, na concepção de Bühler, uma forma de mostração linguística derivada, resultante da

transposição do modo de funcionamento da deixis "ad oculos" (15) para o espaço textual: " Hay también una mostración de lugares en la estrutura del discurso, y las línguas indoeuropeas utilizan para esta mostración en buena parte las mismas palabras que para la demonstratio ad oculos. Sencilla /.../ es la descripción de la situación: un orden allí en el espacio y sítios en él; un orden aquí en la fluencia del discurso y lugares en él /.../." (ibidem, p. 139) (16).

Bühler assinala, como denominador comum a estes dois modos de mostração, a existência de uma ordem espacial (uma topologia), com base na qual se podem realizar operações de localização ("mostración de lugares" a partir de um "lugar" de referência). No caso da anáfora, essa ordem espacial é a "orden en la fluencia del discurso", o carácter extenso e linear do texto que, tendo uma realidade mental (no texto oral) ou mental-visual(izável) (no texto escrito), é uma dimensão que pode ser explorada pelos falantes quer no sentido retrospectivo quer no sentido prospectivo (ana- ou catafórico) (17).

A presença real, na deixis ad oculos, de um campo mostrativo acessível sensorialmente, corresponde, no caso da anáfora, a presença, não menos real, na memória imediata do locutor e do interlocutor, de um campo mostrativo textual acessível mentalmente. Ao recorrer à noção de memória imediata, Bühler acentua que o que unifica a possibilidade

que têm os falantes de utilizar implicitamente certos dados contextuais é o facto de eles serem acessíveis pela sua proximidade (18). Se na referência que faz Bühler a uma ordem espacial está implícita uma concepção topológica, a insistência na noção de proximidade anuncia o conceito de vizinhança topológica, conceito de inspiração matemática que virá a ser utilizado de forma operativa na descrição do funcionamento dos dícticos (19).

Ao longo da leitura da Sprachtheorie de Bühler é possível captar uma certa matização do conceito de anáfora. Verifica-se a tendência para um acentuar progressivo do carácter sintáctico da mostração anafórica, e as entidades linguísticas que desempenham tal função - não apenas os pronomes demonstrativos mas também os artigos, os pronomes relativos, as conjunções - são analisados por Bühler como elementos responsáveis pela articulação discursiva (20).

Esta tendência acentua-se quando Bühler, no penúltimo Parágrafo da obra - intitulado, justamente, "La anáfora. Las articulaciones del discurso" - se refere à anáfora como mostração sintáctica e lhe reconhece um estatuto diferente do das outras formas de mostração: "La deixis en fantasma se funda exactamente en los mismos supuestos psicológicos que la demonstratio ad oculos y opera con los mismos recursos sensibles. Pero las cosas resultan distintas en el momento en que, en lugar de la mostración real aparece una

mostración sintáctica." (ibidem, p. 406); " La anáfora es mostración reflexiva y como tal tiene que distinguir-se de la mostración real usual." (ibidem, p. 407).

2.2.3. A terceira modalidade de deixis definida por Bühler - a deixis "am Phantasma"(21) - diz respeito à possibilidade de apontar, usando os dícticos, para seres, objectos ou acontecimentos situados num campo mostrativo imaginário, isto é, evocado pela memória ou (re)construído pela imaginação. É o tipo de mostração linguística em que se torna mais evidente o poder da linguagem de criar o seu próprio contexto referencial (ver adiante I,3.).

É a partir de uma "origo" constituída pelas coordenadas enunciativas (EU-AQUI-AGORA) que se desenha, na mostração "ad oculos", um campo mostrativo em que é possível "apontar" para objectos e circunstâncias. Se se conceber uma outra "origo", resultante da tranposição fictiva do EU enunciador, que se "desloca" apoiando-se nos dados da memória (utilizados para a reprodução ou para a construção de um quadro situacional), compreende-se que a partir dessa "origo" transposta seja possível desenhar-se um campo mostrativo de características idênticas às do campo mostrativo da deixis "ad oculos". É à mostração fictiva realizada nesse campo

mostrativo imaginário (isto é, (re)construído mentalmente) que Bühler chama deixis "am Phantasma", usando o termo "phantasma" com o sentido de "imagem mental" que tinha para os Estóicos (22) e que se conservou na tradição escolástica (23).

Para a caracterização desta forma de deixis, Bühler recorre a uma explicação psicológica que a liga à memória (não imediata) e á fantasia (palavra etimologicamente ligada a "fantasma"): "Si el psicólogo tropieza con quales-quieres funciones en el campo de la llamada retención inmediata, busca luego funciones análogas en el campo de la retención no ya inmediata sino mediata, es decir, en el campo de los recuerdos y de la fantasía construtiva. Su expectativa de encontrarse también allí con los demostrativos no es defraudada, sino cumplida en una manera insospechada /.../. Queremos llamar a este tercer modo de mostración la deixis en fastasma." (ibidem, p. 141).

A mostração "am Phantasma" (mostração fictiva) é, portanto, a que se verifica quando o emissor usa a linguagem verbal para se desinserir fictivamente do EU-AQUI-AGORA a que está irremediavelmente ligado, superando, por uma ficção linguística, essa contingência de todo o falante e "deslocando-se (com o seu interlocutor), "al reino de lo ausente recordable o al reino de la fantasía construtiva /.../ el reino del 'en qualquier parte' de la fantasía pura y el reino del 'allí y allí' del recuerdo." (ibidem, p. 143-

144). Por outras palaveas, é o modo de mostração que o falante utiliza na narração e na ficção, pelo que me proponho designar também esta forma de deixis como deixis fictiva ou deixis narrativa.

Terei ocasião, no próximo capítulo, de retomar o conceito de deixis "am Phantasma" e de insistir sobre a importância de que se reveste a consideração das suas implicações no âmbito da análise da produtividade referencial da linguagem.

2.2.4. A abordagem que Bühler faz da deixis constitui, pela sua profundidade e carácter globalizante, uma ampla reflexão sobre o funcionamento da linguagem que virá a ter grande influência: muito do que encontramos na Linguística posterior, nomeadamente no âmbito da teoria da enunciação e da pragmática, representa, em grande parte, um repensar das propostas de Bühler.

Para além dos domínios em que essa influência é sobejamente conhecida - como por exemplo no caso das funções da linguagem, em que o modelo triádico de Bühler (três funções fundamentais da linguagem em relação com três elementos básicos do acto de fala (24)), foi um ponto de partida para Jakobson, que o desenvolveu e completou com o

êxito que se sabe - há outros aspectos a considerar. Bühler foi inegavelmente um precursor: podem detectar-se na sua obra muitos dos tópicos que virão a estar em primeiro plano nas tendências mais recentes da reflexão sobre a linguagem.

Emana da análise bühleriana do funcionamento dos dícticos uma inequívoca consciência das dimensões pragmáticas da linguagem. Bühler chega a falar, explicitamente, da necessidade de ser elaborada uma teoria da acção verbal - "eine Theorie der Sprechhandlung" (K. Bühler, 1934, p. 55). Ao lado de "Sprechhandlung" surge também o termo "Sprechakt" (ibidem, p.48) que, na versão inglesa "speech act", virá a ter enorme divulgação. A necessidade de recorrer à criação de termos como "Sprechhandlung" e "Sprechakt" é um sintoma da importância decisiva que Bühler descobre na dimensão accional da linguagem: "Me parece que se ha hallado algo así como un hilo de Ariadne , que saca toda clase de confusiones comprendidas a medias, cuando se define decididamente el hablar como acción /.../.Conviene advertir que la inserción del hablar en otra conducta con sentido merece un nombre proprio /.../". (K. Bühler (1934), 1979, p. 72) (26).

Concebendo a significação linguistica como resultante de um sistema de campos - "Feldsystem"- (ver atrás I, 2.2.), Bühler está na linha de numa teoria contextual da sigificação: daí a sua insistência no conceito de "Umfeld" (26) e na necessidade de um estudo sistemático do que refere como contextos relevantes - "relevanten Umfelden" (27). Tem

particular interesse, creio, o que diz sobre a "fala elíptica", chamando a atenção para a complementaridade entre o explícito e o implícito na comunicação linguística: " Hay también una cultura superior del habla "elíptica", en la cual se utilizan los valores de campo de la situación para la plenitud y precisión del sentido de las islas fonéticas." (ibidem, p.107). Alargando os casos de uso "elíptico" ao que designa como modos de falar "emprácticos", refere-se genericamente a um uso empráctico dos signos linguísticos. O conceito de "Umfeld" é inseparável do de situação, também abundantemente mencionado por Bühler, que fala inclusivamente de uma "teoría de la situación en el lenguaje" (ibidem, p. 42), ligando a sua génese à obra de Gardiner The Theory of Speech and Language(1932) (28).

A sensibilidade de Bühler às dimensões pragmáticas da linguagem é notória na seguinte definição de acção verbal, em que vemos aflorar a noção de performatividade: "/.../ hay situaciones en las que el problema del momento, la tarea de la circunstancia vital, se resuelve hablando: acciones verbales."(ibidem, p.73).

Tem sido dito a propósito do Cours de Linguistique Générale que, apesar de Saussure nunca ter usado o termo "estrutura", ele está lá, em todas as entrelinhas. O mesmo se pode afirmar, creio, em relação ao termo "pragmática" (29) na Sprachtheorie de Bühler : a palavra nunca é usada, mas está sempre presente. A teoria da linguagem de Bühler é, efectiva-

mente, uma teoria pragmática da linguagem que representa uma crítica "avant la lettre" às ilusões do estruturalismo de ser possível realizar cabalmente o intuito programado por Saussure, a saber (e em palavras de Bühler): "/.../ la liberación de las formas linguísticas (según su valor funcional) de las circunstancias de la situación verbal concreta."(ibidem, p. 77).

Nas várias referências que faz a Saussure, Bühler deixa entrever uma atitude crítica de discordância, apesar de todo o apreço que manifesta pelo Cours: "casi es lástima que haya que criticar", conclui depois de confessar que encontra na obra, cada vez que a lê, "una hoja nueva" e de afirmar, revelando dotes proféticos: " Estoy convencido de que sólo estamos en el comienzo de la repercusión histórica de la obra de De Saussure." (ibidem, p. 27). Mas a admiração que Bühler sentia pelo espírito de Saussure, pela sua "inquietud y conciencia lógica" (ibidem, p. 35) não o impediu de se distanciar dele teoricamente e de lançar as bases de uma superação inevitável da dicotomia langue/parole. Os dícticos, que Bühler "promoveu" a categorias fundamentais da lingua, virão a revelar a vulnerabilidade incontornável de qualquer concepção do sistema linguístico como "invulnerável" às circunstâncias do acto de enunciação (30).

A preponderância do contributo de Bühler para a

análise da significação díctica, a que entendi dever dar o merecido relevo, não pode fazer esquecer outras vias detectáveis na pesquisa sobre os dícticos e sua especificidade enquanto sinais linguísticos. Já antes referi sumariamente (ver I,1.3.) algumas perspectivas de abordagem (internas e externas em relação à linguística) que levaram ao sublinhar da importância dos dícticos e conduziram, no âmbito da semiologia, a uma concepção pragmática da significação (ver atrás I,1.4.). Numa exposição, necessariamente breve, sobre essas perspectivas de abordagem distinguirei, simplificando, apenas duas vias: a primeira, externa à Linguística, essencialmente lógico-filosófica e predominantemente anglo-saxónica; a segunda, interna à Linguística , na linha de uma tradição de estudos gramaticais, e directamente filiada no estruturalismo.

Uma e outra destas vias de reflexão sobre a significação díctica representaram, para a Linguística, formas de pressão (pressão interna ou pressão externa) que a colocaram perante a inevitabilidade de alargar as suas fronteiras, abrindo-se à consideração das dimensões pragmáticas da linguagem, passando a integrar no seu objecto de estudo os problemas relativos ao uso da linguagem, às relações entre o sistema linguístico, os seus utilizadores e as suas condições de utilização.

2.3. Algumas abordagens lógico-filosóficas

2.3.1. Uma referência, mesmo muito rápida, à primeira das duas vertentes mencionadas, não pode deixar de remontar ao filósofo americano Ch. Peirce. Por mais que um motivo:

- a eclosão do interesse pela problemática semiológica, no âmbito da Lógica e Filosofia anglo-saxónicas está estreitamente ligada a Peirce: foi o legado peirciano (no domínio terminológico, mas não só) que conferiu à semiologia anglo-saxónica características próprias e identificadoras;

- os termos "index" e "indexical", com que são designados os dícticos, foram termos criados por Peirce que considerou, explicitamente, os demonstrativos como "índices";

- duas das muitas distinções tricotómicas que povoam a extensa e complexa obra de Peirce - e que são tão características deste semiólogo como as distinções dicotómicas são características do seu contemporâneo Saussure- tiveram um papel de relevo, no domínio da Lógica e Filosofia da Linguagem, para a compreensão e definição dos dícticos: trata-se das tricotomias "icon/index/symbol" e "tone/type/token" (ver, atrás, I,1.4.).

De uma forma simplificada, costumam destacar-se os termos ícone, índice e símbolo como básicos na complexa e profunda proposta de caracterização dos sinais delineada por Peirce de forma exaustiva - chegou a distinguir e classificar, utilizando uma chave tricotómica, pelo menos 66 espécies de sinais ([31]). Nesta classificação não é considerado especificamente o caso dos sinais linguísticos. A semiótica peirciana tem um carácter geral ([32]) e a linguagem verbal não ocupa nela uma posição especial. Na opinião de Benveniste, é justamente a atitude quanto ao lugar ocupado pela linguagem verbal no conjunto dos sistemas semióticos que distingue fundamentalmente as duas abordagens semiológicas- uma filiada em Peirce outra em Saussure - que Benveniste analisa de forma contrastiva. Em Saussure, a reflexão semiológica parte da língua e da sua concepção como sistema de sinais, e é o funcionamento do sistema de sinais linguísticos que serve de modelo para todos os outros. A atitude de Peirce é muito diferente, como acentua Benveniste: "En ce qui concerne la langue, Peirce ne formule rien de précis ni spécifique. Pour lui la langue est partout et nulle part. Il ne s'est jamais interessé au fonctionnement de la langue, si même il y a prêté attention".(E. Benveniste, 1974, p. 44)([33]).

Tal desinteresse de Peirce pela linguagem verbal não impediu que alguns dos conceitos por ele formulados se tivessem revelado essenciais na definição dos signos linguís-

ticos. Nomeadamente, e como já foi analisado no capítulo anterior (ver I,1.4.), desempenharam papel importante na reflexão sobre a significação díctica as distinções "index/symbol" e "type/token", em relação às quais se revelou difícil situar os signos dícticos.

O termo index (e respectiva noção) que Peirce aplicou aos demonstrativos, vai prevalecer na Lógica e Filosofia da Linguagem como designação dos dícticos e as formas de uso da linguagem que contêm expressões dícticas só chamadas "indexical". Outras designações que virão a ser aplicadas aos dícticos, como "indexical symbols" (A. Burks) ou "token-reflexive words" (H. Reichenbach) têm como referência directa a semiótica peirciana. A expressão "token-reflexive" dá conta do facto de os signos dícticos apontarem para a sua própria enunciação, para o contexto existencial em que se integram como acontecimento real, facto que foi emergindo progressivamente ao longo da reflexão logico-filosófica sobre as "indexical expressions". Peirce já se apercebera da afinidade entre as noções de index e token, como pode ver-se no seguinte passo de uma das cartas que escreveu à semióloga inglesa Lady Welby: "L'indice (index) montre du doigt la chose ou l'événement même qui se présente - et j'entends par Occurrence (token) une chose ou état de choses singulier de cette sorte." (Ch. Peirce, (1908), 1978, pp.40-41) (38).

2.3.2. O tratamento das formas de linguagem designadas como "indexical", isto é, as que contêm expressões dícticas, representou uma dificuldade de monta para a análise lógica(37). Dificuldade que foi sendo resolvida de diferentes maneiras, ao longo do tempo. Num primeiro momento, o estudo das "indexical languages" foi pura e simplesmente posto de parte, o que representava uma "solução" radical do problema. Bühler fala desta atitude da Lógica como sendo um "propósito de exterminação" das expressões dícticas: "Algunos logísticos de mérito tienden a notificar al yo y al tu, por lo menos (y, si son lo bastante consecuentes, también a todos los demás demonstrativos) algo así como un propósito de exterminación." (K. Bühler, (1934), 1979, p. 123) (38).

Tem total cabimento a expressão "logísticos de mérito" aqui usada por Bühler, já que se tratava de pensadores da craveira de Russell, Frege, Wittgenstein (o "primeiro" Wittgenstein, do Tractatus Logico-Philosophicus) ou Carnap. Não houve, por parte destes filósofos, um desconhecimento dos dícticos. Pelo contrário: no caso de Russell, por exemplo, é o facto de compreender com bastante agudeza a peculiaridade dos dícticos (a que chama, de forma expressiva, "egocentric particulars") que o leva a reputar desnecessário (impossível) o seu tratamento lógico. Na Lógica vigente - o

cálculo proposicional que tinha como objecto a proposição, o enunciado formalizável porque desinserido do seu contexto de produção - não havia lugar, efectivamente, para uma tomada em consideração dos fenómenos dícticos. Era forçoso, pois, relegá-los para o que Bar-Hillel viria mais tarde a chamar "the pragmatic wastebasket" (Bar-Hillel, 1971).

Com Bar-Hillel passa-se a um segundo momento, em que a atitude dos lógicos relativamente às expressões dícticas é já diferente. A Lógica começa a aceitar a inevitabilidade de se ocupar também das "indexical languages". Criticando Carnap, Bar-Hillel defende que já é tempo de reconhecer à Lógica a maturidade suficiente para poder abalançar-se ao tratamento das expressões dícticas que designa, seguindo Peirce, "indexical expressions". (Bar-Hillel, 1954).

Posição convergente com a de Bar-Hillel é a de P. Strawson: no seu artigo "On referring"(39) argumenta contra Russell e contra a análise veridicional dos enunciados. O critério de verdade ou falsidade está deslocado quando se trata da linguagem verbal, sendo indispensável sobrepor-lhe o critério de funcionalidade, de uso. Uma "outra" Lógica terá que surgir, já que, como afirma Strawson, ao concluir o artigo, "Neither aristotelian nor russellian rules gives the exact logic of any expression of ordinary language; for ordinary language has no exact logic". (P. Strawson, 1973, pp. 219-220).

Está aberto o caminho para uma decisiva evolução na formalização lógica das línguas naturais e estão lançadas as bases de uma abordagem pragmática, por parte da Lógica, da linguagem verbal. Não é possível continuar a considerar não formalizáveis os usos correntes da Linguagem e a ter que "fabricar", para poder tratar as línguas naturais, enunciados artificiais porque desinseridos de um contexto.

Podemos considerar um terceiro momento aquele em que a Lógica, confrontada definitivamente com as expressões dícticas, é levada a modificar a sua linguagem formal. A linguagem simbólica da Lógica intensional passa a incluir uma indiciação que lhe permita aumentar o seu poder formalizante e conseguir dar conta das "indexical languages". Montague afirma, no seu artigo "Pragmatics", ter sido o primeiro a fornecer uma "técnica precisa" para o tratamento lógico das expressões dícticas: "Pragmatics did not exibit any precise technical structure until 1959, when the present author, later joined by others, initiated considerations that for the most part have remained unpublished until now. It seemed to me desirable that pragmatics should at least initilly follow the lead of semantics, which is primarily concerned with the notion of truth and hence concern itself also with truth - but with respect not only to an interpretation but also to a context of use". (R. Montague, 1968, p. 102).

Para realizar este seu projecto de formalização

semântico-pragmática das línguas naturais, Montague introduz na linguagem simbólica um conjuntode índices e um conjunto de mundos, imprimindo à Lógica uma nova feição (Lógica intensional, Lógica dos mundos possíveis). As expressões dícticas passam a estar na primeira linha de interesse dos lógicos, e o seu estudo é considerado o primeiro limiar de uma abordagem pragmática da linguagem - a "pragmática de 1º grau", na expressão usada por Hansson (B. Hansson, 1974).

Vários autores vêm explorando essa via aberta à Lógica por Bar-Hillel e Montague, contribuindo para a constituição de " um conjunto de importantes teorias semânticas formalizadas /.../que operam uma constante e produtiva deslocação de fronteiras entre a teoria da sintaxe linguística , a teoria da sintaxe lógica e as correspondentes semânticas e regras pragmáticas de uso social. Nomes como R. Montague, D. Lewis, R. Bartsch, M. J. Cresswel, A. Culioli, J. P. Desclés e, mais recentemente, J. Barwise e J. Perry, evocam o rigor objectivo com que hoje se discutem as questões da deixis, ostensão ou indigitação (pessoal, temporal, aspectual, modal ou outra), e que antes apareciam como formas de embraiagem subjectiva das significações linguísticas sobre as situações e contextos objectivos". (O. Lopes, 1985, pp. 85-86).

2.3.3. Pareceu-me adequado terminar esta breve referência aos problemas postos pelo tratamento lógico dos dícticos com esta síntese de óscar Lopes uma vez que é óscar Lopes o representante por excelência, entre nós, deste tipo de abordagem das questões da deixis.

Embora a sua formação seja predominantemente filológica e literária, o interesse de óscar Lopes pelo estudo da língua é motivado essencialmente por uma preocupação de natureza lógico-filosófica. Preocupação antiga (40), que só a partir de 1971, data da publicação de Gramática Simbólica do Português, se tornou manifesta. Nesta obra é preconizado o "estudo topológico da deixis" (O. Lopes, 1971, p. 151) e o autor exemplifica esse estudo topológico com a análise dos demonstrativos na sua função de "operadores topológicos" (ibidem, p. 151) ou, mais concretamente, "como expressão de vizinhanças topológicas" (ibidem, p. 135).

Neste tipo de abordagem dos demonstrativos, óscar Lopes recorre, de forma precursora, a conceitos matemáticos de topologia como fronteira, aberto, fechado, vizinhança, filtro de vizinhanças. Conceitos cuja relevância para o tratamento da deixis demonstrará mais amplamente em trabalhos posteriores (41) em que tenta alargar também aos problemas mais complexos da deixis temporal a sua inicial abordagem da deixis espacial.

A reflexão sobre a deixis representa, inegavel-

mente, o cerne do projecto teórico que óscar Lopes arquitectou no domínio da semântica formal do português, facto que se patenteia num artigo fundamental, de 1983 (42), em que as várias linhas de força desse projecto se desenham e imprimem com nitidez. Neste texto, óscar Lopes faz observações de grande alcance acerca da deixis; entre elas, creio ser de destacar a conclusão que tira de uma análise arguta do uso de assim -"palavrinha" cuja ampla função díctica (eu diria até talvez metadíctica) capta com agudeza - e que o leva a atribuir um sentido decididamente pragmático à noção de coordenadas da enunciação concebíveis como "/.../as coordenadas espacio-temporais e sociais não de um dizer, mas do fazer inerente ao dizer." (O. Lopes, 1985, p.91).

A rigorosa abordagem formal das questões da deixis empreendida por óscar Lopes não esconde quanto esse fenómeno o perturba: na sua última Lição, significativamente, óscar Lopes continua a considerar a deixis " uma das feições mais perturbantes da comunicação verbal" (O. Lopes, 1988, p.24). Perturbação e fascínio que lhe são provocados justamente, creio, pelo que nesse fenómeno extravasa do escopo de uma rigorosa aparelhagem lógico-formal e se projecta para o campo da investigação linguístico-filosófica acerca da relação criativa que, na linguagem, se estabelece entre o homem e a realidade.

2.3.4. As considerações feitas aproximam-nos de uma outra tendência que se desenhou, no domínio da Filosofia da Linguagem e que, embora ligada inicialmente à Lógica, teve um desenvolvimento e uma especificidade próprios: trata-se da filosofia analítica ou análise da linguagem vulgar, directamente filiada nas últimas obras ([43]) do filósofo austríaco L. Wittgenstein.

Wittgenstein era discípulo de B. Russell e integrava-se, assim, na corrente filosófica que, a partir do início do sec. XX, alterou de forma notória o modo de conceber o objecto de estudo da Filosofia. Para os filósofos de Cambridge, como depois também para os do Círculo de Viena, o único meio acessível à Filosofia para estudar a estrutura e limites do pensamento é o estudo da estrutura e limites da linguagem. A linguagem é encarada como a forma do pensamento, a sua imagem, e a Filosofia torna-se uma actividade de análise da linguagem.

Numa primeira fase, Wittgenstein foi um dos expoentes desta corrente filosófica neo-positivista que renega, como objecto da Filosofia, a especulação metafísica sobre os problemas filosóficos. Para estes problemas (ou pseudo-problemas) não é uma solução que deve procurar-se, mas antes uma dissolução. A análise lógica da linguagem parece

constituir a melhor forma de dissolver os pseudo-problemas filosóficos: é essa a via escolhida e é adoptado, para levar a cabo tal análise, um modelo lógico de inspiração matemática. Esta forma de análise da linguagem verbal vai revelar-se, como já vimos antes, reducionista, uma vez que obriga a que sejam pura e simplesmente postas de parte todas as formas de linguagem que não possam ser moldadas à estrutura lógica do modelo pré-estabelecido - todas as formas de uso corrente da linguagem, em suma.

O "segundo" Wittgenstein encara de modo muito diferente - de um modo novo e original - a análise da linguagem verbal: é justamente o uso corrente que o interessa. Numa (rara) atitude de auto-crítica integral(44), reconhece que é inutil e ilusório procurar uma estrutura lógica do pensamento subjacente à linguagem. O funcionamento da linguagem rege-se por critérios específicos e são esses que ele procura detectar observando como se processa o uso real da linguagem: "One cannot guess how a word functions. One has to look at its use and learn from that." (L. Wittgenstein, 1953, parágrafo 340, p. 109); "Don't think, but look!" (ibidem, parágrafo 66, p. 31); "The aspect of things that are most important for us are hidden because of their simplicity and familiarity." (ibidem, parágrafo 129, p. 50).

Deste olhar, à vista desarmada (mas até que ponto será possível a um teórico desarmar-se teoricamente?),

que Wittgenstein lança sobre a realidade próxima e familiar da linguagem (45), resulta uma alteração radical na forma como a encara: a primeira concepção wittengsteiniana da linguagem como reflexo, figuração, do pensamento lógico é substituída por uma outra, que se tornará marcante: a linguagem como "forma de vida", como praxis, como "jogo": "But how many kinds of sentence are there? Say assertion, question and command? - There are countless different kinds of use of what we call "symbols", "words", "sentences". And this multiplicity is not something fixed, given once for all; but new types of language, new language-games, as we may say, come into existence, and others become absolete and get forgotten. Here the term "language-game" is meant to bring into proeminence the fact that the speaking of language is part of an activity, or of a "form of life"." (L. Wittgenstein, 1953, parágrafo 23, p. 11) (45).

Trata-se do uso corrente da linguagem, das formas de linguagem rebeldes a um tratamento lógico, "perturbantes" para os lógicos, como afirma Bühler. O "último" Wittgenstein desiste de tentar evitar (ou resolver, no âmbito formal) a "perturbação" que estas formas de linguagem trazem aos lógicos: pelo contrário, deixa-se voluntariamente dominar por essa "perturbação", que o fascina.

Ler as obras do último período de Wittgenstein, é, antes de mais, sentir com ele essa fascinação perturbante

(47) perante a evidência do uso da linguagem, perante a linguagem vulgar ("ordinary language") que, sendo tão familiar e próxima, não deixa, por esse facto de ser extremamente complexa, difícil e "inacessível": tão complexa como o Homem que nela se reflecte na sua natureza de ser actuante/pensante. Daí a dimensão filosófica que assume, com Wittgenstein, a análise da linguagem vulgar, que é encarada como cristalização empírica de uma filosofia colectiva.

Este tipo de reflexão sobre a linguagem verbal que, a partir de Wittgenstein, vai constituir a tarefa da filosofia analítica(48), sendo uma reflexão que se centra sobre o uso, sobre as dimensões pragmáticas da linguagem, tem muito a ver com a problemática da deixis. Sem ter partido explicitamente de uma consideração das expressões dícticas (49), Wittgenstein propõe, no entanto, uma concepção díctica da totalidade do fenómeno que é a linguagem. Daí que deva ser dado um relevo especial ao seu contributo, no conjunto das abordagens lógico-filosóficas da deixis.

A distinção entre nomear e mostrar, que tem um papel básico na teoria da linguagem de Bühler (ver atrás I,2.2.) está também sujacente às reflexões do "segundo" Wittgenstein: a teoria nominalista sobre a linguagem é vigorosamente contestada desde as primeiras linhas de Philosophical Investigations. A transcrição, que inicia essa obra, de um passo das Confissões de Santo Agostinho em que é descrita a

aprendizagem da língua, tem como objectivo mostrar a inviabilidade da concepção nominalista da linguagem, aí implícita. Wittgenstein refuta, liminarmente, que a aquisição da língua se faça com base no processo de "definição ostensiva" (ᵉᵒ). Ser capaz de dar nomes aos objectos não é uma operação básica no "saber falar". A função das palavras e das frases não é representar os objectos ou as situações, no quadro de um presumível paralelismo entre a linguagem e a realidade. A função das palavras é serem usadas, de acordo com a famosa definição proposta por Wittgenstein: "...the meaning of a word is its use in the language." (Wittgenstein, 1953, parágrafo 43, p.20).

Atribuir "nomes" aos objectos e situações pode fazer parte de um determinado "jogo de linguagem" (um, entre muitos - "jogo nominativo"): mas não constitui a base do funcionamento da linguagem, não é o essencial na sua natureza. Mais básico que nomear é mostrar: há palavras na língua que não são nomes e que são imprescindíveis, já que delas depende o uso dos próprios nomes, como está patente na sua afirmação, já antes analisada (ver, atrás, I,1.2.): " "I" is not the name of a person, nor "here" of a place, and "this" is not a name. But they are connected with names. Names are explained by means of them." (ibidem, parágrafo 410, p.123).

Wittgenstein e, na sequência dele, outros filósofos analíticos como Austin, Searle, Strawson e Grice

contribuem para o desenvolvimento, no estudo da linguagem, daquilo que pode ser considerado o "habitat" natural da deixis, isto é, uma teoria pragmática (contextual), da significação. Como afirma J. Lyons: "What Austin offers is, in principle, a unified theory of the meaning of utterences within the framework of a general theory of social activity. His theory of meaning, like the latter Wittgenstein's, can be described as a contextual theory of meaning." (J.Lyons, 1977, p.735).

Se o contributo da filosofia analítica para a compreensão da deixis é indirecto, não deixa, por esse facto, de se revestir da maior importância. Numa teoria contextual da significação linguística, em que tal significação é entendida como decorrente do uso (em que a semântica é inseparável da pragmática), o estudo da deixis assume um carácter fundamental: a função dos dícticos é justamente estabelecer a relação entre a língua e o seu contexto de uso. E a existência de signos dícticos no sistema linguístico é a prova mais conclusiva da falta de autonomia semântica desse sistema linguístico relativamente a uma praxis, a um contexto de utilização: "The single most obvious way in which the relationship between language and context is reflected in the structures of languages themselves, is through the phenomenon of deixis." (S.Levinson, 1983, p.54).

2.4. Algumas abordagens linguísticas

Resta considerar como e quando se aperceberam os mais directamente empenhados na descrição da estrutura e funcionamento das línguas - os linguistas - dessa presença, no interior do sistema linguístico, das marcas de uma imprescindível relação entre a língua e o seu contexto de utilização.

Na tradição gramatical - e apesar de a deixis ser um conceito antigo, como vimos - a importância do fenómeno díctico passou quase despercebida. As categorias já mencionadas como dícticas pelos gramáticos gregos - os pronomes pessoais e os pronomes demonstrativos - continuaram a ser definidas, na tradição gramatical subsequente, pelo recurso, explícito ou implícito, a um critério díctico.

No caso dos pronomes pessoais, é tradicional a definição de três pessoas com base no papel que desempenham no acto da fala: a pessoa que fala (primeira), a "pessoa a quem se fala" (segunda) e a "pessoa de quem se fala" (terceira). Excluindo a inexacta definição da "terceira pessoa" que, como mostrará Benveniste, não pode ser agrupada com as outras duas pois não comparticipa do mesmo estatuto, o tratamento dos pronomes pessoais na tradição gramatical

constitui um testemunho pontual da consciência de que existem marcas, na estrutura da língua, que remetem para a instância da enunciação.

No caso dos demonstrativos, as definições tradicionais consagram a sua função de apontar para pessoas ou objectos, de mostrar, indicar. Mas raramente se encontra uma referência explícita ao marco a partir do qual se realiza essa mostração, isto é, a instância de enunciação. Essa referência está porém sempre implícita quando se relacionam os demonstrativos como as pessoas gramaticais, o que é pratica corrente na tradição gramatical: "este" aponta para algo que está próximo da 1ª pessoa (logo, da pessoa que fala), esse para algo que está próximo da 2ª pessoa, aquele para algo que está próximo da 3ª pessoa.

As definições propostas nos Dicionários de uso (que representam, habitualmente, um reflexo das concepções gramaticais tradicionais) para dícticos como aqui, ontem, este, etc., enfermam de graves deficiências. Não existindo uma consciência da natureza díctica dessas palavras, não é utilizada, na descrição do seu significado, a imprescindível referência explícita à situação de enunciação. Tal ausência acarreta uma bem patente dificuldade de encontrar uma definição satisfatória, dificuldade "resolvida", toscamente,

- ou por definições em "círculo":

"Aqui - neste lugar, cá /.../"; "Cá - aqui,

neste lugar" (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora);

"Ali - naquele lugar, lá"; "Lá - ali, naquele lugar" (Dicionário Prático Ilustrado, Lello e Irmão);

"Agora - nesta hora, presentemente"; "Presentemente - actualmente, agora" (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora).

- ou pelo recurso a um plural duvidoso ou indeterminado que sugere muito deficientemente a situação de enunciação:

"Hoje - no dia em que estamos"; "Amanhã - no dia seguinte àquele em que estamos"; "Vir - encaminhar-se para o lugar em que estamos (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora).

"Hoje - no dia em que se está"; "Ontem- designa o dia que precede imediatamente aquele em que se está" (Dicionário Prático Ilustrado, Lello e Irmão).

Em qualquer uma das definições citadas (citações que poderiam multiplicar-se, já que são muitos os termos dícticos e muitos os dicionários que os definem de modo

idêntico ao que ficou patente), a dificuldade seria facilmente resolvida pela referência explícita ao acto de enunciação. Bastaria generalizar a todos os dícticos o que é corrente na definição que os mesmos dicionários apresentam para os pronomes pessoais e demonstrativos:

> "eu - designa a pessoa que fala"; "este- designa a pessoa ou coisa que está próxima de quem fala". "Dicionário Práctico Ilustrado, Lello e Irmão).

A reflexão gramatical de índole tradicional não foi muito longe, de um modo geral, na compreensão da significação díctica, de que só dá conta em casos pontuais.

A Linguística histórica, com K.Brugmann e o seu contributo fundamental já atrás referido, revelou consciência da importância da deixis, deixando em aberto uma via promissora que não foi cabalmente explorada pela Linguística sincrónica pós-saussuriana.

Pode dizer-se que as "Linguísticas dominantes" no nosso século (primeiro o estruturalismo, depois a gramática gerativo-transformacional) quase ignoram o fenómeno díctico. Para elas, tal como para a Lógica, os dícticos representavam uma dificuldade, um obstáculo que foi prudentemente evitado. É que essas Linguísticas, cada uma a seu modo, visavam também, como a Lógica, uma formalização da linguagem

verbal; uma formalização com características diferentes da formalização lógica(51), mas que tinha em comum com ela o obrigar a uma abstracção relativamente ao uso real da linguagem.

Na sua primeira fase como ciência descritiva (sincrónica), a Linguística partiu dos pressupostos saussurianos que conduziram a uma análise imanente do sistema linguístico ("la langue en elle-même et pour elle même", como prescreve a última frase do Cours), e ao pôr de parte metodológico da "parole", isto é, do funcionamento real da linguagem quando assumida por um sujeito numa situação concreta de enunciação. Um estudo imanentista do sistema linguístico exclui obviamente a consideração dos dícticos, cuja simples existência na estrutura desse sistema compromete desde logo que ele possa ser descrito de forma imanente ("estanque") relativamente ao sujeito e à enunciação, à "parole".

Mas se o estruturalismo ortodoxo ignorou a deixis, a importância deste fenómeno não passou despercebida a alguns linguistas "marginais" relativamente ao estruturalismo dominante ou mesmo a alguns estruturalistas não ortodoxos(52). Benveniste e Jakobson são os casos mais conhecidos. Mas não são os únicos, como tentarei mostrar.

2.4.1. Um contributo que me parece obrigatório mencionar em primeiro lugar é o do linguista dinamarquês Otto Jespersen. Ao referir-se, numa obra escrita em 1922, ao estatuto especial de certas palavras susceptíveis de criar dificuldades às crianças, Jespersen designa-as como "shifters". Apesar da definição bastante imprecisa com que inicia a sua referência aos shifters - "A class of words /.../ whose meaning differs according to the situation"(ᵉᵉ) (O. Jespersen, 1922, p. 123) - Jespersen põe em relevo a especificidade da significação díctica tornando-a extensiva a palavras que, não pertencendo às categorias gramaticais caracterizadas como dícticas, são, no entanto, susceptíveis de um uso que pressupõe uma referenciação à instância enunciativa. Exemplifica com casos como mother, father, home: "When a child is asked if his grandmother was at home, and answered "No, grandmother was at grandfayher's.", it is clear that for him "at home" meant merely "at my home". Such words may be called shifters. When Frans heard it said that "the one" (glove) was as good as "the other", he asked "Wich is the one and wich is te other?" - a question not easy to answer." (ibidem, p. 123).

Jespersen descreve com simplicidade as observações que faz de certas reacções infantis ao uso dos shifters. A sua tentativa de analisar e interpretar tais reacções tem a peculiaridade de não ser guiada por uma prévia reflexão

sobre a deixis ou sobre os dícticos. O objectivo de Jespersen não é caracterizar determinadas categorias gramaticais específicas, mas antes chamar a atenção para um fenómeno específico do uso da linguagem verbal. Não deixa, no entanto, de se referir explicitamente aos pronomes pessoais: " The most important class of shifters are the personal pronouns." (ibidem, p. 123).

A propósito do emprego do pronome pessoal EU pelas crianças, contesta aqueles que procuram atribuir a esse emprego (ou ausência dele) um significado psicológico ou filosófico: "But /.../ philosophers would not be philosophers, if they did not make the most of the child's use of "I", in wich they see the first sign of self-consciousness. /.../ the sober truth is, I take it, that a boy who speaks of himself as "Jack" can have just as full and strong a perception of himself /.../ as one who has learnt the little linguistic trick of saying "I"." (ibidem, p. 123). Afirmar que "dizer eu" é, antes de tudo o mais, "um pequeno truque linguístico" e criticar ironicamente os que pretendem atribuir dimensõoes psicológicas e filosóficas ao uso desse pronome, é algo que evidencia a novidade da concepção de Jespersen acerca do estatuto do sujeito. Parece-me inegável uma aproximação relativamente ao que virá a ser a concepção benvenistiana da "subjectividade" da linguagem.

2.4.2. Charles Bally é o mais conhecido dos três discípulos de Saussure que publicaram o Cours e é, simultâneamente, o primeiro dos "marginais" em relação à ortodoxia que dessa publicação dimanou. No seu estudo da língua não procedeu à "abstracção metodológica" da realização concreta, da "parole". Muito pelo contrário, foi esta que sobretudo o interessou, e não deixou de sublinhar a prioridade da "parole" relativamente à "langue": "...la parole a précedé la langue dans la génèse du langage." (Ch.Bally, (1932), 1965, p.83).

A "estilística da língua" de Ch.Bally é, sem qualquer dúvida, uma abordagem enunciativa da linguagem verbal em que se revela uma percepção inequívoca da importância da deixis. "La parole est un deictique général."(ibidem, p.50), afirma ao constatar a presença implícita do sujeito falante e das suas circunstâncias em todo e qualquer enunciado. Em Ch.Bally a noção de deixis tem já o sentido amplo de referenciação egocêntrica: "un signe est deíctique (dans le sens large) quand il situe une chose ou un fait par rapport au sujet parlant." (ibidem, p.50).

Esta preocupação demonstrada por Ch.Bally de detectar as marcas da presença do sujeito enunciador no discurso permite situá-lo como percursor de Benveniste e da

escola francesa habitualmente designada como "Teoria da Enunciação". A primeira parte da principal obra de Ch.Bally- Linguistique Générale et Linguistique Française - tem justamente como título "Théorie Générale de l'Énonciation" e nela são aflorados problemas intimamente ligados à deixis:

- o estatuto do sujeito e as suas modalidades de presença no discurso;
- a "étroite parenteté entre le langage et l'action";
- a complementaridade entre o explícito e o implícito na significação linguística, com relevo para o papel da situação e do contexto (54);
- o reconhecer do carácter gestual da significação de certos elementos linguísticos;
- a distinção entre significação virtual e significação actual (55).

2.4.3. O primeiro estudo sistemático de alguns dícticos, no âmbito da linguística sincrónica - "Systèmes de deictiques" - foi publicado no mesmo ano (1944) em que saiu a versão definitiva (2ª edição) de Linguistique Française et Linguistique Générale, de Ch.Bally. O seu autor - Henri Frei

- pertencia, como Bally, à escola de Genève. Não se trata, certamente, de pura coincidência.

Baseando-se na tentativa de classificação, feita por Brugmann, de várias espécies de deixis, H.Frei procura demonstrar que os dícticos que se propõe estudar, "forment à l'intérieur d'une langue une sorte de sous-système, assez cohérent et assez fermé." (H.Frei, 1944, p.111). Engloba, nesse estudo, "sous le terme général de deictiques les pronoms et adjectifs démonstratifs, les adverbes de lieu correspondents, les adverbes de manière du type ainsi et les mots comme voici, voilá..." (H.Frei, 1944, p.111).

As abordagens que Ch.Bally e H.Frei fazem dos dícticos permitem concluir que, pelos anos 40, alguns linguistas tinham já reconhecido e explicitado o lugar central da deixis no funcionamento da linguagem e que a presença dos dícticos na estrutura formal da língua era já encarada como constitutiva dessa mesma estrutura. Para além dos demonstrativos, outras categorias gramaticais vão sendo consideradas dícticas de forma explícita. E outras ainda, sem o serem explicitamente, são descritas através do recurso a um quadro enunciativo. É o caso da categoria tempo que, pelo menos a partir de 1936, ano de publicação do tomo V do Essai de Grammaire de la la Langue Française de Damourette e Pichon (⁹⁶), é descrita como uma categoria díctica. A hipótese de estruturação dos sistema verbal francês proposta por Damou-

rette e Pichon refere, explícitamente, o "moi-ici-maintenant" como "repère", como "origine des temps". Mais adiante (ver II, 2.) analisarei de forma mais extensa o contributo de Damourette e Pichon a uma concepção díctica do tempo linguístico que marcará, a partir deles, a interpretação dos sistemas verbais românicos.

2.4.4. Sendo o funcionamento das línguas basicamente díctico, não é de espantar que, em análises de aspectos particulares desse funcionamento, de tal facto vá emergindo uma consciência cada vez mais clara. Um estudo aprofundado de qualquer categoria gramatical - inclusive das que não são habitualmente consideradas dícticas - pode suscitar uma reflexão sobre o fenómeno díctico, mesmo sem que este seja nomeado.

Um exemplo elucidativo é o de B.Pottier numa das suas primeiras obras, uma tese apresentada em 1955 - Systématique des éléments de Relation (B.Pottier (1955),1962)- em que se ocupa das preposições. O esquema representativo E-T-N (Espace-Temps-Notion) que aplica ao sub-sistema ("petit système particulier") formado pelas preposições é claramente de natureza díctica. O carácter geral desse "schème représentatif", aplicável aos vários "petits systèmes particuliers"

que integram o sistema linguístico, torna-o básico como forma de "rendre compte du fonctionnement du langage" (B.Pottier (1955) 1962, p.127).

Surge aqui de forma implícita mas inequívoca a concepção do processo díctico como central na explicação do funcionamento da língua. Do funcionamento macro-sistemático como do funcionamento micro-sistemático, já que Pottier consegue atingir, ao estudar as preposições, esse objectivo básico do estruturalismo (tantas vezes proclamado e tão poucas vezes conseguido!): o de provar que numa língua (macro-sistema formado pela constelação de micro-sistemas de estrutura idêntica) a observação de qualquer um dos micro-sistemas permite chegar à estrutura fundamental da totalidade do macro-sistema. Neste caso, a observação "microscópica" do "petit système particulier" formado pelas preposições permite "rendre compte du fonctionnement du langage".

Mas se consegue ilustrar esse princípio, mostrando que o funcionamento de qualquer uma das "mais pequenas" unidades reflecte o funcionamento total da linguagem, Pottier compromete, ao fazê-lo, um outro princípio não menos fundamental do estruturalismo: o da possibilidade de uma descrição imanente da estrutura sistemática da língua. É que o "esquema representativo E-T-N" só adquire consistência, só se "segura de pé", quando apoiado num suporte exterior ao sistema (embora não exterior à linguagem) que é o sujeito

falante. Por outras palavras, o "esquema representativo E-T-N", que Pottier apresenta como central no funcionamento da linguagem, é de natureza díctica. Pottier virá a explicitá-lo em obras posteriores, em que reproduz esse mesmo esquema ligando-o à relação interlocutiva EU-TU e à Deixis: em Linguistique Générale (B. Pottier, 1974, p. 188), depois de referir a "formulation locutive" como "fondée sur le rapport de JE avec TU", faz partir da relação EU-TU as três formas de deixis - espacial (E), temporal (T) e nocional (N) (87).

Os domínios de aplicação do mecanismo linguístico da deixis são desenvolvidos por Pottier em vários pontos desta e de outras obras. Terei ocasião de me deter, mais adiante (ver II, 2.), sobre a forma como Pottier aplica a noção de deixis temporal ao estudo da expressão linguística do tempo e de referir, nomeadamente, a sua proposta de sistematização do funcionamento dos sistemas verbais românicos que, a meu ver, tem como base um critério díctico.

Este percurso que procurei surpreender na obra de Pottier, revelando a sua progressiva "sensibilidade" à importância da deixis, torna mais uma vez patente que a tomada em consideração deste fenómeno fundamental do funcionamento da linguagem se desenvolveu à margem do estruturalismo "oficial": B. Pottier, estruturalista não ortodoxo, situa-se nessa margem fértil da escola estruturalista onde vai germinando o que virá a ser a teoria da enunciação (88).

2.4.5. Também à margem da corrente estruturalista se situou o contributo do pensador russo M. Bakhtine. Não propriamente "à margem", aliás, mas antes simultaneamente "a montante" e "a jusante": "a montante", porque a sua obra fundamental, neste domínio, - Marxismo e Filosofia da Linguagem - foi publicada em 1929, antes de o estruturalismo se ter instituído como escola; "a jusante", porque a influência decisiva dessa obra só veio a fazer-se sentir muito mais tarde, quando foi traduzida em inglês (em 1972, ainda como da autoria de Volochinov) e em francês (em 1977, já restituída ao seu verdadeiro autor, M. Bakhtine).

Bakhtine não se refere à deixis. Mas a sua crítica contundente à teoria saussuriana (a que chama "objectivismo abstracto") é feita no sentido de uma valorização fundamental da enunciação: "L'idée directrice de toute notre recherche, le rôle productif et la nature sociale de l'énonciation, demande à être étayée par des exemples concrets: il est indispensable de montrer son importance, non seulement /.../pour les questions de base de la philosophie du langage, mais aussi pour toutes les questions, aussi particulières soient-elles, de la linguistique." (M. Bakhtine (1929), 1977, p. 21 (ºº)).

Entre as "questões particulares" da Linguística a que Bakhtine aqui alude, aquela que mais se impõe estudar à luz da enunciação é a questão da deixis. E é em relação aos dícticos que melhor virá a comprovar-se que " /.../ l'étude des formes syntaxiques n'est possible que dans le cadre d'élaboration d'une théorie de l'énonciation." (ibidem, p. 156). A concepção bakhtiniana do funcionamento da linguagem é já uma concepção decididamente dialógica e enunciativa onde não pode ter lugar uma abordagem da língua desinserida do seu contexto de produção.

2.4.6. E. Coseriu integra-se no número dos que se aperceberam da necessidade de mitigar alguns dos exageros do estruturalismo e apontaram a via para o conseguir. Destaca-se, nesta sua tentativa, um artigo que publicou em 1956 - "Determinación y entorno, dos problemas de una linguística del hablar"(80) - que é de justiça colocar ao lado dos dois marcantes artigos que Jakobson e Benveniste publicaram pela mesma época (ver adiante I,2.4.8.) e que influenciaram decisivamente as tendências da Linguística europeia na segunda metade do sec. XX (81).

Claramente influenciado por Bühler, Coseriu adopta, desde o título do artigo, o conceito de "Umfeld" (a

que corresponde, na tradução espanhola da Sprachtheorie, o termo "entorno"). Captando as virtualidades enunciativo-pragmáticas da teoria de Bühler (ver atrás I, 2.2.4.), Coseriu desenvolve-as ao insistir na relevância significativa dos "entornos"(62) e na inseparabilidade entre o enunciado verbal e o acto de enunciação. As circunstâncias da enunciação estão implicitamente contidas no discurso: "/.../ el lenguaje no dice las condiciones contextuales, porque no es necesario que las diga, pero las utiliza y, por lo tanto, la expresión real las implica y las contiene." (E. Coseriu (1956), 1967, p. 322).

É o próprio acto de enunciação que cria o contexto. A situação - e o próprio sujeito enquanto parte integrante dela - são realidades discursivas que não existem independentemente da linguagem. Coseriu evidencia este facto ao definir situação como "/.../ las circunstancias y relaciones espacio-temporales que se crean automáticamente por el hecho mismo que alguién habla (con alguién y acerca de algo) /.../" e ao concluir: "La situación es, pues, el "espacio-tiempo" del discurso, en cuanto creado por el discurso mismo y ordenado con respecto a su sujeto." (ibidem, p.310) (63).

São focados neste artigo tópicos que virão a ocupar lugar de destaque numa abordagem enunciativo-pragmática da linguagem. Tópicos que já tinham sido evidenciados antes, nomeadamente por Bühler (que é, aliás, várias vezes

citado neste artigo), mas que Coseriu apresenta de forma sistemática, considerando as suas implicações teóricas no quadro da linguística de inspiração saussuriana. Ao preconizar a necessidade de uma "linguística del hablar" põe directamente em causa a opção saussureana pela "langue" como exclusivo objecto de estudo da linguística sincrónica.

Neste contexto de argumentação assumem particular relevância os dícticos. Coseriu refere-se-lhes como "situadores" e, em sentido mais geral, como "determinadores". A noção de "determinación", presente no título do artigo, corresponde o sentido alargado que virá a tomar progressivamente a noção de deixis (ver atrás I,O.). E a função dos dícticos como operadores auto-referenciais é também explicitada por Coseriu ao referir-se aos dícticos como responsáveis pela "/.../ operación mediante la que los "objetos" denotados se "situan" /.../ se ubican con respecto a las circunstancias espacio-temporales del discurso mismo." (ibidem, p. 301).

2.4.7. Está muito ligado a Coseriu (84) o primeiro dos linguistas portugueses que se refere à deixis: Herculano de Carvalho (ver atrás I, 1.1.). Tal como no caso de Coseriu, a leitura da Sprachtheorie de Bühler está na base da atenção com que Herculano de Carvalho considera a deixis

(ᵉᵉ), definindo a mostração como uma forma de significação linguística: " Temos finalmente a significação deíctica ou mostrativa (a deixis), a qual consiste na significação realizada por certas formas linguísticas que equivalem a um gesto ou, melhor ainda, o acompanham ou esclarecem, mostrando um objecto pertencente ao contexto real (extra-verbal), ou que já foi ou vai ser imediatamente mencionado no contexto verbal."(H. de Carvalho, 1967, p.209). A definição de deixis proposta por Herculano de Carvalho é muito precisa mas restritiva. Embora não restrinja aos demonstrativos a função mostrativa (refere também, entre outros, os pronomes pessoais e possessivos e os advérbios de lugar e de tempo), apresenta a significação deíctica como uma das duas espécies de significação determinadora que é, por sua vez, uma das quatro espécies de significação gramatical. Estamos longe, pois, do reconhecimento do papel central da deixis (entendida como sui-referencialidade da linguagem) numa teoria da significação linguística (ver atrás I,1.).

Surge posteriormente, no II tomo da Teoria da Linguagem, um tratamento mais extenso da significação deíctica (H. de Carvalho, 1973, pp. 661-669) em que se patenteia, a meu ver, a consciência de aspectos que apontam para uma concepção mais ampla do fenómeno díctico, nomeadamente para a relacionação da deixis com a enunciação: " Originada no próprio acto de fala, saindo do próprio conjunto de relações

criadas pelo facto de um indivíduo entrar, pela palavra, em comunicação com outro - conjunto de relações que constituem a situação do discurso -, a mostração surge primariamente como a génese da categoria gramatical pessoa /.../." (ibidem, p. 666).

Este aflorar pontual de uma referência ao papel relevante da enunciação tem que articular-se, para ganhar sentido mais amplo, com outros passos desta mesma obra de Herculano de Carvalho em que se manifesta também uma inequívoca consciência das dimensões enunciativo-pragmáticas da linguagem. São de referir os capítulos 9 e 12 intitulados, respectivamente, "Actos de fala, textos e saber linguístico " e "Análise do acto de fala. A interpretação", em que destaco as seguintes afirmações sobre a situação: "Por situação vamos entender as relações comunitárias e espacio-temporais que se estabelecem entre os sujeitos do acto verbal pelo facto mesmo de o serem /.../. O que faz surgir, criando-as ou recriando-as, tais relações, é unicamente o acto comunicativo /.../. É ainda esse acto que simultaneamente cria as condições de uma localização dos dois sujeitos falantes, compresentes, e de todos os outros sujeitos, objectos e aconteceres da realidade, quer no espaço quer no tempo, porque é precisamente em relação a este par emissor - receptor que tudo se ordena, nascendo daí as noções do aqui e do agora onde esse par se situa /.../." (H. de Carvalho, 1967, pp. 364-365). É justa-

mente esta possibilidade de referenciação criada pela sui-referencialidade do acto enunciativo, aqui tão bem caracterizada, que constitui o aspecto fundamental a considerar na deixis quando encarada como fenómeno fulcral do funcionamento da linguagem.

As posições teóricas de Herculano de Carvalho (tal como as de E. Coseriu) não deverão, creio, ser encaradas como posições críticas (ou marginais, ou heterodoxas) relativamente à corrente estruturalista. É mais correcto avaliá-las como uma forma esclarecida e inteligente de assumir o estruturalismo, cuja estreiteza teórica procuram mitigar pela incorporação de elementos válidos de uma tradição pré-estruturalista e pela antecipação de alargamentos teóricos que virão a caracterizar o pós-estruturalismo.

2.4.8. A fase mais recente - e decisiva - da história da reflexão sobre a deixis no âmbito da Linguística pode situar-se a partir do aparecimento de dois artigos que R. Jakobson e E. Benveniste publicaram em 1957 e 1958, respectivamente (56), marco que representa o início de uma reflexão sistemática sobre as relações entre o enunciado e a enunciação tendo como ponto de partida a consideração da deixis.

A afinidade que mais fortemente contribui para que se associem, habitualmente, os nomes de Jakobson e Benveniste, prende-se com o facto de ambos terem chamado a atenção não só para o funcionamento peculiar dos dícticos mas sobretudo para as consequências teóricas que daí advêm no que diz respeito à possibilidade de conceber um modelo imanente do funcionamento do sistema linguístico. Jakobson e Benveniste mantêm-se dentro de uma perspectiva imanentista do estudo da linguagem (mantêm-se fundamentalmente estruturalistas) e, por isso mesmo, conseguem pôr a descoberto a brecha mais comprometedora para esse imanentismo, quando demonstram que a impossibilidade da imanência está inscrita, de forma imanente, no próprio sistema linguístico.

É neste sentido que a perspectiva de estudo aberta por Jakobson e Benveniste pode ser considerada especificamente linguística, o que a distingue e individualiza em relação a outras orientações com que compartilha um campo comum de investigação pragmática sobre as línguas.

2.4.8.1. R.Jakobson chama a atenção, no artigo acima referido, para a peculiaridade de uma determinada classe de unidades do código linguístico cuja significação "ne peut être définie en dehors d'une référence au message"(R. Jakobson (1957), 1963, p. 178), ou seja, que obrigam a

tomar em conta o processo de enunciação (87). A função essencial, que constitui um denominador comum às várias espécies de "shifters", é a de estabelecer uma relação obrigatória entre o processo do enunciado e o processo da enunciação: assim, por exemplo, a categoria pessoa "caractérise les protagonistes du procès de l'énoncé par référence aux protagonistes du procès de l'énonciation"(ibidem, p. 182). Jakobson adopta o termo "shifter" (88), de Jespersen (ver atrás I,2.4.1.), para designar este tipo especial de entidades do código linguístico e define o seu estatuto semiológico apoiando-se em Burks e, através dele, em Peirce (ver,atrás, I,1.4.).

Não insistirei mais sobre o peso do contributo de Jakobson, que já foi referido no capítulo anterior (ver I, 1.4.). Limito-me a sublinhar que neste caso, e não é aliás o único, a importância de Jakobson se revela essencialmente nas suas capacidades de "rastreador" de caminhos novos traçados com precisão, que sabe apontar sem hesitação em amplos domínios interdisciplinares.

2.4.8.2. Também E. Benveniste analisa e define com rigor a especificidade das categorias dícticas que considera constitutivas do que designa, globalmente, como "dispositivo formal da enunciação"(89). Os dícticos, que

Benveniste encara como " une irruption du discours à l'intérieur de la langue" (E. Benveniste, 1966, p. 253), funcionam como marcas da enunciação no enunciado e, sendo assim, o seu estudo passa a ser o tema principal da orientação teórica que depressa começou a ser designada como "Teoria da Enunciação".

A Teoria da Enunciação, directamente ligada a Benveniste, representa a concretização final do processo, interno à Linguística, de conscencialização progressiva das dimensões pragmáticas da linguagem, processo a que tenho vindo a referir-me no presente capítulo. O tipo de investigação intensificada por Benveniste consagra como parte integrante do objecto da Linguística o estudo das condições de uso da língua; sistema formal e uso ("langue" e "parole") são tão inseparáveis como são (e porque são) inseparáveis a língua e o homem: a língua, enquanto sistema formal, conserva as marcas da sua origem, coincidente com a origem do homem ser cultural, isto é, um ser capaz de construir elos comunitários (comunicativos) com outros seres. Ao enunciar o tema do conjunto de artigos que reuniu sob o título "L'Homme dans la Langue", Benveniste explicita justamente que procura descobrir "/.../ l'empreinte de l'homme dans le langage, définie par les formes linguistiques de la "subjectivité" et les catégories de la personne, des pronoms et du temps." (E. Benveniste, 1966, "Avant-Propos")(7º).

Partindo da hipótese teórica (em grande parte

convergente com a da Filosofia Analítica (71)) de que a construção interna das línguas revela o homem e o cerne da sua condição existencial, Benveniste procura demonstrá-la ao nível das próprias estruturas gramaticais(72). A investigação que Benveniste empreende sobre a estrutura formal das línguas tem inegável alcance filosófico, sendo notória a espessura filosófica das suas análises do funcionamento das diversas categorias dícticas, nomeadamente das categorias de pessoa e tempo (73). Lyons designa a orientação teórica de Benveniste como "post-Saussurean phenomenological structuralism"(J. Lyons, 1982, p. 101) sublinhando as suas implicações filosóficas e acentuando as suas afinidades com o existencialismo: " /.../the thesis of locutionary subjectivism from the viewpoint of existentialism or phenomenological structuralism (wich have much in common)/.../" (ibidem, p.105) (74).

Estas preocupações do plano filosófico não foram desenvolvidas pelos continuadores de Benveniste no âmbito da escola linguística francesa que é habitual designar-se como Teoria da Enunciação e de que é principal figura A. Culioli (75). Culioli e os seus colaboradores - entre os quais se destacam J.P. Desclés, Cath. Fuchs e Jenny Simonin-Grumbach- tentam captar e descrever o dinamismo enunciativo, passando da simples constatação da existência de um "dispositivo formal da enunciação" ao levantamento das operações enunciativas que tal dispositivo realiza. O objectivo é a for-

mulação de uma gramática abstracta dessas operações, um "sistema formal enunciativo" que torne possível o tratamento formal dos enunciados concretamente produzidos, ancorados em situações de enunciação precisas.

A influência de Benveniste e o consequente interesse irreversível por todas as implicações, no estudo da linguagem, da análise do funcionamento das categorias dícticas ultrapassam, no panorama francês, as fronteiras da Linguística e manifestam-se também, nomeadamente, na Semiótica Literária (R. Barthes, T.Todorov, J.Kristeva, entre outros) e na Filosofia (Francis Jacques).

2.4.9. Uma outra dimensão do alargamento do objecto de estudo da Linguística que se prende também com a análise do funcionamento dos dícticos respeita ao texto. O estudo da função endofórica dos dícticos, complementar da sua função exofórica, constituiu o ponto de partida de uma abordagem linguística do texto. Nesta perspectiva de estudo da deixis, destaco os nomes de H. Weinrich e K. Hamburger, que desenvolveram num sentido original e fecundo sugestões colhidas na obra do seu compatriota K. Bühler (78). As razões que me levam a associar os tratamentos da deixis de H. Weinrich e K. Hamburger não se confinam ao facto de serem

ambos alemães e leitores atentos de K. Bühler; residem sobretudo no facto de terem desenvolvido as implicações textuais da deixis, nomeadamente da deixis temporal, no quadro de uma caracterização do texto narrativo, e especialmente do texto narrativo de ficção (77).

2.4.9.1. Para H. Weinrich uma teoria da deixis (como, aliás, toda e qualquer teoria linguística) só pode construir-se numa perspectiva textual. Os dícticos têm que ser identificados, antes de mais, pela sua forma peculiar de ocorrência nos textos, onde são "signes à récurrence obstinée" (H. Weinrich (1964), 1973, p. 14). Recusando, in limine, a definição de deixis de base etimológica que a identifica com a mostração, Weinrich propõe uma hipótese ousada: os dícticos não são usados para "apontar" em direcção a este ou aquele elemento do contexto, são usados essencialmente como instruções incluídas pelo locutor no texto no sentido de convidar o interlocutor a fazer um uso determinado da sua memória. Mesmo no caso da chamada deixis "ad oculos" a instrução visa a memória: "La fonction des démonstratifs est d'inviter l'auditeur à procéder à une réorganisation de sa mémoire: passer de la mémoire immédiate des objets à la mémoire linguistique."(78).

Sob a égide da memória, Weinrich unifica num só

conceito de contexto o contexto extra-verbal e o verbal, a situação e o texto, insistindo na génese comunicacional da noção de "marco de referência" díctico: "L'espace du langage n'est pas l'espace physique, c'est un espace anthropologique avec, comme point de repère, la position face à face des sujets. La deixis est la prise de conscience dans le texte de l'acte de communication, y compris le jeu de mémoire entre ses deux protagonistes."(78).

Em relação à teoria de Bühler, que constitui o ponto de partida da sua reflexão sobre a deixis, H. Weinrich assume uma posição crítica, considerando sem fundamento "la prioridad supuesta por Karl Bühler /.../ de la deixis situacional sobre la deixis anafórica (= textual)." (H. Weinrich, 1976, p. 211)(80). Para H. Weinrich, como ficou claro, a função textual dos dícticos é a sua função primária, englobante das outras: "Uma teoria textual da deixis constitui por si só uma teoria homogénea da deixis em geral, permitindo compreender o funcionamento das diferentes formas de deixis /.../(H. Weinrich, 1986, p. 6).

Os textos em que mais amplamente Weinrich consegue demonstrar esta hipótese são uma obra clássica sobre a função textual dos tempos verbais - Tempus (1964) - e um conhecido estudo sobre " The textual function of the french article" (1971). Apoiando-se sempre na análise de textos (81), Weinrich descreve a função dos dícticos como unitária

no interior de uma concepção comunicacional e instrucional da actividade linguística: os dícticos são usados pelo locutor para dar instruções ao interlocutor no sentido de que procure em contextos de vária ordem (presentes na memória imediata ou mediata que compartilham) elementos necessários para que se complete e efective a comunicação; instruções indispensáveis para que o receptor possa captar o sentido de um texto: "If we consider a text of several hundred morphemes and if we take the principle of mutual determination by context seriously, we arrive at a very complex network of determinants. What listener or reader could make such a message out? Indeed he could not make it out if the language had not provided, in the utterance of each message, certain indexes and signals wich can be considered as sign-posts of the discourse. These elements are deictic /.../." (H. Weinrich, 1971, p. 223)(82).

2.4.9.2. Também K. Hamburger reflecte sobre a deixis partindo da teoria de K. Bühler, que desenvolve com sentido crítico, captando o carácter fundamental de alguns conceitos bühlerianos como base de uma teoria da enunciação: é o caso da noção de subjectividade ("ich-originalitat", segundo a expressão que K. Hamburger deriva de "ich-origin" (ver,atrás, I,O.)). Motivada pelo estudo da especificidade da

ficção, da enunciação fictiva, K. Hamburger analisa em profundidade o fenómeno da enunciação remontando à sua génese díctica. Retoma a proposta de Bühler sobre a existência de uma deixis "am Phantasma", proposta que analisa em pormenor; pode dizer-se que é K. Hamburger quem pela primeira vez considera seriamente a pertinência desta noção bühleriana, que utiliza na caracterização da narrativa de ficção.

K. Hamburger não costuma ser citada como linguista, mas sim como teorizadora literária. Trata-se, no entanto, de uma teorizadora da literatura (ou, mais precisamente, de uma teorizadora da ficção literária) que reconheceu a necessidade de uma profunda compreensão do funcionamento da linguagem como fundamento indispensável da teorização literária. Uma leitura atenta da sua obra principal - Logik der Dichtung (1957) - não deixa dúvidas de que é possível considerar K. Hamburger uma linguista. Ela própria o admite, ao explicar o sentido que atribui à expressão que escolheu como título da obra: " The logic of literature shall hence come to be exhibited as founded in theory of language, as a linguistic logic of literature. For this reason we must now interpolate an investigation of wider range which at first prescinds from the specific realm of literature and concerns itself with the structure of language, or, in other words, with what we term the statement system of language." (K. Hamburger (1957), 1973, p. 23) (ᵉᵉ). Nesta última expressão, sublinhada

pela autora, "statement" é a tradução inglesa de "Aussage", um termo usado de forma específica por K. Hamburger ao longo de toda a obra e que o tradutor francês não hesitou em verter, em alguns contextos, como "énonciation" (84); sendo assim, pode avaliar-se como era inovador, em 1957, considerar como básico, na estrutura das línguas, o "sistema enunciativo da linguagem". E, mais inovador ainda, era defender a importância decisiva da análise da narração e da enunciação fictiva para uma cabal compreensão do fenómeno enunciativo: "/.../ the phenomenon of statement has not really been discerned and described for itself and in this respect at least the theory of language shows a gap /.../. It is completely understandable that this deficiency still persists, that it has not been sensed within theory of language, nor even in logic and grammar. For the phenomen of statement is indeed first exposed to view from the perspective of the lingualogical structure of literature, specifically of narrative literature." (ibidem, pp. 23-24).

Para a maior parte dos investigadores que se ocuparam da enunciação, a consideração da especificidade do modo de enunciação narrativo foi uma consequência da análise do diferente comportamento dos dícticos em diferentes tipos de textos. K. Hamburger fez, com maior rapidez, o percurso inverso: é a análise aprofundada da narração literária (na sua opinião a forma literária por excelência) que a leva

directamente ao estudo da deixis, da enunciação, do sistema enunciativo da linguagem. Por isso pode com toda a pertinência afirmar: " Here we have the extraordinary instance that the analysis of the structure of literature helps us to recognize what is an essential part of the structure of language in general." (ibidem, p. 24 (86)).

2.4.10. No domínio da Linguística de língua inglesa (anglo-americana) limito-me a destacar os nomes de J. Lyons e Ch. Fillmore, linguistas que reflectiram amplamente sobre a deixis e apresentaram propostas de sistematização de aspectos do funcionamento das línguas naturais que relevam da deixis.

2.4.10.1. Os trabalhos de J. Lyons sobre a deixis - quer um longo capítulo incluído em Semantics (85) quer os artigos que consagrou especificamente ao tema (87)- são de consulta obrigatória para quem se interessa pelo tema em questão. Revelando capacidadee de interpretação e síntese, J. Lyons congrega contributos de proveniência muito diversa (incluindo os de autores franceses e alemães, o que é facto muito raro em linguistas de língua inglesa) e elabora sínteses completas das investigações alheias sem deixar de as

marcar com os seus contributos pessoais. Lyons tem também a virtude de associar uma constante preocupação teorizante com a preocupação de analisar factos particulares de várias línguas - apresenta e explora exemplos não só do inglês como de outras línguas modernas, das línguas clássicas, de línguas primitivas e até de línguas hipotéticas como o "Quasi-English", construído com base em algumas características da linguagem infantil (ver J. Lyons, 1975).

Ao falar da deixis como "origem da referência"(88), Lyons atribui a este fenómeno um lugar fulcral na construção da significação, considerando os dícticos, à maneira de Benveniste, como marcas na estrutura das línguas da génese interaccional da linguagem: "There is much in the structure of languages that can only be explained on the assumption that they have developed for communication in face-to-face interaction. This is clearly so as far as deixis is concerned." (J. Lyons, 1977, pp. 637-638).

A partir de observações sobre o uso dos dícticos na linguagem infantil (que generaliza como características de um hipotético "Quasi-English"), Lyons supõe a existência de uma partícula díctica primária que estaria na origem de todos os dícticos. Com essa única partícula díctica do "Quasi-English" não haveria possibilidade de exprimir distinções de género ou de proximidade; ela não teria uma função pronominal ou adverbial, teria apenas como função "to draw attention to

some feature of the situation or some entity of the situation, and it will be normally accompanied by some paralinguistic movement of the head or hands indicating the direction to wich the addressee should turn in order to identify the feature or entity in question." (J. Lyons, 1975, pp. 64-65); constituiria, pois, "a linguistic counterpart of pointing; more precisely, of non-directional pointing." (ibidem, pp. 65-66).

Deixando de parte as possíveis pretensões de encontrar explicações filogenéticas (que são sempre arriscadas e afectas de gratuidade) inerentes a esta proposta de Lyons, é preferível encará-la apenas como formulação de uma hipótese teórica sobre a deixis, a saber: o valor genérico e fundamental dos dícticos é a simples ostensão, todos os seus outros usos são derivados; quer a anáfora quer outras formas de referência endofórica são derivadas em relação à referência exofórica: "/.../ reference to entities outside the situation of utterance, indefinite and opaque reference, reference to hypothetical entities, and various other kinds of reference /.../ are at least ontogenetically secondary. The fact that the referring expressions used in such cases are comparable in terms of their grammatical structure with deictically referring expressions suggests that their use and function is derivative, and depends upon the prior existence of the mechanisms for deitic reference by means of language.

It is because I make this assumption that I hold the view that deixis is, in general, the source of reference."(ibidem, p. 82 (88)). Lyons sustenta uma posição idêntica à de Bühler, que apresentara a anáfora e a deixis "am Phantasma" como derivadas em relação à deixis "ad oculos; posição contestada por H. Weinrich, que defende ser a anáfora a mais simples forma de mostração e, por isso, a modalidade da deixis que, de um ponto de vista linguístico, deve ser considera primária (ver,atrás,I,2.4.9.1.).

Sobre as inter-relações deixis-subjectividade,J. Lyons explicita, num outro texto ("Deixis and Subjectivity: Loquor, ergo sum?" (1982)), a sua convergência com Benveniste. Trata-se de um texto com claras implicações filosóficas, assumidas desde a pergunta que figura no título. Lyons manifesta grande interesse pelas posições teóricas de Benveniste, reconhecendo que elas revelam "an attitude towards man and towards language wich is strongly opposed to the attitude most commonly adopted these days by English-speaking linguists, logicians and philosophers of language."(J.Lyons, 1982, p.101). Reagindo contra uma exclusiva preocupação de estudar o que é objectivo, na linguagem, isto é, de encarar a linguagem apenas na sua função representativa, preocupação característica da Linguística anglo-americana dominada pelo que designa como "Cartesian and neo-Cartesian intellectualism" (ibidem, p. 105), Lyons sublinha a importância da noção

de subjectividade definida por Benveniste (e que especifica como "locutionary subjectivism"), acentuando que a subjectividade está na base da objectividade, já que esta só pode ser entendida, na linguagem, como sinónimo de intersubjectividade (cf. ibidem, pp. 104-106). Baseando-se no funcionamento das categorias dícticas de tempo e modalidade, Lyons reflecte sobre a possibilidade de distinguir formas de uso da linguagem marcadas por um maior ou menor grau de subjectividade, o que o leva à distinção entre dois modos básicos de enunciação ("historical" e "experiential"). Esta oposição é apresentada por Lyons como directamente relacionada com a deixis, na sequência do que fora já proposto não só por Benveniste mas também por H. Weinrich e K. Hamburger (autores igualmente referidos por Lyons).

Ao alargar a sua consideração da deixis a um problema central do funcionamento discursivo como é o do estabelecimento de uma tipologia enunciativa (ver adiante II,3.), Lyons coroa o seu tratamento detalhado e exaustivo de muitos aspectos do funcionamento dos dícticos com uma visão integradora e globalizante da relação entre deixis, subjectividade e funcionamento discursivo.

2.4.10.2. Ch. Fillmore é uma das principais figuras da semântica gerativa que, como é sabido, constitui

uma tendência crítica relativamente à ortodoxia gerativo-transformacional. O facto de Fillmore ter dado grande atenção ao estudo da deixis enquadra-se nesta sua atitude crítica em relação a um modelo imanentista da descrição-explicação das línguas como foi, na sequência do estruturalismo, o modelo gerativo-transformacional. Tal como vimos atrás no caso da corrente estruturalista, também a Gramática Gerativo-Transformacional teve os seus "marginais" que foram sensíveis à evidência de que uma perspectiva estritamente imanentista conduz a impasses ao nível da análise semântica, não conseguindo descrever, nomeadamente, enunciados contendo dícticos uma vez que o seu funcionamento torna patente a impossibilidade de um tratamento descontextualizado da significação.

Fillmore refere-se à deixis como "the manner in wich the socio-spacial-temporal anchoring of a communicational act motivates the form, or provides material for the interpretation, of the utterance that manifests that act." (Ch. Fillmore, 1982, p. 35). Vemos que, para além das coordenadas espacio-temporais, Fillmore põe em relevo uma coordenada social que constitui uma forma mais ampla de encarar a coordenada pessoal (ou actorial), ou seja, a que é relativa aos intervenientes no acto de fala. A deixis social, cuja definição costuma ser atribuída a Fillmore, corresponde, pois, a uma deixis pessoal alargada às dimensões sociais da

interacção entre os participantes no acto de comunicação, considerando "/.../ the aspect of sentences wich reflect or establish or are determined by certain realities of the social situation in wich the speech act occurs." (Ch. Fillmore, 1975, p.76). Com este alargamento traça-se a ponte que permite passar do que costuma chamar-se uma pragmática minimalista para uma pragmática maximalista: do estudo restrito da indexicalidade ao estudo amplo da interacção discursiva.

Fillmore caracteriza, no âmbito da referenciação espacial, temporal ou social, o funcionamento dos dícticos em relação ao funcionamento dos signos não-dícticos, anotando ainda a possibilidade de um uso não-díctico dos primeiros ou de um uso díctico dos últimos. Daí chega à formulação do conceito de "transfer": "Some prototypically deictic elements can be used with their deictic center "transferred" to something other than the speaker of the current utterance /.../." (Ch. Fillmore, 1982, p. 37) o que tem como resultado directo a possibilidade de fazer variar o "ponto de vista" ou "focalização". Este conceito de "transfer", analisado em relação ao funcionamento dos dícticos, tem claras afinidades com a noção de "transposição" sobre que insiste Bühler ao falar da existência da forma de mostração a que chamou deixis "am Phantasma".

2.5. A concluir

Qualquer tentativa, como a que fiz neste capítulo, de traçar um esboço histórico da investigação sobre uma noção ou, como costuma dizer-se, de apresentar "o estado da questão", corre o risco de resultar demasiado longa ou demasiado imcompleta. Tenho que reconhecer que, no presente caso, "consegui" acumular estes dois inconvenientes: a minha resenha é longa e incompleta. O principal desacerto resulta talvez da tensão entre o ter-me proposto traçar o "estado da questão", de acordo com as regras, e só ter conseguido, afinal, traçar o meu próprio percurso de descoberta de um conceito que desde cedo se me impôs como decisivo para a compreensão do funcionamento da língua.

Nesta perspectiva, pode compreender-se que a exposição tenha resultado longa e incompleta: alonguei-me na referência a autores com cujas obras convivi mais de perto e, de um modo geral, não referi senão aqueles que directamente me tocaram. Um percurso longo e incompleto, ou seja, um percurso sincero. Um percurso de que resultaram a insatisfação de não ter visto reconhecida a importância da deixis fictiva (definida por Bühler como deixis "am Phantasma") e o correlativo desejo de desenvolver mais, à minha responsabilidade, essa noção. É esse o assunto do capítulo que se segue.

N O T A S

1. É habitualmente mencionada a noção de "indigitação" como significação originária de δεῖξις, o que supõe que o verbo δείκνυμι significaria literalmente "apontar com o dedo" e estaria etimologicamente relacionado com a palavra grega δάκτυλος e com a palavra latina <u>digitus</u>. A pesquisa que fiz, no intuito de confirmar este facto, em dicionários etimológicos do grego e do latim, revelou-se infrutífera. Parece não haver fundamento para atribuir a δείκνυμι o sentido literal de "apontar com o dedo". Ver, por exemplo, Hjalmar Frisk, <u>Griechischen Etymologisches Worterbuch</u> (Heidelberg, Carl Winter Universitatverlag, 1960) e P. Glare, <u>Oxford Latin Dictionnary</u>, Oxford, Clarendon Press, 1982).

2. Sigo a sugestão de K. Bühler quando afirma que "en una teoria del lenguaje es normal pedir también informaciones, al menos incidentalmente, a las raízes etimológicas /.../." (K. Bühler (1934), 1979, p. 56).

3. Seja qual for o grau de garantia que se possa atribuir à fonte que Bühler indica para estas observações etimológicas (um estudo inédito de Bruno Sonneck, que por sua vez se teria apoiado num trabalho de J. Gouda sobre o campo semântico da raiz indoeuropeia <u>deik-</u>), não pode haver dúvida de que são

extremamente sugestivas, e Bühler explora-as com muita pertinência em vários passos da sua Sprachtheorie. Parece-me interessante transcrever também o que Bühler acrescenta. mais adiante, a estas observações etimológicas, referindo-se à palavra latina que traduz δείξις : "...la palabra latina demostratio, en cuanto lleva consigo algo de la característica y señal de los monstra (es decir, de los fenómenos extraordinarios), relampaguea la forma humana primitiva de ocuparse asombrada y reflexivamente de los fenómenos con valor de signo e interpretalo todo como signo. /.../el augur romano y el lógico romano han empleado para su proceder, objetivamente distinto, la misma palabra demostratio."(ibidem, p. 57).

4. No dicionário de Grego de Liddel-Scott(A Greek-English Lexicon, 9ª edição, revista e actualizada por Henry Stuart Jones, 1940, p. 375) é mencionado também Crisipo Estóico (sec. III AC) que já teria usado deixis como conceito metalinguístico anteriormente a Apolónio Díscolo.

5. Ver K. Brugmann, 1904.

6. O caso de K. Brugmann é mais um a provar a preocupação teórica dos filólogos neo-gramáticos e o contributo essencial que a sua reflexão teórica representou na história da Linguística: foi também na pesquisa filológica que se "temperou" a fibra teórica de espíritos como Herman Paul e Ferdinand de Saussure (para não sair da escola dos "Junggrammatiker"). Reflexão semelhante poderia fazer-se, já em época mais recente, acerca do indoeuropeísta Émile Benveniste.

7. Anteriormente à Sprachtheorie, K. Bühler tinha publicado uma Ausdruckstheorie, em 1932.

8. O que Bühler designa como valores de campo dos signos linguísticos está ausente na famosa teoria saussuriana do valor das entidades linguísticas e pode ser identificado com o que, em época posterior, será definido como a dimensão pragmática dos signos. Bühler caracteriza com clareza a complementaridade entre o explícito e o implícito na comunicação verbal recorrendo justamente à noção de valores de campo.

9. Bühler faz por vezes referência a um terceiro campo - o campo mostrativo textual: "los dos campos - campo demostrativo y campo simbólico - del lenguaje son reunidos por un tercero, a saber, el campo demostrativo textual. Pero me parece más correcto lógicamente no caracterizar este tercero como un nuevo campo, sino como una subespecie del campo demostrativo único."(ibidem, p. 142).

10. " El concepto de campo es una creación de la psicologia moderna; el lector que quiera comprenderlo desde dentro , persiga su génesis en la teoría de los colores/.../."(ibidem, p. 13). Vem a propósito lembrar que Bühler não era linguista, mas psicólogo, e foi nessa qualidade que deu o seu decisivo contributo à teoria da linguagem. Na opinião de H. Weinrich , Bühler foi também antropólogo: " Se há razão para classificar Bühler como psicólogo, não menos razão haverá para o considerar um antropólogo: a sua obra insere-se, com efeito, numa corrente antropológica que teve grande força na Alemanha durante os anos vinte e trinta e que tem as suas origens longínquas no pensamento de Herder." (H. Weinrich, 1986). No mesmo artigo, Weinrich volta a referir-se mais que uma vez à afinidade de Bühler com a corrente antropológica alemã: "Da comparação das três formas de deixis entre si resulta claramente que elas são concebidas por Bühler como diferentes

graus de condicionamento a que está sujeito o homem que fala/.../. Será de notar que esta gradação das restrições que os objectos repressentam para o falante é, na corrente antropológica alemã, uma ideia muito comum que vem desde Herder e toma forma, no sec. XX, na famosa teoria da "descarga" (Entlastung) de Gehlen.".

11. Martinet fica ao nível da sintaxe (divisibilidade e combinação recorrente das entidades linguísticas) e a sua teoria da dupla articulação só é cabalmente explicativa no que toca á segunda articulação (plano fónico). No caso da primeira articulação (plano significativo) mostra-se claramente insuficiente: não é apenas por virtude da divisibilidade e combinação recorrente que alguns milhares de monemas permitem significar um número infinito de situações. A inesgotável produtividade significativa da linguagem verbal não decorre apenas da flexibilidade combinatória; decorre sobretudo do facto de existir na sua estrutura um dispositivo formal ("l'appareil formel de l'énonciation") que permite a cada falante, em cada acto de fala, "apropriar-se" da linguagem dizendo "eu" e instituindo-se, ao fazê-lo, centro de um campo mostrativo em que se desenham redes referenciais específicas. Este "salto qualitativo" que diferencia de forma nítida os pressupostos teóricos de Martinet ao definir a dupla articulação dos da teoria da enunciação de Benveniste, tinha já sido dado por Bühler com a sua teoria do duplo campo e com a correlativa noção de valores de campo dos signos linguísticos.

12. Cf. "El teórico del lenguaje debe partir de los ejemplos más puros de los demostrativos para definir el concepto de señales fonéticos linguísticos. Con el concepto así definido investigará luego todo el lenguaje y encontrará que así se ve

desde un nuevo punto de vista no algún detalle sino también la totalidad."(K.Bühler,ibidem, p. 123, sublinhado por mim).

13. Ver Óscar Lopes, 1985, pp. 90-91, onde se impõe sublinhar a pertinência da seguinte conclusão: "/.../ a palavra assim pode pronunciar-se em simultaneidade ostensiva com um gesto, um acto, uma atitude/.../. E acontece então que o acto ou gesto encaixa na frase como instanciação quase-verbal do sentido de assim; o acto verbal e o acto de práxis corpórea, socialmente caracterizado, colam-se um no outro. E o exemplo do "Sou eu." proferido às escuras talvez permita concluir que eu sou, no caso vertente, aquele que fala assim, permitindo conceber qualquer hic e nunc como sendo as coordenadas espacio-temporais não de um dizer mas de um fazer inerente ao dizer."

14. Radica nesta ligação necessária entre a mostração indicial e a apreensão sensorial da realidade compresente a tendência para considerar que os signos dícticos participam das características dos índices ou sinais naturais. Esta tendência e a consequente classificação dos dícticos como símbolos-índices,que já foi referida e discutida atrás em I, 1.3., estão presentes na obra de Bühler onde são discerníveis hesitações quanto ao peso a atribuir à componente convencional e à componente "natural" nos signos dícticos: "/.../ el signo fonético demostrativo/.../ por una parte, desde el punto de vista de la materia, pertenece con el nombre a los signos fonéticos, y por otra parte, desde el punto de vista de la función, pertenece con el gesto a los signos indicadores." (ibidem, p.107); " Los demostrativos no hubieran podido asumir nunca las funciones lógicas de que hablamos si no hubieran llevado en si mismos el instrumento para ello. También ellos son símbolos (no sólo señales)." (ibidem, p.

108). Aproveito de passagem, e em presença das afirmações de Bühler que acabo de transcrever, para anotar que só por lapso ou por deficiente leitura da Sprachtheorie Jakobson terá podido afirmar que, nessa obra de Bühler, "/.../ les embrayeurs, par opposition aux symboles, furent traités comme de simples index." (R. Jakobson, 1963, p. 179).

15. Bühler considera a deixis "ad oculos" como a "especie originaria" da mostração linguística (ibidem, p. 124) e a anáfora "el modo más notable y especificamente linguístico de la indicación" (ibidem, p. 100).

16. Sublinhado por mim.

17. Anáfora é um termo grego, já usado como noção metalinguística por Apolónio Díscolo para dar conta da função textual dos dícticos, função que consiste em remeterem para algo presente no contexto verbal. Bühler propõe a utilização do termo homólogo catáfora (os prefixos gregos presentes nas duas palavras significam, respectivamente, acima e abaixo) para ser possível especificar o carácter retrospectivo ou prospectivo da mostração textual. Não exclui, no entanto, que anáfora seja usado como termo genérico, aplicável nos dois casos.

18. Cf. K. Bühler, ibidem, p. 140: "/.../ todo uso anafórico de los demostrativos presupone una cosa, que emisor y receptor tienen presente la fluencia del discurso como un todo, cuyas partes pueden retener y antecipar. Emisor y receptor tienen presente esse todo de suerte que sea posible un recorrido, comparable al recorrido de la mirada por un objeto presente ópticamente/.../. No solo la fluencia del discurso, sino también otras series acústicas con forma reclaman y

permiten tal recorrido, reproducción y preconstrucción /.../. Si suponemos, pues, conocidas tales operaciones en el ambito de la llamada memoria immediata o, mejor dicho, en lo inmediatamente retenido, está dada la base psicológica de la mostración anafórica.

19. óscar Lopes utiliza-o desde 1971, na sua Gramática Simbólica do Português, na descrição dos demonstrativos (Ver O. Lopes, 1971, cap. VI "Os demonstrativos como expressão de vizinhanças topológicas", pp. 135-156).

20. Atente-se em como Bühler, reflectindo sobre essa função de articulação discursiva, remotiva o sentido do termo "articulus": La expresión articulus/.../ resulta historicamente comprensible si se la toma /.../ como expresión para todos los demostrativos anafóricos. Apenas hay una imagen más certera para la función de las palabras anafóricas que la de las articulaciones del habla." (K. Bühler, ibidem, p. 325).

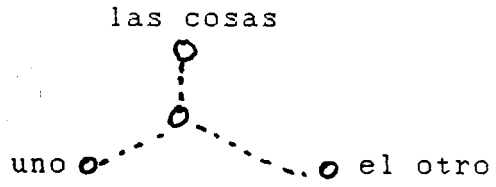
21. Para designar esta modalidade de deixis, Bühler diz, numa nota, ter pensado inicialmente em "deixis anamnéstica", designação que depois afastou por lhe parecer inadequada já que "el momento propiamente productivo en el fantasma construído no es anamnéstico, sino que rebasa la funcción de la mera reproducción." (ibidem, p. 141).

22. Cf. Fernando Gil, 1984, p. 55: "No que se refere à representação de origem sensível (e os Estóicos terão sido os primeiros a denominar tecnicamente a representação, separando a phantasia da teoria da imaginação), recordemos a doutrina de Crisipo, relatada por écio, no quadro, precisamente, de uma distinção terminológica entre phantasia, a representação, phantaston, o objecto representado, phantastikon, a faculdade

imaginativa, e phantasma, o objecto imaginado."

23. Para esclarecer o sentido que atribui a "imagem psíquica", Herculano de Carvalho refere que usa o termo imagem como "equivalente ao escolástico phantasma "imago rei in phantasia"/.../ que, dependendo dos sentidos externos, é diversa deles e age quer na presença quer na ausência dos objectos sensíveis." (H. de Carvalho, 1967, p. 111, nota).

24. Bühler parte de uma esquematização gráfica do modelo organon da linguagem, de Platão (cf. K. Bühler, ibidem, p. 44):



E inspira-se neste esquema primário para a elaboração de um outro (ibidem, p. 48) em que liga a cada um dos pólos fundamentais do acto de fala (emissor, receptor, referente) as três funções fundamentais da linguagem (expressão, apelo e representação). É este segundo esquema que vai ser desenvolvido por Jakobson. Um tratamento das funções da linguagem que se inspira também em Bühler e desenvolve (num sentido diferente daquele em que o faz Jakobson, e talvez mais rico) o modelo triádico bühleriano é o de Herculano de Carvalho, na sua Teoria da Linguagem (ver H. de Carvalho, 1967, cap. 3).

25. Sublinhado por mim.

26. A "Umfeld" corresponde, na tradução espanhola da Sprachtheorie, o termo "entorno" que, apesar de ter sido adoptado por E. Coseriu num importante artigo (ver adiante I, 2.4.6.),

não prevaleceu e foi generalizadamente substituído por contexto.

27. Bühler esboça uma análise sistemática dos contextos, distinguindo entre "entornos" simprácticos, sinfísicos e sin-semânticos (cf. ibidem, p. 172)

28. Num parágrafo desta obra intitulado The Situation, Gardiner analisa este conceito que define como " the setting in wich speech can alone became effective" (Gardiner (1932), 1951, p. 49). Anteriormente a Gardiner, esta noção tinha sido já amplamente tratada por Ogden e Richards na obra The Meaning of Meaning(1923) e por Malinowsky num Suplemento integrado nessa obra - "The Problem of Meaning in Primitive Languages"(in Ogden e Richards (1923),1966, pp. 296-336). Bühler não revela conhecer estes autores, o que não deixa de ser estranho dada a proximidade (teórica e geográfica) que os ligava a Gardiner, com quem Bühler contactou pessoalmente. Em 1932, nos "Acknowledgments" que abrem a obra acima referida, Gardiner refere-se a conversas com Malinowsky, durante as quais "the first outlines of my linguistic theory were conceived" e, mais adiante, alude igualmente a "two stimulating conversations with Professor Karl Bühler" (Gardiner (1932) 1966, pp. IX-X).

29. Malinowsky usara já o termo pelo menos desde 1923: no texto referido na nota anterior caracteriza mais que uma vez a abordagem que faz da linguagem como "pragmatic conception of language" (Malinowsky (1923), 1966, p. 317) ou " pragmatic view of language" (ibidem, p. 318 e p. 319).

30. As várias "teorias" que vimos serem liminarmente referidas por Bühler na Sprachtheorie e que virão posteriormente a ter grande desenvolvimento - "teoria da enunciação", "teoria da acção verbal", "teoria da situação na linguagem"- uma outra, pelo menos, me parece poder acrescentar-se: a teoria do texto. Uma teoria linguística do texto. O estudo que Bühler faz da anáfora vai no sentido de uma valorização dos nexos linguísticos interfrásticos que anuncia a superação de uma "linguística da frase" por uma "linguística do texto". Vem a propósito lembrar que a expressão "linguística do texto" foi usada pela primeira vez por E. Coseriu num artigo (E. Coseriu (1956), 1967) em que está bem patente a influência de Bühler. E o primeiro linguista a empreender e a preconizar uma abordagem textual dos fenómenos linguísticos- Harald Weinrich - manifesta bem, mesmo quando (ou sobretudo quando) critica aguda e pertinentemente Bühler, de quanto lhe é devedor (ver,adiante, I, 2.4.9.).

31. Cf. Ch. Peirce (1903) 1978, pp. 138 e segs. e (1908) 1978, pp. 54-55.

32. O carácter universal da semiótica de Peirce fica bem patente na seguinte definição que ele próprio dá de semiótica: "... je suis un pionnier ou plutôt un défricheur de forêts, dans la tâche de dégager et d'ouvrir des chemins dans ce que j'appelle la sémiotique, c'est à dire, la doctrine de la nature essentielle et des variétés fondamentales de semiosis possibles."(Ch. Peirce,(1906)1978, p. 135). Atente-se também na seguinte "confissão" que faz numa das cartas que escreveu a Lady Welby: "Sachez que depuis le jour où à l'age de douze ou treize ans, je ramassai dans la chambre de mon frère ainé un exemplaire de la Logique de Whately /.../ et je me jetais dans le sol et me plongeais dans sa lecture, il n'a

plus jamais été en mon pouvoir d'étudier quoi que ce fut- mathematiques, morale, métaphisique, gravitation, thermo- dinamique, optique, chimie, anatomie comparée, astronomie, psychologie, phonétique, économie, histoire des sciences, whist, hommes et femmes, vin, métrologie, si ce n'est comme étude sémiotique." (Ch. Peirce, ibidem, p. 56).

35. Opinião bem diferente da de Benveniste é a que formula R. Jakobson: "Le jour où on se décidera à étudier soigneusement les idées de Peirce sur la théorie des signes, des signes linguistique en particulier, on se rendra compte du précieux secours qu'elles apportent sur les relations entre le langage et les autres systèmes de signes. Alors nous serons capables de discerner les traits qui sont propres au signe linguistique." (R. Jakobson, 1963, p. 28). E, mais adiante: "Dès 1867, C.S. Peirce qui, je le répète, doit être considéré comme un authentique et intrépide précurseur de la linguistique structurale, avait nettement établi le caractère linguistique de la sémiotique." (ibidem, p. 40).

36. Sublinhado por mim.

37. Bühler, num dos muitos passos da Sprachtheorie em que caracteriza o funcionamento dos dícticos, sublinha com ironia o facto de esse funcionamento constituir um problema para a Lógica: "Solo el lógico se sorprende, porque tal manera de empleo perturba real, o al menos aparentemente, sus círculos; el lógico es de tal modo que se le atraviesa esta o aquella cosa del mundo." (K. Bühler(1934), 1979, p. 121)

38. Este propósito, na opinião de Bühler, constitui uma atitude não só ridícula mas sobretudo vã, pois toda e qualquer linguagem inclui obrgatóriamente signos dícticos: "El

lenguaje artificial de la logística no puede prescindir de signos mostrativos ni constituirse logicamente sin ellos, lo mismo que cualquier otro lenguaje" (K. Bühler, ibidem, p. 56). O futuro próximo veio a dar razão a Bühler, pois a Lógica acabou por vergar-se à inevitabilidade de incluir na sua linguagem formal uma indiciação relativamente à situação (cf. a linguagem formal da Lógica intensional).

39. P. F. Strawson, "On Referring" in Mind, 1950, reproduzido in J. Petöfi e D. Franck, orgs, 1973, pp. 193-220. Neste artigo Strawson visa directamente Russell e o seu artigo "On Denoting" in Mind, 1905.

40. Data de 1944 um artigo intitulado "Preliminares a uma gramática"(in Gazeta de Filosofia, nº 3, Lisboa) em que já está patente essa preocupação.

41. Nomeadamente "Topologias da deixis em português"(1977), "Algumas particularidades do português/.../"(1983), "Para um conceito díctico de presente e de presença"(1985).

42.Trata-se de "Algumas peculiaridades do português/.../" (ver O. Lopes (1983),1985), um texto cuja análise se reveste do maior interesse a vários níveis, incluindo o "estilístico", como tentei mostrar num artigo em que afirmei: "É um texto denso e tenso. A densidade teórica liga-se a tensão afectiva, materializando-se quer uma quer outra na torrente avassaladora de noções, problemas e fenómenos linguísticos que são focados em catadupa, num ritmo ofegante. A densidade traduz a extensão e complexidade do ambicioso projecto teórico que óscar Lopes arquitectou no âmbito da semântica formal do português. A tensão traduz a angústia de saber que não o pode levar a cabo." (F. I. Fonseca, 1987a, p. 139).

43. Philosophical Investigations(1953) e The Blue and Brown Book (1958) (esta última constitui, apesar de publicada mais tarde, um esboço preliminar da primeira).

44. Cf. o seguinte passo, em que Wittgenstein se refere a si próprio como "o autor do Tratactus Logico-Philosophicus": "It is interesting to compare the multiplicity of the tools in language and the ways they are used, the multiplicity of kinds of word and sentence, with what logicians have said about the structure of language (including the author of the Tratactus Logico-Philosophicus)." (L. Wittgenstein, 1953, parágrafo 23, p. 12).

45. Esta nova forma de análise que adopta Wittgenstein é expressivamente qualificada por David Pears como "pedestre": "Wittgenstein abandonaba su antigua investigación transcendental y "a priori" para dirigirse hacia algo muy diferente: un estudio fenomenológico del lenguage humano que tendría un carácter empírico, familiar y incluso pedestre." (D. Pears, (1971), 1973, p. 155). Este tipo de análise da lingugem empreendida pelo "segundo" Wittgenstein não terá tido grande aceitação por parte dos pares e discípulos do "primeiro" Wittgenstein. Carnap, por exemplo, que monosprezava a Linguística por a considerar uma disciplina empírica, "inferior" à Lógica, terá sem dúvida desaprovado que a Filosofia da Linguagem enveredasse pela mesma via "empirista" no estudo das línguas naturais.

46. Não foi Wittgenstein o primeiro a usar a metáfora do "jogo" para a linguagem. Várias vezes esta tinha sido já comparada a um "jogo", com relevância para a célebre exploração que fez Saussure da metáfora do "jogo de xadrês". É curioso observar que Wittgenstein fala muitas vezes do "jogo

de xadrês", nas Investigações Filosóficas, mas o sentido em que explora esta metáfora é bastante diferente daquele em que o fizera Saussure. Seria importante (e muito interessante) fazer um estudo comparativo dos vários passos em que por um lado Saussure e por outro Wittgenstein desenvolvem a metáfora do "jogo de xadrês". E dele se poderia concluir, creio, que o tratamento de Wittgenstein põe a claro as limitações inerentes à concepção saussuriana do "jogo" (e, correlativamente, da linguagem): saber jogar não é apenas conhecer o valor das peças e as regras do jogo; saber jogar pressupõe que se jogue, e só se aprende a jogar jogando.

47. A própria estrutura, o próprio "estilo" dessas últimas obras de Wittgenstein deixam transparecer tal "perturbação": as Investigações Filosóficas não são uma obra "perfeita" (acabada), bem estruturada. O que lá encontramos são apenas (?) meditações, reflexões profundas sobre a lingugem numa prespectiva original e, em certo sentido, iniciática.

48. A análise da linguagem como actividade filosófica - a filosofia analítica - é uma actividade "metafilosófica", na medida em que procura criticar e superar concepções anteriores sobre o objecto e método da Filosofia. Cf. as seguintes afirmações de Victoria Camps: " Desvirtua el carácter de la filosofía analítica quien no ve en ella su principal motivación: la crítica de la "metafísica" en el sentido pejorativo que los mismos analíticos le han atribuido/.../. El método analítico, por definición, es un método suicida, una filosofía que se aniquila a sí misma, porque su mayor interés es la "disolución de los problemas filosóficos." (V. Camps, 1976, p.225). A análise da linguagem não constitui um fim em si, mas um meio: "Para los analíticos, en general, el filósofo es un enfermo, y el análisis linguístico la terapeutica que

puede curarlo." (ibidem, p.233).

49. Refere-se várias vezes, no entanto, aos demonstrativos e a palavras como eu ou aqui, que considera imprescindíveis no uso corrente da linguagam; só as linguagens artificiais e científicas podem prescindir delas: "/.../ it is characteristic of of physics not to use that words." (Wittgenstein, 1953, parágrafo 410, p. 123).

50. As incidências pedagógicas desta crítica de Wittgenstein são importantes e acabarão por reflectir-se, mais tarde e por via indirecta, na Didáctica das Línguas Vivas. A influência, na Didáctica, de uma concepção enunciativo-pragmática da linguagem veio tornar irremediavelmente obsoleto o recurso à "definição ostensiva" como forma de iniciar o ensino-aprendizagem de uma língua (recurso que fora largamente utilizado durante décadas).

51. A formalização lógica baseia-se na aplicação de modelos matemáticos à descrição da linguagem verbal. A linguística de inspiração saussuriana pretende, pelo contrário, constituir em modelo formal o próprio sistema linguístico, modelo esse que pode depois ser aplicado a outros domínios semiológicos (foi Hjelmslev, como é sabido, o mais fiel intérprete deste desígnio de Saussure). A este tipo de formalização de base linguística não foi nunca reconhecido, pela Lógica, um estatuto de "modelo formal", uma vez que não se inspirava na matemática. Chomsky, talvez para se eximir a essa marginalização, tentou inspirar na Matemática o modelo teórico-descritivo com que procurou explicar e descrever o funcionamento sintáctico do inglês.

52. Cf. a afirmação de Cath.Fuchs: "On constate qu'un certain nombre de marginaux du structuralisme continue à ne pas faire coupure et à intégrer le recours au sujet et à la situation d'énonciation dans l'analyse linguistique." (Cath.Fuchs, 1981, p.41).

53. A citação completa,que vale a pena transcrever,é: "A class of words wich presents grave difficulty yo children are those whose meaning differs according to the situation, so that the child hears them now applied to one thing and now to another." (O. Jespersen,1922,p.123).

54. Cf.a seguinte definição de situação: "/.../ce que nous appelons situation a un sens plus large; il n'ya pas que les éléments perçus par le sens au cours de la parole, il y a encore toutes les circonstances connues des interlocuteurs et qui peuvent être les motifs de leurs conversations."(Ch. Bally (1932), 1965, p.44).

55. Cf.: "Actualiser un concept c'est l'identifier à une représentation réelle du sujet parlant." (ibidem, p.77); "Un concept virtuel /.../ doit, pour être actualisé et devenir un terme de l'énonciation, être identifié avec une representation réelle du sujet parlant, c'est à dire, individualisé; or, individualiser un concept c'est en même temps le localiser et le quantifier." (ibidem, p.78).

56. Des mots à la pensée, obra em seis volumes publicados entre 1911 e 1936.

57. A deixis nocional que Pottier exemplifica, em francês, com a oposição ainsi/autrement e, em espanhol, así/asá (B. Pottier, 1974, p. 197) é uma forma de mostração muito ampla

que me parece poder ser considerada metadíctica. A aproximar da análise que óscar Lopes faz do díctico português assim (ver, atrás, nota 13).

58. Opinião que é também expressa por Cath. Fuchs e P. Le Goffic: " /.../occupant une position à part par rapport aux structuralistes classiques, Pottier représente une voie originale dont le developpement sur bien des points se rapproche des recherches nées dans un cadre résolument post-structuraliste." (Fuchs e Le Goffic, 1975, p.61).

59. Sublinhado por mim.

60. in Romanistisches Jahrbuch, VII, 1955-56, pp. 29-54. Reproduzido in E. Coseriu, 1967, pp. 282-323.

61. Este importante artigo de Coseriu não teve nunca a divulgação que mereceria ter tido, talvez por ter sido escrito em espanhol e nunca ter sido traduzido numa língua com maior capacidade de penetração no domínio científico.

62. "Los entornos intervienen necesariamente en todo hablar, pues no hay discurso que no ocurra en una circunstancia /.../. Los entornos orientan todo discurso y le dan sentido" (E. Coseriu (1956), 1967, p. 309).

63. Sublinhado por mim.

64. O artigo de Coseriu antes referido, publicado em 1956 mas praticamente ignorado antes da sua segunda publicação em 1967, era já conhecido por Herculano de Carvalho em 1959: cita-o justamente a primeira vez que faz referência à significação determinadora nos apontamentos mimeografados (Se-

benta, na gíria coimbrã) de Introdução aos Estudos Linguísticos (1ª edição para o ano lectivo de 1959/60; 2ª edição para o ano lectivo de 1960/61).

65. A leitura atenta da obra de Bühler revela-se em vários passos da Teoria da Linguagem de Herculano de Carvalho e não apenas quando fala da deixis; a influência de Bühler é bem clara, nomeadamente, no tratamento das funções da linguagem (ver H. de Carvalho, 1967, pp. 23-54).

66. Trata-se dos artigos "Shifters, verbal categories and the russian verb", de Jakobson (ver nota 21 do capítulo anterior) e "De la subjectivité dans le langage", de Benveniste, publicado no Journal de Psychologie, nº de Julho-Setembro de 1958; a referência à importância deste artigo é extensiva ao conjunto de artigos em que foi depois incluído e que Benveniste intitulou globalmente L'Homme dans la Langue (ver E, Benveniste, 1966, pp. 223-285); teve igualmente grande impacto um artigo posterior de Benveniste - "L'appareil formel de l'énonciation" - publicado em 1970 no esgotadíssimo nº 17 da revista Langages e depois incluído no II volume de Problèmes de Linguistique Générale (ver E. Benveniste, 1974, pp. 79-88).

67. O sentido a atribuir ao termo "mensagem", nesta definição dos "shifters", pode suscitar dúvidas, mas parece ser lícito interpretar "mensagem" como equivalente de "acto de produzir a mensagem", "processo de enunciação"; observe-se, por exemplo: "Le temps caractérise le procès de l'énoncé par référence au procès de l'énonciation." (R. Jakobson (1957), 1963, p. 183, sublinhado por mim).

68. A metáfora subjacente à escolha do termo shifter é mantida na tradução francesa - "embrayeur" - proposta por N. Ruwet, que a justifica assim: "Le mot "embrayeur", qui est utilisé dans le langage technique pour traduire certains des sens de shift, shifter, nous a paru propre à désigner ces unités du code qui "embrayent" le message sur la situation." (nota do tradutor in R. Jakobson, 1963, p. 178). Em português usou-se por vezes uma versão literal do francês "embrayeur"- "embraiador" - mas (felizmente...) o termo não chegou a integrar-se na terminologia linguística corrente, em que se manteve preferentemente a utilização de deíctico, termo que já estava disponível (fora introduzido por Herculano de Carvalho por sugestão directa da tradução espanhola da obra de Bühler) ou díctico (ver, atrás, Introdução, nota 12). Se se considerar necessário criar um correspondente português de "shifter", parece-me mais correcto que se tente encontrar uma termo metafórico semelhante em vez de se usar a incaracterística e rebarbativa forma aportuguesada de "embrayeur": um exemplo possível seria "interruptor", na medida em que exprime a possibilidade de estabelecer ou interromper a "ligação à corrente" do sentido, fornecida pelo "gerador" que é a enunciação... Em espanhol foi já tentada a tradução de "shifter" por um termo que sugere uma metáfora deste tipo: o termo "conmutador", usado, por exemplo, em J. Lozano et alii, 1982, p. 95).

69. "L'appareil formel de l'énonciation" é o título de um artigo publicado por Benveniste em 1970 na revista Langages nº 17.

70. As noções de subjectividade e sui-referencialidade da linguagem, noções benvenistianas fundamentais, foram já referidas em capítulos anteriores, para que remeto (ver

sobretudo Introdução, 1.3. e I Parte, 0.). Outros desenvolvimentos da teoria de Benveniste, relativos à categoria tempo, ao sistema verbal e à tipologia enunciativa, serão analisados posteriormente (ver II Parte).

71. Benveniste revela ter tido consciência, a posteriori, dessa convergência, no artigo "La philosophie analytique et le langage" publicado na revista Les Études Philosophiques, nº1, 1963 e reproduzido em E. Benveniste, 1966, pp. 267-276. Consciência de alguma convergência (revelada desde logo pelo interesse que nele suscitam as concepções da Filosofia Analítica), mas consciência também de alguma divergência, ou antes, da especificidade que mantém a abordagem linguística face à abordagem filosófica e que reside, essencialmente, na consciência mais viva, por parte do linguista, "de la spécificité formelle des faits linguistiques."(ibidem, p. 267).

72. Mª Alzira Seixo, ao prefaciar a tradução portuguesa de "L'Homme dans la Langue", afirma que este conjunto de artigos de Benveniste constitui "/.../ uma análise linguística pura que, não obstante, ou talvez por isso mesmo, se torna ao mesmo tempo reflexão filosófica sobre a colocação existencial com implicações muito prolongadas." (M.A. Seixo, 1976, p. 17).

73. Cf. F.-I. Fonseca, 1986, pp. 20-30.

74. No artigo citado na nota anterior, p.28-29, ponho também como hipótese a existência de afinidades filosóficas de Benveniste com o existencialismo.

75. Apesar de não ter publicado nenhuma obra global suficientemente representativa (a sua produção escrita consta quase exclusivamente de artigos curtos), A. Culioli está incon-

testavelmente na origem de uma escola bem caracterizada; professor na Universidade de Paris VII, é assinalável a fascinação que, pela originalidade das suas posições, exerce sobre os discípulos (é significativo o facto de algumas das suas publicações serem compilações de aulas reunidas e publicadas pelos alunos). É, aliás, nos trabalhos dos seus discípulos, com especial destaque para os de Cath. Fuchs, que é possível encontrar uma sistematização global da teoria de Culioli.

76. Cf. a nota 30 deste mesmo capítulo.

77. H. Weinrich e K. Hamburger integram-se numa tendência muito marcada da investigação alemã sobre as línguas e as literaturas em que pode também incluir-se, imediatamente antes deles, E. Auerbach; uma corrente romanista de inspiração filológica (no sentido próprio do termo) que conseguiu ainda produzir, na nossa era da especialização, estes brilhantes sobreviventes da cultura humanista, dotados de um saber totalizador e de um espírito de síntese que lhes facultam a possibilidade de estabelecer ligações audaciosas entre domínios díspares.

78. Transcrevo uma afirmação de H. Weinrich feita no decorrer de um Seminário realizado no Centro de Linguística da Universidade do Porto em 26 de Fevereiro de 1985 e subordinado ao tema Critique de la théorie des déictiques ou "Que veulent montrer les démonstratifs?". Agradeço ao Prof. Harald Weinrich ter revisto e aprovado as minhas transcrições desse Seminário e ter-me autorizado a divulgá-las aqui.

79. Ver nota anterior.

80. Esta crítica de Weinrich não toma em conta que Bühler insiste, mais que uma vez, em que a anáfora é a forma mais especificamente linguística de mostração: cf. "/.../ la anáfora, el modo más notable y especificamente lingüístico de la indicación." (K. Bühler (1934), 1978, p. 100).

81. Cumpre reconhecer que H. Weinrich é não só um linguista do texto como também um linguista de textos, já que os analisa abundantemente nas suas obras. Nenhum de nós, linguistas habituados a experimentar como é difícil atravessar a barreira que separa as formulações teóricas da sua aplicação à análise dos textos, pode deixar de admirar a "souplesse" e elegância com que Weinrich faz esse movimento constante entre as teorias e os textos.

82. Sublinhado por mim.

83. Cf. também outra afirmação de K. Hamburger, bastante próxima desta: "A logic, or more specifically, a linguistic logic of literature /.../can be more concisely designated as a theory of language. /.../ The logic of literature qua linguistic theory of literature has as its object the relation of literature to the general system of language. The logic of literature is therefore to be understood in the sense of a theory of language."(K. Hamburger (1957), 1973, p.3).

84. A tradução francesa desta obra de K. Hamburger foi publicada recentemente (1986) com o título Logique des Genres Littéraires (Paris, Seuil, coll.Poétique, 1986). Numa nota inicial, o tradutor dá esclarecimentos sobre as dificuldades de tradução de alguns termos, entre os quais destaca "Aussage", que considera uma das "palavras-chave" nesta obra de K. Hamburger.

85. Sublinhado por mim.

86. Um capítulo de 90 páginas, intitulado "Deixis, space amd time" (J. Lyons, 1977, pp.636-724) que é o mais longo dos 17 capítulos que constituem a obra. Para além deste capítulo, expressamente consagrado ao tema, há outros, em Semantics, que focam aspectos relevantes no estudo da deixis: o capítulo 7 - "Reference, sense and denotation" - e o capítulo 14- "Context, style and culture" (ibidem, pp. 174-229 e 570-635, respectivamente).

87. Destaco "Deixis as the source of reference" (1975); "Deixis and anaphora" (1979) e "Deixis and subjectivity: loquor, ergo sum?" (1982).

88. Cf. o título do artigo, já citado na nota anterior, "Deixis as the source of reference" (J. Lyons, 1975).

89. Sublinhado por mim.

C A P Í T U L O 3

DEIXIS FICTIVA OU NARRATIVA

RAMIFICAÇÃO DÍCTICA E PRODUTIVIDADE REFERENCIAL

"The mind of the grammatical animal is capable of constructing the Umwelt not only "as it is" but - and here we are back to Leibniz - fabricating it as it might be."

(Th. Sebeock, "Origin of language")

"A palavra cria o mundo que a criou a ela /.../. O mundo é uma proposta muda para que falada exista."

(V. Ferreira, Invocação ao meu Corpo)

3. Deixis fictiva ou narrativa. Ramificação díctica e produtividade referencial.

3.1. Dependência contextual e transposição fictiva[1]

3.1.1. A deixis tem sido quase exclusivamente encarada, como vimos, enquanto fenómeno que atesta de forma indiscutível a dependência da linguagem verbal relativamente ao contexto situacional em que é usada. Poucas vezes foi confrontada a evidência deste condicionamento contextual das línguas naturais (marcado na sua própria estrutura formal pela presença dos dícticos[2]) com um outro facto, não menos evidente: o de ser o uso da linguagem o único meio de que dispõe o homem para se "libertar" da contingência díctica[3] directa a que esse mesmo uso o vincula (ver, atrás, Intr., 1.1.).

O sujeito falante não pode separar-se de um aqui

e de um agora que se movem consigo (4) e que, a cada vez que diz eu, institui como coordenadas geradoras da configuração de um mundo - o mundo "actual" ou mundo zero (mo). Mas o uso da linguagem faculta-lhe a possibilidade de se "deslocar" fictivamente, instituindo outras coordenadas espácio-temporais (lá-então) como geradoras da configuração de outros mundos possíveis.

A relação de dependência que liga o discurso ao seu contexto é uma relação reversível: se a linguagem é dependente do contexto, também se pode dizer que o contexto é dependente da linguagem na medida em que é por ela criado. Trata-se, pois, de uma relação de interdependência. Uma relação dinâmica e dinamizadora: o discurso e o contexto não são objectos estáveis, são processos entre os quais se estabelece uma interacção construtiva.

Pode detectar-se já em Malinowsky, num texto de 1923(5), o aflorar da consciência desta relação reversível entre a linguagem e o contexto. Ao formular, a partir da observação do uso da linguagem numa tribo de nativos de uma ilha da Melanésia (6), as bases de uma teoria contextual da referência (7) Malinowsky insiste na dependência do discurso em relação à situação: "utterance and situation are bound up inextricably with each other and the context of situation is indispensable for the understanding of the words." (Malinowsky (1923),1966, p.307). Não deixa de reconhecer, no entanto,

que tal dependência só é total na forma de uso da linguagem que designa como "speech in action" (ibidem, p. 312); se forem consideradas outros usos - "free narrative" e "the use of language in pure social intercourse" (ibidem, p. 312)- verifica-se que "language here is not dependent upon what happens at that moment, it seems to be even deprived of any context of situation" (ibidem, p. 313). O que acontece nestes casos é que o contexto é criado pelo próprio discurso, como Malinowsky explicita mais adiante: " The situation /.../ is created by the exchange of words /.../. The whole situation consists in what happens linguistically." (ibidem, p. 315). Estas últimas constatações de Malinowsky aplicam-se restritamente ao uso da linguagem que designa como "comunhão fática" e não implicam necessariamente a ideia de criação de um contexto referencial. Mas num outro texto Malinowsky precisa, no quadro de uma análise de narrativas primitivas, que o contexto é criado pelas próprias "histórias"(⁸).

3.1.2. A concepção dinâmica do discurso, instituída e consagrada pelas tendências teóricas mais marcantes na panorâmica recente da reflexão sobre a linguagem, está associada uma concepção dinâmica do contexto, nomeadamente do contexto referencial, que obriga a pôr em causa a fronteira

rígida que se costuma traçar entre o "mundo actual" e os outros "mundos possíveis": a realidade não se oferece à significação como um "mundo" já pronto, que está à espera de ser traduzido em linguagem; apresenta-se antes como um dado a ser construído pela linguagem na interacção comunicativa (como "uma proposta muda para que falada exista", na feliz síntese de Vergílio Ferreira que escolhi como epígrafe do presente capítulo).

A reflexão teórica de Fr. Jacques (⁹) impõe-nos como facto indiscutível que são os universos de interacção que tornam possível a existência de universos de referência. Quer o discurso quer o contexto são construídos a partir da actuacão verbal. É importante levar às suas últimas consequências teóricas a relação de inseparabilidade entre a linguagem e o contexto posta em relevo pela Pragmática e evitar que a complementaridade entre estas duas noções seja encarada sob uma perspectiva dualista (o discurso de um lado, o contexto de outro) que é necessário substituir por uma perspectiva construtivista (o discurso e o contexto como processos de natureza interactiva e cognitiva que reciprocamente se constroem) (¹⁰).

A relação dinâmica que se estabelece entre o discurso e o contexto tem o seu fulcro nas operações de referenciação dictica, isto é, as operações que pressupõem a existência de um contexto referencial e viabilizam a sua

representação conceptual sob a forma de um mundo.

Um acto de referência pressupõe, como é bem sabido, o estabelecimento de um sistema de coordenadas. Bühler representa graficamente essas coordenadas como linhas cruzadas que se originam num ponto O, e acrescenta: "/.../ hay que poner en el lugar O tres demostrativos, aquí, agora y yo." (K. Bühler(1934), 1979, p. 120). As relações espácio-temporais que se criam quando e porque um falante diz eu constituem por si mesmas a situação de enunciação e são as coordenadas indispensáveis para a construção de qualquer mundo conceptual.

Um mundo, no sentido de esquema configurativo do conhecimento da realidade, é essencialmente uma rede de relações espácio-temporais organizadas a partir de um sujeito. A possibilidade de construção conceptual de um mundo depende, pois, de um acto de enunciação que institua coordenadas referenciais. A referência linguística, para poder ser referência a um "mundo", tem de ser auto-referência do acto de enunciação a si próprio. Esta referência reflexiva (a sui-referencialidade da linguagem materializada na existência de signos dícticos) é uma operação básica no processo de construção do referente.

Ao definir a "subjectividade" da linguagem, Benveniste sublinha a função dos dícticos como organizadores das relações espácio-temporais relativamente ao sujeito, como

operadores da ancoragem dos enunciados na sua situação de produção. Esse enraizamento na situação é um aspecto básico da construção do sentido, que utiliza as suas próprias condições de produção. É como consequência logicamente reversível da ligação inseparável entre a linguagem e o contexto que pode entender-se o mecanismo da produtividade referencial.

A compreensão do funcionamento dos dícticos será mais cabal se forem encarados como principais operadores da interdependência entre a linguagem e o contexto. Conceber a função dos dícticos como restrita à mostração de algo presente no contexto implica uma perspectiva dualista da relação entre a linguagem e o contexto. Numa perspectiva construtivista dessa relação torna-se evidente que o acto de mostração verbal cria, porque o pressupõe, o próprio contexto referencial para que aponta. O estudo da deixis constitui uma via de acesso à compreensão das operações enunciativas que viabilizam a construção do referente pela linguagem.

Marcas por excelência da falta de auto-suficiência do sistema linguístico, os dícticos podem, por isso mesmo, funcionar como operadores de uma auto-suficiência fictiva do enunciado relativamente à situação de enunciação. É pela sua natureza de operadores da obrigatória ancoragem enunciativa da linguagem que os dícticos constituem pedras angulares das infra-estruturas linguísticas que tornam

possível a ficção, isto é, a capacidade inerente às línguas naturais de criarem os seus próprios referentes.

Dependência contextual e transposição fictiva são, portanto, duas faces de um mesmo processo enunciativo, dois pólos da tensão que mantém unidos o discurso e o contexto (11).

3.2. Deixis "am Phantasma": mostração "in absentia"?

3.2.1. Ao distinguir e caracterizar a modalidade de deixis a que chamou "am Phantasma"(ver, atrás, I, 2.2.3.), K. Bühler formulou um conceito de grande relevância para a compreensão do funcionamento dos dícticos como principais operadores da relação reversível entre o contexto referencial e a linguagem.

Não foi nunca dada a devida atenção a esta terceira forma de mostração detectada por Bühler. A deixis "am Phantasma" foi, de um modo geral, afastada liminarmente pelos linguistas como uma noção que só haverá interesse em considerar no âmbito da Psicologia e da Literatura, sendo irrelevante do ponto de vista da Linguística. Na opinião de H. Weinrich, por exemplo, a delimitação de uma deixis "am Phantasma" não tem fundamento linguístico (12) e a carac-

terização que dela faz Bühler deixa muito a desejar: "Fica-se sem saber como será possível apontar da mesma maneira para objectos presentes e para objectos ausentes. A deixis "am Phantasma" permanece, na obra de Bühler, uma bela desconhecida /.../." (H. Weinrich (1986), no prelo).

Não posso, por esta vez, estar de acordo com H. Weinrich. Bühler explica com clareza, como veremos, que é possível apontar do mesmo modo para objectos presentes e para objectos ausentes: a partir de um marco de referência presente (actual) para os presentes, a partir de um marco de referência ausente (fictivo) para os ausentes. E se a deixis "am Phantasma" permaneceu "uma bela desconhecida" foi porque não houve durante muito tempo quem se mostrasse entusiasmado nem em conhecê-la nem em procurar a forma de a utilizar. Bühler fornece elementos suficientes para a descoberta dessa "desconhecida" e chega mesmo a advertir que não há nela nada de misterioso: "El supuesto de que nace el asombro acerca de la posibilidad de la deixis en fantasma es en buena parte falso." (K. Bühler (1934), 1979, p. 144).

Um outro argumento tem sido aduzido pelos linguistas para justificar a irrelevância da noção de deixis "em PHantasma": distinguir esta forma de mostração da deixis ad oculos e da anáfora revela-se não só problemático como desnecessário, de um ponto de vista linguístico. É essa a posição de Herculano de Carvalho: "É evidente que esta

espécie de mostração em fantasma assume real interesse para o psicólogo (que era Bühler) e para o estudioso da criação poética, mas não para o linguista para quem ela se identifica com a mostração "ad oculos", embora, como já veremos, ela possa estar implicada na anafórica. Ao linguista convém portanto atender única ou principalmente aos dois primeiros modos da deixis." (H. de Carvalho, 1973, pp. 662-663) (13).

Continuo a não estar de acordo. Uma leitura atenta dos passos da Sprachtheorie em que Bühler se refere à deixis "am Phantasma" torna inequívoco que, se esta forma de mostração tem afinidades com a deixis "ad oculos" e com a anáfora, não deixa por isso de ter uma especificidade própria (ver adiante I, 3.2.3.). Por outro lado, Bühler não analisa a deixis "am Phantasma" como sendo exclusiva da criação poética: ao exemplificá-la refere-se efectivamente à "épica" e ao "drama" e alude a "cenas de romances", mas refere-se igualmente a actos de linguagem tão prosaicos como dar indicações de um itinerário ou falar da posição possível dos móveis quando se estão a projectar alterações na decoração de uma sala. Sendo assim, mesmo que se aceitasse como ponto pacífico que não há afinidade entre os interesses do linguista e os do "estudioso da criação poética", seria sempre discutível considerar que a deixis "am Phantasma" não interessa ao linguista, já que a transposição fictiva não constitui um exclusivo do uso literário da língua.

As posições de Weinrich e Herculano de Carvalho (dois linguistas que podem contar-se entre os mais sensíveis ao legado teórico de Bühler) são sintomáticas quanto à marginalização da deixis "am Phantasma", cuja "descoberta" não foi nunca reconhecida como uma das (aliás muitas) intuições agudas de Bühler sobre o funcionamento da linguagem. Mesmo quando, mais tarde, Culioli evidencia que é indispensável recorrer à noção de transposição fictiva na descrição linguística e utiliza de forma sistemática, no quadro do seu estudo das operações enunciativas, o conceito de "repère-origine fictif"([14]), não faz qualquer referência à deixis "am Phantasma" de Bühler.

No domínio da Teoria da Literatura, foi dada alguma atenção ao conceito de deixis "am Phantasma" a partir do momento em que K. Hamburger o utilizou na sua análise da ficção épica. Mas também aqui se pode dizer que nunca deixou de estar numa posição marginal, como marginal foi também, aliás, o lugar da interessante obra de K. Hamburger, Die Logik der Dichtung. Na sequência mais ou menos directa do tipo de abordagem proposto por K. Hamburger - e que se situa na intersecção entre as preocupações da Linguística e da Literatura - surgem esporádicas referências à relevância da noção de deixis "am Phantasma" no domínio da linguística textual, sendo reconhecida a sua operacionalidade na compreensão de um fenómeno típico da narração literária - o discurso in-

directo livre (15).

Para além deste e de outros (15) casos particulares em que se revela útil o recurso à noção de deixis em fantasma, parece-me sobretudo importante sublinhar as implicações gerais desse conceito no domínio da referência linguística, nomeadamente no que diz respeito ao estudo das condições enunciativas da ficção. A transposição da "origo" enunciativa constitui um processo linguístico básico na produção da ficção (ver adiante I,3.3.), na instituição do poder referencial da linguagem. A deixis "am Phantasma", longe de ser irrelevante e, portanto, negligenciável do ponto de vista da Linguística, é um conceito indispensável para a compreensão total da relação entre o funcionamento dos dícticos e a construção da referência.

3.2.2. No conjunto da teoria bühleriana da mostração linguística (ver atrás I,2.2.) a deixis "am Phantasma" é caracterizada como mostração "in absentia". Bühler refere-se-lhe explicitamente como "mostración de lo ausente" (K. Bühler (1934), 1979, p. 155), como possibilidade de utilização dos signos dícticos para "guiar y ser guiado en lo ausente" (ibidem, p. 143).

Conceber uma forma de mostração "in absentia" é

um tanto paradoxal, uma vez que os signos mostrativos ("Zeigzeichen") se caracterizam por pressuporem a presença dos referentes para que apontam. Como é possível apontar para o que está ausente? Bühler explica-o com simplicidade, no quadro da sua concepção essencialmente espacial da deixis, recorrendo à noção de transposição: "El hombre sólo puede presentar a otro en fantasma lo ausente con recursos lingüísticos porque hay trasposiciones." (ibidem, p. 156 ([17])).

Transposição ("Versetzung") é um termo que Bühler usa repetidamente ao caracterizar a deixis "am PHantasma". Consciente de que se trata de uma utilização metafórica da noção de transposição ([18]), desenvolve essa metáfora distinguindo duas formas de deslocação: a do sujeito e a do objecto ("Dicho alegóricamente, se trata de que Mahoma vaya a la montaña o la montaña vaya a Mahoma." (ibidem. p.151)). Para ilustrar o primeiro tipo de transposição, Bühler dá o seguinte exemplo, que traduzo:

> (1) "Em Viena passas pelo Graben junto à Pestsaule, vais até ao Stock im Eisen e logo tens na tua frente, um pouco à esquerda, a catedral de Santo Estêvão." (ibidem, p. 155).

Como exemplo da forma de transposição em que "a montanha vem a Maomé" Bühler não cita nenhum enunciado mas, de acordo com a caracterização que faz da situação (Cf. ibi-

dem, p.152), podemos supôr um exemplo do tipo:

(2) "Aqui fica a mesa, ao lado do armário e por baixo do espelho."

Quer no caso da "transposição" do sujeito quer na do objecto, trata-se, segundo se depreende da exposição de Bühler, de um processo de evocação mental: no primeiro caso, evocação de um espaço situacional distinto do aqui da enunciação, a que o sujeito se transpõe fictivamente; no segundo caso, evocação de um objecto ausente e sua integração fictiva no espaço situacional presente.

Estes exemplos circunscrevem-se à deixis espacial. Coerente com a sua definição da deixis como sendo basicamente "mostração de lugares", orientação num determinado campo mostrativo de natureza espacial, Bühler caracteriza a deixis "am Phantasma" como orientação num espaço imaginário. É preciso não esquecer que 'imaginário' tem aqui o sentido literal de 'percebido como imagem mental', sem obrigatórias implicações de 'irrealidade'. Bühler utiliza o termo "Phantasma" no sentido em que originariamente o usaram os Estóicos (e que se manteve ainda na Filosofia escolástica) de 'imagem evocada mentalmente'(18), objecto de percepção que não é visível, audível ou palpável.

O campo mostrativo "am Phantasma" constitui uma imagem mental do campo perceptivo real ou de um campo percep-

tivo que possa constituir-se em alternativa plausível dele. Não se trata obrigatoriamente, como pode fazer supor uma interpretação apressada e simplista dos termos "fantasma" e "fantasia", de um feérico mundo irreal; trata-se de qualquer "mundo possível", que seja evocado mentalmente em alternativa ao mundo actual.

O carácter fictivo da mostração "am Phantasma" consiste basicamente em que os dícticos podem ser usados para apontar objectos ou circunstâncias ausentes. É irrelevante considerar se tais objectos ou circunstâncias são ou não são reais, pois a sua eventual realidade não afecta em nada o carácter fictivo da mostração. Nos exemplos transcritos acima, quer a cidade de Viena quer "a mesa" existem de facto, não são irreais: o que é "irreal" é a possibilidade de apontar para eles, uma vez que não estão presentes. É o acto de ostensão, de indigitação, que é fictivo uma vez que "/.../ aquellos recursos prelingüisticos que son imprescindibles para la demostratio ad oculos no existen en la mostración en fantasma." (ibidem, p. 143). Não é lícito supor a existência prévia de um campo mostrativo imaginário onde se possa realizar uma mostração "am Phantasma": esse campo mostrativo é induzido pelo próprio acto de mostração in absentia.

Analisando mais detidamente a forma como Bühler utiliza a noção de transposição, damo-nos conta de que não o faz de forma muito clara. Não me parece que se possa falar de

"transposição do objecto" no mesmo sentido em que se fala de "transposição do sujeito". Esta última é efectivamente condição básica da construção de alternativas ao mundo actual porque a transposição do sujeito - da "origo" enunciativa - implica a transposição das coordenadas que nele se geram. O que Bühler designa como "transposição do objecto" é um caso muito diferente: num exemplo como (2) o falante não aponta para uma mesa ausente mas para um lugar presente na sala em que se encontra e onde pretende colocar a mesa. O que evoca a mesa ausente é o signo "mesa", o que é normal dentro da função representativa dos sinais linguísticos, que Bühler designa como "função simbólica", opondo-a à "função mostrativa". Não pode confundir-se a representação do conceito "mesa" através da utilização do signo "mesa" (e a sua aplicação à designação de um determinado objecto pelo emprego do actualizador "a") com a evocação de um mundo alternativo característica da deixis "am Phantasma". Creio que Bühler faz esta confusão ao falar da "transposição do objecto" como uma forma de deixis "am Phantasma".

Um outro exemplo de "transposição do objecto" é apontado por M.-E.Conte como ilustração do que designa, seguindo Bühler, como deixis "amm Phantasma" objectiva(20)(trata-se de um excerto de Macbeth, de Shakespeare):

(3)"Is this a dagger that I see before me,
The handle toward my hand?"

Aqui o carácter fictivo da mostração só se torna claro para o interlocutor-espectador mediante a evidência pragmática de que não está presente nenhum punhal (21). Também neste caso me parece inadequado falar de "transposição do objecto";trata-se mais amplamente de transposição de um mundo: o locutor transpõe-se, propondo idêntica transposição ao interlocutor, para um mundo alternativo, aqui um mundo de alucinação.

Poderíamos também encontrar exemplos do fenómeno descrito pos Bühler como "transposição do objecto" em falas de actores representando personagens de uma peça sem cenário, ou, mais simplesmente, num diálogo entre duas crianças que brincam "às casinhas" e que, confrontadas com um problema de falta de "adereços", o resolvem recorrendo à linguagem (22):

(4) "Aqui estava o fogão e em cima as panelas."

Creio ser possível sustentar que em todos os casos apontados como exemplo de "transposição do objecto" se pode considerar que está implicada uma "transposição do sujeito", ou antes, dos sujeitos (locutor e interlocutor), uma vez que se verifica em todos eles que o locutor propõe ao interlocutor que se transponha com ele para um mundo alternativo; em qualquer dos casos está pressuposto algo como "Imagina que...", "Faz de conta que..." como o está em (1), o

exemplo de "transposição do sujeito":

(1a) "(Imagina que) estás em Viena /.../";

(2a) "(Imagina que) aqui fica a mesa /.../".

A "mostração do ausente" implica sempre um esforço, por parte do locutor, no sentido de levar o interlocutor a comparticipar, a comungar na evocação de um mundo alternativo. A mostração de um objecto ausente não se restringe a esse objecto, apresenta-o como parte integrante de um mundo, o que pressupõe sempre a instituição de uma "origo" enunciativa transposta. Sendo assim, não vejo pertinência na distinção, que propõe Bühler, entre duas formas de deixis "am Phantasma", distinção que se prende com uma concepção fundamentalmente espacial da deixis que se mantém na sua definição da deixis "am Phantasma" e que está bem explícita no facto de a sua escolha da metáfora "transposição" assentar essencialmente na sugestão de "deslocação no espaço".

Se encararmos mais amplamente a noção de "transposição" - não esquecendo que se trata de um termo equivalente, na sua formação, a "metáfora" - ela pode aplicar-se também às outras coordenadas: além da transposição para o não-aqui, há a transposição para o não-agora, para o não-eu e para o não-assim. Transposições por natureza utópicas. A deixis "am Phantasma" engloba toda as possibilidades de criação, na linguagem, de marcos de referência alternativos.

Todos esses marcos de referência diferentes do eu-aqui-agora são, já o sabemos, utópicos. E é significativo que utopia- literalmente apenas referido ao não-aqui - tenha adquirido um sentido amplo que se aplica, globalmente, a todas as formas de transposição fictiva.

3.3. Mostração e referência

3.3.1. Os três "modos de indicação" definidos por Bühler - "deixis ad oculos", "anáfora" e "deixis am Phantasma" (ver atrás I, 2.2.) - podem e devem ser postos em relação com diferentes modos de referência . O conceito de campo mostrativo, básico na teoria bühleriana da deixis, concretiza a conformação linguística de um campo de referência que se desenha a partir do acto de fala e que não é lícito interpretar (nem mesmo no caso da deixis "ad oculos") como um espaço real preexistente à enunciação. Definido como um campo perceptivo cujos contornos se desenham a partir do centro de irradiação constituído pelas coordenadas enunciativas, o campo mostrativo bühleriano gera-se com a linguagem, é criado através dela.

Nesta perspectiva, a reprodutividade da noção de

campo mostrativo, que já anteriormente apontei como fundamental na teoria de Bühler (ver atrás I,2.2.3.), deve ser relacionada com a (re)produtividade referencial da linguagem verbal. A construção conceptual de um campo mostrativo textual e de um campo mostrativo imaginário à imagem e semelhança do campo mostrativo concreto da situação de enunciação, é uma manifestação da capacidade de o discurso criar o seu próprio contexto.

Quer a anáfora quer a deixis "am Phantasma" constituem formas, especificamente linguísticas, de superar certas limitações da linguagem (inerentes à sua natureza de fenómeno psicofísico) utilizando essas mesmas limitações. No caso da anáfora - em que o próprio contexto verbal é instituído em campo mostrativo - é utilizada a fluência do discurso, a linearidade da linguagem, tendo em vista a superação dessa mesma linearidade. Bühler afirma-o sem margem para dúvidas, numa das últimas referências que faz à anáfora, na Teoria da Linguagem: "La anáfora es /.../ un medio extraordinariamente multiforme de composición y referencia que compensa ampliamente las limitaciones de la ley psicofísica de que las palabras sólo pueden proferir-se, en el flujo del decir, encadenadamente una tras otra." (K. Bühler (1934), 1979, p. 409).

A meu ver, também a deixis "am Phantasma" pode ser interpretada (e embora Bühler o não explicite) como um

meio de superar e compensar uma limitação inerente à natureza psicofísica da linguagem: se na anáfora se utiliza o carácter linear do fluxo discursivo para vencer as contingências dessa mesma linearidade, na deixis "am Phantasma" utiliza-se a natureza díctica da linguagem para superar as contingências dessa mesma natureza díctica. A deslocação fictiva do locutor e do interlocutor corresponde a transposição das coordenadas espácio-temporais que neles se originam, isto é, da projecção da "origo" resulta a projecção do sistema de coordenadas geradoras da configuração de um mundo conceptual. A possibilidade de superação fictiva da contingência díctica assenta, pois, na projecção, por reprodução mimética (homológica ou analógica), da própria "origo" enunciativa e respectivas coordenadas.

Ao referir-se a este processo de transposição das coordenadas enunciativas que está na base da mostração em fantasma, Bühler acentua que " /.../las coordenadas de todo campo mostrativo son constantes porque forman la férrea consistencia de la orientación de todo hombre en su situación perceptiva presente." (ibidem, p. 155). A expressão "férrea consistencia", que sublinhei, sugere com vigor a inelutabilidade da contingência díctica: o sistema de coordenadas inerentes ao sujeito da enunciação permanece constante quando ele se desloca fictivamente do seu aqui-agora, e é essa constância que torna viável a transposição.

3.3.2. No sentido de completar a caracterização da deixis "am Phantasma" é imprescindível explicitar em que reside a sua especificidade em relação às outras formas de deixis. Bühler afirma que "La deixis en fantasma se funda exactamente en los mismos supuestos psicologicos que la demonstratio ad oculos y opera con los mismos recursos sensibles." (ibidem, p. 406). Esta afinidade que Bühler estabelece entre a deixis "am Phantasma" e a deixis ad oculos cifra-se, a meu ver, no facto de quer uma quer outra se realizarem num campo mostrativo identificável como contexto referencial. Um traço comum que as distingue da mostração anafórica, em que o campo mostrativo é o contexto verbal. Por outro lado, e atendendo a que na mostração "am Phantasma" o contexto referencial ausente é presentificado por meios verbais, é lícito estabelecer uma afinidade entre a deixis "am Phantasma" e a anáfora: ambas se realizam num campo mostrativo textual (23). Uma dupla constatação que parece levar a um impasse: é possível que o campo mostrativo em fantasma seja ao mesmo tempo referencial e textual? É possível: trata-se justamente de um contexto referencial criado no e pelo texto.

Fica assim patente a especificidade da deixis

"am Phantasma", que constitui efectivamente um terceiro modo de mostração que não é redutível, apesar das afinidades que com elas apresenta, a nenhuma das outras duas formas de deixis. A constatação de tais afinidades leva Herculano de Carvalho (ver citação tanscrita atrás em I, 3.2.1.) a não reconhecer especificidade à deixis "am Phantasma" e a concluir que é irrelevante, para o linguista, a consideração desta modalidade da deixis bühleriana. É de sublinhar o facto de Herculano de Carvalho ter captado a afinidade da deixis "am Phantasma" com a deixis "ad oculos" e a sua implicação na anáfora. Uma observação correcta, embora não me pareça igualmente correcta a conclusão dela tirada, já que, a meu ver, reside justamente nessa afinidade cruzada com as outras duas formas de mostração a especificidade da mostração "am Phantasma".

Para completar este quadro das relações recíprocas entre os três modos de mostração linguística definidos por Bühler, resta lembrar que a deixis "ad oculos" e a anáfora têm como traço comum o facto de serem ambas mostração "in praesentia" (o campo mostrativo é acessível pela sua proximidade sensorial ou por ainda estar presente na memória imediata). Este traço distingue-as da deixis em fantasma, que é mostração "in absentia", isto é, num campo mostrativo só acessível mentalmente - (re)construído a partir de dados fornecidos pela memória mediata (memória a longo prazo)[24].

Tentarei, na sequência deste trabalho, exemplificar as relações cruzadas entre as três modalidades de deixis no domínio da deixis temporal analisando o uso de dícticos temporais, nomeadamente os tempos verbais (ver, adiante, II Parte).

Retomando, em forma conclusiva, o essencial sobre a especificidade da deixis "am Phantasma": ela distingue-se da deixis ad oculos por ser mostração "in absentia"; e distingue-se da anáfora porque, sendo embora como ela referência endógena, pretende ser (finge ser), como a deixis ad oculos, referência exógena.

Esta reflexão sobre deixis e referência torna legítimo pôr em causa um dos axiomas de referência estabelecidos por J. Searle, o axioma de existência, assim formulado: "Whatever is referred to must exist. Let us call this the axiom of existence." (J. Searle, 1969, p. 77). Este axioma tem que ser reinterpretado à luz da noção de deixis "am Phantasma" (para que proponho a designação de deixis fictiva (28)) e do modo de referência a ela ligado, a referência produtiva, podendo ser reformulado nos seguintes termos: tudo o que é referido passa, ipso facto, a existir.

Do ponto de vista da linguagem, não é a existência real, pressuposta no axioma de Searle, que está em causa, mas a existência conceptual, produto cognitivo do acto de linguagem, do acto de referir (28). Ou, para continuarmos a

cingir-nos à deixis, origem da referência, do acto de apontar usando a linguagem.

3.4. Deixis fictiva ou narrativa. Evocação, narração, ficção.

3.4.1. Uma análise detalhada, como a que vimos fazendo, da possibilidade e condições de uma mostração linguística fictiva permite-nos surpreender, na sua génese, o processo de projecção do texto para fora de si mesmo sob a forma de mundo, processo que P. Ricoeur caracteriza com tanta pertinência ao reflectir sobre a ficção: "Le monde de la fiction /.../ n'est que le monde du texte, une projection du texte comme monde." (P. Ricoeur, 1986,p. 17).

A mostração "in absentia", mostração de um referente ausente, é uma mostração construtiva desse referente: no reverso da ostensão (aponta-se porque está presente, porque existe) está a mostração construtiva (aponta-se, por isso pressupõe-se que existe). É a suspensão da possibilidade da ostensão que abre a possibilidade dessa mostração construtiva que é a mostração fictiva. Volto a acentuar que o carácter fictivo é inerente à mostração, independentemente da factualidade do objecto ou situação que é mostrado; de um ponto de vista enunciativo, todo e qualquer acto linguístico

de mostração "in absentia" é fictivo: apontar, usando os dícticos, para o que está ausente, confere a esse "ausente", mesmo que tenha já uma existência real, uma nova forma de existência, uma existência textual, que substitui e torna irrelevante a factualidade da existência real.

O próprio critério para avaliar a distinção entre o que está presente e o que está ausente não é um critério existencial, é um critério linguístico, enunciativo: presente é tudo o que comparticipa de um acto de enunciação, e ausente é tudo o que não comparticipa nele. É neste sentido que Benveniste distigue as categorias de pessoa e não-pessoa: a 1ª e 2ª pessoas têm o estatuto de participantes na enunciação (estão presentes); a 3ª pessoa não tem esse estatuto, não "existe" como participante da enunciação, como pessoa (está ausente). Bühler já observara com clareza, a propósito da chamada terceira pessoa : "/.../ el lenguage ha designado a Cayo persona tertia, esto quiere decir en nuestra lengua para desempeñar un papel en un acontecimiento desligado de la situación verbal."(K. Bühler (1934),1979, p. 394 (27)). É possível que esta e outras observações de Bühler sobre a "persona tertia" tenham estado na base da hipótese formulada por K. Hamburger sobre o estatuto fictivo da terceira pessoa. Uma hipótese parcial que está dentro da hipótese mais geral que procuro defender aqui, a saber: fictivo é, de um ponto de vista enunciativo, tudo o que não está directamente ancorado

na situação de enunciação [29].

Sempre que há a necessidade de estabelecer, no enunciado, um marco de referência não-coincidente com a situação de enunciação, institui-se uma ficção em sentido amplo, desencadeia-se a força referencial da linguagem, a sua capacidade de projectar mundos, na expressão de P. Ricoeur. Capacidade que tem, na sua génese, a possibilidade de projecção, por reprodução mimética, das cordenadas enunciativas, coordenadas-base da construção conceptual de um mundo. Proponho-me designar como ramificação díctica [29] tal possibilidade de projecção, isto é, a capacidade inerente aos operadores dícticos, de pressupor marcos de referência transpostos, de funcionar como operadores de uma transposição ou "translação referencial"[30].

A constatação deste tipo de funcionamento dos dícticos leva a que se tenha de encarar a deixis como um processo referencial em que se conjugam um movimento centrípeto e um movimento centrífugo em relação ao centro constituído pela instância enunciativa. O primeiro movimento- que designo como centrípeto - é descrito de forma expressiva por óscar Lopes num texto em que, referindo-se à deixis, fala de "/.../ um filtro de vizinhanças afunilando-se para um ponto chamado eu, através de abertos sucessivamente inclusos na vizinhança definida pela nossa galáxia, na do nosso sistema solar, na da Terra, na de um país onde se fala

Português, e no enquadramento de uma janela romântica que também poderia ser, aliás, a janela da "Tabacaria" de Fernando Pessoa." (O. Lopes, 1985, p.92). No reverso deste movimento e em relação complementar com ele, parece-me necessário postular um segundo - centrífugo - a que, a meu ver, óscar Lopes alude implicitamente num outro texto [31] em que reflecte, de forma aparentemente desprendida, sobre as noções de "translação de referência" e "excesso referencial". Como acentuei ao longo deste capítulo, o marco de referência enunciativo, por essência único, pode ser fictivamente projectado numa espécie de "centrifugação explosiva" que dá origem a um número potencialmente infinito de marcos de referência transpostos [32], à volta dos quais se tece uma rede referencial que reproduz mimeticamente a rede referencial díctica: quer dizer, neste processo de "translação referencial" característico do modo de enunciação narrativo, as coordenadas de referência são criadas pela própria linguagem, que se torna assim fictivamente autónoma em relação ao seu contexto de produção.

3.4.2. A ancoragem e desancoragem enunciativa estão no cerne da apreensão cognitiva do real, que não se processa de forma linear e transparente, mas antes por uma

constante e complexa oscilação entre o factual e o contrafactual, entre o "real" e a "ficção", um processo incessante de formulação de modelos hipotéticos de compreensão do real- "mundos possíveis" - e consequente configuração do real como mundo através desses modelos. P. Ricoeur fala de "la force heuristique de la fiction" e observa que "la première manière dont l'homme tente de comprendre et de maitriser le "divers" du champ pratique est de s'en donner une représentation fictive." (P. Ricoeur, 1986, p. 222). Uma pertinente observação, que é possível comprovar quer na história da humanidade quer na história de cada homem.

Também os linguistas se apercebem da importância fundamental da imaginação no funcionamento da linguagem. Referindo-se à conceptualização (termo com que designa o processo que permite passar dos mundos referenciais aos meios de expressão), B. Pottier sublinha que "l'imagination (production d'images par rappel ou par création) y joue un rôle déterminant." (B. Pottier, 1987b, p.32) e, num outro passo do mesmo artigo, especifica que a representação mental ("imaginée et imaginaire") supõe "un fontionnement à base de mémoire et une compétence polyvalente, fondée à la fois sur la capacité de rappel du déjà vu ou entendu (re-voir) et sur la faculté d'appel, celle qui permet d'imaginer, de créer (pré-voir)." (ibidem, p.24). Re-ver e pre-ver: evocar o ausente, dando a evocar o sentido amplo que a reflexão sobre

a deixis fictiva me levou a atribuir-lhe.

Retomando a afirmação de J. Lyons sobre a deixis como "origem da referência" (ver, atrás, I, 2.4.10.1.), encaremos as amplas repercussões que ela adquire à nova luz da noção de ramificação díctica, de projecção das coordenadas referenciais: a referência linguística é produtiva, é sentido projectado; significar não é apenas (re)presentar, no sentido de tornar presentes objectos ou situações ausentes, e apontar para objectos ou situações presentes: é também apontar para o ausente, evocar, tornar presentes mundos ausentes ou inexistentes, conferir-lhes uma existência autónoma, uma existência textual. Significar é configurar mundos possíveis, numa palavra, narrar. Não se pode confinar o estudo da significação linguística à palavra, nem à frase, nem sequer ao texto: é preciso analisá-la também ao nível da obra, isto é, do texto narrativo, produtivo de uma configuração cognitiva do real, de uma ficção.

Só tomando em conta a deixis fictiva se pode compreender cabalmente o funcionamento da deixis. Só tomando em conta a narração e a ficção se pode compreender cabalmente o mecanismo da referência linguística. P. Ricoeur tem-no repetido por várias formas nos seus estudos sobre a metáfora e sobre a narração, e bastaria o seu contributo para testemunhar a importância que vem assumindo a reflexão sobre a ficção na actual Filosofia da Linguagem. Uma importância de

que a Linguística não pode alhear-se, nem mesmo uma Linguística entendida, restritamente, como descrição formal das línguas naturais, já que os dícticos constituem justamente um dispositivo formal susceptível de uma operatividade que atesta e garante que a vocação narrativa (ou fictiva) do uso das línguas está marcada e prevista na sua estrutura formal.

Quando me proponho rebaptizar o conceito de deixis "am Phantasma" designando essa forma de deixis como fictiva ou narrativa, pretendo justamente sublinhar a sua importância para o estudo da narração e, em geral, da ficção. Este aspecto, aliás, não passou despercebido a Bühler, que se refere mais que uma vez à narração a propósito da deixis "am Phantasma", insistindo em que a análise desta forma de deixis permite compreender "/.../ mucho de la técnica de la narración y del sencillo placer de representar que prepara el cuento." (K. Bühler(1934), 1979, p.153) (33).

Se utilizo como praticamente equivalentes as designações deixis narrativa e deixis fictiva é porque estou consciente de que a viabilidade da narração e da ficção assentam nas mesmas infra-estruturas linguísticas, isto é, pressupõem ambas a possibilidade de projecção das coordenadas enunciativas. É na linha deste tipo de reflexão sobre o funcionamento dos dícticos que pode tentar encontrar-se uma das vias que permitam dar resposta à pergunta formulada por Ann Banfield: "What is there in the formal structure of narrative

that makes it the embodiement of the fictional?" (A. Banfield, 1982, p. 257).

De um ponto de vista enunciativo, narrar é sempre "fazer de conta": locutor e interlocutor "fazem de conta" que se transpõem para outro "aqui" e para outro "agora" e, ao falarem deles, instituem-nos como um lá e um então; "fazem de conta", também, que se transpõem para outro discurso, para outra "corrente de consciência" quando dizem as palavras que outros disseram, os pensamentos que outros pensaram, isto é, quando falam para tornar presentes - para (re)presentar - situações de enunciação ausentes ou inexistentes ("represented speech" é o termo corrente em inglês para este tipo de transposição característico da narração que pode revestir-se de grande complexidade, como atestam os abundantes estudos sobre o "discurso indirecto livre"). Na mais corrente das conversas quotidianas (que estão sempre bem recheadas do que costuma designar-se como "narrativas de experiência") como na mais sofisticada das narrativas literárias, são constantes as transposições do "eu", do "aqui", do "agora" e/ou do "assim"; essa transposição, esse "fazer de conta" é uma característica fundamental, em última análise, de toda a actividade linguística (= cognitivo-comunicativa), que é sempre marcadamente polifónica e ambígua, que se processa quase sempre como formulação de hipóteses, construção de mundos possíveis através dos quais os falantes

tentam dominar o "mundo real", configurando-o cognitivamente na interacção comunicativa. Creio que pode generalizar-se como característica essencial da actividade linguística o que Óscar Lopes refere como inerente a alguns momentos dessa actividade, a saber, "/.../ uma evocação de mundos possíveis, organizados a partir de fragmentos do mundo mais óbvio, e ligados a hipóteses de uma alternativa mais compreensível ou então mais desejável." (O. Lopes, 1986, p. 23).

A necessidade de retomar, revitalizar e tornar operativo o conceito bühleriano de deixis "am Phantasma", que tentei defender neste capítulo, tem como justificação, entre outros aspectos, a importância que vem assumindo (e que cada vez mais deverá assumir) o problema da ficção como problema linguístico. A análise das operações de transposição enunciativa é fundamental em qualquer tentativa liminar de abordagem linguística da narração e da ficção e revela-se igualmente indispensável do ponto de vista da descrição do funcionamento das categorias gramaticais dícticas. Tentarei, na II Parte deste trabalho, mostrar a sua pertinência para a caracterização do modo de enunciação narrativo e para a descrição-explicação de alguns aspectos do funcionamento dos tempos verbais.

N O T A S

1. Uso o neologismo 'fictivo' em vez do termo corrente 'fictício', para evitar a conotação de 'fantasia' e 'irrealidade'que se liga a este último. Como se tornará claro pela argumentação aduzida ao longo deste capítulo, fictivo não é sinónimo de fictício: a possibilidade de transposição, de projecção, do marco de referência enunciativo é sempre uma "ficção linguística" independentemente do facto de se tratar da referência a situações reais ou imaginárias (cf. F.I. Fonseca, 1982, p.94, nota 4 e F.I. Fonseca, 1987, p.143, nota 13).

2. Cf. a afirmação de S. Levinson: "The single most obvious way in wich the relationship between language and context is refleted in the structures of languages themselves, is through the phenomen of deixis." (S. Levinson,1983, p. 54).

3. Uso a expressão contingência díctica no mesmo sentido em que B. Pottier fala de nécéssité déictique (cf.:"L'homme se situe, par nécéssité déictique, en TO, le moment de parole." (B. Pottier,1980, p.36, sublinhado por mim).

4. Note-se o efeito de "non-sens" que resulta do jogar com a evidência da contingência díctica e que está na base da seguinte anedota (pertencente ao núcleo temático habitualmente designado como "anedotas de malucos"): " - Pode dizer-me onde fica o lado de lá da rua? - Fica ali. - Não pode ser! De lá venho eu e garantiram-me que era aqui.". O mesmo efeito de humor era explorado na letra de uma canção que ouvi no famoso programa de fantoches da TV - The Muppet Show (Os Marretas) - e que tinha como tema o ali (there): juntando à canção movimentos demonstrativos de que a deslocação em direcção a ali se malogra sempre (quando se crê ter chegado, o ali já mudou de lugar), o coro dos fantoches conclui que ali é o único lugar do mundo onde nunca ninguém pode chegar. Explorando também o mesmo efeito, mas no que toca à deixis pessoal, há ainda uma outra anedota constituída por um tocante diálogo entre duas crianças de pouca idade: um dos miúdos tapa os olhos ao outro: - Adivinha quem sou eu. - És tu. - Oh, não vale! Espreitaste!".

5. "The Problem of Meaning in Primitive Languages", publicado como Suplemento à obra The Meaning of Meaning de Ogden e Richards (ver Ogden e Richards (1923), 1966, pp. 296-336). Cf.,atrás, nota 11 da Introdução.

6. Cf."Imagine yourself suddenly transported on to a coral atoll in Pacific, sitting in a circle of natives and listening to their conversation." (Malinowsky (1923), 1966, p. 300). Cf. também o sugestivo título da obra que Malinowsky publicara em 1922: Argonauts of Western Pacific - An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea.

7. Parece-me indiscutível que as conclusões tiradas por Malinowsky no quadro da sua investigação antropológica e etnológica estão na linha do que virá a constituir uma teoria contextual da referência alargada a outros quadros de investigação da linguagem. O assumir da indissociabilidade entre o uso e a significação irá generalizar-se e facilmente se pode constatar que os filósofos da linguagem chegam a conclusões que não se afastam muito das que tirara Malinowsky a partir da sua observação da actividade linguística em sociedades primitivas. Dou como exemplo duas afirmações de Malinowsky no texto, já citado, de 1923: "The meaning of a word must be always gathered not from a passive contemplation of this word, but from an analysis of its functions." (ibidem, p. 309); "This adaptation, this correlation between language and the uses to wich it is put, has left its traces in linguistic structure." (ibidem, p. 327, sublinhado por mim).

8. Não me tendo sido possível encontrar esse texto de Malinowsky, apoio-me numa referência que lhe é feita por Halliday e Hasan na obra Text and Context (1980).

9. Refiro-me essencialmente à obra Dialogiques (Fr. Jacques, 1979).

10. E. Landowsky opõe estas duas formas - dualista e construtivista - de perspectivar a relação entre o discurso e o contexto na comunicação "Interaction, Contexte, Situation" (apresentada no Colóquio Internacional A Interacção na Semiótica e nas Ciências Sociais - Porto, Dezembro de 1988), em que denuncia "/.../ les insuffisances théoriques de la notion de contexte sous la forme où elle a généralement cours aujourd'hui dans les sciences du langage", e sugere "/.../ une approche alternative, fondée sur un effort d'analyse et

d'organisation sémiotiques touchant l'ensemble des éléments qui peuvent entrer en jeu dans la constructin de situations de communication et d'interaction." (N. Tasca e E. Landowsky, orgs., 1988, p.31).

11. Cf. H. Parret, 1987, p. 97:"/.../ il y a une tension constitutive entre le discours et son contexte."

12. Cf."/.../ a la suposición de una "deixis al fantasma", me parece que no puede dársele um fundamento lingüístico" (H. Weinrich (1976), 1981, p. 211).

13. Sublihnado por mim.

14. Cf. A. Culioli, 1980, p.185.

15. Aludo, concretamente, a trabalhos de A. Banfield e de M.-E. Conte (cf. A. Banfield, 1982; M.-E. Conte, 1984).

16. M.-E. Conte refere que a utilização da noção de deixis em fantasma foi também considerada útil na análise do emprego dos dícticos em descrições de lugares e itinerários que estão fora do campo perceptivo dos falantes e ainda no âmbito da semiótica do texto dramático (cf.M.-E. Conte, 1984, p.191).

17. Sublinhado por mim.

18. Cf.:"Hablar de trasposiciones en la representación es metafórico." (ibidem, p. 156).

19. Cf. notas 22 e 23 do capítulo anterior.

20. Cf. M.-E. Conte, 1984, p. 190: "Ho chiamato le due Versetzungen: spostamento ideale del soggetto e spostamento ideale d'un oggetto verso il soggetto. Correlativamente, propongo di chiamare le due correlative specie di Deixis am Phantasma: Deixis am Phantasma soggetiva (con allusione al fatto che a spostarsi è il soggetto: "Maometto va alla montagna) e Deixis am Phantasma oggettiva (con allusione al fatto che a spostarsi è un oggetto: "La montagna viene da Maometto").

21. Se imaginássemos uma versão cinematográfica de Macbeth em que, por trucagem, surgisse um punhal suspenso no ar, já não se trataria de mostração fictiva. Teríamos um exemplo de substituição da "trucagem linguística" por uma trucagem visual, resultando evidente que esta teria um efeito bem menos potente e subtil que aquela.

22. Para um tratamento mais desenvolvido deste tipo de enunciados infantis, nomeadamente do uso do imperfeito que neles se verifica, ver os meus artigos "Deixis et anaphore temporelle en portugais", p.290-291 e "Referência, translação de referência e excesso referencial", p.142. Ver também, adiante, II,2..

23. Daqui decorre, na opinião de M.-E. Conte, a importância de que se reveste a noção de deixis "am Phantasma" para a linguística do texto: "/.../ la Deixis am phantasma soggettiva funziona in un contesto che non è quello primario situazionale, ma è un contesto creato nel testo. In questo consiste l'importanza della Deixis am Phantasma per la linguistica testuale." (M.-E. Conte, 1984, p. 192).

24. Cf."/.../ en el campo de retención no ya inmediata, sino mediata, es decir, en el campo de los recuerdos maduros y de la fantasía construtiva." (K. Bühler(1934), 1979, p.141).

25. Sobre o termo fictivo ver a nota 1 desta mesmo capítulo.

26. Kartunnen designa como "discourse referents" os referentes cuja "realidade" assenta apenas no facto de terem sido objecto de referência (ver L. Karttunen, 1971); embora Kartunnen se circunscreva, neste "paper", aos problemas postos pela anáfora e co-referência, não deixam de ter pertinência para a questão de que aqui me ocupo - a da deixis fictiva - as noções de "discourse referent" e "existential presupposition" que Kartunnen introduz (ibidem, p.1) a propósito da co-referência entre um sintagma nominal indefinido e um sintagma nominal definido subsequente (ibidem, pp.2-3) sobretudo na medida em que Kartunnen acentua que essa pressuposição de existência "is a linguistic and not an ontological fact" (ibidem, p.3).

27. Sublinhado por mim. Bühler volta a referir-se à "persona tertia" num dos últimos Parágrafos da Sprachtheorie, acentuando de novo que o seu estatuto é diferente do da 1ª e 2ª pessoas (ver, adiante, II,3.2.).

28. Pode encontrar-se confirmação do que aqui fica dito sobre as implicações contrafactuais da desancoragem enunciativa, por exemplo no estudo do funcionamento dos dícticos temporais: a não-ancoragem directa no agora da enunciação propicia a expressão do contrafactual, como evidenciarei na II Parte ao tentar uma parcial reformulação dos pressupostos da repartição dos tempos verbais em dois sub-sistemas (actual e inactual) cuja oposição tem, para alguns, um rendimento

predominantemente temporal e, para outros, predominantemente modal.

29. Tratarei de forma mais desenvolvida o conceito de ramificação díctica a propósito da deixis temporal, defendendo a necessidade de uma representação ramificada do tempo não só para o futuro e para o passado mas também para o presente (ver,adiante, II,1. e II,2.).

30. "Translacção referencial" é uma expressão usada por óscar Lopes num artigo de 1983 (reproduzido em O. Lopes,1986, pp. 99-105) e de que me ocupei em F. I. Fonseca, 1987.

31. Ver nota anterior.

32. Cf. o desenvolvimento que faço, num artigo em que me ocupo deste texto de óscar Lopes (já referido em notas anteriores), do processo de "centrifugação explosiva" da origo enunciativa: "/.../ essa "centrifugação explosiva"/.../ provoca uma pluralidade de "eus" projectados que conservam as propriedades inerentes ao eu inicial e a sua singularidade (eu não tem plural, como é bem sabido). E as coordenadas (aqui-agora) que enquadram esse eu projectado deixam de existir como enquadramento concreto - seja ele o enquadramento de uma "janela" concreta, seja a "janela romântica" ou a "janela da Tabacaria de F. Pessoa" - e existem apenas como a "janela" que, num outro texto, óscar Lopes diz ver em certos quadros de Armando Alves, não porque neles haja uma janela, mas porque o que lá vemos nos obriga a ver a janela que lá não está." (F.-I. Fonseca, 1987, pp. 144-145).

33. Também Brugmann, de acordo com uma citação que faz Bühler de uma das suas obras, se referira já ao uso dos dícticos na narração, um uso que classifica de "dramático" (ver K. Bühler (1934), 1979, p. 104).

SEGUNDA PARTE

TEMPO, TEMPOS VERBAIS E NARRAÇÃO

"L'intention historique constitue bien une des grandes fonctions de la langue: elle y imprime sa temporalité spécifique dont nous devons signaler les marques formelles."

(E.Benveniste, Problèmes de Linguistique Générale, I)

0. Considerações introdutórias.

CAP.1 - Da natureza díctica do tempo linguístico.

CAP.2 - No quadro de uma abordagem linguística da narração e da ficção: o Imperfeito e o sub-sistema temporal fictivo.

CAP.4 - Da deixis temporal à tipologia enunciativa. O modo de enunciação narrativo.

0. Considerações introdutórias

> "Los lingüistas no debrían descuidar que la gramática dispone de antiguo de un concepto de acción al mismo tiempo global y con gran capacidad de diferenciación. Se llama: verbo."
>
> (H. Weinrich, Lenguaje en textos)

A analogia entre o verbo e a narração foi já muitas vezes sublinhada, sendo facto bem conhecido que a elaboração de uma sintaxe narrativa se inspirou em grande parte na sintaxe verbal. Foi o sintaticista L. Tesnière quem pela primeira vez explicitou que o verbo comporta en gérmen uma estrutura narrativa ao dizer que o núcleo verbal encerra "un petit drame": "Comme un drame, en effet, il comporte

obligatoirement un procès, et le plus souvent des acteurs et des circonstances."(L. Tesnière (1959),1965, p.102). Tesnière desenvolve as implicações da natureza do verbo como "palavra da acção", natureza que já fora explicitamente reconhecida pelos gramáticos gregos(¹).

A consciência de que a narração representa a expansão textual desse dinamismo condensado no verbo determinou que alguns dos mais marcantes teorizadores da narrativa se tivessem inspirado na sintaxe verbal. G. Genette afirma o seu propósito de "/.../formuler les problèmes d'analyse du discours narratif selon des catégories empruntées à la grammaire du verbe.(G.Genette, 1972, pp.75-76). E, antes de Genette, já Greimas desenvolvera e aplicara à narrativa, com o êxito que se sabe, as noções de actante e estrutura actancial definidas por Tesnière no âmbito da sintaxe-semântica do verbo. Talvez tenha algo a ver com esta influência da sintaxe estrutural o carácter predominantemente sintáctico da análise estrutural da narrativa que ressalta bem na seguinte afirmação de R. Barthes: "Le récit est une grande phrase, comme toute phrase constative est, d'une certaine manière, l'ébauche d'un petit récit."(R. Barthes, 1966, p.4).

Com todas as suas reconhecidas vantagens, este tipo de análise da narração tem também inegáveis insuficiências, nomeadamente pelo reducionismo inerente à sua opção formalista e imanentista, que deixa de lado a consideração de

aspectos fundamentais da narração atinentes à sua semântica global, que se configura, como sublinhou Ricoeur, essencialmente como produção do tempo: "/.../le monde que le récit refigure est un monde temporel."(P. Ricoeur,1983. p.110); "/.../le caractère commun de l'expérience humaine qui est marqué, articulé, clarifié par l'acte de raconter sous toutes ses formes, c'est son caractère temporel."(P. Ricoeur, 1986, p.12). O modelo de análise estrutural destemporaliza a narrativa, e o seu "acronismo intrínseco", como nota Aguiar e Silva, contribuiu para transformar em geral a sua prática "numa trivializante e heuristicamente infecunda operação de esvaziamento semântico /.../"(V. Aguiar e Silva, 1982, pp.660-661). P. Ricoeur acentua igualmente "/.../ la tendance générale de l'analyse structuraledu récit à déchronologiser autant que possible l'histoire raconté, en réduisant ses aspects temporels à des propriétés formelles sous-jacentes."(P. Ricoeur, 1980, p.28).

A analogia com o verbo, em que assentou em parte o desenvolvimento de uma sintaxe narrativa, pode também inspirar, a meu ver, um estudo predominantemente semântico da narração que procure tornar patente a sua força referencial, obviando à crítica feita por Th. Pavel à poética da narrativa por ter privilegiado a consideração de "sa formalité rhétorique au détriment de sa force référentielle." (Th. Pavel,1988, p.7). Parece-me possível e fecundo explorar as implicações

semântico-pragmáticas da afinidade entre verbo e narração, que decorrem do facto de quer um quer outro serem formas de configurar linguisticamente a acção e o tempo. "Palavra da acção", o verbo é também "palavra temporal", como sabemos desde Aristóteles. E a narração é, antes de mais, um texto temporal, isto é, uma forma discursiva que não só implica o tempo mas o produz(²). A semântica profunda da narração, a sua produtividade referencial, processa-se como construção de mundos temporais, como tentativa de representação do mundo segundo o modelo temporal da acção humana(³). O texto narrativo representa a forma mais elaborada da representação linguística do tempo (ver, atrás, Introd.,1.5.); sendo todo o texto a organização de um sistema de "mundos", o texto narrativo é uma organização de mundos temporais: "/.../el factor temporal es imprescindible en la organización de la fábula del texto narrativo: sin su concurso no existe narración y sin su consideración analítica no es posible levar a cabo la descripción y la explicación de la estrutura de mundos del texto."(T.Albaladejo, 1986, p.128).

T. Albaladejo sublinha a relação entre a semântica da narração e a teoria dos mundos possíveis(⁴), o que é utilizável como argumento a favor da hipótese que ponho de exploração das afinidades semânticas entre verbo e narração, já que na semântica dos tempos verbais são inseparáveis tempo e modalidade, isto é, a temporalidade verbal é uma temporali-

dade ramificada.

O conceito de ramificação temporal convoca o de "mundos possíveis"(5) e traz implícita a noção de expectativa ou "mundo de expectativas": a "realidade" do tempo não é factual, está sempre marcada pelo carácter hipotético, pela não-factualidade que, em maior ou menor grau, afecta a reconstituição do passado ou a antecipação do futuro (a memória e a expectativa, para falar como Santo Agostinho).

Do mesmo modo que uma representação unilinear do tempo é insuficiente e inadequada para dar conta das características do tempo linguístico, também o é uma concepção unilinear e sequencial da narração. O que caracteriza a narração é a sua dimensão configurativa: "Pour qu'il y ait narration, au sens de récit en acte, il faut que soient agencées chronologie et configuration (J.-M. Adam, 1985, p.63). Esta dimensão configurativa da narração (que é a sua dimensão referencial em sentido amplo)(6) foi definida e analisada por Ricoeur como inerente ao que designa como "mimèsis II" ou "mise en intrigue" e que é "l'opération qui tire d'une simple succession une configuration (P. Ricoeur, 1983, p.102). A operação "mimèsis II" processa-se como uma elaboração textual que permite extrair de uma sequência de múltiplos acontecimentos representativos do agir humano ("mimèsis I") uma unidade - "/.../ l'unité d'une totalité temporelle." (ibidem, p.103). A configuração semântica do

tempo que se desprende da sequencialidade narrativa não se conforma obrigatoriamente com uma representação pré-existente - linear ou cronológica - do tempo: ela é criativa, produtiva em relação ao tempo: "/.../ le faire narratif re-signifie le monde dans sa dimension temporelle."(ibidem, p. 122).

Do mesmo modo que a da narração, a semântica do verbo é basicamente temporal. O verbo é a categoria gramatical que permite significar os objectos cognoscíveis de forma dinâmica, com referência ao tempo. É a tentativa de captar e representar as implicações temporais do agir humano que determina a diversidade de formas assumidas pelo verbo - os tempos verbais: "un ensemble de formes verbales qui sont toutes d'ordre temporel."(G. Guillaume, 1929, p.11). O facto de existirem, nos sistemas verbais, muito mais tempos do que os que seriam necessários para uma representação linear tripartida do tempo, é a primeira prova de que a representação linguística do tempo não é unilinear (como ensinava a gramática tradicional) mas ramificada. Na base da ramificação díctica está a transposição fictiva do marco de referência enunciativo (ver, atrás, I,3.), noção que é indispensável ter em conta quando se procura compreender a estrutura e funcionamento do sistema verbal (ver, adiante, II,1.4.).

Os tempos verbais têm sido um dos temas mais exaustivamente estudados, desde a gramática tradicional às orientações mais recentes da descrição gramatical, e pode

dizer-se que foi superada, desde há muito, uma concepção temporalmente unilinear do sistema verbal: hipóteses de explicação como a de Guillaume e a de Damourette e Pichon (ver, adiante, II,2.) teriam sido suficientes, só por si, para abalar as concepções tradicionais sobre o tempo verbal. Mais recentemente, tais concepções viram-se ainda mais radicalmente abaladas por propostas (mais ou menos radicais) de dissociar a função dos tempos verbais da expressão do tempo. Inserem-se nesta perspectiva as teorias que procuram caracterizar os tempos verbais como marcas de diferentes modos de enunciação. Benveniste, H. Weinrich e K. Hamburger defenderam hipóteses que tinham em comum tentar uma fundamentação diferente da da gramática tradicional para a caracterização da função essencial dos diferentes tempos verbais (ver, adiante, II.3.1.).

Tentarei analisar criticamente estas teorias, desenvolvendo as suas implicações com a narração e a ficção e, por isso, com o tempo; uma perspectiva que, a meu ver, pode ainda trazer contributos importantes para uma melhor compreensão da estrutura e funções dos tempos verbais, permitindo unificar as suas várias funções sob a égide da deixis temporal.

O interesse da Linguística pela caracterização da narração como modo de enunciação - suscitado pelas hipóteses de Benveniste e Weinrich - desencadeou-se com base numa

reflexão sobre o funcionamento dos tempos verbais como marcas da enunciação no enunciado, isto é, como dícticos. É uma forma de encarar a narração e os tempos verbais em que a sintaxe se abre a uma dimensão semântico-pragmática (díctica) e que representa, por esse motivo, uma perspectiva complementar e enriquecedora da que foi adoptada pelos estudos literários e semióticos.

A hipótese de basear uma tipologia enunciativa no funcionamento dos tempos verbais e dos dícticos em geral representa um enquadramento restrito e especificamente linguístico da narração. Mas é também, e no sentido que apontei, uma forma de alargar, conferindo-lhes uma dimensão semântico-pragmática, quer a reflexão sobre a narração enquanto modo referencial específico quer a reflexão sobre as categorias verbais, fundamentando, de modo mais essencial, as implicações profundas que têm o verbo e a narração com a configuração linguística do tempo, com a construção do tempo como realidade intersubjectiva.

C A P Í T U L O 1

- DA NATUREZA DÍCTICA DO TEMPO LINGUÍSTICO -

"O tempo não passa por mim:
é de mim que ele parte."
(V.Ferreira, Aparição)

CAP. 1 - Da natureza díctica do tempo linguístico

1.1. Tempo, movimento e momento

No princípio era o movimento: "Le mouvement (qui entraine changement) est le principe du monde. Il est Temps, qui agit sur l'Espace, lequel donne l'impression d'être stable." (B. Pottier, 1980 b, p.32).

Mas ainda antes do movimento era o momento. O momento, já em si mesmo dinâmico, engendra o movimento. Momento e movimento estão intimamente ligados e não deixa de ser significativo o facto de estas duas palavras terem uma raiz etimológica comum (7).

De um ponto de vista logocêntrico, no princípio era (é) o momento. O momento da enunciação, o acto que institui a origem da linguagem e a origem do tempo. Origem

remota e sempre actual(izada) que se identifica com a situação de um homem face a outro homem, no centro do mundo, no princípio do tempo, procurando, na ilusão da palavra, remediar uma irremediável solidão: "/.../ se reflète dans la langue l'expérience d'une relation primordiale, constante, indéfiniment réversible, entre le parlant et son partenaire. En dernière analyse, c'est toujours à l'acte de parole dans le procès de l'échange que renvoie l'expérience humaine inscrite dans le langage."(E.Benveniste, 1973, p.78).

Da "experiência humana inscrita na linguagem" faz parte constitutiva a experiência humana do tempo. É impossível conceber o tempo independentemente do eu (do eu-tu), como é também impossível conceber o eu senão como fruto existencial da vivência do tempo: "Le temps a son centre dans le présent de l'instance de parole /.../. Ce présent est reinventé chaque fois qu'un homme parle."(E.Benveniste, 1973, p.73-74).

Medida de todas as coisas, o Homem é também "medida" do Tempo. Do Homem nasce essa "realidade" que, uma vez nascida, logo o domina e aprisiona na "corrente" de um movimento irreversível sentido como mudança(=). Mas o Homem só é prisioneiro do movimento porque é prisioneiro do (seu) momento: "L'homme est toujours dans sons instant; il ne peut y échapper. Il y vit /.../. On admettra des interrogations comme:

où es-tu? - Là-bas.

qui es-tu? - Jean.

qu'es-tu? - Un homme.

comment es-tu? - Bien.

mais ce serait un non-sens que de demander

*quand es-tu?

puisqu'il n'y a qu'une seule réponse, éternelle: "dans notre instant"(celui de la communication)."(B.Pottier,1980b,p.32).

É impossível pôr em questão (no próprio sentido literal de "constituir em objecto de uma pergunta", como tão pertinentemente mostra Pottier) a inseparabilidade entre o eu e o tempo enquanto coordenada da enunciação. Das coordenadas da enunciação, a coordenada temporal é inquestionável, constitutiva do eu que fala. É talvez por essa razão que se usam, como sinónimo de acto de enunciação, momento da enunciação ou instância do discurso.

Esta evidência da intuição do tempo coincide com uma insuperável dificuldade de o definir; é quase obrigatório citar, sempre que se reflecte sobre esta questão, o célebre passo em que Santo Agostinho 'confessa' a sua incapacidade de definir o tempo: "Quid est ergo tempus? Si nemo ex me quaerat, scio; si quaerenti explicare velim, nescio."(⁹).

A filosofia impressa nas línguas naturais confirma-nos que o tempo é, para o homem, a mais próxima e a mais inacessível das realidades: mesmo o presente, o tempo

"actual"(= real) é significado como algo que foge, que se move - "momento" -, que se tenta em vão "agarrar" ("tenir dans la main") - "maintenant".

Como se forma então a noção de tempo?

Da apreensão do movimento exterior deriva a nmoção de tempo físico. Da apreensão do movimento interior deriva a noção de tempo psicológico (10). Mas estas noções de tempo só se convertem num tempo humano - tempo intersubjectivo, tempo linguístico - pela intervenção do momento (de enunciação). É o eu - alargado ao tu numa relação comunicativa reversível - o irredutível marco de referência (11) em relação ao qual se arquitecta uma frágil (e ao mesmo tempo férrea) possibilidade de construir intersubjectivamente uma noção de tempo cujo carácter efémero o homem tenta iludir concebendo-a metaforicamente em termos espaciais, uma vez que o espaço é uma dimensão mais tangível e dominável.

1.2. Tempo objectivo, subjectivo e intersubjectivo

A linguagem verbal atesta a tentativa humana de "dominar" o tempo com o auxílio de uma estrutura dimensional mais facilmente dominável - o espaço (12). A deixis, fenómeno básico no funcionamento da linguagem, implica a exploração do

espaço concreto da enunciação e sua reprodução analógica a vários níveis (ver, atrás, I,2.2. e I,3.3.). A deixis temporal é um conceito derivado em relação à deixis espacial, como se patenteia na teorização de K. Bühler, que, ao atribuir um sentido inicialmente concreto à mostração, a identifica com "indicação de lugares". Só no espaço se aponta em sentido próprio; no caso do tempo, a mostração tem sentido indirecto e derivado: não se trata de mostração do ou no tempo, mas da possibilidade de localização das situações e acontecimentos relativamente a um marco de referência temporal díctico - o agora da enunciação (13). Não sendo o tempo uma dimensão tangível como é o espaço, falar de deixis temporal implica a abstracção e transposição das noções de marco de referência, de localização relativa e de distância. Implica, pois um alargamento da própria noção de deixis (ver,atrás,I,0.).

Espaço e tempo são indissociáveis, como, no âmbito da teoria da narração, acentua Bakhtine ao referir como fundamental no processo cognitivo "l'aptitude à voir le temps, à lire le temps dans l'espace, et, simultanément, à percevoir le remplissement de l'espace sous la forme d'un tout en formation, d'un événement/.../." (M. Bakhtine (1979), 1985, p.232) (14). A objectividade do espaço fornece o suporte de imagens necessário à objectivação da noção de tempo, considerada mais subjectiva(15). A tentativa de

objectivar o tempo está presente, de forma constante, no percurso epistemológico do Homem, com tudo o que essa tentativa possa ter de ilusório: "Les illusions et les malentendus concernant l'objectivité et la subjectivité ont été parmi les plus tenaces de l'histoire de la pensée humaine." (A. Jacob, 1967, p.12). A história da reflexão filosófica sobre o tempo atesta uma oposição básica entre uma abordagem objectiva e uma abordagem subjectiva dessa noção. Oposição irredutível em que a abordagem subjectiva parece levar a melhor, já que é justamente a experiência subjectiva do tempo, a sua imediatez como dado da consciência, o principal obstáculo a um conhecimento objectivo do tempo; uma enorme complexidade que explica, segundo J.-L. Gardies, o atraso que se verificou na constituição de uma lógica temporal: "L'aisance avec laquelle s'est developpé cette logique de l'espace qu'est la Géométrie contraste avec les énormes difficultés qui ont entravé le développement de la logique du temps."(J.-L. Gardies, 1975, p.15).

O carácter objectivo do tempo como realidade física é muito difícil de captar como experiência. A observação física baseia a viabilidade de definir e estudar um tempo físico na possibilidade de medição do intervalo entre dois acontecimentos ordenados numa relação de sucessividade. O tempo como noção da Física liga-se à noção matemática de variável abstracta, inseparável de outras grandezas escalares

- as do espaço - e de uma grandeza vectorial - a velocidade. A realidade do tempo físico acaba por só ser apreensível, na Física, como uma noção abstracta que não é acessível à experiência pessoal empírica imediata..

Já a objectividade do tempo natural, nomeadamente o astronómico, se torna mais acessível empiricamente, ligado que está a fenómenos astronómicos experienciáveis que são determinados essencialmente pelos movimentos de rotação e translação da Terra - "nascer" e "pôr" do sol, estações do ano, fases da lua - e aos fenómenos climatéricos relacionados com aqueles (note-se que a palavra 'tempo', nas línguas românicas, tem também uma acepção climatérica). Se ao tempo físico (matemático) se liga uma noção de sucessividade linear e a possibilidade da sua divisão infinita em segmentos de grandeza vária, ao tempo natural ou astronómico liga-se uma noção de sucessividade cíclica e uma divisibilidade em segmentos de grandeza igual. Alguns pensadores - como por exemplo G. Bachelard([16]) e P.Janet ([17]) - encontram no carácter rítmico do tempo natural a origem da instituição do ritmo como inerente à interiorização humana da noção de tempo (ver, adiante, III,2.). Ritmo cósmico externo que encontra eco e intensificação na natureza rítmica das funções fisiológicas - ritmo cardíaco, ritmo respiratório, alternância sono-vigília, vida-morte, etc.([18]).

O tempo cronológico pode, em parte, considerar-

se derivado do tempo natural astronómico; mas é profundamente diferente, na medida em que se institui como uma criação social, uma convenção. No caso do tempo natural, os homens interpretam sinais naturais (indícios) de mudança, de sucessividade, de divisão do fluxo temporal. No caso do tempo cronológico, são criadas pelo homem divisões convencionais; estas podem, em alguns casos, ter um fundamento natural (dia, mês, ano), mas, na sua maior parte, são estabelecidas convencionalmente (hora, minuto, segundo, século, milénio, etc.). Para além disso, a possibilidade de medição e contagem do tempo inerente à cronologia assenta no estabelecimento de marcos de referência convencionais que tornam possível que se aceite socialmente e se institua intersubjectivamente uma determinada noção objectivável de tempo, de localização temporal, de sucessividade, de duração, numa palavra, uma linguagem sobre o tempo. A noção de marco de referência é um dado fundamental criado pelo homem para poder falar do tempo; é ela que permite passar de uma noção natural a uma noção cultural de tempo: o tempo cronológico é um facto cultural. Não é um tempo objectivo, é antes um tempo objectivável intersubjectivamente e, como tal, constitui uma das formas que pode revestir a expressão linguística do tempo, embora não a forma mais específica (veremos adiante, ao caracterizar o tempo linguístico, que a sua intersubjectividade assenta na instituição de um marco de referência cultural implícito: a

própria linguagem concretizada em cada momento da actividade discursiva).

Os conceitos de tempo até aqui referidos - físico, astronómico e cronológico - não abrangem os aspectos mais intimamente ligados à vivência humana do tempo, e que são de ordem subjectiva. P. Davies reconhece que a Física não chega a poder dar conta do que há de mais elementar na consciencialização intuitiva do tempo: "It is one of the most perplexing puzzles in physics that the elementary conscious experience of time - the flow or motion of the present moment - is absent from the physicist's description of the objective world. Wether this is due to a deficiency in the framework of physics, wich pays scant attention to the role of the conscious mind in the universe, or wether it is because the passage of time is an illusion, is by no means clear." (P. Davies, 1977, p.3).

Ilusória ou não, do ponto de vista da Física, a experiência pessoal do fluxo temporal é uma realidade psicológica que tem sido longamente analisada, desde há séculos. Tal como é a percepção do movimento exterior que fundamenta uma noção física do tempo, é a percepção do movimento interior que está na base da noção de tempo psicológico. Um movimento que não é fisicamente mensurável, mas que não deixa de ser uma realidade observável, já que são visíveis os resultados dos movimentos interiores -emoções(19) - que

comandam a vida de relação entre os homens. Este dinamismo das emoções condiciona decisivamente a concepção subjectiva do tempo: "Personal time derives from man's attempt to mesure duration by using his own emotions as the clock."(W. Bull, 1960. p.5). Ao distinguir a noção de "durée" da de tempo, Bergson contribuiu para a caracterização e valorização da "duração interior", do tempo psicológico como representação específica de uma vivência subjectiva e intuitiva do tempo. Uma representação do tempo em que este não é encarado como grandeza mensurável, mas como algo de meramente qualitativo.

Numa posição oposta situa-se Reichenbach, que avalia a reflexão de Bergson como uma forma emotiva de reagir ao problema do tempo: "To Bergson, as to Heraclitus, the idea of Becoming offers emotional reward."(H. Reichenbach, 1956, p.16). Na opinião de Reichenbach "The problem of time cannot be solved by an appeal to intuitive knowledge/.../. There is no other way to solve the problem of time than the way trough physics." (ibidem, p.16)

São grandes as dificuldades inerentes a qualquer tentativa de representação de um tempo objectivo ou de um tempo subjectivo independentes da linguagem, do sujeito falante. Só a linguagem, ao instituir um marco de referência temporal coincidente com o próprio acto de fala, com a instância enunciativa, cria a possibilidade de uma referência ao tempo que, sendo intersubjectiva, constitui um meio de

objectivação do subjectivo. O tempo linguístico, tempo díctico, impõe-se como evidência e configura uma forma específica de representação da noção de tempo: "C'est par la langue qui se manifeste l'expérience humaine du temps"(E. Benveniste, 1974, p.73); "/.../ la langue conceptualise le temps tout autrement que ne le fait la réflexion."(ibidem, p.69).

1.3. Especificidade do tempo linguístico

O tempo linguístico tem características bem definidas, atinentes ao facto de ser determinado pela actividade linguística: "Ce que le temps linguistique a de singulier est qu'il est organiquement liée à l'exercice de la parole, qu'il se définit et s'ordonne en fonction du discours."(E. Benveniste, 1974, p.73). É na própria actividade enunciativa que se gera um marco de referência temporal inequívoco, condição indispensável de uma concepção inter-subjectiva do tempo: o presente, a coordenada agora da enunciação, coincidente com a instância enunciativa. O tempo linguístico é, pois, um tempo díctico, sui-referencial, centrado no sujeito entendido activamente como sujeito falante: "Le sujet parlant " - diz André Jacob - "est

l'être qui parvient à ne plus être simplement sujet au devenir mais à en témoigner en y mettant assez d'ordre pour pouvoir transmettre des messages qui surmontent son caractère fugitif."(A. Jacob, 1967, p.11).

De experiência subjectiva, o tempo torna-se, por estar ancorado enunciativamente num agora inseparável de um eu-tu, uma realidade compartilhável intersubjectivamente: "Le temps du discours n'est ni ramené aux divisions du temps chronique ni enfermé dans une subjectivité solipsiste. Il fonctionne comme un facteur d'intersubjectivité /.../."(E. Benveniste, 1974, p.77).

O eixo gerador do tempo linguístico é, pois, a instância da enunciação:"De l'énonciation procède l'instauration de la catégorie du présent,et de la catégorie du présent nait la catégorie du temps. Le présent est proprement la source du temps."(ibidem, p.83). É o presente enunciativo o fundamento das oposições temporais na língua, na medida em que se institui como um marco de referência em relação ao qual podem ser determinados um "antes" e um "depois": "Ce présent /.../ constitue la ligne de partage entre deux autres moments qu'il engendre et qui sont égalemant inhérents à l'exercice de la parole /.../. Ces deux références ne reportent pas au temps, mais à des vues sur le temps, projetées en arrière et en avant à partir du présent."(ibidem, pp.74-75).

Estas e outras afirmações de Benveniste são

citações que se tornaram clássicas quando se trata de caracterizar o tempo linguístico como categoria díctica. Delas se depreende que as noções linguísticas de presente, passado e futuro são inerentes à própria actividade discursiva, são interiores à linguagem e independentes de qualquer noção de tempo concebida como anterior (ou exterior) à língua, quer seja o tempo da Psicologia, o da Física ou o da Metafísica. "Une théorie linguistique du temps", diz Weinrich, "ne saurait évidemment invoquer un traditionnel ordo rerum ni tenir pour inscrite dans les faits la division en présent, passé et futur. Ce qu'elle propose est de mettre le procés de communication au point de départ de toute réflexion syntaxique."(H. Weinrich (1964), 1973, p.67). P. Ricoeur argumenta no mesmo sentido: "/.../le système des temps, qui varie d'une langue à l'autre, ne se laisse pas dériver de l'expérience phénomenologique du temps et de sa distinction intuitive entre passé, présent et futur."(P. Ricoeur, 1984, p.93).

Costuma fazer-se remontar a Santo Agostinho a primeira formulação reconhecível como uma teoria linguística do tempo: se só temos acesso à noção de tempo através da memória e da expectativa (que é uma projecção da memória), a viabilidade de representar o tempo (de falar do tempo) cinge-se à possibilidade de retrospecção e prospecção a partir do agora. Como consequência lógica desta posição, Santo Agostinho põe em causa a existência das noções absolutas de pas-

sado, presente e futuro, substituindo-as pelas noções relativas de "praesens de praeteritis, praesens de praesentibus, praesens de futuris"(20). Para além de explicitar o carácter relativo inerente ao tempo linguístico, esta substituição deixa implícito que uma representação do passado e do futuro assente na memória e na expectativa não pode deixar de ser uma representação ramificada.

A temporalidade tal como está expressa na língua não é decalcada sobre um espaço físico tridimensional e simétrico, mas sobre o "espaço" linguístico, um espaço antropológico de natureza díctica que tem como centro dinâmico a posição face a face de dois sujeitos que compartilham não só o que é acessível à sua visão (aos seus sentidos, em geral), mas também o que é acessível à sua memória e imaginação. Presente, passado e futuro não existem senão como perspectivas assumidas por um sujeito falante a partir do momento em que está ou de um momento em que imagina estar. Só tendo em conta a possibilidade de transposição fictiva das coordenadas enunciativas que caracterizei a propósito da noção de deixis fictiva (ver, atrás, I,3.) se pode tentar compreender a complexa rede de relações temporais que a linguagem institui: o tempo linguístico ramifica e multiplica as relações temporais de ordem - anterioridade, contemporaneidade e posterioridade - na medida em que as pode referir não só ao marco de referência enunciativo como também a marcos de referência

secundários distinguíveis da situação de enunciação embora a ela ligados ou por uma relação mediata (no caso da anáfora) ou mimética (no caso da deixis fictiva).

A noção de transposição - e consequente ramificação - do marco de referência enunciativo é uma noção indispensável à caracterização da especificidade do tempo linguístico, pelo que é de estranhar a sua ausência numa teoria profunda e perspicaz como a de Benveniste. Uma ausência bem patente: "La langue doit par necessité ordonner le temps à partir d'un axe, et celui-ci est toujours et seulement l'instance du discours. Il serait impossible de déplacer cet axe référentiel pour le placer dans le passé ou dans l'avenir /.../." (E. Benveniste, 1974, p.74). É um facto real que o marco de referência enunciativo é impossível de deslocar, mas a linguagem não é usada só para referir factos tidos imediata e indubitavelmente como reais: a possibilidade da ficção assenta justamente na possibilidade, aqui suposta como irreal por Benveniste, de deslocar fictivamente esse "axe référentiel" para o colocar no passado ou no futuro ou ainda num tempo cuja relação com o presente é indeterminada. Bühler, numa das raras referências que faz à deixis temporal, trata o "agora" como "punto de partida de las determinaciones temporales", e acrescenta: "/.../ lo mismo que el aquí, también el ahora en fantasma puede ser trasladado a cualquier situación /.../."(K. Bühler (1934), 1979, p.150).

A deixis temporal (localização dos processos relativamente a um marco de referência temporal) pode realizar-se segundo as três modalidades bühlerianas - indicial, anafórica e "am Phantasma" - o qué comprovado pela análise do funcionamento dos dícticos temporais, com especial relevo para os tempos verbais, como tentarei mostrar.

1.4. Deixis temporal e tempos verbais

O carácter díctico do tempo linguístico está marcado na estrutura das línguas quer a nível lexical quer a nível gramatical. Interessa-me focar particularmente um dos paradigmas flexionais que melhor atestam a sua gramaticalização: o sistema verbal. Dentre os vários sistemas dícticos constitutivos das línguas, o sistema verbal tem uma individualidade própria e uma importância inegável: "Une troisième série de termes afférents à l'énonciation est constituée par le paradigme entier - souvent vaste et complexe - des formes temporelles qui se déterminent par rapport à l'EGO, centre de l'énonciation. Les "temps" verbaux dont la forme axiale, le "présent", coincide avec le moment de l'énonciation, font partie de cet appareil nécessaire."(E. Ben-

veniste, 1974, p.83).

O facto de serem homónimas, pelo menos nas línguas românicas, as designações das flexões verbais e da noção de tempo, é significativo quanto à vinculação tradicional dos tempos verbais com a expressão o tempo. A nomenclatura das formas verbais denuncia também um decalque numa prévia concepção unilinear e tripartida do tempo. A definição dos tempos verbais como expressão do tempo, embora pareça óbvia, não é suficiente, quando entendida de forma simplista, para explicar o grande número de variantes flexionais integrantes do sistema verbal; uma insuficiência sentida desde cedo na tradição gramatical que, ao lado da categoria tempo, definiu também as de modo e aspecto como inerentes á significação veiculada pelas formas verbais(21).

A categoria modo constituiu, em certa medida, um recurso da gramática tradicional para resolver a dificuldade de conciliar uma concepção linear do tempo com a evidência do seu carácter ramificado. Modo e ramificação temporal podem, em muitos casos, ser identificáveis: uma prova é o equívoco, já há muito esclarecido, de a gramática tradicional ter considerado o "condicional" um modo e não um tempo. O caso do "condicional" comprova, pontualmente, o equívoco mais amplo de se ter representado e descrito o sistema verbal com base numa concepção linear de tempo que não se coaduna com a forma como as línguas (re)produzem o tempo. Dada a natureza díctica

do tempo linguístico, presente, passado e futuro não são identificáveis como "épocas", mas antes como perspectivações temporais a partir do marco de referência enunciativo ou de um marco de referência transposto. Perspectivações que implicam uma ramificação temporal, como vimos.

Na tradição dos estudos gramaticais só raramente aflora a consciência da função díctica dos tempos verbais (22). Mais recentemente, tornou-se habitual e indiscutível definir os tempos verbais como categorias dícticas, sem que, no entanto, tenham sido devidamente consideradas todas as implicações desse facto no que diz respeito à compreensão da estrutura do sistema verbal. Fica-se, de um modo geral, ao caracterizar os tempos verbais como dícticos, pelo reconhecimento de que referenciam temporalmente um processo em relação ao <u>agora</u> da enunciação, isto é, pela observação de que "/.../le moment de la parole devra jouer un rôle important dans la structure sémantique des phrases et notamment dans la caractérisation de la catégorie du temps."(Co Vet, 1980, p.29).

A referenciação relativamente à enunciação que os tempos verbais realizam enquanto dícticos, enquanto marcas da enunciação no enunciado, e que foi explicitamente analisada sobretudo a partir de Jakobson e Benveniste, é uma função fundamental dos tempos verbais, mas não é suficiente para dar conta de todas as implicações do seu funcionamento

como operadores dícticos; para além da localização temporal, os tempos verbais têm também uma importante função como operadores de modalização: "Les catégories supportées par le verbe dans les langues indo-européennes modernes jouent un rôle essentiel puisqu'elles sont la trace à la fois d'opérations de situation et d'opérations de modalisation par le sujet énonciateur."(J. Simonin-Grumbach, 1975, p.86). A possibilidade de os tempos verbais funcionarem simultaneamente como operadores temporais e operadores modais radica no facto de serem operadores dícticos.

Concebendo a função díctica dos tempos verbais de acordo com as três formas de deixis definidas por Bühler, torna-se viável estabelecer uma mais adequada articulação entre valores temporais e modais dos tempos verbais, evitando traçar fronteiras entre significações que são contínuas (ver, adiante, II, 2.3.).

Sem querer abarcar a vasta problemática que implica o estudo dos tempos verbais e suas variadas funções, pretendo apenas apontar para a hipótese forte de que todas essas funções (ou valores) podem ser explicadas pela sua função díctica desde que consideremos a deixis em três modalidades: indicial, anafórica e fictiva. Vimos atrás (I,2.2. e I,3.), seguindo e desenvolvendo a teorização de Bühler, como se articulam entre si essas três formas de deixis. Trata-se agora de aplicar essa análise à deixis temporal, que Bühler

quase não considera. Os seus exemplos circunscrevem-se à deixis espacial; a tentativa de transpor essa exemplificação para a deixis temporal implica deparar com uma maior complexidade (23) uma vez que a própria noção de deixis temporal é já transposta.

Esta forma ampla de encarar as implicações do carácter díctico dos tempos verbais permite equacionar de modo mais claro o problema das relação entre os tempos verbais e o tempo e, consequentemente, analisar de forma mais adequada a estruturação do sistema verbal.

Permite também, no que diz respeito á tipologia enunciativa (âmbito de estudo que se tornou, a partir de Benveniste, inseparável da consideração da função dos tempos verbais), resolver alguns dos impasses decorrentes da escassa e/ou inadequada fundamentação das distinções entre modos de enunciação inspiradas na dicotomia histoire/discours proposta por Benveniste (ver,adiante, II,3.).

Escolhi estes dois aspectos particulares do funcionamento das línguas para apresentar como campos de aplicação (dois, entre outros possíveis) em que pode avaliar-se a operacionalidade da distinção complementar das noções de anáfora e deixis fictiva tal como ficou delineada na I Parte (ver, sobretudo, I,3.). Sistematizando o que me proponho defender:

- no que diz respeito à estruturação dos

sistemas verbais românicos, é essencial reconhecer que neles se desenham dois sub-sistemas de distinta referência díctica - sub-sistema actual e sub-sistema inactual - podendo os tempos deste último funcionar quer como tempos anafóricos quer como tempos fictivos; uma hipótese que pode clarificar, como veremos, alguns dos problemas que se põem quando se tentam articular os diferentes valores assumidos pelo Imperfeito ao funcionar quer como marca de passado quer como marca da ficção;

- quanto à tipologia enunciativa, torna-se necessário explicitar, completando a caracterização dos dois modos de enunciação básicos - discurso e narrativa - que no modo de enunciação narrativo coexistem referência anafórica e referência fictiva, resultando, do cruzamento entre estas duas formas de referência díctica, modos de enunciação híbridos que se situam na linha de continuidade que articula as afinidades entre narração e ficção.

Estes dois aspectos, que serão desenvolvidos nos dois capítulos que se seguem, conjugam-se também como explicitação e matização das relações, de há muito reconhecidas, entre o funcionamento dos tempos verbais e a tipologia enunciativa.

Como conclusão do presente capítulo, em que tentei reflectir sobre a natureza díctica do tempo linguístico e suas implicações no estudo dos tempos verbais, volto a

sublinhar o que quis apresentar como fundamental: conceber o tempo gramatical como categoria díctica não pode confinar-se a utilizar, na sua descrição, o conceito de marco de referência enunciativo; implica também, e como consequência de uma compreensão global do fenómeno díctico, utilizar as noções de marco de referência textual e marco de referência transposto. Desse modo, é possível unificar os chamados valores temporais e modais dos tempos verbais, habitualmente considerados distintos, e ainda juntar-lhes a função dos tempos verbais como marcas de diferentes modos de enunciação.

N O T A S

1. Cf. H. Weinrich (1976),1981, p.44 e segs..

2. Embora sem acentuar esta dimensão produtiva, Aguiar e Silva sintetiza com muita acuidade a relação entre temporalidade e narratividade, apontando a representação do tempo como o aspecto semântico fundamental do texto narrativo: "O texto narrativo, caracterizando-se por representar uma sequência de eventos, comporta como elemento estrutural relevante da sua forma de conteúdo a representação do tempo: do tempo-cronologia, que marca a sucessão dos eventos; do tempo concreto, do tempo como durée na acepção bergsoniana deste termo, que modela e transforma os agentes; do tempo histórico, que subsume o tempo-cronologia e o tempo concreto, que configura e desfigura os indivíduos e as comunidades sociais; do tempo, enfim, como horizonte existencial, físico e metafísico, do homem, agente ex definitione de toda a narrativa /.../." (V. Aguiar e Silva, 1982, p.571).

3. P. Ricoeur inclui a força referencial da narração no que globalmente designa como referência metafórica e que se caracteriza por ser não apenas descrição, mas redescrição produtiva do referente:"Le récit est un procédé de redes-

cription dans lequel la fonction heuristique procède de la structure narrative et où la redescription a pour référent l'action elle-même."(P. Ricoeur, 1986, p. 223).

4. Cf. essencialmente Teoria de los mundos posibles y macroestrutura narrativa (T. Albaladejo, 1986), uma obra muito importante de que, infelizmente, quase nada pude aproveitar para o presente trabalho por só a ela ter tido acesso quando o tinha praticamente terminado.

5. Cf. R. Martin, 1983, p. 30: "On appelle "mondes possibles" les instants d'un temps ramifié.".

6. A dimensão configurativa não é uma característica exclusiva do texto narrativo, é inerente a qualquer texto - a competência de um falante não reconhece como texto toda e qualquer sequência bem formada de frases: a noção de texto implica também uma determinada progressão semântica no sentido de uma configuração; o que é característico do texto narrativo é o facto, sublinhado por P. Ricoeur, de essa dimensão configurativa ser sempre identificável como configuração semântica do tempo.

7. Recorrer, como faço frequentemente, às relações etimológicas entre palavras e ao desenvolvimento de metáforas cristalizadas nessas etimologias, não constitui uma forma inconsequente de "jogar" com as palavras. Ou antes, sendo o "jogo" uma coisa muito séria (cf. Y. Lotman (1970), 1973, passim), também esta forma de "jogar com as palavras" corresponde a uma tentativa séria e intencional de interrogar a própria língua em relação aos conceitos teóricos que pretendo analisar. Se, como muito bem intuiram e explicitaram os filósofos analíticos, as línguas vulgares constituem formas de cris-

talização empírica de uma filosofia colectiva, então elas devem conter também uma implícita filosofia da linguagem, que é importante tentar explicitar onde ela for ainda discernível.

8. A sujeição ao tempo, a incapacidade de o dominar, foi sentida pelo homem como uma imperfeição, e por isso os seres perfeitos - os deuses, "Deus" - são concebidos como eternos, não sujeitos ao tempo. Também para os homens a concepção de uma felicidade no Além, a esperança de uma vida eterna de bem-aventurança, consistiria em poder participar dessa não sujeição ao tempo. Mas afinal, e dada a inseparabilidade entre a consciência do tempo e a consciência do "eu" falante, a eternidade apresenta-se, para o homem, como algo de frustrante e assustador, já que é o tempo sem o homem, o tempo não dictico (ver, adiante, III,4.). Sobrevivência e eternidade são duas noções que se contradizem e a promessa de "vida eterna" pode ser, assim, sentida pelo homem como um logro desde a sua própria formulação.

9. Santo Agostinho, Confissões, XI, 14, citado a partir da edição "Les Belles Lettres", Paris, 1961, Tomo II, p.308.

10.O movimento que aqui refiro é identificável com a "experiência íntima da mudança" a que Herculano de Carvalho alude quando fala do tempo como "/.../intuition subjective et intersubjective qui résulte de l'expérience intime immédiate du changement, physique et moral, opéré à l'extérieur et à l'intérieur du sujet, en soi-même et dans son monde environnant."(H. Carvalho, 1983, p.227).

11. Citando ainda o texto de Herculano de Carvalho referido na nota anterior: "/.../un terme référentiel qui est lui-même un événement, de nature cognitive mais spécialement linguistique, non d'une langue en particulier mais du langage dans son universalité: cet événement est l'acte verbal, communicatif /.../."(ibidem, p.230).

12. É interessante notar que, num outro sentido, a ligação indissociável entre tempo e espaço também se estabeleceu no domínio da Física, em que é, aliás, uma aquisição recente: data do início do nosso século e constitui um dos aspectos centrais da revolução protagonizada por Einstein com a sua teoria da relatividade restrita. Para a Física anterior a Einstein, espaço e tempo eram entidades independentes conceptualmente. Mesmo Newton, que fundou uma primeira Mecânica relativista ao captar a realidade como um todo em movimento- o que tornava impossível a distinção entre um espaço estático (sem tempo) e um espaço dinâmico (com tempo) - não pôde prescindir das noções abstractas de tempo absoluto e espaço absoluto, independentes um do outro. A noção de tempo absoluto está ligada à possibilidade de conceber acontecimentos simultâneos em todo o Universo; a mecânica relativista de Einstein nega a existência de simultaneidades independentemente do lugar de observação e, logo, também a noção de tempo absoluto distinto do espaço.

13. Bühler fala do agora como marco de referência díctico- "señal del momento" (K. Bühler (1934)1979, p.121) - mas não inclui os tempos verbais entre os dícticos.

14. Uma indissociabilidade que o mesmo autor consagra ao propor a noção operatória de cronótopo para a análise da narrativa e, nomeadamente, do romance (ver M. Bakhtine

(1975), 1978, p. 327 e segs.).

15. A oposição que o senso comum estabelece entre a objectividade do espaço e a subjectividade do tempo radica numa identificação de objectivo com palpável. A possibilidade de apreensão de dimensão espacial também através do tacto fundamenta o carácter objectivo de que ela se reveste para o homem; como diz Bertrand Russel, a propósito da nossa apreensão sensorial do mundo: "/.../é o tacto que nos dá a sensação de realidade/.../. Não apenas a nossa Geometria e a nossa Física mas toda a nossa concepção do que existe fora de nós se baseia no sentido do tacto."(B. Russel(1925),1966, pp.10-11). Corroborando esta observação de B. Russel podemos reflectir que o tacto forneceu ao homem os primeiros instrumentos de precisão para medir o espaço - palmo, pé, polegada, etc.. Pode ser a visão o sentido considerado mais importante, mas é o tacto o que merece mais confiança: há ilusões ópticas, mas não há ilusões tácteis... Daí que objectivo tenha em grande parte o sentido de palpável. Há, no entanto, realidades que, sem deixarem de se impor como realidades, não são acessíveia ao tacto: os acontecimentos. Não se pode medir um acontecimento em palmos ou polegadas e, no entanto, tem uma extensão sensível. Esta extensão não espacial mas mensurável é a forma de acesso ao tempo como realidade física.

16. Ver G. Bachlard, 1950.

17. Ver P. Janet, 1929.

18. Importa notar a persistência do ritmo, obtido por meios técnicos mais ou menos sofisticados, no funcionamento dos mecanismos inventados pelo homem para medir o tempo: os

relógios, sejam eles de água ou areia, de pêndulo ou de quartzo.

19. São fáceis de detectar os semas de movimento presentes na etimologia dos termos usados para referir fenómenos da vida psíquica - emoção, comoção - o que prova que são sentidos como "movimentos interiores". Este dinamismo dos fenómenos psíquicos é, aliás, corroborado e prolongado por fenómenos fisiológicos - aceleração das pulsações, espasmos nervosos, movimentos peristálticos - que habitualmente acompanham as emoções.

20. Ver, atrás, nota 10.

21. Deixo de lado as categorias de pessoa, número e voz, que não estão tão directamente ligadas aos problemas que aqui quero focar, a saber, os problemas postos pela relação entre os tempos verbais e o tempo.

22. Cf.: "Traditional discussions of the grammatical category of tense do not give sufficient emphasis to the fact that it is a deictic category" (J. Lyons, 1977, p.677).

23. K. Hamburger chama a atenção para essa maior complexidade que ressalta à simples comparação entre o comportamento dos advérbios locais e o dos advérbios temporais:"/.../from a linguistic -grammatical point of view, the spatial deictics behave in a less complex manner than do the temporal adverbs."(K. Hamburger(1957), 1973, p.126). Esta maior complexidade acarreta dificuldades: Herculano de Carvalho, num artigo sobre o tempo e o aspecto verbal, alude a "/.../certaines difficultés soulevées par la determination de la structure du champ (de "monstratio") temporel(le)."(H.Car-

valho, 1983, p.226).

C A P Í T U L O 2

- NO QUADRO DE UMA ABORDAGEM LINGUÍSTICA DA NARRAÇÃO E DA FICÇÃO: O IMPERFEITO E O SUB-SISTEMA TEMPORAL FICTIVO -

" O que me seduz no passado não é o presente que foi - é o presente que não é nunca."
(Vergílio Ferreira, Aparição)

CAP.2 - No quadro de uma abordagem linguística da narração e da ficção: o Imperfeito e o sub-sistema temporal fictivo.

2.1. Deixis e anáfora temporal: aproximação à noção de deixis temporal fictiva.

2.1.1. A consideração de alguns aspectos do funcionamento dos tempos verbais como operadores dícticos permite demonstrar uma das hipóteses centrais do presente trabalho, que atrás (ver I Parte, 3.) enunciei nos seguintes termos: fictivo é, de um ponto de vista enunciativo, o que não está directamente ancorado na situação de enunciação. É neste sentido que designo como fictivo um sub-sistema temporal constitutivo dos sistemas verbais românicos que tem como tempo central o Imperfeito, encarando os bem conhecidos e

amplamente estudados valores modais dos tempos integrantes desse sub-sistema (Imperfeito, Condicional e Mais-que-perfeito) como inerentes ao tipo de referenciação díctica que realizam.

As implicações contrafactuais da não-ancoragem directa relativamente à situação de enunciação foram já atrás consideradas a propósito da deixis "am Phantasma" ou fictiva (ver I Parte, 3.). Proponho-me agora considerar esta problemática no caso particular da deixis temporal, tentativa que se configura especificamente como uma abordagem do sistema verbal que é condicionada por e condicionante de uma reflexão de ordem teórica geral sobre a referência díctica. Dada a sua função como operadores dícticos, os tempos verbais, para além de funcionarem como operadores de uma referenciação temporal relativamente ao agora da enunciação, funcionam também como operadores de uma transposição referencial, já que podem criar, pressupondo-o, um marco de referência transposto ou fictivo. A obrigatoriedade de referenciar temporalmente os acontecimentos relativamente ao agora enunciativo - isto é, à contingência inelutável de falar num momento - a linguagem acrescenta a possibilidade de referenciação relativamente a um não-agora - isto é, a possibilidade de falar de um momento: a rede de relações temporais que se estabelecem à volta do momento em que se fala pode ser reconstituída à volta de qualquer momento de que se fala (esta possibilidade

é configurada pela actividade de narrar, ou seja, falar, num aqui-agora, de um "outro aqui-agora" referido como lá-então). Nas línguas românicas esta dupla forma de referência temporal está gramaticalizada na flexão verbal, em que coexistem e se opõem um grupo de tempos que pressupõem como marco de referência o agora e um outro grupo de tempos que pressupõem como marco de referência um não-agora.

2.1.2. Como vimos em relação aos dícticos em geral, também os tempos verbais podem ter uma função indicial ou exofórica - situar os processos em relação ao marco de referência constituído pelo agora da enunciação:

(1) Estive com o João no cinema.;

uma função anafórica ou endofórica - situar os processos relativamente a um marco de referência textual:

(2) O Tiago disse que estava à tua espera.

e uma função de transposição fictiva - situar os processos relativamente a um marco de referência imaginário:

(3) Estavas a olhar para o mar, passava um barco e tu ias embora dentro dele.

As duas últimas funções têm em comum pressuporem marcos de referência distintos do agora da enunciação e, em alguns casos, são difíceis de distinguir entre si; por esse facto, podem considerar-se genericamente apenas dois modos de referência - a referência directa e a referência indirecta ao marco de referência enunciativo - como estando lexicalizadas e/ou gramaticalizadas no âmbito da deixis temporal.

Para estas duas formas de referência temporal propus, num trabalho anteriormente publicado (1), as designações de referência temporal díctica primária e referência temporal díctica secundária ou anafórica, o que implicava generalizar a classificação de 'anafórico' a todos os dícticos temporais que só se referem indirectamente, através de um marco de referência textual, à instância enunciativa(2); esta designação generalizada continha, virtualmente, todas as formas de referência transposta, incluindo aquela que, no presente trabalho, especifico como deixis fictiva (ver,atrás, I,3.). Ao considerar a anáfora como deixis indirecta ou secundária oponho-me aos autores que classificam a referência temporal anafórica como não-díctica(3): a referência anafórica e a referência fictiva têm carácter díctico na medida em que não deixam de pressupor uma referência às coordenadas

zero da enunciação - mediata, no caso da anáfora, mimética no caso da deixis fictiva.

A necessidade de distinção entre uma forma directa e uma forma indirecta de referência temporal está expressa lexicalmente, como é facto bem conhecido, no caso dos advérbios e locuções temporais que se organizam em dois sub-sistemas dícticos oponíveis pelo tipo de marco de referência que pressupõem: agora, hoje, ontem, amanhã, há três dias, por exemplo, pertencem a uma série de dícticos temporais primários ou indiciais e têm como termos correlativos, na série dos dícticos temporais secundários ou anafóricos, então, nesse dia, na véspera, no dia seguinte, três dias antes (4). Nem sempre tem sido reconhecido (5) que esta distinção entre duas formas de referência temporal está também representada a nível gramatical, nos sistemas verbais românicos, em que os tempos do Indicativo se organizam em dois sub-sistemas - um centrado no Presente (PR), outro no Imperfeito (IMP)- ou seja, no caso do sistema verbal português,

amei	amo	amarei
tinha amado	amava	amaria

determinando oposições que têm sido interpretadas ou como oposições modais ou como oposições temporais mas que relevam

fundamentalmente, a meu ver, da oposição entre os dois tipos de referência díctica já mencionados (6).

A aceitação da hipótese de que as flexões temporais não se organizam num só sistema mas em dois subsistemas generalizou-se sobretudo a partir de Benveniste (ver, adiante, II,3.), mas tem raízes antigas. Se interpretarmos, como proponho, a divisão do sistema verbal como decorrente da distinção entre, por um lado, tempos que pressupõem um marco de referência coincidente com a enunciação e, por outro, tempos que não pressupõem essa coincidência, estamos perante uma dimensão fundamental que constitui um critério indispensável à compreensão da estrutura dos sistemas verbais (7); na longa tradição de estudos sobre os sistemas verbais românicos é possível detectar uma consciência implícita ou explícita desta distinção díctica, como tentarei mostrar.

2.2. A oposição actual/inactual e seus antecedentes históricos

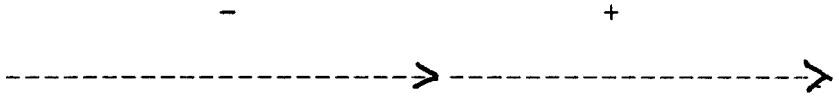
2.2.1. Dentre as descrições dos sistemas verbais românicos que consagram a distinção de dois grupos de tempos segundo um critério díctico, destacam-se as propostas de B.

Pottier e E. Coseriu, que apontam como aspecto básico(⁸) da estrutura temporal/modal dos sistemas verbais românicos a oposição entre um plano actual e um plano inactual centrados à volta do PR e do IMP, respectivamente: "Le plan est la dimension qui oppose l'"actuel" à l'"inactuel" /.../, le plan du présent au plan de l'imparfait, c'est à dire, la dimension au moyen de laquelle certaines actions sont placées directement par rapport à l'acte de parole sur une ligne de réalité non diminuée tandis que d'autres actions sont placées comme sur une arrière-ligne /.../ et présentées comme plus ou moins diminuées dans leur effectivité. C'est la dimension de base dans le système verbal des langues romanes /.../." (E. Coseriu (1978), 1980. p.19). A distribuição dos tempos do Indicativo nestes dois planos é feita de forma coincidente por Pottier e Coseriu, como comprovam os seguintes quadros, relativos ao sistema verbal português(⁹):

" aktuell - fiz faço farei
inaktuell - fizera fazia faria "
(E. Coseriu. 1976, p.94).

" Inactual "-" - chamara chamava chamaria
Actual "+" - chamou chama chamará "
(B. Pottier, 1972, p.98);

Actual/inactual é o par terminológico mais usado por B. Pottier para designar estes dois planos, mas encontram-se também na sua obra como designações equivalentes: "primaire/secondaire" (B.Pottier,1967, p.31); "indépendant/dépendant (B.Pottier,1972, p.159); "thétique/hypothétique" (B.Pottier,1974, p.167) e "catégorique/non-catégorique" (B.Pottier,1987, p.168)(10). Se para Coseriu a oposição actual/inactual é de ordem fundamentalmente temporal(trata-se de níveis temporais, "Zeitebene"), Pottier atribui-lhe um carácter predominantemente modal: no interior de cada um dos modos Indicativo e Conjuntivo, a existência de tempos "actuais" e "inactuais" torna possível uma oposição modal suplementar: "Les langues romanes ont développé une distinction modale dans les formes verbales:



chacun d'eux pouvant avoir deux valeurs, hypothétique et thétique./.../

IND

-	+
tendría	tendrá
tenía	tíene
tuviera	tuvo

(B. Pottier, 1974, p.167)

Esta caracterização predominantemente modal não deixa de ser acompanhada de uma consideração das implicações da oposição actual/inactual no que diz respeito à deixis temporal: "L'indicatif actuel est le seul niveau vraiment sensible aux concepts de passé (perfectif), futur (perfectif) et présent (imperfectif) /.../. A l'indicatif inactuel il ne s'agit plus que d'une relativité: antérieur - coincident - postérieur." (B. Pottier, 1972, pp.92-93).

Uma hipótese a aproximar das de Pottier e Coseriu é a de P. Imbs que, numa obra clássica sobre o sistema verbal francês (11), distingue e caracteriza dois sub-sistemas temporais - o sistema do "agora" e o(s) sistema(s) do "então":"/.../ nous opposerons le système temporel du maintenant aux deux systèmes du alors (le alors-passé et le alors-futur); ou encore, pour réunir dans un seul concept le passé et le présent de la langue, le système du or-maintenant (O-M) et les deux systèmes du lors-alors (L-A)." (P. Imbs, 1960, p.177). Ao enunciar as relações temporais de ordem que se estabelecem no interior de cada um dos sub-sistemas, P. Imbs deixa claro que estamos perante uma oposição entre dois tipos distintos de referência temporal:"Chacun des deux systèmes comprend en théorie trois catégories; le système O-M a les catégories Passé, Présent et Avenir; le système L-A comprend les catégories Antérieur, Présent

relatif, Postérieur (ou Ultérieur)."(ibidem, p.177).

Muito semelhante é a proposta de análise do sistema verbal subscrita por A. Klum que, inspirando-se no esquema onomasiológico de W. Bull([12]), estabelece a distinção entre um eixo temporal centrado num ponto primário, o presente do locutor (PP) e dois eixos temporais centrados um num ponto passado, retrospectivo (RP) e outro num ponto futuro, antecipado (AP) ([13]). Ao desenvolver este esquema básico, aplicando-o ao francês, A. Klum acentua o carácter essencial da oposição entre dois tempos verbais, o PR e o IMP: "Exactement comme l'actualité présente, symbolisée par PPoV, s'exprime par la série verbale présent, le passé reactualisé, cette actualité passée dont le symbole est RPoV, a son expression parfaite et unique dans l'imparfait français."(A. Klum, 1961, p.62)([14]), reiterando: "Nous nous permettons d'insister sur ce parallélisme parce que tout le système verbal français semble pouvoir s'expliquer - temporellement et aspectuellement - par l'existence de ces deux pivots parallèles: le présent et l'imparfait." (ibidem, p.62, nota).

Um estudo mais recente do sistema verbal em que é expressa uma opinião aproximável das já referidas é o de Co Vet (1980): assumindo como ponto de partida o carácter díctico dos tempos verbais e a necessidade de utilizar, na sua descrição, dois pontos de referência distintos, Co Vet põe como hipótese "/.../l'existence, à l'intérieur du système

temporel du français, de deux sous-systèmes identiques, mais présentant un rapport différent avec le moment de la parole." (C. Vet, 1980, p.171); na caracterização destes dois subsistemas, a diferença quanto ao ponto de referência é articulada com uma distinção modal: "Le premier système, ayant comme centre le point rx qui coincide avec le moment de la parole, sert à parler du monde réel (ou d'un monde présenté comme étant réel), c'est à dire le monde dans lequel on vit au moment de la parole, et des continuations de ce monde. Le second système se centre autour d'un rx antérieur au moment de la parole; les temps qui en font partie servent à parler d'un monde qui a été réel mais qui ne l'est plus, et des continuations de ce monde."(ibidem, pp. 42-43).

Retomarei mais adiante alguns aspectos destas propostas no sentido de esclarecer melhor as implicações modais da referência temporal directa ou indirecta ao momento da enunciação. Por agora quero apenas sublinhar que, apesar das diferenças que podem ser detectadas entre as várias análises apresentadas, é lícito agrupá-las como afins na medida em que reconhecem como dimensão básica na estrutura dos sistemas verbais românicos a oposição entre duas formas distintas de referenciação díctica.

2.2.2. Parece-me indiscutível que todas estas

ipóteses se filiam mais ou menos directamente na oposição "noncal"/"toncal" proposta por Damourette e Pichon (15), que por sua vez entronca numa longa tradição de análise dos tempos verbais em que pode detectar-se a consciência de uma oposição entre referência temporal imediata e mediata (primária e secundária). Uma consciência de que encontramos como primeira manifestação a distinção, muito antiga, entre tempos absolutos e tempos relativos que já em 1803 era formulada por Destutt de Tracy (16) em termos que pressupõem um critério díctico: são considerados tempos absolutos aqueles que "/.../ n'indiquent que leur rapport avec le moment de parole." (Destutt de Tracy, 1803, p.439) e tempos relativos aqueles que "/.../ indiquent, outre leur rapport avec le moment de l'acte de parole, un rapport de simultanéité avec une autre existence exprimée ou non."(ibidem, p. 440)(17). A classificação dos tempos verbais como absolutos ou relativos generalizou-se nos estudos posteriores sobre o sistema verbal francês, sendo retomada, entre outros, por F. Brunot (18) e Ch. Bally (19).

Embora a escolha dos termos "absoluto" e "relativo" seja susceptível de crítica (20), esta oposição aponta para uma distinção verificável genericamente na estrutura de todos os sistemas verbais - a distinção entre referência directa e indirecta relativamente ao agora da enunciação - que Damourette e Pichon instituem explicitamente como dimen-

são fundamental da estrutura semântica do sistema verbal francês ao proporem a divisão "noncal"/toncal", entendendo-a como oposição entre tempos que pressupõem como marco de referência o agora (nunc - "noncal") e tempos que pressupõem como marco de referência um então (tunc - "toncal"): "Le second taxième touchant l'idée de temps est le taxième d'actualité, qui oppose les tiroirs noncaux, je fais, je ferai, j'ai fait, j'aurai fait aux tiroirs toncaux, je faisais, je ferais, j'avais fait, j'aurais fait." (Damourette e Pichon, 1936, p.162).

Para compreender a fundamentação teórica que subjaz às formulações de Damourette e Pichon sobre os tempos verbais é importante ler um artigo de E. Pichon - "Temps et Idiome" (21) -, em que o autor faz considerações de ordem filosófica e psicológica (22) sobre a noção de tempo e sua expressão nas línguas naturais, considerações que explicitamente apresenta como justificativas de alguns aspectos da análise do sistema verbal francês presentes no tomo V do Essai de Gramaire de la Langue Française (23), obra de que é co-autor. Está bem patente neste artigo a influência de Bergson nas concepções de Damourette e Pichon sobre os tempos verbais: nomeadamente a noção de "actualidade" ("taxième" determinante da distinção "noncal/toncal") é manifestamente inspirada pela noção bergsoniana de "durée vécue". "Actual" não é sinónimo de "presente": é uma noção mais complexa, que

procura traduzir as implicações ligadas à vivência do presente como algo indissociável da subjectividade de um locutor: "M. Bergson et M. Pierre Janet sont d'accord pour nous enseigner très judicieusement que le présent n'est pas, psychologiquement, une virtualité sans durée, comme celle à quoi on le réduit par les spéculations intellectuelles; j'exprimerai ce fait en disant que le présent n'est pas ponctuel, mais actuel. Il est, comme tel, le centre subjectif naturel d'une actualité, c'est à dire, d'un mode de centrement des faits autour de lui qu'on peut appeler l'actualité noncale." (E. Pichon, 1936, p.214).

Esta noção de "actualidade" pode separar-se da de "presente" e instituir-se à volta de um outro marco de referência (E. Pichon usa o termo "centre"); tal desinserção do presente é o resultado de uma transposição: "Il est en effet possible à tout locuteur français, grâce aux ressources qui lui offre son idiome, de se transporter imaginativement hors du présent de façon à constituer un centre actuel pourvu de durée vécue et de couleur affective: l'organe de ce transfert, l'organe d'expression de ce centre actuel, c'est ce tiroir qu'on appelle communément l'"imparfait" et auquel M. Damourette et moi donnons le nom de toncal pur." (ibidem, p.214). O "toncal" é, pois, um actual não-presente - "Dans la toncalité (imparfait et ses satellites) l'actualité se détache de la présence." (ibidem, p.219) - , o que não

implica que possa identificar-se "toncal" com "passado": "Le seul caractère du centre actuel toncal, c'est de nêtre pas noncal, c'est á dire, de ne pas être défini par le moi-ici-maintenant /.../. Mais le centre toncal marqué par l'"imparfait" est loin d'être forcément passé."(ibidem, p.214).

Fiz questão de transcrever alguns passos deste artigo de E. Pichon pois creio que, apesar do seu tom "démodé", apesar das suas conotações psicologistas irremediavelmente datadas, encontramos nele um conjunto de observações argutas que revelam a percepção, por parte de E. Pichon, de como está profundamente inscrita na estrutura das línguas (no sistema verbal, neste caso) a possibilidade de desinserção fictiva das coordenadas enunciativas. É notória a convergência com alguns aspectos centrais da caracterização bühleriana da deixis "am Phantasma"(ver, atrás, I,2.2. e I,3.): tal como Bühler, Pichon alude a um processo de transposição fictiva- "/.../ se transporter imaginativement /.../" - ; à oposição entre presença e ausência - "/.../l'actualité se détache de la présence, et la prête à des événements non-présents/.../" - ; à possibilidade de criação de uma "origo" diferente da "origo" enunciativa - "/.../ une nouvelle origine des temps /.../"(ibidem, p.219).

Não me parece forçado destacar nesta interpretação do IMP "e seus satélites", proposta por Pichon, uma caracterização do que poderemos chamar, na terminologia de

Bühler, uma deixis temporal "am Phantasma"; Pichon chega inclusivamente a usar o termo "fantasma" formando a expressão pleonástica "images-phantasme", num passo do mesmo artigo em que assinala a "perceptividade" (factualidade?) do presente em relação "/.../au passé ne contenant que des images-souvenirs et aux époques imaginaires, avenir compris, lesquelles ne contiennent que des images-fantasmes de réalisation plus ou moins possible, depuis l'impossible jusqu'au probable." (ibidem, p.219). Esta aproximação entre passado e ficção - "images-souvenirs" e "images-fantasmes" - abre uma via sugestiva, como veremos, para a compreensão das implicações modais da referência temporal.

2.3. Valores modais e ramificação temporal

A reflexão sobre a oposição actual/inactual e a sua interpretação, segundo proponho, como oposição fundamentalmente díctica, permite-me apoiar a hipótese, que já atrás enunciei, de os valores modais assumidos pelos tempos verbais (24) serem em grande medida decorrentes do tipo de referenciação temporal relativamente às coordenadas da enunciação e só explicáveis através da possibilidade de projecção do marco de referência temporal.

Esta hipótese diferencia-se das formas mais correntes de explicar os empregos modais dos tempos, que assentam sempre, mais ou menos directamente, numa interpretação analógica ou metafórica do valor temporal em termos de "graus de existência": estar presente constitui uma garantia de factualidade, corresponde a um grau de existência máximo; o "afastamento" em relação ao presente correspode a uma "diminuição" do grau de existência; sendo assim, o futuro, que ainda não existe mas poderá vir a existir, tem afinidades com o potencial; o passado, que já não existe nem poderá vir a existir, tem afinidades com o irreal. Tal forma de encarar as implicações ontológicas da localização temporal é apresentada como facto indiscutível por P. Janet: "Le temps se divise en périodes qui ont des degrés différents d'existence et de croyance."(P. Janet, 1929, p.443); " Le présent a une réalité complète /.../, c'est le maximum de l'être./.../ Le futur prochain et le passé récent sont du demi-réel./.../ Le futur loitain et le passé loitain perdent énormément de réalité /.../."(ibidem, p.492). P. Imbs recorre a este tipo de explicação ao analisar os valores modais do IMP: "L'écart temporel entre le présent et le passé est utilisé pour traduire un écart modal entre le réel et l'imaginaire."(P. Imbs, 1960, p.98).

Superando em parte o simplismo deste tipo de explicação, mas mantendo alguns pontos de contacto com ela,

tem-se recorrido, em mais recentes investigações sobre a semântica dos tempos verbais, à noção de ramificação temporal(ver,atrás, II,0.) como forma de representação susceptível de dar conta das intersecções entre valores temporais e valores modais: o futuro, pela incerteza que lhe é inerente, é um tempo ramificado, apresenta um leque de possibilidades em aberto; no caso do passado, e apesar da factualidade inerente ao que já aconteceu, a sua reconstituição pode incluir não só a incerteza (falhas de memória) como a própria contrafactualidade (hipóteses retrospectivas)([25]). Referindo-se à representação ramificada do tempo futuro como forma de dar conta de uma atitude epistémica em relação ao referente, B. Pottier fala da necessidade de "/.../retenir la même représentation au passé, car la mémoire (et la perte progressive de celle-ci) est la source, comme l'imagination, d'une multitude de possibles."(B. Pottier, 1986, p.265). Óscar Lopes acentua como particularmente indicada tal representação no caso do sistema verbal português: "/.../a lógica temporal do português exigiria não apenas uma representação ramificada do tempo em relação ao futuro /.../mas também ramificada em relação ao pretérito, como se evidencia por milhentas construções potenciais e contra-factuais/.../."(O. Lopes (1983), 1985,p.97).

A representação ramificada do futuro e do passado, em grande parte decorrente do seu estatuto onto-

lógico, consagra-os como uma pluralidade de "mundos possíveis" - "On appelle "mondes possibles" les instants d'un temps ramifié."(R. Martin, 1983, p.30) -, o que permite interpretar os valores modais atribuíveis aos tempos passados e futuros.

A explicação dos valores modais assumidos pelos tempos verbais com base nas repercussões ontológicas do "grau de afastamento" no tempo é relativamente plausível no caso dos tempos futuros, mas insustentável quando se trata dos pretéritos: basta pensar que o Pretérito Perfeito (PRET PF)(25), referindo indubitavelmente um tempo passado, exprime modalmente a factualidade (27) e não assume nunca valores potenciais ou contrafactuais, ao contrário do que acontece com outros pretéritos (o IMP, o COND e o MQP). Compare-se:

(4) Eu fui e tu não vieste.

com

(5a) Eu ia e tu não vinhas.

(5b) Eu iria e tu não virias.

(5c) Eu tinha ido e tu não tinhas vindo.

Se em (4) a "ida" e a "não vinda" são constatadas como factos (constatação que o locutor pode fazer como censura, por exemplo), em (5) admitem-se leituras não factuais em que são apresentadas como hipóteses alternativas, potenciais (5a),

improváveis ou irreais (5b e 5c), que se podem glosar como: "Se eu fosse (for, tiver ido), não será (seria) necessário tu vires (teres vindo)."

Esta observação, que é possível multiplicar relativamente a outros tipos de empregos modais dos tempos do sub-sistema inactual, leva a que se devam considerar essas implicações modais não como consequência do seu estatuto de tempos passados, mas antes do seu estatuto díctico secundário, isto é, do facto de serem referenciados indirectamente em relação à instância enunciativa. É este estatuto que os opõe ao PRET PF, que é um díctico temporal primário, isto é, tem sempre como marco de referência o agora da enunciação.

Estou consciente de que a hipótese de associar a ramificação a um critério díctico corresponde de algum modo a repor a oposição entre referência temporal absoluta e relativa (ver atrás) e a considerar (em consonância com uma breve observação de Ch. Bally sobre o assunto(28)), que se podem tecer interferências entre relativo (temporalmente) e condicionado (modalmente)(29); ou seja, e para me cingir à terminologia que venho usando neste trabalho: no funcionamento dos tempos verbais como operadores dícticos estão em relação complementar uma função de operadores de localização relativamente ao marco de referência enunciativo e uma função de operadores da transposição referencial - podem criar, pressupondo-o, um marco de referência temporal transposto ou

fictivo.

Tornam-se mais claras as implicações da ramificação temporal quando enquadramos a noção de ramificação no âmbito do fenómeno geral da deixis, concebendo a ramificação díctica como figura capaz de dar conta da capacidade, inerente aos operadores dícticos, de pressupor marcos de referência hipotéticos porque não coincidentes com a instância enunciativa (ver,atrás, I,3.). Nesta ordem de ideias, a representação ramificada do tempo não deve circunscrever-se ao futuro e ao passado, deve alargar-se também ao presente. Ao usarmos os tempos verbais, podemos referir "mundos possíveis" alternativos no próprio presente, o que se verifica, por exemplo, em empregos modais do IMP que pode funcionar, em alguns casos, como um contrafactual presente ($\exists^{0}$):

(6) Que belo mergulho eu dava agora...,

valor contrafactual que pode ser explorado ironicamente em casos como:

(7a) Estavas mesmo à espera disso!

(7b) Era só o que me faltava agora!

(7c) Querias!...($\exists^{1}$)

ou expandir-se como "consigne" de ficção num emprego muito característico (particularmente em português) do discurso lúdico infantil:

(8a) Eu era o polícia e tu eras o ladrão.

(8b) "Agora eu era o herói/ E o meu cavalo só falava inglês/.../."

A associação de "agora" e "era" não pode interpretar-se, nos exemplos citados, como fusão de um presente e um passado semelhante à que se verifica, por exemplo, nos seguintes versos de Pessoa (citados por O. Lopes a propósito da deixis temporal): "Quero aquele outrora,/ E eu era feliz? Não sei:/ Fui-o outrora agora.". Não é esta "conjunção de presente e pretérito"(O. Lopes(1983), 1986, p.124) que se verifica em "Agora eu era o herói/.../", é antes a conjunção de dois presentes, a fusão entre um presente real e um presente fictivo, a conjugação de dois "mundos"(32); trata-se de uma ramificação do presente que supõe, em última análise, a ramificação (transposição) do próprio marco de referência que analisámos como característica da deixis "am Phantasma" ou fictiva (ver, atrás, I,3.)(33).

Torna-se desnecessário insistir nas características dos empregos modais do IMP uma vez que eles têm sido objecto de abundantes e exaustivas análises, particularmente na tradição dos estudos gramaticais franceses. Só quero acrescentar, como precisão a meu ver necessária, que esses empregos modais devem ser encarados como característicos de todos os tempos do sub-sistema inactual(34) e não apenas do

IMP, e explicados como resultado do tipo de referência díctica característico deste sub-sistema que tem como centro o IMP e que me proponho designar como sub-sistema temporal fictivo, usando o termo "fictivo" no sentido já largamente elucidado atrás(ver,sobretudo, I.3.4.) (38).

Não é difícil, a partir da noção geral de deixis fictiva, caracterizar o que possa ser uma deixis temporal fictiva: trata-se da reprodução mimética das relações que se estabelecem à volta do marco de referência enunciativo - o agora -, à volta de um marco de referência transposto - no caso da deixis temporal, então. Uma transposição que afecta o próprio marco de referência, criando as condições para que ele perca a função de centro de uma referenciação exógena e passe a ser essencialmente centro de uma referenciação endógena e/ou fictiva: "então" pode ter significação temporal (equivalendo a "nesse momento") ou nocional (equivalendo a "nessas circunstâncias") e pode ainda, num contexto narrativo, cruzar estes dois valores e ser equivalente do ambíguo "uma vez" consagrado na expressão "era uma vez..."(39).

Nos exemplos acima apontados (atente-se sobretudo em (8b)), o emprego do IMP em relação directa com "agora" é suficiente, só por si, para que se efectue uma transposição fictiva do marco de referência enunciativo. Só uma análise muito superficial poderá apresentar o "agora" de

(8b) como inequivocamente identificável com To; na realidade, trata-se de um "agora" ambíguo, em que se cruzam uma função de localização temporal exógena ("agora" = neste momento do tempo em que eu falo), uma função de pontuação endógena ("agora" = neste ponto da nossa brincadeira) e uma função de transposição fictiva ("agora" = nestas circunstâncias em que passa a estar em vigor uma convenção pela qual eu e tu aceitamos que o que dizemos/fazemos é "a fingir"). O uso do IMP é suficiente, neste caso, para criar o que me proponho designar como efeito de ficção (ou efeito de irreal, para sublinhar uma afinidade complementar com o recurso narrativo que Barthes designou genericamente "effet de réel" (ver, adiante, II,3.)). Note-se, desde já, que este efeito de ficção se conjuga com uma atitude de locução tendencialmente narrativa: a criança que, enquanto brinca "aos cowboys", vai dizendo

(8c) "Eu era o cherife e tu eras o bandido; eu tinha-te prendido e tu conseguias fugir; eu ia atrás de ti no meu cavalo /.../",

realiza, em simultâneo, uma dupla mimese da acção, conta o que está a dizer/fazer, inventa uma "história" no mesmo acto em que a encena e representa (37); é um modo de enunciação difícil de classificar por ser sincrético, anterior (e indiferente) à diferenciação entre "discurso" e "narrativa".

Trata-se sem dúvida da forma mais económica linguisticamente de efectivar a transposição das coordenadas enunciativas característica da deixis fictiva:

(8d) "Agora era de noite, aqui era a floresta, eu e tu éramos dois meninos que se tinham perdido /.../

Graças ao efeito de ficção produzido pelo simples uso dos tempos inactuais, "agora" é e não é agora, "aqui" é e não é aqui, "eu" e "tu" são e não são eu e tu: fundem-se um mundo real e um mundo (im)possível. Esta fórmula económica só é usada pelas crianças (³⁸), que parecem saber tirar um partido máximo das virtualidades modais que a não-ancoragem directa na enunciação confere aos tempos inactuais.

Mas este recurso, que as crianças deixam de usar por volta dos sete ou oito anos, foi em parte reencontrado pelos romancistas quando inventaram essa técnica narrativa económica e sofisticada que é o "discurso indirecto livre". Não vou referir os complexos problemas - de tipo linguístico e/ou literário - que tem suscitado a interpretação deste processo narrativo; sublinhei já (ver, atrás, I.3.4.), quanto importa, para o compreender, tomar em conta a noção de deixis fictiva; limito-me agora a acrescentar esta observação, parcelar mas significativa, sobre um traço comum que atesta ser também explorado no discurso indirecto livre o efeito de

ficção resultante da associação heterogénea, do ponto de vista da deixis temporal, entre advérbios dícticos primários e tempos dícticos secundários:

(9) Agora era tarde, tudo estava acabado.(39)

Esta frase, mesmo apresentada isoladamente, suscita desde logo um contexto: só pode tratar-se de uma narrativa e, dentro dela, da representação da palavra (efectivamente pronunciada ou só interiormente formulada) de uma das personagens, sob a forma de discurso indirecto livre, isto é, pela fusão de dois marcos de referência, um real e um transposto, "fazendo de conta" que é possível essa fusão de "mundos" (e de "vozes"). Também em "Agora eu era o herói.", a simples frase isolada suscita um contexto muito específico: trata-se de uma situação em que se brinca de "faz de conta". Num caso como no outro, e apesar de toda a espécie de distâncias que separam estes dois tipos de exploração de um mesmo recurso enunciativo (40), se verifica o choque entre duas formas de referenciação díctica, choque brusco e rápido que faz saltar, luminoso, o efeito de ficção.

2.4. Proposta de uma outra forma de articulação entre os sub-sistemas actual e inactual.

Evidenciar a caracterização do sub-sistema inactual como fictivo não implica dissociá-lo do seu valor de passado, nem tomar partido na discussão clássica sobre a primazia dos valores temporais ou modais na definição dos tempos que o constituem(41). Destacando como traço distintivo, na definição do sub-sistema inactual, o tipo de referência díctica, dela se deverão fazer decorrer quer os valores modais, a que já aludi, quer os valores temporais, que passo a referir.

A esquematização gráfica dos planos actual e inactual apresenta-os como simétricos e paralelos:

amei	amo	amarei
tinha amado	amava	amaria

ou seja

PRET PF	PR	FUT
MQP	IMP	COND

Do ponto de vista da deixis temporal, o que distingue e opõe (quer globalmente quer termo a termo) os tempos destes dois sub-sistemas é o diferente tipo de marco de referência em

relação ao qual as três formas de cada um dos conjuntos ocupam as três posições de ordem - anterioridade, concomitância, posterioridade; no interior de cada um deles, portanto, estabelecem-se relações homólogas. Num âmbito estritamente lógico, é indiscutível o paralelismo entre os dois sub-sistemas; mas o confronto desta estrutura lógica com os factos reais do uso dos tempos não pode deixar de suscitar algumas hesitações.

Por um lado, há factos que apoiam o paralelismo:

- quer factos diacrónicos: a afinidade entre os dois termos da direita (FUT e COND), formados a partir de perífrases que contêm respectivamente os dois termos centrais (PR e IMP);

- quer factos sincrónicos: dou como exemplo a quase total substituição, no uso português actual, do COND pelo IMP, que só este paralelismo permite explicar: trata-se de um fenómeno homólogo da substituição, igualmente corrente, do FUT pelo PR; em cada um dos sub-sistemas se verifica a tendência paralela de substituição do termo da direita pelo do centro.

Por outro lado, há factos que brigam com esta representação:

- a ineludível significação temporal de passado que o "sentimento linguístico" do falante atribui ao IMP, tempo representado neste esquema em paralelo com o PR,

mas que é usado correntemente para significar processos que lhe são anteriores:

(8) Era, sou e serei fiel às minhas ideias.;

- o facto de o IMP e o PRET PF serem termos que estão dissociados nesta representação, quando são inegáveis as relações de oposição e complementaridade que ligam estes dois tempos (ver, adiante, II,3.):

(9a) Dormia quando ela entrou.

(9b) O meu pai morreu tinha eu dez anos.

- o facto de o MQP estar representado numa relação de anterioridade apenas em relação ao IMP, quando este tempo se articula também (e até muito mais frequentemente) como anterior ao PRET PF (o que está aliás explícito na sua própria designação de mais-que-perfeito):

(10) Tinha saído quando ele chegou.

As observações aduzidas parecem indicar que seria mais adequada uma forma de representar as relações entre os dois sub-sistemas que os apresentasse como paralelos mas como não simétricos:

amei amo amarei

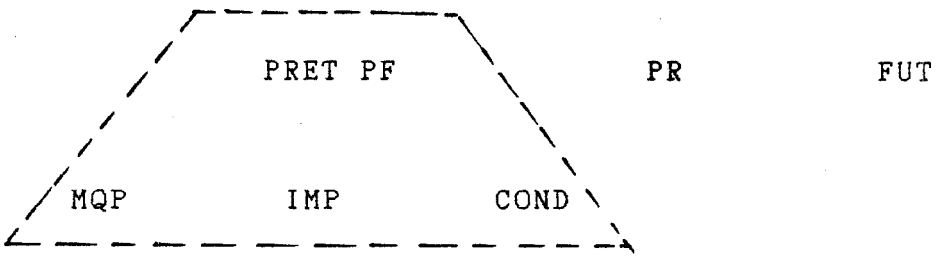
tinha amado amava amaria

Esta representação está, aliás, de acordo com a assimetria característica dos sistemas verbais românicos, uma assimetria que decorre de uma maior representação dos tempos passados.

Serão então os tempos inactuais (dícticos secundários) caracterizáveis por um valor temporal pretérito? Não é possível sustentá-lo, em princípio, uma vez que a noção temporal de pretérito implica "anterioridade em relação a To" e os tempos do sub-sistema inactual não têm como marco de referência a situação de enunciação: o que os caracteriza é justamente o facto de estabelecerem relação com um marco de referência distinto de To, que podemos designar como Tx. Só podem actualizar-se os valores temporais relativos dos tempos inactuais na dependência de um marco de referência intermédio - Tx - que, em contexto narrativo, é representado por uma data ou outra expressão temporal ou ainda, mais frequentemente, pelo tempo díctico primário que marca anterioridade em relação a To - o PRET PF. Só na dependência desse tipo de Tx é que os tempos inactuais se comportam como tempos passados. A significação temporal de passado (associada em grande parte a uma significação modal factual) só a adquirem os tempos

inactuais quando o PRET PF funciona como marco de referência intermédio com que se articulam; os tempos inactuais não são temporalmente autónomos, caracterizam-se por uma disponibilidade virtual que só se actualiza na dependência do PRET PF: foi já analisado antes o "efeito de ficção" decorrente da omissão desse marco de referência intermédio.

A representação assimétrica dos dois sub-sistemas torna possível isolar, à esquerda, o conjunto formado pelos tempos inactuais (IMP,MQP e COND) mais o PRET PF:



Fica em evidência um sub-sistema que se aproxima daquele a que chegaram, num percurso teórico algo diferente, Benveniste e Weinrich - o sub-sistema de tempos da narração, proposto por estes autores como resultado de uma reflexão sobre a função dos tempos como marcas de diferentes modos de enunciação (ver, adiante, II, 3.1.). A presente esquematização não só evidencia que a divisão entre tempos do discurso e tempos da narrativa tem como fundamento a função díctica dos tempos verbais, como também permite salientar a oposição e complementaridade entre o PRET PF e o IMP como central na articulação entre os vários tempos narrativos (ver, adiante,

II,3.3.).

2.5. No cruzamento entre passado e ficção

A oposição, fundamentada na forma de referência díctica, entre os sub-sistemas actual e inactual não é suficiente, só por si, para explicar toda a complexa estrutura do sistema verbal; mas representa uma dimensão básica que o percorre e à qual é possível ligar mais que um tipo de oposição semântica. Há pelo menos três sentidos em que pode entender-se essa oposição, e todos eles estão contidos nos semas comuns a "actual" e "inactual", o que revela o acerto desta escolha terminológica: um sentido temporal, um sentido modal e um sentido pragmático. A acepção temporal de actual é a mais evidente, mas o termo tem igualmente uma acepção modal (que conservou em inglês como predominante) e uma acepção pragmática que subjaz às duas anteriores e está presente na relação etimológica de "actual" com "acto", "actuação". Três sentidos de "actual": presente, factual e ligado com a acção (42), com os correspondentes, para "inactual": passado, contrafactual, desligado da acção. Aqui temos um possível denominador comum aos empregos do IMP e "seus satélites" como marca temporal de passado, marca modal de irreal e marca

textual do modo de enunciação narrativo (que foi caracterizado quer por Benveniste quer por Weinrich como desligado da actuação imediata (ver,adiante,II, 3.1.)). A oposição actual/inactual implica e explica, no caso específico do sistema verbal, a ramificação díctica que é condição linguística da ficção.

Os factos observados e as hipóteses até aqui formuladas podem trazer algum esclarecimento à questão controversa da viabilidade de unificação da pluralidade de valores do IMP. Mas podem sobretudo ajudar a entender as implicações contrafactuais da não-ancoragem directa em relação às coordenadas enunciativas e, por isso, a forma como se articulam, na configuração do tempo inscrita nas linguas naturais, as noções de passado e ficção, que é possível unificar na noção ampla de evocação que já referi ao caracterizar a deixis fictiva. Um sentido amplo em que no processo evocativo - trazer ao presente o ausente - a "ausência" tem como critério a desinserção das coordenadas enunciativas (ver, atrás, I, 3.4.). Centro de um sub-sistema temporal fictivo que, não estando directamente ancorado na instância enunciativa, se presta à expressão do contrafactual, o IMP funciona como operador de uma transposição temporal fictiva e ilustra bem como a estrutura gramatical das línguas está marcada por uma concepção de tempo em que se se conjugam passado e ficção, memória e imaginação.

Estão documentadas na estrutura do sistema verbal as interferências e relações cruzadas entre passado e ficção que P. Ricoeur analisa no quadro macro-estrutural das relações entre a historiografia e a ficção narrativa. As pretensões referenciais destes dois modos de narrar, sendo opostas, estabelecem entre si relações cruzadas no seio de uma afinidade fundamental entendida por Ricoeur como "/.../la référence commune de l'histoire et de la fiction au fond temporel de l'expérience humaine."(P. Ricoeur, 1986, p.17). No reverso de uma oposição só aparentemente irredutível- "Une assymétrie irredutible semble opposer le réel historique et l'irréel de fiction." (ibidem, p.17) - pode surpreender-se "/.../le croisement ou le chiasme entre les deux modes référentiels de la fiction et de l'histoire."(ibidem, p.17). O real passado, sendo obrigatoriamente um real reconstruído, recriado, tem afinidades com o irreal; o irreal fictivo, por seu lado, estabelece relações miméticas com o real passado. Cruzam-se e conjugam-se, como já referi atrás, um "efeito de real" e um "efeito de irreal" numa tentativa de (re)criar, pela narração (definível como construção linguística de um passado real e/ou fictício), a ficção linguística por excelência que é o Tempo: "C'est à la faveur de ce jeu complexe entre la référence indirecte au passé et la référence productrice de la fiction que l'expérience humaine, dans sa dimension temporelle profonde, ne cesse d'être refigurée."(ibidem,

p.18).

Parece-me indiscutível que uma reflexão filosófica sobre a narração como a que nos proporciona P. Ricoeur ajuda a esclarecer alguns dos problemas postos pela tentativa de caracterização unívoca do IMP e do sub-sistema de que é o centro. A conjugação do estudo dos tempos verbais com uma reflexão sobre a narração pode dar contributos positivos para a construção de uma teoria gramatical do tempo, como de certa maneira já intuira K. Hamburger: "The expansion of the grammatical theory of tenses /.../ requires that we penetrate to those underlying epistemological relations where the reasons can ultimately be found as why the preterite in fiction does not have the function of expressing what is past."(K. Hamburger(1957), 1973, p.68). A discussão e desenvolvimento das implicações desta afirmação de K. Hamburger levam-nos para o quadro de uma perspectiva afim e complementar da que aqui foi apresentada: o estudo das relações entre a deixis temporal e a tipologia enunciativa, ou seja, da função dos tempos verbais como marcas de diferentes modos de enunciação. Será esse o assunto do próximo capítulo.

N O T A S

1. Ver F.I. Fonseca (1983),1985, p.280 e segs..

2. Sobre esta noção de "anáfora temporal" ver, além do meu artigo citado na nota anterior, Lo Cascio, 1986 e F. Houweling, 1986.

3. Cf., por exemplo, J. Lyons, 1977, p.677 e segs.; D. Maingueneau, 1981, p.24 e M.H.Mateus et alii, 1983, p.112.

4. Ch. Bally chama a atenção, num artigo de 1932, para a existência destas duas séries de expressões temporais cuja oposição relaciona com a que se estabelece entre os chamados tempos absolutos e tempos relativos (ver, adiante, II, 2.2.2.): "/.../ la même opposition entre chronologie absolue et chronologie relative se retrouve ailleurs que dans le verbe; c'est elle qui fait la différence entre hier et la veille, aujourd'hui et ce jour-là, maintenant et alors /.../." (Ch. Bally (1932),1969, p.192).

5. Ao estabelecer a distinção entre estas duas formas de referência temporal, que designa como referência díctica e referência cotextual, C. Kerbrat-Orecchioni não inclui os

tempos verbais entre os dícticos temporais capazes de estabelecer essa distinção, anotando explicitamente: "A la différence des formes de la conjugaison verbale, les adverbes et locutions adverbiales qui spécifient la localisation temporelle du procès présentent un double jeu de formes, déictiques et cotextuelles."(C. Kerbrat-Orecchioni, 1980, p.47, sublinhado por mim).

6. Ver F.I. Fonseca (1977),1984;1982; e(1983),1985. Considero o conteúdo desses artigos (que por vezes parcialmente retomo) como parte integrante do que exponho na II Parte do presente trabalho que, embora supere alguns dos pontos de vista então defendidos, não deixa, no entanto, de os pressupor.

7. K. Heger defende uma posição semelhante ao elaborar, segundo um ponto de vista onomasiológico, um sistema temporal cuja estrutura conceptual se baseia na oposição de carácter díctico agora/não agora ("jetzt/nicht jetzt"): "Die sich aus der bisherigen systematischen Eingrenzung ergebende fundamentale Opposition, auf die alle temporal-deiktischen Begriffskategorien zurückzufuhren sein werden, ist diejenige von "jetzt" und "nicht-jetzt"."(K. Heger, 1963, p.22). Para ter acesso a um resumo completo e claro do sistema onomasiológico de K. Heger veja-se R. Martin, 1971, pp.141-143.

8. Coseriu apresenta esta oposição como básica, considerando-a o traço mais característico dos sistemas verbais românicos: "C'est la dimension de base dans le système verbal des langues romanes/.../."(E. Coseriu,1980, p.19); "Die Affassung der Zeit mit einer aktuellen Ebene und einer inaktuellen Ebene ist dabei das typische und absolut Characteristische des romanischen Tempussystems."(E.Coseriu, 1976, p.171).

9. B. Pottier apresenta quadros idênticos para o espanhol e para o francês: cf., por exemplo, B. Pottier, 1974, p. 167 e 1980, p.41.

10. Para uma apresentação mais desenvolvida dos pontos de vista de B. Pottier sobre esta matéria ver F.I. Fonseca, 1982, pp.90-93.

11. Trata-se de L'emploi des temps verbaux en français moderne, publicada em 1960.

12. Cf. a obra de W. Bull Time, Tense and the Verb (1960), nomeadamente o capítulo intitulado "A Hypothetical Tense System", pp.20-24.

13. Cf. A. Klum, 1961, pp.59 e segs..

14. As expressões "actualité présente" e "actualité passée", aqui usadas por A. Klum, denotam que a sua análise é grandemente influenciada por Damourette e Pichon (ver, adiante, II,2.2.2.).

15. O uso dos termos "noncal" e "toncal" nunca se generalizou (como aliás aconteceu com a quase totalidade das inovações terminológicas - demasiado numerosas e algo rebarbativas- introduzidas por estes autores); mas a influência das propostas de Damourette e Pichon nas interpretações subsequentes do sistema verbal francês foi muito marcante e nem sempre suficientemente reconhecida.

16. Na obra Éléments d'Idéologie: Seconde Partie, Grammaire des Tems des Verbes, Paris, 1803.

17. Também Soares Barbosa, poucos anos mais tarde, se refere à distição entre tempos absolutos e tempos relativos, mas não a fundamenta de forma tão clara como Destutt de Tracy; para Soares Barbosa esta distinção recobre a separação entre tempos simples e tempos compostos: "Os tempos imperfeitos e perfeitos podem ser ou Absolutos ou Relativos. São absolutos quando notão só um tempo ou presente ou pretérito ou futuro sem relação a outro. Sou, Era, Fui, Serei, são deste genero. São relativos, quando além do tempo ou presente, ou preterito, ou futuro, que notão, denotão tambem outro presente, outro preterito e outro futuro, a respeito dos quaes se dizem perfeitos ou acabados. Todas as Linguagens compostas do auxiliar Ter, e do participio perfeito do verbo substantivo Sido, são deste genero." (J.Soares Barbosa (1822), 1862, p.156). Não há, no passo transcrito, qualquer alusão (que seria necessária) à noção de ponto de referência, noção que aliás fora definida com clareza por Soares Barbosa na página anterior, ao acentuar o carácter relativo que afecta toda a expressão linguística do tempo: "/.../ onde ha successão continuada e não interrompida , não póde haver Tempos, se não relativos a uma epocha arbitraria, que se fixa primeiro, para della se proceder à comparação de um espaço anterior, e de outro posterior. Esta epocha/.../ foi muito natural o fixa-la no acto mesmo da palavra, isto é, no espaço e duração em que qualquer está falando, ou escrevendo."(ibidem, p.155).

18. F. Brunot explicita do seguinte modo a distinção entre dois grupos de tempos, tempos absolutos e tempos relativos: "Les temps du premier groupe, estime, suffira, a étudié, datent l'action par rapport au moment où l'on parle: ce sont des temps absolus; ceux du deuxième groupe datent l'action relativement au passé. ce sont des temps relatifs." (Brunot et Bony, Méthode de la Langue Française, Troisième Livre,

1908, p.228).

19. Ch. Bally, que, aliás, consagrou um artigo às noções gramaticais de absoluto e relativo (ver Ch. Bally (1933), 1969), anota, em Linguistique Générale et Linguistique française:" /.../ la différence entre temps absolus et temps relatifs est bien connue" e explicita que um dado tempo é "déterminé absolument car il est calculé à partir du moment où parle le sujet." (Ch. Bally (1932),1965,p.88).

20. H. Yvon, numa obra sobre o Imperfeito em francês publicada em 1926, critica com muita pertinência esta terminologia, considerando que "/.../ elle n'est pas très heureuse au point de vue de la logique parcequ'elle détourne le mot absolu de son sens normal: les temps absolus datent l'action tout aussi relativement que les temps relatifs; la seule différence c'est qu'ils ne sont pas relatifs au même moment." (H. Yvon, 1926, p.17). Também Ch. Bally, no artigo, já referido atrás, que consagrou às noções gramaticais de absoluto e relativo, faz uma observação idêntica: "/.../on voit que les termes d'absolu et de relatif sont impropres, car il y a toujours relation: aucun temps ne peut être déterminé autrement que par comparaison entre deux faits." (Ch. Bally (1932),1969, p.192). B. Comrie, numa obra recente - Tense (1985) - retoma esta distinção tradicional e usa de novo as designações "tempos absolutos" e "tempos relativos", chamando ainda a atenção, como vimos fazer H. Yvon e Ch. Bally, para o facto de a expressão "absolute tense" poder induzir em erro: "The term absolute tense is a traditional, though somewhat misleading term, that has come to be used to refer to tenses wich take the present moment as their deitic center. The term is misleading because, strictly speaking, absolute time reference is impossible, since the only way of

locating a situation in time is relative to some other already established time point."(B. Comrie, 1985, p.36).

21. Artigo publicado na revista Recherches Philosophiques, número de 1935-36.

22. O interesse de E. Pichon pelos problemas gramaticais é secundário e derivado em relação à sua principal especialização: a Psicologia e, mais concretamente, a Psiquiatria infantil. Não resisto a transcrever esta referência bem humorada de P. Janet ao interesse de E. Pichon pelos problemas gramaticais: "/.../ le Docteur Edouard Pichon, qui est en réalité un médecin spécialiste d'enfants, a une marotte - tous les gens intelligents en on une. La sienne est celle de la grammaire. Chacun se distrait comme il peut."(P. Janet, 1929, p.365).

23. É significativo o facto de este tomo V ter sido publicado no mesmo ano - 1936 - que o artigo em questão.

24. A constatação de que há afinidades e interferências entre valores temporais e valores modais é antiga e sempre referida nos estudos sobre os tempos verbais, como acentua Paiva Boléo num artigo de 1935 em que se ocupa do que designa como "osmose" entre tempos e modos. Como primeiro tratamento explícito desta questão, Paiva Boléo aponta um artigo de Adolf Tobler, datado de 1862, e intitulado "Uebergang zwischen Tempus und Modus"(ver Paiva Boléo,1935, p.17).

25. Parece-me limitativo atribuir a ramificação do passado apenas ao desconhecimento dos factos passados, como faz R. Martin: "La sémantique des mondes possibles se trouve liée soit à l'ignorance du passé soit à l'incertitude inhérente à

l'avenir." (R. Martin, 1983, p.29, sublinhado por mim).

26. Refiro sempre, ao falar do Pretérito Perfeito, apenas o Pretérito Perfeito simples, dado que em português o Pretérito Perfeito composto não é, como acontece noutras línguas românicas (nomeadamente no francês), uma forma "concorrente" do PRET PF simples, de que progressivamente ocupou o lugar. A evolução da posição relativa destas duas formas foi muito diferente em português, como mostrou Paiva Boléo num estudo clássico sobre o assunto (ver Paiva Boléo, 1937). Não me vou ocupar aqui deste problema, a que já consagrei um artigo, para que remeto (ver F.I. Fonseca, 1982); um estudo muito esclarecedor sobre a oposição aspectual e temporal entre formas simples e composta do PRET PF em português é o de Henriqueta Campos, 1984.

27. A observação do uso dos tempos verbais em construções concessivas e condicionais leva óscar Lopes a afirmar que o Pretérito Perfeito é "o tempo típico da factualidade" (O. Lopes, 1989, p.3).

28. Cf.: "La notion de temps relatif /.../ conduit par une transition naturelle à celle de fait conditionné /.../." (Ch. Bally (1932), 1969, p.193).

29. Note-se que nas construções hipotéticas (condicionais) são muito usados, na oração "condicionada" (habitualmente chamada "principal"), os tempos do sub-sistema inactual.

30. P. Imbs vai ao ponto de afirmar genericamente: "L'imparfait modal est un présent."(P. Imbs, 1960, p.98)

31. Ver nota seguinte.

32. Há outros empregos do IMP em que esta coexistência de dois "mundos" se processa como contraposição, contraste: ver em Fátima Oliveira, 1985, a análise de empregos como: "Querias!...", em que "/.../se nega a a possibilidade de realização de um desejo ou expectativa e se contrastam dois mundos /.../" (ibidem, p.5, sublinhado por mim); ou "Fazia-te em Évora.", em que a autora assinala "/.../ uma oposição entre dois mundos (mo e m')/.../"(ibidem, p.5).

33. O psicólogo e neurólogo P. Janet refere-se, numa obra (que já citei antes) sobre a evolução da memória e da noção de tempo (P. Janet, 1929), ao conceito de "pésent fictif"em termos que se aproximam dos que pouco tempo depois usará K. Bühler ao falar da transposição do marco de referência característica da deixis "am Phantasma": "Non seulement nous avons notre présent actuel qui est le seul vrai, mais nous avons des présents fictifs que nous transposons dans le passé ou que nous transportons dans l'avenir et par rapport auxquels nous recommençons l'histoire."(P. Janet, 1929, p.377). P. Janet sublinha sobretudo a importância deste conceitono âmbito da Psicologia - "Il ne faut pas oublier cette notion de présent fictif pour comprendre une foule de phénomènes psicologiques."(ibidem, p.377) - mas não deixa de reflectir de passagem (citando E.Pichon) sobre a sua pertinência para a compreensão do funcionamento dos tempos verbais, nomeadamente do IMP: "Il y a le passé par rapport à un présent fictif. Les imparfaits sont des passés fictifs, des passés par rapport à des présents que j'imagine."(ibidem, p.377).

34. Omito (para mão me alongar demasiado) uma necessária referência aos tempos do Conjuntivo, nomeadamente o Imperfeito, de cujo estudo já me ocupei em trabalhos anteriores: ver F.I. Fonseca,1970; (1977)1984 e (1980)1983.

35. Já em 1906, num estudo de sintaxe histórica sobre as construções hipotéticas, A. Sechehaye chama a atenção para a alguns tipos de empregos do IMP que o tornam susceptível de ser incluído no que se propõe designar como "mode ficcionel" (ver A. Sechehaye, 1906, p. 324). Num estudo muito mais recente sobre as construções hipotéticas com IMP, S. Cappello, retomando algumas das opiniões de A. Sechehaye, avança para uma explicação do valor de ficção do IMP como ligado a uma forma específica de construção do marco de referência enunciativo. Trata-se de uma explicação que o autor baseia na teoria de A. Culioli: " Une représentation fictionnelle serait en somme une représentation rapportée à un repère-origine énonciatif fictionnel (ou fictif)./.../nous avons la relation prédicative, la lexis, repérée par rapport à un poit de repère-origine fictif (Sito1), lequel est dans une relation "étoile" (désignant un repérage dont la valeur est complexe: rupture ou identification ou différentiation) avec le poit de repère-origine (Sito)."(S. Cappello, 1986, p.33). Estou de acordo com esta explicação, lamentando apenas que não seja citado Bühler quando se usa profusamente um conceito tão bühleriano como é o de "repère-origine fictif".

36. O mesmo se verifica no caso de "agora", de que existe até uma forma variante - "ora" - mais especificamente nocional e que pode ser usada também na narrativa para a obtenção de um efeito semelhante ao que se obtém com o presente histórico, como exemplificam muitos passos de Fernão Lopes, do tipo:"Ora esguardaae como sse fossees presente/.../"(Crónica de D. João I, cap. CXLVIII).

37. A observação deste tipo de actuação infantil mostra a pertinência da seguinte observação geral de Th. Pavel: "L'importance accordée à la simulation met en relief la composante ludique du discours de fiction et souligne le fait, souvent négligé, que la fiction est une activité plutôt qu'une suite de propositions." (Th. Pavel, 1988, p.30).

38. Entre os estudos que já foram consagrados a este tipo de emprego do IMP destaco L. Warnant, 1966 e J. Pohl, 1967. Eu própria referi já algumas peculiaridades deste emprego infantil em F.I. Fonseca (1983)1984, pp. 290-291.

39. Seria possível multiplicar os exemplos deste tipo, começando por citar um "clássico" entre os exemplos analisados nos estudos gramaticais franceses sobre o IMP: "Demain, c'était Noel." K. Hamburger refere-se a estes empregos do IMP considerando-os uma prova da perda do valor teporal dos tempos passados na ficção: "Here we encounter the objective grammatical symptom wich in all its inconspicuousness provides decisive proof that the past tense of fictional narration is no statement of pastness: the fact that deictic temporal adverbs can occur with the past tense."(K. Hamburger(1957), 1973,p. 71). De todos os exemplos autênticos deste tipo de emprego que encontrei, nenhum me pareceu tão expressivo como o seguinte passo do romance Orlando, de Virginia Woolf: "/.../eram dez horas da manhã. Era o dia 11 de Outubro de 1928. Era o momento presente.", em que se associam originalmente o "efeito de real" produzido pela precisão da localização temporal e o "efeito de irreal" produzido pela inesperada associação entre "era" e "o momento presente" (note-se a importância do uso do artigo definido).

40. Uma diferença fundamental prende-se com o facto de o efeito de ficção, no discurso lúdico infantil, ser de tipo pragmático: trata-se de um discurso performativo que pressupõe a relação presente e interactiva eu-tu. O efeito de ficção (que é aqui integrante da força ilocutória dos enunciados) perde-se se os tentarmos reproduzir em discurso indirecto: "O João disse que ele era o pai e a Luísa era a mãe.", sem explicitação da força ilocutória. A versão em discurso indirecto teria que ser algo como: "O João propôs à Luísa que brincassem fazendo de conta que ele ara o pai e ela era a mãe.".

41. Tem sido frequentemente posta em dúvida a possibilidade de atribuição de valor temporal ao IMP, como atestam, só por si, os seguintes títulos de artigos sobre o IMP: "L'Imparfait est-il un Temps?"(A. Henry, 1954); "Que l'Imparfait n'est pas un temps du passé"(P. Le Goffic, 1986)

42. Note-se como as três acepções estão representadas e articuladas na seguinte definição de "actual" num Dicionário comum: "Actual - que está em actuação; que existe presentemente/.../; oposto a potencial (Do lat. actuale-, "activo, prático")."(Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 6ª edição).

C A P Í T U L O 3

- DA DEIXIS A TIPOLOGIA ENUNCIATIVA. O MODO DE ENUNCIAÇÃO NARRATIVO.-

"Es gibt/.../einen Befreiungsschritt, der vielleicht einmal im Werdegang der Menschensprache zu den entscheidendsten gehörte. Wir vermögen ihn zwar nicht historisch zu rekonstruieren /.../ können ihn aber systematisch bestimmen als die Befreiung von den Situationshilfen."

(Karl Bühler, Sprachtheorie)

"What is there in the formal structure of narrative that makes it the embodiement of the fictional?"

(Ann Banfield, Unspeakable Sentences)

CAP.3 - Da deixis à tipologia enunciativa. O modo de enunciação narrativo.

3.1. Deixis temporal e modos de enunciação: tempos do "discurso" e tempos da "narração"

3.1.1. Quando encaramos um agrupamento sistemático dos tempos verbais decorrente da sua função díctica, como em parte foi proposto no capítulo anterior, podemos compreender e formular melhor um outro aspecto fundamental do funcionamento dos tempos verbais: o que diz respeito à sua relação com a tipologia enunciativa posta em relevo a partir de Benveniste.

A hipótese de que os tempos verbais funcionam como marcas de diferentes tipos de discurso (hipótese que se conta entre as muitas e sagazes intuições de Benveniste sobre o funcionamento das línguas) é uma das mais importantes

implicações da caracterização dos tempos verbais como dícticos.

Num artigo de 1959(¹), Benveniste chamou a atenção para a insuficiência dos critérios tradicionalmente utilizados para a descrição-explicação do funcionamento dos tempos verbais, propondo uma divisão básica, no sistema verbal francês, entre dois sub-sistemas correspondentes a dois planos de enunciação distintos que designou como histoire e discours (²). Constituindo a base do que pode ser designado como uma teoria dos níveis de enunciação, esta distinção de Benveniste generalizou-se também como ponto de partida para uma melhor compreensão da estrutura e funcionamento do sistema verbal; uma generalização dificultada, no entanto, pelo facto de Benveniste ter ficado muito preso à explicação circunstancial de um facto particular do sistema verbal francês, a coexistência de duas formas temporalmente isofuncionais, "passé simple" e "passé composé".

H. Weinrich, ao retomar criticamente a hipótese de Benveniste, aponta-lhe explicitamente essa limitação(³), que tenta superar propondo uma hipótese mais completa sobre a estruturação do sistema verbal em que, defendendo uma polémica e radical dissociação entre os tempos verbais e a expressão do tempo, dá ênfase à função destes como marcas de distintos modos de enunciação ("atitudes de locução", na sua terminologia).

As propostas de Benveniste e Weinrich sobre a função dos tempos verbais como marcas da enunciação no enunciado incluem uma repartição dos tempos do indicativo em dois sub-sistemas, um formado pelos tempos característicos do modo de enunciação "discours", o outro pelos tempos característicos do modo de enunciação "histoire" ("commentaire" e "récit", na terminologia de Weinrich).

A distribuição dos principais tempos do sistema verbal francês por esses dois sub-sistemas não é coincidente nos dois autores. Segundo Benveniste, "L'énonciation historique comporte trois temps: l'aoriste (= passé simple ou passé défini), l'imparfait (y compris la forme en -rait dite conditionnel), le plus-que-parfait."(E. Benveniste, 1966, p.239) e, no discurso, "/.../ tous les temps sont possibles, sauf un, l'aoriste, banni aujourd'hui de ce plan d'énonciation alors qu'il est la forme typique de l'histoire", podendo no entanto considerar-se "/.../ trois temps fondamentaux du discours: présent, futur et parfait, tous les trois exclus du récit historique."(ibidem, p.243). Segundo Weinrich, "/.../ les temps d'une langue - en l'occurrence du français - se répartissent en deux groupes. Au groupe I appartiennent en français le Présent, le Passé composé et le Futur; au groupe II d'autres temps: Passé simple, Imparfait, Plus-que-parfait et Conditionnel./.../ Les temps des groupes I et II peuvent être caractérisés respectivement comme temps commentatifs et

temps narratifs."(H. Weinrich (1964),1973, p.21-22).

Retomando e desenvolvendo as críticas às propostas de Benveniste e Weinrich sobre esta divisão do sistema verbal que já formulei em três artigos escritos entre 1977 e 1983 (4), pretendo apontar essencialmente três aspectos que podem, a meu ver, ser considerados pontos fracos destas inteligentes propostas:

- a ausência de uma suficiente explicitação e clarificação do fundamento díctico que (como vimos no capítulo anterior) constitui o critério liminar de um possível agrupamento dos tempos verbais em dois sub-sistemas de base que permita explicar a sua ocorrência mais insistente num ou noutro tipo de discurso(5);

- a forma de repartição dos tempos do indicativo, em que é atribuído um carácter central à oposição entre o "passé simple" e o "passé composé" e são subestimadas quer a oposição, muito mais essencial de um ponto de vista díctico, entre um sub-sistema centrado no PR e um sub-sistema centrado no IMP, quer a complementaridade entre o IMP e o PRET PF como tempos narrativos;

- a ausência, na caracterização do modo de enunciação narrativo, de uma explícita consideração das suas dimensões <u>fictivas</u>, isto é, de uma avaliação das implicações que uma distinção entre modos de enunciação (ou perspectivas de locução) tem com a caracterização de distintos modos de

referência.

A aplicação a este problema concreto do que foi analisado antes (ver I,3.) sobre a relação entre três formas de referência díctica - indicial, anafórica e fictiva - permite em parte colmatar estas deficiências e explicar alguns aspectos da estruturação do sistema verbal como ilustrativos da gramaticalização de uma distinção entre referência temporal directa ou primária e referência temporal transposta ou secundária. A distinção de dois modos de enunciação caracterizados por um diferente comportamento dos dícticos (com especial relevo para os tempos verbais) corresponde basicamente à distinção entre dois modos de referência díctica, referência exofórica e referência endofórica, como formula com clareza J.Simonin-Grumbach, no quadro da teoria de A. Culioli: "Je proposerai d'appeler "discours" les textes où il y a repérage par rapport à la situation d'énonciation et "histoire" les textes où le repérage n'est pas effectué par rapport à la situation d'énonciation mais par rapport au texte lui-même."(J. Simonin-Grumbach, 1975, p.87).

Do cruzamento entre estas duas formas de referência, isto é, do facto de a referência endofórica poder instituir-se como mimesis da referência exofórica, resulta ainda uma outra forma de referência que denominei fictiva (ver,atrás, I,3.). Os tempos do sub-sistema inactual - IMP, MQP e COND - permitem exemplificar esta forma de referência

temporal indirecta (que pode ser anafórica ou fictiva), que se distingue da referência temporal directa por pressupor um marco de referência diferente de To (ver, atrás, II,2.).

3.1.2. No capítulo anterior, foi sugerida uma forma de aproximação entre a divisão dos tempos do indicativo nos dois sub-sistemas actual e inactual e as divisões propostas por Benveninte e Weinrich ao relacionarem o uso dos tempos com a tipologia enunciativa (ver, atrás, II,2.4.); uma convergência que eu tinha já apontado e fundamentado num artigo de 1982, para que remeto(6). Posso resumir os argumentos que tenho aduzido(7) em abono desta hipótese de aproximação, dizendo que estamos, num e noutro caso, perante propostas que se baseiam, de forma implícita ou explícita, num critério díctico, a partir do qual se podem tentar explicar quer alguns aspectos da estrutura do sistema verbal, quer a separação de dois modos de enunciação. Proponho, assim, que se reconheça a afinidade entre a distinção de dois grupos de tempos verbais inerente às propostas de Benveniste e Weinrich e hipóteses anteriores que preconizavam uma separação dos tempos verbais em duas séries de distinta função díctica, hipóteses que já referi no capítulo anterior, sublinhando a sua filiação directa ou indirecta na oposição

"noncal"/"toncal" de Damourette e Pichon.

Pude ver confirmada a minha interpretação de que a análise de Damourette e Pichon era precursora de uma distinção entre modos de enunciação (ou atitudes de locução) quando encontrei, numa obra de P. Janet publicada em 1929, a seguinte transcrição livre de uma opinião de E. Pichon: "M. Pichon /.../nous dit: "Il y a deux catégories de temps: les temps risonnables, les temps sérieux /.../et les temps qui ne sont pas sérieux /.../, qui ont éte inventés pour nous pour raconter.""(P. Janet, 1929, p.365)(=). Janet não chega a enumerar explicitamente quais os tempos que, segundo Pichon, 'nós inventámos para narrar'; mas refere a oposição entre "j'ai fait" e "je fis", indicando "j'ai fait" como integrante do primeiro grupo de tempos - os não-narrativos - a que pertenceriam também o presente "je fais" e o futuro "je vais faire" (cf. ibidem, p.365-366). Há uma antecipação flagrante em relação ao que virão a propor mais tarde Benveniste e Weinrich, sobretudo se atentarmos ainda numa circunstância muito importante, a meu ver: o que motiva esta incursão de P. Janet nos problemas gramaticais e o leva a invocar a opinião de E. Pichon, é o desejo de provar que "/.../la distinction de la présentification et de la fabulation existe, même dans le langage /.../" (ibidem, p.366).

P. Janet procura, a meu ver, encontrar uma confirmação na gramática, nas estruturas formais da língua,

do carácter fundamental de dois processos cognitivos que ao longo da obra analisa como inerentes ao desenvolvimento da memória e da noção de tempo - a criação do presente como algo ligado à acção e a tentativa de vencer a ausência através da memória e da narração: "La mémoire a pour but de triompher de l'absence" (ibidem, p.221). Permitindo-me continuar a interpretar, à luz do meu próprio ponto de vista, o pensamento de P. Janet, eu diria que a noção de "fabulation" aparece como ligada à utilização da linguagem como forma de vencer a ausência, o que tem como condição que a linguagem se liberte fictivamente do presente, isto é, da acção: "Puis nous sommes arrivés à une autre période où le langage est devenu ailé; les mots volent, ne sont plus lourds, ne sont plus mélangés avec l'action./.../Le langage s'est mis à jouer, il s'est développé à cause du plaisir qu'on éprouve à raconter/.../. Le langage s'est débarassé de l'action."(ibidem, p.291-292). Parece-me ser evidente que P. Janet se apercebeu, ao ouvir (e ao ler)(*) as reflexões gramaticais de E. Pichon sobre os tempos, de que podia encontrar nas estruturas formais da língua provas em abono da sua teoria sobre a memória, a narração e o tempo - e foi talvez nesse momento que "nasceu" a teoria que foi posteriormente (re)descoberta, num outro contexto, por Benveniste e Weinrich.

3.2. A "libertação dos recursos da situação"como característica do modo de enunciação narrativo ou evocativo

Bühler refere-se à utilização narrativa da linguagem em termos muito próximos dos que vimos usar P. Janet, uma vez que a articula com o que designa como "/.../la liberación /.../de los recursos de situación."(K. Bühler(1934) 1979, p.385) e considera como "un paso liberador"(ibidem, p.385) o processo pelo qual "/.../el lenguaje trasciende lo presente y refleja narrativamente lo no presente."(ibidem, p.399).

Esta forma de utilização da linguagem, caracterizada pela libertação relativaente aos recursos da situação e pela evocação do ausente, baseia-se na possibilidade de transposição fictiva das coordenadas enunciativas que foi analisada amplamente por Bühler como inerente à modalidade de deixis a que chamou "am Phantasma" (ver, atrás, I,3.). Num dos Parágrafos finais da Sprachtheorie(10), em que reflecte sobre os meios de criação de uma auto-suficiência da linguagem, Bühler volta a referir-se à deixis "am Phantasma", integrando as considerações que fizera noutros pontos da obra sobre esta forma de deixis (que, como vimos em I,3., representa um primeiro passo para a libertação da contingência díctica pela projecção das coordenadas enunciativas) num

quadro mais alargado que podemos caracterizar, usando uma terminologia actual, como reflexão sobre modos de enunciação.

Paralelamente a um modo de enunciação em que são utilizadas directamente as circunstâncias situacionais presentes e que Bühler designa como "modo de hablar empráctico", existe um modo de enunciação em que se torna secundária essa utilização directa sob a pressão da necessidade de compartilhar com o interlocutor não apenas o que está presente mas também o que está ausente.: "/.../ surgió un dia la necesidad de incluir lo ausente, y isto quería decir liberar los enunciados de su vinculación a una situación.(ibidem, p.398). Para fundamentar esta distinção, Bühler recorre à deixis, nomeadamente à deixis pessoal, analisando o estatuto da 3ª pessoa (ver, atrás, I,3.4.1.), que opõe ao da 1ª e 2ª pessoas: "El curiosísimo él (ella, ello) de las lenguas indoeuropeas no está psicológicamente de ningún modo en el mismo plano que yo y tú, los signos de emisor y receptor." (ibidem, p.398); "El él/.../sólo está referido aún a la situación verbal actual en la medida en que pertenece al no-yo y al no-tu del hablante."(ibidem, p.400).

Creio que esta parte da obra de Bühler documenta uma das primeiras tentativas de utilização do funcionamento dos dícticos como critério para o estabelecimento de uma tipologia enunciativa e evidencia, desde a base, que os modos de enunciação devem ser entendidos como modos distintos e

complementares de estabelecer a origem das coordenadas enunciativas(ver,atrás, I,3.).

A relacionação entre o funcionamento dos tempos verbais e a tipologia enunciativa, que tenho estado a considerar no presente capítulo, é um aspecto parcial a integrar nesta problemática global do funcionamento dos dícticos como marcas da enunciação no enunciadoo([11]). Benveniste revela ter consciência do fundamento essencialmente díctico da distinção entre os modos de enunciação "histoire" e "discours", que articula com o funcionamento dos tempos verbais (ver, atrás, II, 3.1.1.). Várias vezes têm sido feitas críticas a Benveniste sobre o modo de fundamentação que apresenta para a oposição "histoire/discours" no artigo "Les relations de temps dans le verbe français"([12]). Mas passaram quase sempre despercebidas aos críticos dessa fundamentação (entre os quais me incluo) sugestões que podem ser colhidas em textos anteriores de Benveniste e que apontam para uma fundamentação díctica clara e inequívoca. Refiro-me sobretudo ao artigo "La nature des pronoms", em que Benveniste reflecte, como é bem conhecido (e argumentando de forma semelhante à de Bühler, o que já não é tão bem conhecido) sobre o estatuto distinto que opõe as 1ª e 2ª pessoas à chamada 3ª pessoa, que prefere designar como <u>não-pessoa</u>. Antes de se circunscrever ao problema dos pronomes pessoais, Benveniste considera os dícticos em geral (a que chama <u>indicadores</u>): "L'essentiel est

donc la relation entre l'indicateur (de personne, de temps, de lieu, d'objet montré, etc) et la présente instance de discours. Car, dès qu'on ne vise plus cette relation de l'indicateur à l'instance unique qui le manifeste, la langue recourt à une série de termes qui correspondent un à un aux premiers et qui se refèrent /.../aux temps et lieux "historiques". D'où les correlations telles que je:il - ici:là-maintenant:alors - /.../. La langue même dévoile la différence profonde entre ces deux plans."(E. Benveniste, 1966, p.253-254). Nesta primeira referência que encontramos, na obra de Benveniste, à distinção entre dois planos de enunciação, o critério díctico que lhe subjaz está patente com muito mais nitidez do que virá a estar no texto posterior a que ficou vinculada a oposição "histoire/discours" e em que a intromissão de outros critérios (nomeadamente o critério estilístico ligado à oposição oral/escrito) veio esbater a clareza do critério essencial([13]).

A especificidade de um modo de enunciação narrativo enquanto forma de utilização da linguagem em que as coordenadas de referência são criadas pelo próprio discurso, (que se torna fictivamente autónomo em relação ao seu contexto de produção (ver, atrás, Introd.,3.)) tem sido amplamente reconhecida([14]). Mas a sua relacionação com o funcionamento dos dícticos, nos termos em que foi desde o início apresentada por Bühler, nem sempre tem sido devidamente desenvolvida

no sentido de tornar claro que uma distinção entre modos de enunciação implica também uma distinção entre modos de referência. Os dícticos funcionam como marcas, no enunciado, não só do modo como o locutor concebe a sua relação com o que enuncia, mas também da forma como constrói a sua relação cognitiva com o real.

A possibilidade de desinserção fictiva da instância enunciativa é uma das características mais marcantes da linguagem verbal. Lyons designa esse traço específico como "displacement" (J. Lyons, 1977, p.80-81), recorrendo a um termo que já fora usado por Bloomfield; mas ao defini-lo fica aquém do seu verdadeiro alcance, já que o restringe a uma quase sinonímia com a capacidade representativa dos signos linguísticos, deixando na sombra a possibilidade de projecção, de reprodução mimética das coordenadas enunciativas.

A centralidade e importância desta característica da linguagem verbal é comprovada pelo facto de ser frequentemente mencionada quando se procura destacar a especificidade da linguagem humana relativamente às formas rudimentares de linguagem que constituem a chamada "linguagem animal". Atentemos, por exemplo, na argumentação que desenvolvem E. Benveniste e Herculano de Carvalho no sentido de sublinhar a diferença essencial entre a linguagem verbal e a comunicação animal e em que insistem, quer um quer outro, no

contraste entre a dependência situacional da comunicação animal face à possibilidade, inerente à linguagem humana, de se desinserir do contexto situacional imediato. No artigo "Communication animale et langage humain", Benveniste contesta que se possa considerar "linguagem" a forma de comunicação das abelhas, uma vez que "L'abeille ne construit pas de message à partir d'un autre message/.../"(E. Benveniste, 1966, p.61). Defendendo também que a diferença entre a linguagem humana e a chamada "linguagem" animal não é uma diferença de grau mas de essência, Herculano de Carvalho acentua que só a linguagem verbal confere ao locutor "/.../a capacidade de retrospecção e de previsão e, por conseguinte, a possibilidade de se evadir do "hic et nunc", do aqui e agora em que se encontra encerrado o animal, de se libertar dos estreitos limites da localização temporal e espacial/.../"(H. de Carvalho, 1967, p.88). Também o homem, afinal, está "encerrado" no seu aqui-agora; mas a linguagem permite-lhe fingir, "fazer de conta" que não está: fingir é um acto de linguagem cognitivamente fundamental que, de um modo geral, os animais não podem realizar.

A narração é um modo de enunciação fictivo por ser o produto da ficção enunciativa que consiste em "fazer de conta" que pode haver marcos de referência não coincidentes com a instância enunciativa presente porque transpostos para uma situação ausente, que pode ser um futuro possível, um

passado real ou um irreal imaginário indiferente ao tempo. A noção de ficção que, em sentido corrente, só se aplica a este último caso, é, num sentido linguístico, aplicável a todas as formas de ramificação díctica, de projecção fictiva do marco de referência enunciativo.

3.3. "Efeito de real" e "efeito de irreal": ainda a articulação entre o Pretérito Perfeito e o Imperfeito na narração.

3.2.1. A complexa rede de afinidades e cruzamentos entre passado e ficção, já aflorada a propósito dos valores modais assumidos pelos tempos passados (ver, atrás, II,2.), torna-se mais evidente quando encarada no enquadramento textual da narração. Um aspecto notório do cruzamento entre passado e ficção tem que ver com o facto de a localização no passado ser uma convenção usada pela ficção, um artifício para obter um "efeito de real", segundo a expressão de R. Barthes, que ficou consagrada; o tempo verbal mais capaz de servir este efeito é o PRET PF([15]) talvez por ser, como vimos, o tempo factual por excelência ([16]).

Numa primeira abordagem deste problema, em 1953 ([17]), Barthes sublinha o valor factivo do PRET PF, valor de que decorre o seu papel de "pierre d'angle du Récit /.../ins-

trument idéal de toutes constructions d'univers; il est le temps factice des cosmogonies, des mythes, des Histoires et des Romans."(R. Barthes, 1953, pp.46-47). A noção - e a expressão - "efeito de real", aqui apenas implícita, será explicitada num texto posterior (1968) que Barthes intitula justamente "L'effet de réel". Neste texto, Barthes não se refere ao uso do PRET PF, como fizera largamente no anterior; mas poderia fazê-lo; apesar dos quinze anos que os separam, estes dois textos de Barthes estão em continuidade: o artigo de Communications limita-se a desenvolver, em tom mais sóbrio e "sério", uma pequena parte do muito que já dizia a prosa inspirada de "L'Écriture du Roman". A saber: a ficção nutre-se de recursos que, apontando aparentemente para uma presença do real, não são mais do que índices convencionais do próprio estatuto ficcional, meios de "/.../donner à l'imaginaire la caution formelle du réel" (ibidem, p.51). Entre esses índices contam-se o uso do "passé simple" e da 3ª pessoa: "Le passé simple et la troisième personne du Roman ne sont rien d'autre que ce geste fatal par lequel l'écrivain montre du doigt le masque qu'il porte."(ibidem, p.60); " Le passé narratif fait donc partie d'un système de securité des Belles-Lettres. Image d'un ordre, il constitue l'un des nombreux pactes formels établis entre l'écrivain et la société/.../. Le passé simple signifie une création: c'est à dire qu'il la signale et qu'il l'impose."(ibidem, p.49). Neste mesmo sentido se

pronunciara já Sartre: data de 1938 a primeira de uma série de afirmações suas sobre o uso do PRET PF no romance: "Le parfait n'est romanesque qu'en apparence; il faut le tenir pour un présent avec recul esthétique, pour un artifice de mise en scène." (J.-P. Sartre (1947), 1973, p.15).

A interpretação do funcionamento do pretérito e da 3ª pessoa como índices da ficção é assumida por K. Hamburger como pedra angular da sua tentativa liminar de caracterização linguística da literatura de ficção (ver, atrás, I, 2.4.9.2.). Na opinião de K. Hamburger, os tempos verbais, quando usados na narrativa de ficção, perdem o valor temporal (ou pelo menos deixam-no em suspenso) e tornam-se meros índices de um registo fictivo; ao pretérito usado com esta função dá o nome de pretérito épico: "The expansion of the grammatical theory of tenses trough this piece [the epic preterit] requires that we penetrate to those underlying epistemological relations where the reasons can ultimately be found as to why the preterite in fiction does not have the function of expressing what is past."(K. Hamburger(1957) 1973, p.68).

A hipótese de H. Weinrich (ver, atrás,I,2.4.9.1. e II,3.1.) insere-se também nesta perspectiva de argumentação, que Weinrich alarga e radicaliza (18) ao defender, como vimos, que a principal função dos tempos verbais não é a de exprimir significações temporais mas antes a de constituir

marcas textuais de atitudes de locução. De acordo com esse critério, distingue os dois grupos de tempos atrás referidos: se atentarmos num desses grupos - o dos tempos do "monde raconté" - vemos que é constituído só por tempos pretéritos e que a sua função é assinalar uma atitude de locução narrativa. É flagrante a tangencialidade com as intuições de Sartre, de Barthes e com a hipótese teórica de K. Hamburger: Weinrich dá-lhes uma ressonância diferente, confere-lhes um alcance mais amplo e constrói toda uma teoria sobre os tempos verbais e sobre o funcionamento discursivo; mas bem no centro continuamos a ter o problema dos tempos passados como índices de algo que não é o tempo passado mas uma convenção - uma convenção literária que Weinrich mostra dever ser generalizada à condição de convenção discursiva fundamente marcada na estrutura formal das línguas naturais. E aqui Weinrich coloca-se na esteira de Benveniste, consumando uma fusão fecunda de linhas de pensamento que capta na sua convergência profunda, tornando claro que os problemas postos pela narração saem do escopo de uma análise estritamente literária: a narração (fictiva ou não) não é um exclusivo do uso literário, os índices de ficção são usados também na linguagem vulgar. Em suma, o que poderíamos designar como competência narrativa e/ou competência ficcional não se identifica(m) com a competência literária, embora esteja(m) na sua génese(19).

A reformulação que Weinrich propõe da hipótese

de Benveniste é, pois, ditada e enriquecida por uma reflexão (própria e alheia) sobre o funcionamento da literatura de ficção e recolhe nela, como elemento fundamental, a peculiaridade do uso dos tempos pretéritos na ficção narrativa. Um uso sobre que, posteriormente, P. Ricoeur encontrou ainda algo de importante a dizer. Ricoeur discute essencialmente que o estatuto do pretérito na ficção tenha constituído um ponto de partida para dissociar o pretérito - e, por extensão, os tempos em geral - de uma expressão do tempo: "Les temps du passé disent d'abord le passé, puis, par une transposition métaphorique qui conserve ce qu'elle dépasse, ils disent l'entrée en fiction sans référence directe, sinon oblique, au passé en tant que tel."(P. Ricoeur, 1984,p.112).

Na opinião Ricoeur, é por manterem a sua significação de "passado" que os tempos pretéritos são índices ficcionais. Uma opinião que compartilho, mas só no que diz respeito ao PRET PF, porque há outros tempos narrativos - os do sub-sistema <u>inactual</u> ou <u>fictivo</u> - que podem funcionar como índices de ficção não por uma transposição metafórica da sua significação de "passado" (significação que, aliás, só virtualmente possuem), mas por serem operadores dícticos de transposição fictiva do próprio marco de referência enunciativo (ver,atrás, II,2.). O que expus sobre a <u>deixis fictiva</u>, em capítulos anteriores, deixou claro que a estrutura formal das línguas comporta desde logo os seus próprios

índices de ficção e estes podem ser usados na narração em conjugação com outros recursos afins. Há que considerar, assim, a existência de mais que um tipo de indiciação da ficção e a possibilidade de se articularem entre si. Aplicando este princípio geral ao caso específico dos tempos verbais: na narração, encontramos uma complementaridade e conjugação do "efeito de irreal" ou de ficção inerente à função díctica dos tempos inactuais (ver,atrás, II,2.) e o "efeito de real" inerente à utilização do PRET PF como convenção narrativa. Parece-me viável encarar nesta perspectiva a correlação, já analisada largamemte de outros pontos de vista, entre o PRET PF e o IMP, correlação sobre que assenta, em grande parte, a estrutura temporal da narração.

3.2.2. Remetendo para o que foi dito no capítulo anterior sobre a articulação e complementaridade entre os sub-sistemas <u>actual</u> e <u>inactual</u>, parece-me viável postular que na base do funcionamento do PRET PF ao serviço da convenção romanesca (20) como forma de criar uma "ilusão referencial", está o seu estatuto de tempo <u>pretérito</u> do sub-sistema <u>actual</u> (ver,atrás, II,2.4.) directamente ancorado relativamente a To e, por isso, vocacionado para significar um <u>passado factual</u>; uma propensão que é ainda acentuada pelo seu valor aspectual

perfectivo, acabado (²¹). O PRET PF tem efectivamente, pela posição que ocupa na estrutura do sistema verbal, as características que o tornam capaz de significar esse tipo de mundo que R. Barthes analisa como "/.../un monde construit, élaboré, détaché, réduit à des lignes significatives, et non un monde jeté, étalé, offert."(R. Barthes, 1953, p.47).

Permito-me pegar na palavra a Barthes para continuar e dizer o que ele não diz: que este segundo tipo de "mundo" - "monde jeté, étalé, offert" -, excluído das possibilidades significativas do PRET PF mas acessível às do IMP (ver, atrás, II,2.3.), é igualmente um "mundo" característico da narrativa de ficção: é na conjugação entre esses dois tipos de "mundo" que se desenvolve a narrativa como (re)construção de um passado - de um real passado que ao ser narrado se contamina de irrealidade ou de um irreal que se finge ser passado para criar uma "ilusão referencial". São inerentes à prática narrativa as relações cruzadas entre passado e ficção que, como é sabido, foram postas em relevo por P. Ricoeur ao analisar as afinidades cruzadas entre a narrativa historiográfica e a narrativa de ficção. Uma afinidade que é intuída por Barthes no texto que tenho vindo a analisar e que começa justamente por uma referência ao "Récit comme forme extensive à la fois au Roman et à l'Histoire" e pela constatação do "lien profond", dos "rapports étroits" que unem "Roman et Histoire."(ibidem, pp.45-46). Quer na História narrada quer

no romance, o uso do "passé simple" " /.../institue un continu crédible mais dont l'illusion est affichée, il est le terme ultime d'une dialectique formelle qui habille le fait irréel des vêtements successifs de la vérité, puis du mensonge dénoncé."(ibidem, p.50).

Analisemos, a esta luz, a oposição entre o IMP e o PRET PERF na narração, que costuma ser encarada essencialmente como reflexo de uma oposição aspectual: o IMP, aspectualmente durativo e imperfectivo, é um tempo de enquadramento do perfeito, aspectualmente pontual:

Chovia quando ele chegou.

H. Weinrich, considerando as mais correntes interpretações da oposição IMP/PRET PF como insuficientes porque limitadas ao nível frástico, encara essa oposição como um fenómeno textual narrativo responsável pela alternância de planos na narração que designa como "mise en relief": "La mise en relief est la seule et unique fonction de l'opposition entre Imparfait et Passé Simple dans le monde raconté."(H. Weinrich (1964),1973, p. 117). Concordo que se trata de uma função importante, mas não creio que seja a única. Coexistindo e colaborando como tempos da narração, o IMP e o PRET PF mantêm-se distintos quer quanto ao seu valor aspectual quer quanto às implicações modais da sua diferente função díctica (como vimos em II,2.3., é possível estabelecer

pares mínimos em que o rendimento da oposição PRET PF/IMP corresponde à distinção modal factual/hipotético). São os efeitos textuais, na narrativa, deste segundo tipo de oposição que estou a tentar destacar.

Um texto com todos os verbos no PRET PF funciona como uma narrativa sem cenário (sem "arrière plan", na expressão de Weinrich), um tipo de narração em que são privilegiadas a sequencialidade e a enumeração dinâmica de factos (e que nos faz pensar que há um fundamento para a homonímia que em português se verifica entre "contar" (fazer uma narrativa) e "contar" ("Um, dois, três /.../)):

> "Saiu de casa, correu para o autocaro, chegou tarde ao emprego, ouviu ralhos do patrão, chorou, aguentou, trabalhou /.../"

A enumeração é dinâmica na medida em que se orienta para um resultado, uma "completude", como se torna claro no seguinte passo do romance Para Sempre, de Vergílio Ferreira:

> "Do alto da minha completude, estou calmo. Vivi, sofri, vivi." (p.38).

Já um texto com todos os verbos no IMP não chega a instituir-se como narrativa, fica apenas como um começo, uma sugestão de narrativa sempre em suspenso, como se pode comprovar pela leitura do poema de Eugénio de Andrade, "Os

amantes sem dinheiro":

"Tinham o rosto aberto a quem passava
Tinham lendas e mitos
e frio no coração.
Tinham jardins onde a lua passeava
de mãos dadas com a água
e um anjo por irmão.

Tinham como toda a gente
o milagre de cada dia
escorrendo pelos telhados
e os olhos de oiro
onde ardiam os sonhos mais tresmalhados.

Tinham fome e sede como bichos
e silêncio
à roda dos seus passos.
Mas a cada gesto que faziam
um pássaro nascia dos seus dedos,
e deslumbrado penetrava nos espaços."(zz)

Temos aqui uma exemplificação bem expressiva do que podemos caracterizar (descontextualizando as palavras de Barthes atrás citadas no seu contexto) como "un monde jeté, étalé, ouvert". O uso exclusivo do IMP sugere que estamos

perante uma narração virtual que fica em suspenso: numa indecisão entre passado e ficção, abre-se um enquadramento narrativo que não chega a fechar-se (note-se, aliás, como esta sugestão de lançamento num espaço narrativo que fica em aberto é concretizada e potencializada, no final do poema, pela metáfora do pássaro que "penetra nos espaços").

A narração só se instituiria se surgisse o PRET PF, tempo capaz de referenciar temporalmente os factos narrados e, portanto, capaz de responder à postulação virtual de um marco de referência inerente ao uso do IMP. De onde se pode concluir que, se o PRET PF condiciona a actualização do IMP, também o IMP narrativo condiciona, em certo sentido, o PRET PF, uma vez que o postula e como que abre um "cenário" para a sua aparição. Utilizo a imagem do "cenário" quer numa acepção espácio-temporal quer numa acepção modal, e encontro-lhes como denominador comum o distanciamento: o emprego do IMP abre também no texto narrativo uma distância modal propiciadora da atitude de locução que Weinrich caracteriza como narrativa, isto é, uma atitude de "détachement" e "détente"(²³).

Tempo de enquadramento do PRET PF pelo seu valor aspectual durativo, o IMP é também um tempo de enquadramento do PRET PF pelo seu valor modal inactual. A par da "mise en relief", efeito textual narrativo da correlação aspectual entre PRET PF e IMP que Weinrich analisou de forma convin-

cente, podemos considerar também o efeito da correlação modal entre estes dois tempos (um actual, outro inactual): correlação que se concretiza igualmente em efeitos de alternância de "planos", alternância entre a abertura para a ficção e a ficção assumida como convenção. A própria imagem de "cenário" ou "pano de fundo", usada por Weinrich, se pode, como já acentuei, estender a este segundo aspecto da função do IMP; o emprego deste tempo, anunciando uma projecção do marco de referência enunciativo, prepara a expectativa, faz nascer perguntas implícitas sobre o "onde-quando-como", isto é, sobre a necessária identificação de um "aqui-agora-assim" real ou alternativo ao real - o IMP da simples(?) expressão "Era uma vez..." é desde logo um exemplo claro desta função do IMP.

A articulação entre o PRET PF e o IMP é, pois, um ponto importante a considerar na organização da narrativa, porque documenta, entre outros aspectos, o processo constante de conjugação entre abertura para a ficção e a ficção assumida como convenção, ou seja, a potencialização mútua de dois "efeitos" aparentemente contrários: o "efeito de real" e o "efeito de irreal".

Por um lado, o tempo na ficção, caracterizado por ser mimesis do tempo real, é indissociável deste. Por outro lado, esse mesmo tempo real (o conceito que temos de tempo "real") é em grande parte produto da ficção narrativa,

que, sendo criação de mundos temporais, é ela própria condicionante da construção de um determinado conceito de tempo "real".

A ficção não é intemporal, ou melhor, sendo inerentemente intemporal reveste convencionalmente essa intemporalidade das características próprias do passado, numa tentativa de criar um "efeito de real", uma verosimilhança assente na constatação liminar de que só se pode garantir a veracidade do que se testemunhou. Só o passado deixa marcas, vestígios na memória, só o passado se pode narrar (entendendo a narração no seu sentido mais essencial de referência a factos que deixaram marcas e de criação, pela articulação dessas marcas, de uma configuração temporal). Por isso a ficção é preferentemente vertida em moldes narrativos, de que sai conformada, segundo as exigências da verosimilhança, como mimesis de um agir humano completado e testemunhado, isto é, passado[24].

Estas considerações abrem para a problemática, extremamente sedutora, de saber em que medida os narradores literários - nomeadamente os romancistas - contribuíram, primeiro, para a consolidação desta convenção e, depois, se empenharam vigorosamente na sua destruição, declarando guerra ao PRET PF (ver, adiante, III,2.6. e III,3.4.). Por esta via, os (bons) romancistas tomam também parte (e uma parte fundamental) na tentativa em que, como vimos, se têm empenhado

filósofos, psicólogos, linguistas e teorizadores literários: a tentativa de compreender as relações entre a linguagem e o tempo, relações configuradas por uma actividade linguística específica, a narração.

Com uma diferença: para os (bons) romancistas esta reflexão sobre as relações entre a linguagem e o tempo é indissociavelmente teórica e prática, é uma teorização produtiva, uma poética; é uma pesquisa em que se procura não apenas conhecer a forma como a linguagem representa o tempo e a narração o configura, mas também descobrir as possibilidades de o configurar de outras formas. Não hesito em afirmar que não há nenhum tipo de teorização - de pesquisa - sobre o tempo e a narração que possa suplantar a profundidade e produtividade da que nos proporciona o romance. Tentarei, na III (e última) Parte deste trabalho, desenvolver e fundamentar esta afirmação.

N O T A S

1. "Les relations de temps dans le verbe français", publicado inicialmente no Bulletin de la Société de Linguistique, vol. LIV, fasc. I e incluído depois em Problèmes de Linguistique Générale, I, (1966), pp.237-250.

2. São bem conhecidos e constantemente citados os termos em que Benveniste formulou esta distinção célebre: "/.../on se propose de montrer ici que l'organisation des temps relève de principes moins évidents et plus complexes . Les temps d'un verbe français ne s'emploient pas comme les membres d'un système unique, ils se distribuent en deux systèmes distincts et complémentaires. Chacun d'eux ne comprend qu'une partie des temps du verbe; tous les deux sont en usage concurrent et demeurent disponibles pour chaque locuteur. Ces deux systèmes manifestent deux plans d'énonciation différents, que nous distinguerons comme celui de l'histoire et celui du discours."(E. Benveniste, 1966, p.238).

3. "Il me paraît avoir échafaudé toute sa théorie du temps dans le but essentiel d'expliquer la disparition du Passé Simple dans le français parlé et, aux première et deuxième personnes, dans le français écrit; il y parvient d'ailleurs.

Mais cela l'amène à inclure dans sa théorie une série d'ambivalences et d'interférences qui en compromettent l'application à d'autres langues." (H. Weinrich (1964),1973, p.62).

4. Ver, atrás, II, 2., nota 6.

5. Como afirmei no artigo "Deixis et anaphore temporelle en portugais": "/.../ mettre en rapport la typologie énonciative et la structure du système verbal ne consiste pas à classifier les temps comme discursifs ou narratifs d'après leur occurrence plus insistante dans le discours ou dans le récit; il s'agit plutôt de reconnaître qu'il y a des temps à différente fonction déictique et que leur occurrence plus insistante dans l'un ou l'autre des deux modes d'énonciation est une conséquence du type de référence temporelle qu'ils réalisent."(F. I. Fonseca (1983), 1985, pp.287-288).

6. Ver em F.I.Fonseca, 1982, sobretudo as pp.95-97, de que transcrevo algumas conclusões: "O que fica exposto converge para o que consideramos a hipótese central deste trabalho: o reconhecer de uma afinidade entre a teoria de Benveniste sobre as implicações discursivas do emprego dos tempos e as análises do sistema verbal que preconizam uma divisão deste segundo dois planos deicticamente distintos, centrados na oposição PR/IMP. /.../Pode considear-se esta separação de dois grupos de tempos como percursora da teoria de Benveniste /.../ sendo, quanto a nós, muito mais apta para ilustrar essa teoria do que a divisão que o próprio Benveniste propõe. Ao postular esta afinidade não pretendemos reduzir a dicotomia "histoire/discours" à dicotomia "actual/inactual" ou vice-versa; pretendemos apenas chamar a atenção para a sua complementaridade, mostrando que da aproximação entre elas resulta uma mútua clarificação." (F.I.Fonseca, 1982,p.95).

7. Ver também F.I. Fonseca, (1983)1984, pp.286 e segs.

8. P. Janet cita esta opinião a partir de uma conferência de E. Pichon de que indica até a data: "Une conférence /.../a été faite l'année dernière à la Sorbonne, le 2 juin 1927, par le Dr. Édouard Pichon. /.../Dans sa conférence sur la grammaire, je lis un passage qui nous intéresse aujourd'hui sur les temps des verbes."(P. Janet, 1929,p.365). Apesar de ter feito longas pesquisas, na Biblioteca da Sorbonne, em Revistas e colectâneas de conferências da época, não consegui encontrar vestígios da publicação desta conferência de E. Pichon, que muito desejava ler. O facto de P. Janet afirmar "je lis un passage" levou-me a crer que o texto teria sido publicado; mas pode também dar-se o caso de a conferência ter sido feita oralmente e P. Janet estar a referir-se à leitura de apontamentos durante ela tirados. Impossível sabê-lo, até porque não figuram indicações bibliográficas nesta obra de P. Janet.

9. Ver nota anterior.

10.Trata-se do Parágrafo 25 (K. Bühler (1934)1979, pp. 385-403).

11. Ao atribuir aos tempos verbais uma função primordial de marcas de uma atitude de locução, Weinrich integra-os no conjunto mais amplo do que refere como "signes à récurrence obstinée dans les textes"(H. Weinrich (1964)1973, p.14) e que identifica como principais responsáveis de certas instruções que o locutor transmite ao interlocutor sobre a atitude a tomar em relação ao que ouve (ou lê).

12. Ver F.I. Fonseca, 1982, pp.80-81.

13. Ao analisar, no artigo "O Perfeito e o Pretérito e a teoria dos níveis de enunciação", a caracterização que Benveniste faz dos modos de enunciação "histoire" e "discours", afirmei: "Nesta definição vêm misturar-se com a anterior formulação enunciativa básica da distinção histoire/discours/.../ um critério estilístico muito sumário (a distinção entre língua escrita e língua oral) e um critério pragmático (atitude de maior ou menor empenhamento do locutor)" (F.I. Fonseca, 1982, p.80).

14. Também J. Lyons apresentou uma hipótese de distinção e caracterização de dois modos fundamentais de enunciação, que designou como "historical mode" e "experiential mode"(ver, atrás, I,2.4.10.1.).

15. No caso do francês, esta função do passé simple é posta em contraste com o uso do passé composé, o que não pode fazer-se em português, língua em que estas duas formas não são concorrentes (ver,atrás, II,2., nota 26).

16. Cf. nota 27 do capítulo anterior.

17. No ensaio "L'écriture do Roman" incluído em Le Degré Zéro de l'Écriture.

18. Weinrich assume essa radicalização quando afirma, a propósito das hipóteses teóricas de K. Hamburger: "/.../à la différence des autres critiques, je ne pense pas que Kate Hamburger soit allée trop loin, je crois plutôt qu'elle n'est pas allée assez loin."(h. Weinrich (1964) 1973,p.60).

19. Tratei alguns aspectos deste problema na comunicação "Para uma pedagogia integrada da língua e da literatura" (F.I.Fonseca, 1986).

20. É interessante lembrar que a convenção fictiva, no discurso lúdico infantil, está ligada (como vimos no capítulo anterior) ao uso do IMP. No caso da ficção romanesca, que podemos em parte considerar um discurso lúdico adulto, o processo é mais complexo, porque passa não apenas pela criação de um mundo de "faz de conta", mas de um mundo de "faz de conta" <u>verosímil</u>.

21. Em francês, o rendimento estilístico da oposição entre o "passé simple" e o "passé composé" contribui também para acentuar o valor narrativo da forma simples; mas mesmo nas línguas em que não se verifica tal oposição (o português é o caso mais claro) não deixam de manter-se as características do PRET PF simples como expressão do factual passado que estão na base da sua utilização como elemento da convenção narrativa. O acréscimo estilístico inerente à diferença de uso entre o "passé simple" e o "passé composé" pode ser avaliado por um falante português se pensar que é do mesmo tipo do que em português decorre da diferença de uso entre o MQP simples e composto e que torna a forma simples típica da narração (ver F.I. Fonseca, 1982, p.87).

22. Ver <u>Os amantes sem dinheiro</u>, poemas, Lisboa, Centro Bibliográfico, 1950, pp. 18-19. Agradeço ao Prof. óscar Lopes a indicação deste poema de Eugénio de Andrade como exemplo de um texto todo no IMP.

23. Para ilustrar essa atitude de locução própria da narração, Weinrich transcreve o início do conto de Maupassant L'Horrible, mostrando que, apesar do título e dos acontecimentos terríveis que vão ser contados, o início do conto prepara o leitor para uma atitude de "détente"(cf. H.Weinrich (1964), 1973, p.32); não me parece que seja indiferente a este efeito um facto que Weinrich não sublinha: o de todos os tempos desse início do conto estarem no IMP.

24. Vem a propósito referir o facto, sobejamente conhecido, de os romances de antecipação (cuja acção é situada inequivocamente no futuro), serem contados no passado.

T E R C E I R A P A R T E

- O ROMANCE COMO PESQUISA SOBRE O TEMPO E A NARRAÇÃO -

"Le roman, en tant que genre, s'est dès le début constitué et developpé à partir de la nouvelle sensibilité au temps."

(M.Bakhtine, Esthétique et Théorie du Roman)

"Na desorganização dos quadros clássicos do romance, o tempo sofre o impacto do nosso questionar."

(Vergílio Ferreira, Espaço do Invisível)

0. Considerações introdutórias.

1. Na intersecção entre Linguística e Literatura.

2. Romance e configuração temporal.

3. Um percurso teórico e poético de questionação do tempo e da narração : o de Vergílio Ferreira.

4. Para Sempre : ritmo e eternidade.

0. Considerações introdutórias

> "Aprés avoir vaincu l'espace, l'homme butte contre le temps. Le roman lui est une manière de consolation."
> (Jean Onimus, "L'expression du temps dans le roman")

> "Comment constituer un livre qui soit oeuvre de liberté et non plus oeuvre de vérité? D'abord en jouant sur les temps, évidemment."
> (Alain Robbe-Grillet, "Sartre et le nouveau roman")

Procura resignada de uma "consolação" ou procura revoltada de uma "libertação"? Ilusão pacificante ou pesquisa inquietadora?

De uma maneira ou de outra, o romance(1) tem sido a forma artística mais intimamente ligada à vivência

humana do tempo. Abre, pois, ao homem, no caso específico do tempo como problema existencial-limite, a dupla possibilidade que a Arte sempre lhe proporciona como solução para os problemas existenciais: esquecê-los e/ou vivê-los de forma mais intensa.

A história do romance, sobretudo a sua história mais recente, tece-se na incessante hesitação entre estas duas formas de encarar o tempo como problema existencial e insere-se na história de uma caminhada imemorial que a narração documenta e que deixou "pegadas" bem fundas na estrutura formal das línguas naturais.

A íntima ligação entre tempo e narração foi já analisada em capítulos anteriores. Vimos que se trata de uma relação básica, fundante: a narração é a expressão textual do tempo na língua; o texto narrativo é o produto de um modo de enunciação específico que manifesta essencialmente uma tentativa de dominar o tempo dando-lhe forma na e pela linguagem. É sobretudo no caso dos dícticos temporais que é possível discernir, na estrutura gramatical da língua, as marcas do que designei como a sua vocação narrativa (ver atrás Introdução e II Parte)

Ao considerar o romance, nesta III Parte, pro ponho-me caracterizar a sua especificidade no âmbito das manifestações narrativas pelo facto de implicar uma problematização, mais ou menos explícita, do tempo e da narração.

Romance e narração são noções inseparáveis, mas não são equacionáveis: fala-se correntemente, e sem qualquer jogo paradóxico, da desnarrativização do romance. Forma literária heterogénea, complexa e vigorosa, o romance pode realizar-se como arte narrativa, ou contra a narração, ou à margem da narração ou sobre a narração; como arte do tempo, ou sobre o tempo, ou contra o tempo. Mas não deixa nunca de ser uma obra em que o tempo e narração estão em questão. É este aspecto que me interessa focar: é enquanto forma de pesquisa sobre o tempo e a narração que a consideração do romance se integra no plano do meu trabalho.

Falar do romance como pesquisa coloca-nos numa determinada perspectiva que é habitualmente identificada, restritamente, com o "novo-romance"(²). Mas é ao romance em geral, e não apenas ao "novo-romance", que estou a referir-me. Porque todo o verdadeiro romance - "tradicional", "novo" ou "pós-moderno" - constitui sempre uma forma de questionação sobre o tempo e a narração.

A narração - "l'art immémoriel de raconter", diz P.Ricoeur - representa "une réponse poétique aux apories du temps"(³). O romance tornou-se a forma por excelência de indagar, de comentar, implícita ou explícitamente, as insuficiências e dificuldades dessa "resposta poética às aporias do tempo" que a narração procura dar. De denunciar o carácter ilusório de tal resposta. Por outras palavras, de

manter viva a consciência de que o problema do tempo, problema máximo do homem, dificilmente terá resposta. O romance é a consciência inteligente e crítica do homem narrador-narrado, é a sua resistência lúcida e vigilante ao entorpecimento agradável que a narração sempre produz.

Ilusão pacificante ou pesquisa inquietadora? A pergunta que formulei no início, como paráfrase às afirmações citadas em epígrafe, só pode ter a seguinte resposta: um bom romance é sempre as duas coisas simultâneamente; só cumpre plenamente a sua função quando consegue produzir no leitor uma suprema inquietação sob a forma de uma ilusão pacificante.

Para Sempre, o romance de Vergílio Ferreira sobre que mais adiante irei debruçar-me, ilustra de forma eloquente, a meu ver, esse ponto alto de realização que um romance pode atingir como forma de indagação sobre o tempo e a narração. Indagação, em suma, sobre o homem e a linguagem: pesquisa das mais inquietantes sobre a condição do homem prisioneiro da Palavra - a sua prisão temporal que é, simultâneamente, o seu único recurso possível para tentar dominar o tempo. Autor de uma extensa obra que Eduardo Lourenço considera "...a mais interrogante aventura romanesca nossa contemporânea" (E.Lourenço, 1982, p.388), Vergílio Ferreira

dá-nos um claro exemplo de como é possível realizar essa "oeuvre de liberté" de que fala Robbe-Grillet sem deixar de proporcionar com ela a "consolation" de que fala J.Onimus.

Pesquisa inquietante e ilusão pacificadora.

C A P Í T U L O 1

- NA INTERSECÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA E LITERATURA -

"The analysis of the structure of literature helps us to recognize what is an essential part of the structure of language in general."

(Kate Hamburger, The Logic of Literature)

"Les rapports entre linguistique et littérature sont aujourd'hui un lieu de malentendus; tout est dans ce et qui les confronte et ne peut pas ne pas les transformer."

(Henri Meschonnic, "Pour la Poétique")

CAP. 1. Na intersecção entre Linguística e Literatura

1.0. Apesar da generalidade das considerações iniciais tecidas sobre o romance, é evidente que não pretendo abarcar nesta III Parte uma problemática tão complexa e tão amplamente estudada como é a das relações entre tempo e romance. A minha intenção é apenas(?) a de encarar este problema geral numa óptica específica: a das relações de convergência entre Linguística e Literatura.

Poderá o linguista, interrogando o romance, deparar com problemas afins e convergentes com a sua própria pesquisa sobre o tempo e a narração? A resposta - afirmativa - que gostaria de poder dar a esta pergunta tem como ponto de partida uma convicção de que a abordagem de qualquer fenómeno linguístico não exclui a tomada em consideração do texto li-

terário. Não só não a exclui como até a implica e a exige.

1.1. A relação interdisciplinar entre Linguística e Literatura tem vindo a ser encarada, de um modo geral, bastante unilateralmente: o que é visado é o contributo da Linguística para a compreensão do texto literário. Já o inverso, isto é, o estudo do fenómeno literário como contributo para uma melhor compreensão da linguagem e seu funcionamento é um aspecto deixado na sombra.

Uma explicação provável deste pôr de lado da linguagem literária(4) liga-se aos condicionalismos que rodearam a instituição da Linguística como ciência. Tendo-se tornado disciplina autónoma essencialmente por um esforço de separação do ramo de estudos filológicos, em que estava ligada à Literatura, a Linguística permaneceu ciosa de uma independência só muito tardiamente conquistada. Foi-se afirmando, em certo sentido, contra a Literatura, em contraste com ela. Precisava, para isso, de um objecto de estudo próprio, bem distinto da linguagem literária - a linguagem dita "corrente". E de uma metodologia própria, dotada de uma cientificidade e de um rigor que contrastassem com o "impressionismo" que numa certa época caracterizava os estudos literários. Foi um processo de desenvolvimento natural e

necessário, num certo momento, mas que não deve perpetuar-se. Afastar-se de tudo o que de negativo caracterizou, numa certa época, a "démarche" literária não pode significar que a Linguística se afaste pura e simplesmente da Literatura e exclua a linguagem poética do seu âmbito de estudo (incorrendo naquele erro terrível de, como costuma dizer-se, "deitar fora o bébé juntamente com a água do banho").

Podemos dizer que, de um modo geral, esse erro é frequentemente cometido. Ao tentarem propor hipóteses teóricas sobre a linguagem, os linguistas procuram que essas hipóteses dêm conta do funcionamento da linguagem dita "corrente". O funcionamento da linguagem poética, quando encarado, só o é enquanto desvio, infracção, sendo, portanto, a linguagem poética concebida como um excedente, uma manifestação anormal de prática linguística (=). Sujeita, assim (como, aliás, tantas outras realizações habituais das línguas), a ser excluída do campo de estudo da Linguística com ou sem o veto explícito constituído pelos famosos asteriscos(*).

Esta atitude, que marcou bastante uma fase de "crescimento" da Linguística (e que lhe foi necessária),não se justifica num momento em que esta disciplina já atingiu o desenvolvimento (e a desenvoltura) suficientes para manter a sua especificidade sem para isso precisar de, nas palavras de Jakobson, restringir abusivamente o seu domínio: "L'insis-

tance à tenir la poétique à l'écart de la linguistique ne se justifie que quand le domaine de la linguistique se trouve abusivement restreint, par exemple quand certains linguistes voient dans la phrase la plus haute construction analysable ou quand la sphère de la linguistique est confinée à la seule grammaire ou uniquement aux questions non sémantiques de forme externe ou encore à l'inventaire des procédés dénotatifs à l'exclusion des variantes libres." (R.Jakobson, 1962, p.212) (e).

H.Weinrich, um linguista que nunca deixou de basear em textos literários as suas sugestivas análises do fucionamento da língua, formula num breve (e metafórico) desabafo uma opinião coincidente com a de Jakobson: "Povera linguistica, che strappa della lingua tutti i fiori e le foglie, fino a non tenere in mano altro che un misero stelo!"(H.Weinrich (1974), 1976, p.136).

O reducionismo anti-natural da Linguística, nomeadamente o seu rígido acantonamento nas fronteiras da frase, contribuiu para a criação artificial de um enorme espaço vazio entre os domínios da Linguística e da Literatura. "Terra de ninguém" que foi, durante algum tempo, ocupada por uma disciplina de estatuto algo equívoco - a Estilística literária - e depois de muito bem explorada por uma "nova disciplina" - a Poética - estreitamente ligada à Linguística. Assim o entende Jakobson quando, no seu artigo "Linguistique

et Poétique", em que reactiva a antiga designação aristotélica e remotiva o seu uso, afirma que "/.../la poétique peut être considérée comme faisant partie intégrante de la linguistique." (R.Jakobson, 1962, p.210), e acrescenta mais adiante: "S'il est encore des critiques pour douter de la compétence de la linguistique en matière de poésie, je pense à part moi qu'ils ont dû prendre l'incompétence de quelques linguistes bornés pour une incapacité fondamentale de la linguistique elle-même."(R.Jakobson, 1962, p.248).

Tendo como objectivo o estudo da "literariedade", a Poética (re)nasce sob a égide de Jakobson, um linguista que encarna uma síntese extraordinariamente produtiva do formalismo russo com o estruturalismo funcionalista da Escola de Praga. Síntese fecunda porque, neste caso como noutros (ver, atrás, I,2.4.8.1.), Jakobson indica o caminho - que aliás não chega a seguir - para a superação das restrições formalistas que abafam o desenvolvimento equilibrado da ciência da linguagem como estudo integral do fenómeno linguístico. O desenvolvimento da Poética permitirá colmatar numa insuficiência básica da Linguística: "La poétique, étude de la spécificité de la littérature, et la sémiotique, science des systèmes de signes, se sont développées en partie par l'insuffisance da la linguistique à traiter les problèmes du langage là où il y a des textes."(H.Meschonnic, 1973, p.11).

Mas a tendência para a "restrição abusiva" do âmbito de estudo da Linguística pertence já ao passado. Pressões internas e externas determinaram um irreversível movimento de abertura da Linguística (ver, atrás, I,2.4.) dentro da sua constelação interdisciplinar. Mais notoriamente, no entanto, em relação à Filosofia, à Antropologia, à Sociologia ou à Psicologia do que em relação à Literatura... Se a abertura da Linguística se processar sob o imperativo não desta ou daquela "moda", mas da real necessidade sentida pelo linguista de, como sublinha B.Pottier, "/.../ tenir compte de l'ensemble de ce qui peut contribuer à une meilleure explication des fonctionnements du langage et des faits de langue." (B.Pottier, 1987b, p.22), então a consideração da linguagem poética não pode ser excluída do campo de estudo da Linguística, porque fornece esclarecimentos fundamentais e insubstituíveis sobre o funcionamento da linguagem. Se o linguista quer apreender esse funcionamento como um todo, a linguagem poética é o lugar por excelência para a apreensão dessa totalidade. Nenhum modelo de funcionamento da linguagem (linguagem "tout court") será completo e correcto se não permitir a explicação do fenómeno poético.

Considerar que a Poética faz parte integrante da Linguística não é, pois, uma consequência de um movimento de abertura da Linguística, é antes uma condição da efectivação dessa abertura. Porque a análise da linguagem poética põe

problemas que obrigam o linguista a confrontar-se com o texto - o texto não só como estrutura formal imanente, mas sobretudo como abertura para o mundo (ver, atrás, I,3.4.1.). Como evidencia P.Ricoeur ao sublinhar o carácter fundamental do que designa como "referência metafórica" (ver, adiante, III,2.1.), a linguagem poética e o seu estudo constituem o horizonte mais amplo em que pode inscrever-se o problema da referência linguística.

A posição de P.Ricoeur, ao insistir na abertura do texto para o mundo, na sua capacidade de re-descrição da realidade e de projecção de um mundo para fora de si mesmo (7), representa uma reacção muito saudável contra a concepção radical de total fechamento do texto literário, assumida como posição irredutível por algumas tendências recentes da teorização literária.

A Linguística aceitou sem discussão, de um modo geral, essa reivindicação de um estatuto de não-referencialidade para o texto literário. Era uma forma de ratificar a exclusão da linguagem poética do seu campo de estudo e de se desembaraçar de uma "complicação" suplementar no âmbito de um problema já de si tão complexo como é o da referência linguística. Mas será uma "complicação"? Creio que, pelo contrário, a consideração da referência poética é, para o linguista, a forma mais directa de compreender um facto

fundamental na caracterização da referência linguística em geral: a linguagem não se limita a representar um referente real que lhe é externo, ela ajuda a construir esse referente (ver, atrás, I,3.).

Na sua relação com o mundo, o sujeito falante não "usa" a linguagem apenas para representar a realidade; "usa-a" também (e sobretudo) para agir sobre essa realidade, para criar, a partir do mundo "real", uma infinidade de mundos possíveis (=).

A linguagem verbal age sobre o seu próprio referente como uma força que o constrói, que incessantemente o produz. O mundo "real" é constantemente alargado e transformado por explosões sucessivas de natureza cognitiva, lúdica e estética (poética, para usar um só termo que englobe os três) que se produzem como fenómenos linguísticos característicos da prática habitual da língua, como manifestações da criatividade verbal de todo o falante (=). Ao explorar em maior grau esse carácter produtivo da referência linguística, o texto literário não nega nem destrói a relação entre a linguagem e a realidade: pelo contrário, reforça e potencializa essa relação.

Mais uma vez se evidencia que a linguagem poética é a forma de utilização da língua em que esta tende a situar-se mais perto da sua plenitude funcional. O estudo

específico do funcionamento da linguagem poética não pode, assim, ser encarado como uma "estilística do desvio". Tal como afirmou Jakobson, a Poética faz realmente "parte integrante da Linguística", mas, como tentei mostrar, num sentido muito mais amplo e essencial do que aquele em que o entendia o próprio Jakobson. Meschonnic aponta a necessidade de criticar a definição jakobsiana de Poética no intuito de ser evitada a sua transformação numa neo-retórica: "/.../s'il n'est pas de meilleur point de départ pour construire la poétique que la réfléxion de Jakobson, il serait vain de croire qu'on peut l'appliquer sans la critiquer, sans situer tout ce qui en est acquis /.../ dans les tendences les plus récentes de la linguistique. La poétique telle que la définit Jakobson est liée au reéxamen moderne de la rhétorique". (H.Meschonnic, 1970, pp.18-19).

O principal risco consiste numa possível "regressão" a uma concepção de linguagem poética como "desvio" ou "ornamento", concepção contestada por uma reflexão que é possível fazer remontar a Giambattista Vico e em que a poesia é encarada como a linguagem na sua plenitude. O linguista E.Coseriu, nas suas "Tesis sobre el tema 'Lenguaje y Poesía'" (10), argumenta de modo convincente contra qualquer forma de oposição entre linguagem poética e linguagem "corrente", contestando sem margem para dúvidas a concepção "desviacionista" da linguagem poética: "La poesía no es, como a menudo

se dice, una "desviación" con respecto al lenguaje "corriente" (entendido como lo "normal" del lenguaje)"; "/.../el lenguaje poético representa la plena funcionalidad del lenguage y, por tanto, la poesía (la literatura como arte) es el lugar del despliegue, de la plenitud funcional del lenguaje. "(E.Coseriu, 1977, p.203).

No domínio da Teoria da Literatura, V.Aguiar e Silva (que sempre desenvolve a sua teorização literária em estreita ligação com a teorização linguística) dá uma ressonância assinalável às teses de Coseriu e insurge-se contra o que expressivamente designa como "dialectização" da linguagem literária: "A luz das teses de Coseriu, os pretensos "desvios" da língua literária configuram-se como realizações inéditas ou incomuns das potencialidades do sistema linguístico; em sede teórica, a língua literária recupera, contra a dialectização a que a condenam as teorias desviacionistas, a função que historicamente sempre tem desempenhado de agente conformador por excelência da respectiva língua natural." (V.Aguiar e Silva, 1982, pp.170-171).

Também K. Hamburger, quando fala (usando aliás uma expressão pouco feliz) de "Lógica da Literatura", visa justamente uma Linguística alargada à Poética, ou antes, do seu ponto de vista, uma Poética alargada à Linguística. Ao tentar caracterizar aspectos fundamentais do funcionamento da literatura narrativa de ficção, K. Hamburger formula propos-

tas básicas sobre o funcionamento da linguagem, demonstrando que não é possível compreender cabalmente esse funcionamento sem tomar em conta o fenómeno literário.

1.2. O linguista encontra-se, em terreno comum, com o teorizador literário, empenhados ambos num mesmo objectivo - compreender o funcionamento da linguagem como forma de melhor compreender o homem e o seu poder de, na e pela linguagem, agir sobre a realidade, transformando-a ao transformar incessantemente o seu conhecimento acerca dela.

Objectivo que é também, afinal, o do criador literário quando tenta explorar, até ao limite (im)possível, esse poder. "Le linguiste rencontre le poète quand celui-ci voit dans la poésie une exploration des possibilités de la langue." (H.Meschonnic, 1970, p.55), diz Meschonnic, no que poderia ser uma resposta à pergunta formulada por J.Schmidt-Radefeldt no final de um estudo sobre Paul Valéry: "Est-ce que poésie et linguistique sont incompatibles?"(J.Schmidt-Radefeldt, 1970, p.192).

A criação poética, enquanto forma de pesquisa sobre a linguagem, representa um contributo importante que a Linguística não pode ignorar. Trata-se de uma modalidade de interrogação da obra literária pelo linguista que me parece fundamental como meio de tornar mais fecundo o desejável

diálogo interdisciplinar. "Diálogo" que só terá lugar se a comunicação deixar de ser unilateral: não é apenas a Literatura que deve saber interrogar a Linguística e utilizar os seus avanços teóricos para melhor compreender e descrever o texto literário. Também a Linguística deve saber interrogar a Literatura, e em mais que um sentido: a Literatura como saber teórico, como crítica literária e sobretudo a Literatura como criação poética, como manifestação insuperável de uma prática (que é também uma teoria) criativa da linguagem.

Neste último sentido - a interrogação, pelo linguista, da obra literária - não se trata apenas de procurar nela um "corpus", ainda que com a convicção de que é um "corpus" privilegiado, lugar da exploração máxima das virtualidades da língua. Trata-se também de interrogar a obra literária como momento, igualmente privilegiado, de acesso a um conhecimento acerca da linguagem.

Toda a actividade linguística é, fundamentalmente, uma actividade cognitiva. Na criação poética, enquanto actividade linguística que fundamentalmente é (11), acentua-se essa função cognitiva: a criação poética constitui, antes de mais, a formulação/descoberta de um conhecimento do mundo. De um conhecer poético, na expressão de Herculano de Carvalho: "Poesia é pois para nós sinónimo de conhecer poético, isto é, de uma forma específica de apreensão cognitiva do mundo do real."(J.Herculano de Carvalho, 1984, p.265).

Atentando em que a linguagem é, além de meio, também objecto de conhecimento, podemos concluir que a criação poética constitui um momento excepcionalmente fecundo do exercício da bem conhecida capacidade introspectiva da linguagem que costuma ser designada como actividade metalinguística. Toda a criação poética é, assim, implicitamente, actividade metalinguística, manifestação de um conhecimento directo, vivencial, da linguagem através de si própria: "A poeticidade vai assim ao ponto de a linguagem se focar a si própria; e até expressamente, enquanto metalinguagem."(J.Prado Coelho, 1976, p.288).

Em certos criadores literários, a força dessa vivência da linguagem é tão clara que acaba por explicitar-se e o poeta desdobra-se num teorizador da linguagem. É conhecido sobejamente o caso de Paul Valéry, a quem J.Schmidt-Radefeldt consagrou um estudo intitulado Paul Valéry Linguiste (12). E há muitos outros exemplos dessa "junção inseparável" a que se refere Jakobson quando diz, a propósito de Novalis: "J'ai été enchanté de trouver chez-lui, comme en même temps chez Mallarmé, la jonction inséparable du grand poète avec le profond théoricien du langage." (apud Todorov, 1977, p.340).

Tentei, pela minha parte, num estudo recente, analisar nesta perspectiva a obra de Vergílio Ferreira (ver F.I.Fonseca, 1986), procurando sublinhar o interesse de que

se reveste, quer para a Linguística quer para a Literatura, a exploração da convergência de um conhecimento, adquirido por vias diferentes, sobre a linguagem.

É imprescindível que a Linguística "descubra" a criação literária também como teoria - implícita e/ou explícita - da linguagem, e deixe de encarar o texto literário apenas como manifestação de "desvio" ou "infracção" (ainda que desvio ou infracção de sentido positivo) em relação à linguagem "corrente". Na medida em que fizer uma correcta integração da Poética no seu campo de estudo, a Linguística poderá conceber de forma fecunda as suas relações de afinidade com a Literatura e afastar-se decisivamente da concepção que empobrece e deturpa essa relação interdisciplinar ao restringi-la à "aplicação" da Linguística ao estudo do texto literário.

"Aplicação" que não deixa nunca de estar consignada entre as tarefas da chamada Linguística Aplicada. A análise do texto literário figura aí como um dos "problemas práticos" que a "aplicação" da Linguística ajuda a resolver, o que sugere imediatamente que a Linguística fornece, do exterior, um determinado contributo técnico. Creio ser evidente que isto é duplamente incorrecto: nem a Linguística é uma técnica, nem é exterior ao fenómeno literário. Quando se trata do texto literário (como aliás também quando se

trata do ensino de línguas, que é considerado o principal "campo de aplicação" da Linguística), a Linguística não está de fora, está por dentro. Não se aplica, está implicada.

E se Linguística e Literatura estão implicadas, não é só a Linguística que pode contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento do texto literário: também a Literatura deve contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento da língua.

1.3. No caso específico da abordagem do tempo e da narração que procuro fazer neste trabalho, que contributo pode trazer a consideração do romance?

Em consonância com o que ficou exposto, o meu principal intuito não é aplicar ao estudo do romance conceitos operatórios de proveniência linguística. Nem tão-pouco utilizar um romance como "corpus" para analisar o emprego dos tempos verbais ou dos dícticos em geral. Nem ainda verificar como são postas em prática no romance as "regras" linguísticas da narração (ou como são infringidas, o que é também uma maneira de serem postas em prática). Nem mesmo avaliar a narração literária como realização máxima da vocação narrativa da linguagem, como forma estética e cognitivamente mais elaborada de dar satisfação às necessidades ligadas ao

que designei como função evocativa da linguagem.

Qualquer destas formas de exploração e/ou verificação estaria em relação complementar com o(s) assunto(s) dos capítulos anteriores. Senti-me, de alguma forma, tentada por todas elas, em momentos sucessivos. Acabei, no entanto, por optar, como já referi no início do capítulo, pela "interrogação" do romance enquanto meio de pesquisa e expressão de um modelo de compreensão do tempo.

Um romance, como aliás qualquer texto narrativo, não pode ser encarado, do ponto de vista da representação temporal que institui, apenas como um articulado de tempos verbais. Procurar analisar o emprego dos tempos verbais numa narrativa literária como uma exemplificação da interpretação do sistema verbal que ficou delineada na II Parte, pareceu-me, assim, menos relevante do que tentar confrontar a representação do tempo inerente à estrutura gramatical da língua com a representação textual do tempo - e, mais ainda, a representação macro-textual, configurativa - que um romance procura construir (ver adiante III, 2.)

Foram determinantes desta opção várias circunstâncias, entre as quais pesou decisivamente a leitura do romance Para Sempre, de Vergílio Ferreira, que se me impôs como uma das mais conseguidas "experiências fictivas do tempo". Uso intencionalmente esta expressão de Paul Ricoeur que, no II tomo de Temps et Récit (dedicado ao estudo da

configuração na narrativa de ficção) dá uma importância fundamental ao romance e analisa, como ilustração daquilo que designa, algo paradoxalmente, "expérience fictive du temps" (P.Ricoeur, 1984, p.14), três romance célebres: Mrs Dalloway, de Virginia Woolf, Der Zauberberg, de Thomas Mann e A la Recherche du Temps Perdu de Marcel Proust.

A argumentação de P.Ricoeur ajudou-me a compreender de forma mais radical o que, alguns anos antes, a leitura de Tempus, de H.Weinrich, me fizera descobrir: só ao nível do texto é possível analisar a representação temporal inscrita na língua e o texto narrativo constitui, por excelência, a forma linguística de representar o tempo. P. Ricoeur vai mais longe, ao introduzir as noções de "monde du texte" e " monde projeté hors de lui-même par le texte" (13): a forma linguística mais capaz de instituir uma representação temporal é o texto narrativo de ficção. A noção de texto alarga-se à de obra, obra literária (14).

Alargamento que, a meu ver, estava já implícito em Tempus, de H.Weinrich. Ao analisar a dimensão textual do tempo, este linguista acaba por focar também problemas ligados ao que P.Ricoeur virá a chamar configuração temporal. As análises de textos que H.Weinrich faz para ilustrar a sua teoria sobre os tempos verbais visam quase sempre também "le monde projeté hors de lui-même par le texte" (P.Ricoeur, 1984, p.14). O que está em jogo, nessas análises, não é só a

textualidade em sentido restrito (15). Nomeadamente nas referências a romances que abundam em Tempus (16), é notório que o que move H.Weinrich não é apenas uma observação do uso dos tempos verbais, é também a intenção de compreender qual a representação temporal que desses romances se desprende.

Há uma grande convergência, creio, entre as perspectivas de H.Weinrich e de P.Ricoeur. Por vias separadas - quer no tempo quer no "espaço" disciplinar (Weinrich é essencialmente um linguista, Ricoeur um filósofo) - estes dois investigadores empenham-se na tentativa de explicar os mesmos fenómenos linguísticos que são, para ambos, aspectos fundamentais do funcionamento da língua: a metáfora e a narração. A afinidade não fica por aqui: quer em H.Weinrich quer em P.Ricoeur a reflexão sobre o tempo é condicionante e fundadora de uma reflexão muito ampla sobra a linguagem. Um e outro, além disso, sofrem o fascínio do texto literário, que procuram interrogar: a poesia, quando estudam a metáfora e o romance, quando estudam o tempo e a narração, estão sempre presentes num horizonte de pesquisa mais ou menos próximo.

De como quer a Linguística quer a Hermenêutica se deixam envolver pela Literatura, parece-me ser uma formulação geral capaz de dar conta da afinidade fundamental que une as investigações de H.Weinrich e de P.Ricoeur num projecto comum: o de indagar a possibilidade de construir um saber totalizador acerca da linguagem, da narração e da criação

poética que é o único saber possível acerca do Homem e do seu misterioso poder sobre o real. Poder que o Homem exerce na e pela linguagem, transmitindo a esta a capacidade - a que óscar Lopes alude ao falar do "excesso referencial" da língua - de agir sobre o seu próprio referente real com uma força que "estala a casca das coisas e das situações (essa espécie mais movediça de coisas), as incha e as torna tão incríveis que têm de ser outras coisas e que interessam mais", isto é, uma força capaz de criar "outros mundos feitos só deste (e para este) mundo." (O.Lopes, 1986, pp.102-103).

N O T A S

1. Embora o género romanesco se tenha desenvolvido ao longo dos séculos e se possa falar da existência de romances já desde a Grécia Antiga (cf. M. Bakhtine (1975), 1978, p.239 e segs.), refiro-me apenas ao romance moderno, isto é, à forma de narrativa de ficção que teve o seu apogeu a partir do sec. XIX e pode talvez considerar-se o género literário actualmente mais cultivado. H. Weinrich observa, depois de referir a total ausência da epopeia na literatura contemporânea: "/.../temos em compensação, ocupando parcialmente o seu lugar, o género literário do romance que numa ascenção aparentemente irresistível chegou a impor-se como género-guia da literatura moderna."(H. Weinrich, 1984, p.135).

2. "Le roman comme recherche" é o título de um célebre artigo de Michel Butor (in M.Butor (1960), 1975, pp.7-14). Mas se a formulação programática desta concepção surge apenas com o "novo romance", já muito antes é possível discernir a consciência dela. Georges Jean cita Sade como o autor em cuja obra surgem "/.../les premières conceptions très explicites du roman conçu comme recherche." (G.Jean, 1971, p.90).

3. As expressões de P.Ricoeur aqui citadas foram extraídas do pequeno texto que figura na contra-capa de Temps et Récit II (P.Ricoeur, 1984). A mesma ideia tinha sido várias vezes expressa no corpo do texto de Temps et Récit I (P.Ricoeur, 1983): ver, por exemplo, pp.103, 110 e 129.

4. Esta afirmação não se deixa desmentir, nem sequer mitigar, pelo facto de os linguistas, em certa época, terem feito uma utilização sistemática de exemplos extraídos de textos literários. Quando essa prática era corrente, o que o linguista procurava, com a utilização de exemplos literários, era apenas uma garantia da autenticidade e aceitabilidade das frases analisadas (frases descontextualizadas, note-se). Tratava-se, pois, de uma utilização inespecífica e claramente abusiva, que não hesito em considerar uma manifestação de desrespeito pelo texto literário. Também nos casos em que o recurso a uma exemplificação colhida em textos literários corresponde a uma avaliação da linguagem literária como "exemplar" estamos perante uma avaliação que desvirtua a importância essencial do texto literário, como anota Graciela Reyes: "/.../ citar la literatura como ejemplo de lengua culta y prestigiosa semejante a la lengua hablada y escrita que una comunidad considera la mejor, es un error que surge de la creencia de que la literatura es la culminación del bien hablar de la comunidad. La literatura es mucho más que eso, desde una perspectiva lingüística: la literatura es un experimento que supone un bien hablar, lo consolida, y lo pervierte para innovarlo." (G. Reyes, 1984, p.193, sublinhado por mim).

5. Esta crítica que faço aos linguistas em geral envolve também, evidentemente, uma auto-crítica: tenho bem consciência de que estava implícita uma concepção "desviacionista" da

linguagem literária no que afirmei, num artigo de 1983, sobre o contributo da Linguística ao estudo do texto literário como meio de "...mieux saisir la différence à partir de la régularité, l'originalité à partir de la banalité."(F.I. Fonseca (1983) 1986, p.391).

6. Sublinhado por mim.

7. Ver P.Ricoeur, 1984, pp.14-15.

8. Ver a noção de "excesso referencial" focada por óscar Lopes no artigo "A Porta Mágica - Como eu gosto deste livro" (óscar Lopes, 1986, pp.99-105) que tentei desenvolver no meu artigo "Referência,'translação de referência' e 'excesso referencial' - uma leitura do "excesso" em dois textos de óscar Lopes" (F.I.Fonseca, 1987).

9. No artigo citado na nota anterior, óscar Lopes fala da "graça latente da imaginação verbal anónima" (p.101).

10. Ver E.Coseriu, 1977, pp.201-207.

11. "...aquilo a que chamamos acto poético não é inicialmente outra coisa senão um acto de fala; não é todo o acto verbal mas é sempre um acto verbal." (J.Herculano de Carvalho, 1969, p.174); "O texto literário, nas suas estruturas semânticas, sintácticas e pragmáticas, é possibilitado e regulado originária e substantivamente por mecanismos de semiose literária actualizados pelo autor e pelo leitor - mecanismos de semiose literária que pressupõem necessáriamente e que potenciam todas as virtualidades dos mecanismos da semiose linguística." (V.Aguiar e Silva, 1982, p.544. Sublinhado por mim).

12. Ver J.Schmidt-Radéfeldt, 1970.

13. "Nous n'hésitons pas à parler ici, en dépit du paradoxe évident de l'expression, d'expérience fictive du temps, pour dire les aspects propremente temporels du monde du texte et des manières d'habiter le monde projété hors de lui-même par le texte". (P.Ricoeur, 1984, pp.14-15).

14. No mesmo sentido argumenta H.Meschonnic: "/.../est une oeuvre l'oeuvre qui ouvre sa forme-sens, sa forme-histoire, sur un lecteur toujours nouveau".(H.Meschonnic, 1970, p.31).

15. Talvez por essa razão H.Weinrich, apesar de ter sido o primeiro linguista a falar consistentemente das limitações de uma Linguística acantonada às fronteiras da frase e a preconizar a necessidade de uma linguística do texto, não foi nunca considerado um modelo pelos que, depois dele, praticam e se reclamam da "Textlinguistik".

16. Der Zauberberg, de Thomas Mann, L'Étranger, de Camus, The Ides of March de Thornton Wilder, contam-se entre os romances que são focados por H.Weinrich na sua obra Tempus. Basta percorrer o índice para nos darmos conta da presença de abundantes referências, nos sub-títulos, a romances e a romancistas (de acordo com uma informação pessoal do Autor, estava também prevista a inclusão na obra de uma análise de Os Maias, de Eça de Queirós, projecto que foi depois abandonado).

C A P Í T U L O 2

- ROMANCE E CONFIGURAÇÃO TEMPORAL -

"Le récit de fiction est plus riche en informations sur le temps, au plan même de l'art de composer, que le récit historique."

(P.Ricoeur, Temps et Récit II)

" La poétique du récit a pris pour objet le discours littéraire dans sa formalité rhétorique au détriment de sa force référentielle, restée à la périphérie de l'attention critique."

(Th. Pavel, Univers de la Fiction)

CAP.2. Romance e configuração temporal

2.1. Foi já referida na II Parte a noção de configuração, noção fundamental definida por P.Ricoeur ao longo da sua reflexão sobre o tempo e a narração. Retomo-a agora como ponto de partida para a consideração do romance como forma de instituir uma determinada representação configurativa do tempo.

O "acto de configuração"(¹) está no cerne do que, na terminologia de P.Ricoeur, é designado como "mimèsis II", isto é, a elaboração textual que permite extrair de um conjunto variado de acontecimentos representativos do agir humano ("mimèsis I"), uma unidade -"/.../ l'unité d'une totalité temporelle."(P.Ricoeur, 1983, p.103).

Há, pois, nesta operação de configuração um sentido produtivo em relação ao tempo: a narração não se limita a reflectir ou representar um tempo pré-existente, ela

produz também um (o) tempo.

Já me referi noutros pontos deste trabalho à produtividade referencial da linguagem, forma de referência que P.Ricoeur designa como "metafórica" e que analisa com muita agudeza em La Métaphore Vive (2). Trata-se de uma função específica do discurso: "/.../le discours libère le pouvoir que certaines fictions comportent de redécrire la réalité."(P.Ricoeur, 1975, p.11).

O conceito de "referência metafórica" como redescrição da realidade é retomado por P.Ricoeur em Temps et Récit I como essencial para a compreensão da narração que, em seu entender, constitui um caso específico de "referência metafórica" na esfera do agir humano.

Metáfora e narração são, pois, manifestações de uma mesma capacidade do discurso de realizar uma função referencial diferente da referência descritiva: "...la suspension de la fonction référentielle directe et descriptive n'est que l'envers, ou la condition négative d'une fonction référentielle plus dissimulée du discours qui est en quelque sorte libérée par la suspension de la valeur descriptive des énoncés."(P.Ricoeur, 1983, p.13).

É fácil reconhecer que esta caracterização de uma função referencial específica que quer a metáfora quer a narração realizam tem implicações directas com o problema da função referencial do texto literário, tema fundamental da

teoria da literatura. O contributo de P.Ricoeur para a elaboração de uma teoria da referência poética parece-me extremamente válido.

Por um lado, porque analisa a função referencial metafórica como capacidade do discurso em geral e não apenas do discurso literário, o que permite integrar o uso literário da língua num conjunto amplo de manifestações discursivas que se ligam a aspectos básicos do funcionamento da linguagem como a metáfora e a narração.

Por outro lado, porque consegue resolver sem dificuldade o "conflito" entre referência e ficção, atribuindo à ficção um tipo de referencialidade que não se opõe à referencialidade descritiva, antes funciona como potencializadora dela, como supletiva das suas insuficiências: "Je me suis risqué à parler non seulement de sens métaphorique mais de référence métaphorique, pour dire ce pouvoir de l'énoncé métaphorique de re-décrire une réalité inaccessible à la description directe." (P. Ricoeur, 1983, p.13).

Realidade inacessível à descrição directa é, mais do que nenhuma outra, o tempo, como Santo Agostinho exprimiu de forma insuperável. A "experiência fictiva do tempo" produzida pela configuração narrativa é assim fundamental como forma de suprir a impossibilidade de uma experiência real do tempo. A mais conseguida representação linguística do tempo situa-se ao nível da ficção.

O romance é a forma narrativa onde mais amplamente se manifesta este dinamismo produtivo do acto de configuração em relação à representação do tempo. Dinamismo produtivo que rompe o esquematismo da representação linear tripartida do tempo e constrói nessa ruptura novas formas de exprimir a "experiência" temporal.

2.2. A representação tripartida do tempo num eixo unilinear, apesar de contestada pelo menos desde Santo Agostinho, foi a mais persistente como modelo explicativo da concepção de tempo inscrita na língua. Vimos anteriormente que é essa a representação subjacente, na nomenclatura gramatical tradicional, à desigação dos tempos verbais. Vimos também que o tempo linguístico não se deixa reduzir a essa representação simplista e que as análises mais argutas dos sistemas verbais românicos - pelo menos a partir de Damourette e Pichon - estabelecem, ao definir dois sub-sistemas temporais, um modelo explicativo da estrutura do sistema verbal que está muito mais de acordo com a natureza do tempo linguistico.

Esta explicitação de um duplo plano temporal em que um sub-sistema de tempos verbais - centrado no Imperfeito - tem como função principal significar um tempo de evocação

(fictício ou não, mas sempre in-actual) constitui um resultado importante da investigação linguística e gramatical sobre a estrutura do sistema verbal e revela que está impressa na estrutura formal das línguas uma representação do tempo que não é linear mas antes ramificada (ver, atrás, II Parte).

É possível detectar, na evolução do romance como pesquisa sobre o tempo, uma conscencialização progressiva deste mesmo facto.

O romance de tipo tradicional (o grande romance novecentista) consagrava, de um modo geral, uma representação unilinear do tempo: procurava criar, pela narração de factos ligados por uma concatenação causal, a imagem de um tempo de desenvolvimento contínuo e unilinear. Havia, pois, em princípio, a submissão do romance à concepção, prévia e indiscutível, de um tempo exterior e real, de um tempo cronológico.

O pôr em causa desta concepção do tempo como realidade exterior ao romance, a recusa de uma submissão ao esquematismo cronológico, vai constituir o fulcro da evolução do romance, que se consubstancia numa progressiva interiorização e, depois, numa explícita questionação do tempo (⁹). O tempo unilinear, o tempo cronológico - pressuposto exterior condicionante da criação romanesca - vai dar lugar a um tempo interiorizado, que já não é um pressuposto mas é antes um resultado da criação romanesca. Não preexiste ao romance,

emana dele (4).

De realidade indiscutível que era, o tempo passa a ser no romance a realidade discutível por excelência. Como tema e como problema - problema existencial - o tempo tornou-se a preocupação obsessiva no romance contemporâneo (5). Trata-se de um tema, aliás que sempre ocupara lugar de destaque na literatura, mas predominantemente no género lírico: "O tempo como problema do homem - o tempo como problema metafísico e existencial, como factor de mudança. erosão e aniquilamento - /.../ o sentido da angústia da efemeridade da vida constituem tema obsidiante de toda a lírica ocidental."(V.Aguiar e Silva, 1982, p.554).

Quando o romance que formalmente, enquanto género narrativo, está intrinsecamente ligado ao tempo, se apossa deste "tema obsediante", abrem-se novos recursos e novas perspectivas ao tratamento poético da questão do tempo. O tempo passa a estar, no romance, como "forme-sens", o que lhe confere uma força geradora de transformações quer ao nível da forma-romance quer ao nível da configuração temporal, já que "/.../l'oeuvre au sens absolu, l'oeuvre forte, forme-sens, ne 'remplit' pas une forme pré-déterminée, preexistante, elle la crée."(H.Meschonnic. 1970, p.45).

Esta observação de carácter geral que H.Meschonnic faz no âmbito da sua teoria poética tem grande pertinência, quanto a mim, no caso específico do romance como "forme-

sens" temporal: a criação de novas formas verifica-se tanto no que respeita a formas de encarar o problema do tempo (o "tempo-problema") como a novas formas de enquadrar narrativamente essa problematização da temporalidade.

2.3. A tomada de consciência e explicitação no romance da questão do tempo, o tempo que é simultâneamente a matéria-prima, o tecido de que se faz a narrativa, constitui um dos aspectos fundamentais do que costuma ser referido como perda da inocência do romancista moderno. Perda de inocência que acarretou uma "má consciência" geradora de inibições, levando a uma situação que muitos consideram como prenúncio da "morte" do romance (=). A imagem do romance como subversão de uma determinada concepção temporal radicaliza-se até à situação-limite em que é deliberadamente procurada a destruição de toda e qualquer representação temporal no romance.

A escola do "novo romance" francês protagoniza esta aventura autofágica que é a tentativa do romance para sobreviver sem tempo - que o mesmo é dizer, sem narração. Desnarrativizando-se, o romance procura evoluir no sentido da anulação da dimensão tempo em favor da dimensão espaço, da substituição do dinamismo narrativo pelo estatismo descritivo. Recusando submeter-se ao esquematismo cronológico da

tripartição passado-presente-futuro, o romance "fecha-se" num presente que se quer temporalmente neutro, indiferente ao tempo.

Trata-se de uma tentativa que é apaixonante seguir na sua frustração geradora de soluções novas (7), porque tempo e espaço são indissociáveis no romance, como sublinhou M.Bakhtine ao criar o neologismo "cronótopo": "Nous appellerons chronotope, ce qui se traduit, littéralement, par "temps-espace": la corrélation essentielle des rapports spacio-temporels telle qu'elle a été assimilée par la littérature. /.../ En tant que catégorie de la forme et du contenu, le chronotope établit (pour une grande part) l'image de l'homme en littérature, image toujours essentiellement spatio-temporelle." (M.Bakhtine, (1975) 1978, p.237-238).

A tentativa de desnarrativização (de "destemporalização") do "novo romance" só superficial e apressadamente pode ser "lida" como uma efectiva anulação ou subalternização da relação entre romance e tempo. Muito pelo contrário: ao libertar-se definitivamente da linearidade cronológica como condicionante da técnica narrativa, ao jogar livremente com o tempo (e com os tempos verbais), a técnica romanesca descobre novos processos de "configuração temporal". M. Alzira Seixo aponta para este facto ao assinalar "/.../exemplos do "nouveau roman" francês que, longe de reduzirem a perspectiva romanesca a uma espacialização do

vazio interior /.../ em muitos casos fazem do jogo de distâncias e aproximações modos de sobreposição narrativa com uma marca temporal específica e, parece-me, indiscutível."(M. Alzira Seixo, 1987, p.52-53).

Para além desta indiscutível presença de efeitos textuais que produzem uma configuração temporal específica, há ainda outro aspecto a considerar: a desnarrativização do romance traz implícita uma pesquisa teórica (de natureza filosófica e linguística) sobre o tempo e a narração que se liga a uma explícita procura da essencialidade do romance. Deixando em segundo plano a preocupação com o suporte temático da narração, o romance institui-se em tema de si próprio, procura uma auto-definição. Pondo em causa a importância da "intriga", recusa como seu traço definidor a ossatura diegética ("Contar histórias é para as avozinhas", afirma Vergílio Ferreira (⁸)), a reprodução de uma temporalidade cronológica.

Mas ao tentar libertar-se das convenções e códigos do romance tradicional na procura de uma "verdade" essencial ao romance que se situe aquém (ou além) das convenções do género romanesco, o romance não consegue libertar-se do tempo, antes vai ao encontro dele. Ao destruir a linearidade de uma representação cronológica do tempo, torna patente e explora uma outra linearidade - a linearidade do texto. Ao recusar a submissão do ritmo narrativo ao ritmo da sucessão

cronológica coloca no cerne da criação romanesca a pesquisa de novas soluções para o desenvolvimento da temporalidade interna da narração.

O ritmo narrativo, liberto do espartilho dos moldes pré-estabelecidos, institui a sua dimensão temporal (todo o ritmo é temporal) como dimensão fundamental do romance. A essencialidade do romance revela-se temporal enquanto fundamentalmente rítmica. A (re)produção romanesca de uma experiência temporal fictiva consubstancia-se numa representação rítmica específica do romance e tão essencial à sua definição como o ritmo fónico é essencial à definição da poesia.

2.4. Parece-me esclarecedor o confronto da recente evolução do romance com a evolução que, anteriormente a ele, sofrera a poesia. Também no caso da poesia a libertação progressiva dos cânones tradicionais se processou como procura de algo essencial ao verso - "Em busca del verso puro" é o título expressivo de um artigo de Henríquez Ureña sobre este tema (⁸). Procura que evidenciou o ritmo como característica irredutível da poesia.

No caso do romance, há uma idêntica motivação- a procura de uma essencialidade - na base da recusa dos

cânones narrativos tradicionais (1º). E um idêntico resultado: da destruição dos moldes narrativos fixos e em grande parte obrigatórios surgiu com mais evidência a importância fundamental do ritmo no romance. O ritmo narrativo deixa de se apoiar em esquemas pré-estabelecidos e explora a própria ausência desses esquemas (ver adiante III,2.5.).

Trata-se, no entanto, de um ritmo de características diferentes do ritmo da poesia e que não está geneticamente ligado, como de um modo geral acontece com este último, à memorização. A inseparabilidade entre a repetição regular e a memorização, característica da primitiva fase oral da literatura, não é determinante no caso do romance, que é o "mais jovem" dos géneros literários: "Parmi les grands genres, seul de roman est plus jeune que l'écriture et le livre et seul il est adapté organiquement aux formes nouvelles de la reception silencieuse, c'est à dire, de la lecture." (M.Bakhtine (1975) 1978, p.441).

As condições específicas da "recepção silenciosa", da leitura, são determinantes na caracterização de uma forma de ritmo essencial ao romance. Trata-se de um ritmo que não está directamente ligado aos condicionalismos fisiológicos da voz (o ritmo respiratório, por exemplo) nem à repetição necessária à criação de automatismos, na memorização. Prende-se mais essencialmente com uma memória textual que precisa de apoiar-se em repetições de vária ordem, amplas

cadeias anafóricas em que estão implicados todos os níveis linguísticos. A leitura de qualquer texto, e muito especialmente a leitura de um texto longo como é habitualmente um romance, põe em jogo essa memória textual que utiliza largamente o ritmo, a repetição regular.

A leitura silenciosa, embora independente fisiologicamente da respiração, conserva dela uma reminiscência rítmica (11) que permite analogias com a que Umberto Eco explora, ao afirmar: "Entrar num romance é como dar um passeio pelas montanhas: é preciso adquirir um ritmo respiratório regular e acertar o passo, senão temos que parar rapidamente. /.../ Há romances que respiram como gazelas e outros que respiram como elefantes. A harmonia não está na extensão do fôlego, mas na regularidade com que é tomado." (U.Eco, (1984), s/d, pp.36-37).

Este ritmo narrativo não se esgota na noção de velocidade narrativa com que frequentemente é identificado. Para além de implicar um determinado desenvolvimento temporal, o ritmo implica também a repetição regular : a noção de velocidade narrativa, definida por J. Ricardou e depois retomada por G. Genette (12), diz respeito apenas ao desenvolvimento temporal, não abrange o carácter de repetição regular que é inseparável da noção de ritmo. A exploração de recursos rítmicos, no romance, liga-se á procura de formas específicas de enquadrar ritmicamente o desenvolvimento

temporal.

Para além de relevar da temporalidade interna da língua, da linearidade textual, como já foi referido antes, o ritmo narrativo implica também a noção de tempo enquanto representação cognitiva : procura ser uma réplica textual do eco repetitivo dos acontecimentos na memória - processo cognitivo que viabiliza a construção de uma representação temporal (13) e que se liga ao carácter basicamente rítmico da vivência humana do tempo: "Le rythme d'action et d'inaction nous paraît inséparable de toute connaissance du temps." (G.Bachelard, 1950, p.37)

Ao definir a narrativa como "du sens qui se conserve et du sens qui se transforme"(14), Ph.Hammon, mesmo sem falar em ritmo, sugere de forma inequívoca o carácter essencial da narrativa como transformação rítmica do sentido.

A transformação do romance afectou apenas os moldes fixos desse ritmo, que eram considerados, por si só, como identificadores da narrativa. Não afectou, no entanto, a sua característica fundamental de texto em que o sentido se transforma ritmicamente. Esse estatuto mantém-se no romance e é até consciencializado em maior grau pelos romancistas que procuram, deliberadamente, a obtenção de novos efeitos rítmicos.

Atente-se na seginte reflexão de Vergílio Ferreira, no seu diário: "Que me lembre, nunca ninguém reflectiu

sobre o ritmo da narrativa. Porque uma narrativa desenvolve-se num certo ritmo /.../. Uma das coisas que me tem preocupado na minha escrita actual é a mudança de ritmo por síncopes, entradas em tempo imprevisto /.../. Penso agora em coisa parecida com o ritmo desencontrado do jazz."(Conta-Corrente 3, p.391).

Ou nesta outra, de Raymond Queneau: "J'ai écrit d'autres romans avec cette ideé de rythme. /.../ On peut faire rimer des situations et des personnages comme on fait rimer des mots."(R.Queneau (1950) 1965, p.42).

E ainda Umberto Eco: "Na narrativa, o ritmo não é marcado pelas frases, mas sim por macroproposições mais amplas, por escansões de acontecimentos." (U.Eco (1984), s/d, p.37).

2.5. Este tipo de aproximação do problema do ritmo não tem sido suficientemente posto em relevo no âmbito do estudo dos recursos rítmicos explorados na linguagem literária. O ritmo tem sido encarado, primordialmente, como recurso ligado à poesia([15]). Mesmo nos casos em que foi considerado o ritmo da prosa não se passou muito além de uma análise de como são explorados, na prosa, os recursos rítmicos característicos da poesia. Não vou deter-me na con-

sideração da centralidade do problema do ritmo, processo básico e essencial na definição da literatura e da arte em geral, como tem sido amplamente sublinhado(16); pretendo apenas acentuar que o ritmo narrativo tem uma especificidade que desaconselha a sua genérica inclusão no que é costume designar como ritmo da prosa. Northrop Frye, no último dos quatro ensaios que constituem a sua tão justamente célebre Anatomy of Criticism, trata com profundidade o problema do ritmo, que considera um princípio estrutural de toda a arte (17) e, no caso particular da literatura, um critério básico numa teoria dos géneros literários. Apesar da importância das observações de Northrop Frye sobre o ritmo, que não podem deixar de ser tomadas como base de qualquer reflexão sobre este problema, parece-me difícil aceitar como aplicável à prosa narrativa a afirmação de Frye: "The rythm of prose is continuous, not recurrent/.../."(N. Frye (1957), 1973, p.263).

A distinção, que Northrop Frye propõe, entre um "rythm of recurrence"(essencialmente fónico), característico do que designa como "epos" (ibidem, p.251) e um "rythm of continuity"(essencialmente semântico), característico da prosa (ibidem, p.263 (18)), não prevalece na prosa narrativa, em que há, a meu ver, um ritmo de recorrência na continuidade, um ritmo que não é essencialmente fónico nem exclusivamente semântico.

Na sua Teoria del ritmo de la prosa, Isabel

Paraíso de Leal caracteriza duas espécies de ritmo utilizadas na "prosa artística": o "ritmo linguístico" (efeito produzido pela repetição regular de um elemento fonético no discurso) e o "ritmo de pensamento" (repetição de frases, palavras ou esquemas sintácticos motivada por representações psíquicas recorrentes)(18). Deixo de lado uma necessária crítica ao carácter vago e pouco rigoroso de que enfermam quer as designações quer as definições destes dois tipos de ritmo da prosa. Só me interessa sublinhar, neste momento, o silêncio da autora relativamente a qualquer aspecto que se ligue à recorrência especificamente narrativa, ao que Umberto Eco chama, tão expressivamente, "escansões de acontecimentos". Um silêncio tanto mais de estranhar quanto é certo que fazem parte do corpus analisado na obra textos de prosa narrativa de um autor como Gabriel García Márquez...

Os fenómenos rítmicos considerados por Isabel Paraíso de Leal como característicos da prosa não abrangem a essencialidade rítmica da prosa romanesca. São recursos rítmicos que podem ser, sem dúvida, explorados no romance, mas sempre em conjugação, directa ou indirecta, com a forma de ritmo específica do género romanesco: a recorrência evenemencial inerente à sequencialidade narrativa e sobretudo às formas peculiares de inserção, nessa sequencialidade, das "pausas" descritivas.

A definição de narrativa, a que já antes aludi,

em que Ph.Hammon sugere perspicazmente um desenvolvimento rítmico da produção do sentido, está enquadrada num célebre estudo sobre a descrição e seu papel dinâmico no texto narrativo: "Si le récit peut se définir comme:

a) du sens qui se conserve /.../

b) du sens qui se transforme /.../, la description est donc le lieu où le récit s'arrête, où il se suspend, mais aussi l'endroit indispensable où il se "met en conserve", où il "stocke" son information, où il se noue et redouble/.../". (Ph.Hammon, 1972, p.483).

É também a propósito desta alternância dinâmica entre narração e descrição ("primeiro plano" e "plano de fundo") que podemos encontrar na teoria de H.Weinrich sobre o tempo verbal algumas sugestões relacionáveis com o ritmo narrativo. Weinrich designa como "relevo" ("mise en relief") essa articulação entre planos e "tempo" o efeito rítmico dela resultante: "Comment l'auteur va-t-il distribuer son récit entre arrière plan et premier plan? /.../ Tel s'attardera plus longuement à l'arrière plan, tel autre se maintiendra plus volontiers au premier plan. Le récit en tire son tempo spécifique." (H.Weinrich (1964) 1973, p.117).

"Tempo" é, pois, o termo que utiliza (inspirando-se na terminologia musical) para designar a temporalidade interna da narração. A adopção deste termo permite-lhe distinguir esta noção das noções de tempo ("Zeit") e tempo

verbal ("Tempus") e, distinguindo-as, articulá-las melhor entre si. H.Weinrich põe em causa, em princípio, uma relacionação directa entre o tempo verbal ("Tempus") e o tempo ("Zeit"), isto é, não aceita uma definição linear segundo a qual os tempos verbais têm como única ou principal função exprimir o tempo. Creio ser possível depreender do conjunto da argumentação desenvolvida por H.Weinrich ao longo da sua obra Tempus que a função dos tempos verbais estaria mais ligada com a expressão do "tempo" (ritmo) e que das três dimensões segundo as quais analisa o sistema temporal- atitude de locução, perspectiva de locução e relevo - a terceira seria a mais claramente temporal numa perspectiva textual. "Relevo" é uma designação que não traduz suficientemente o carácter dinâmico desta dimensão, pelo que seria, a meu ver, vantajosamente substituída por ritmo.

Retomei aqui alguns aspectos centrais da teoria de H.Weinrich sobre o tempo no sentido de mostrar que ela pode dar um contributo para a clarificação dos problemas postos pela evolução recente do romance na sua relação com o tempo. A recusa de uma ligação estrutural entre romance e tempo ("Zeit") corresponde uma tomada de consciência do ritmo ("tempo"). Assumindo a importância do ritmo narrativo como dimensão temporal interna do romance, o romancista toma também consciência, por vezes, da importância do tempo verbal ("Tempus"). Robbe-Grillet, por exemplo, proclama que o tempo

deixa de ser dominante na estruturação do romance e afirma que essa tranformação se pode fazer jogando com os tempos verbais: "/.../tout d'abord en jouant sur les temps, evidemment." (A.Robbe-Grillet, 1986, p.73).

Ao recusar o tempo cronológico, o romance fica confrontado com a exploração do tempo interno, do ritmo. Recusando suportes fixos para esse ritmo, experimenta novas possibilidades, novos recursos para produzir uma "configuração temporal". A capacidade de produção romanesca de uma configuração fictiva do tempo permite assim estabelecer uma relação produtiva entre ritmo ("tempo") e tempo ("Zeit").

2.6. A evolução do romance habitualmente caracterizada como "recusa" do tempo é um processo complexo cuja orientação profunda vai no sentido da sua revalorização como forma literária essencialmente temporal. Trata-se de uma "recusa" que se integra claramente no que I.Lotman designa, no âmbito dos processos artísticos usados na poesia, como "processos-menos": "/.../il s'agissait de "procédés-moins", d'un système de refus conséquents et conscients pouvant être ressentis par le lecteur." (I.Lotman (1970), 1973, p.150).

Dando como exemplo o verso livre contemporâneo, Lotman sublinha que ele não é caracterizado pela ausência de

rima, mas pela presença de "rima-menos": a rima mantém nele um papel estruturalmente relevante e artísticamente operante junto do leitor. A recusa consciente de processos artísticos provoca, portanto, "/.../l'impression non de l'absence de "procédés", mais de leur richesse maximale." (I.Lotman (1970) 1973, p.150).

Ressalta a pertinência desta observação de Lotman se a aplicarmos ao problema do tempo no romance. A recusa dos moldes tradicionais de expressão de temporalidade é um índice de consciencialização máxima do tempo como questão central no romance moderno.

Presente também como ausência, como "processo menos", o tempo mantém no romance um papel estruturalmente relevante. Note-se como esse facto se evidencia na seguinte declaração de Robbe-Grillet em que, aparentemente, é afirmado o contrário: "Pourquoi insister ainsi sur le temps? Cela signifie que le temps perd toute son influence structurante et qu'il n'y a plus cette temporalité avec ses normes transmisses par le XIX siècle /.../ avec sa causalité, son irreversibilité et sa continuité. Tout cela va être mis en question par des romans de l'espace où, au contraire, le livre va devenir le monde et où l'idée de représentation va être peu a peu abandonnée." (A.Robbe-Grillet, 1987, p.71) (20).

Ao demonstrar, "insistindo", a sua preocupação fundamental com o tempo, Robbe-Grillet torna evidente que o

tempo não perde a sua influência estruturante no romance. A sua recusa consciente da temporalidade cronológica assume, paradoxalmente, a forma de uma "homenagem" (não consciente) a essa concepção cronológica, já que a considera como a única representação possível do tempo no romance. Robbe-Grillet identifica tempo com cronologia, passando em silêncio total a capacidade de (re)figuração do tempo inerente ao texto de ficção. Socorro-me de uma citação de P.Ricoeur que esclarece bem este aspecto: "Le rejet de la chronologie est une chose; le refus de tout principe substitutif de configuration est une autre /.../. Le temps du roman peut rompre avec le temps réel: c'est la loi même de l'entrée en fiction. Il ne peut pas ne pas le configurer selon de nouvelles normes d'organisation temporelle qui soient encore perçues par le lecteur comme temporelles."(P.Ricoeur, 1984, p.43).

Um idêntico equívoco transparece na parte final da afirmação de Robbe-Grillet, agora no que toca à concepção do romance como obra fechada ("le livre devient le monde") sem relações com o real. O livro torna-se "o mundo", mas isso não quer dizer que consiga "fechar-se": projecta sempre um mundo para fora de si mesmo (ver atrás I,3.4. e III,1.3.). Esse mundo é temporal, cria uma configuração específica do tempo. "Abandonar a ideia de representação" não vai consagrar, assim, uma concepção anti-referencial do romance (ou

da literatura em geral): vai antes redundar numa potencialização da capacidade referencial da linguagem, num enriquecimento da relação produtiva que se estabelece entre a linguagem e o mundo. Diz Gerald Prince, justamente a propósito da transformação do romance: "/.../le rêve d'un langage indépendent de tout réel comme de tout destinataire ressemble étonnamment à... un rêve."(Gerald Prince, 1986, p.63).

O romance continua a ser um texto literário caracterizado essencialmente pela sua capacidade de produzir uma configuração fictiva do tempo, de projectar para fora de si mesmo um mundo temporal. E de o fazer de forma narrativa, isto é, através de uma transformação rítmica do sentido.

O acto de destruição do tempo projectado no desenvolvimento temporal de uma narração que deixa de se submeter às "leis" da cronologia é, em si mesmo, um acto poderoso de construção do tempo.

A afirmação de Georges Jean "Les romans sont toujours des machines à explorer le temps."(G.Jean, 1971, p.49) é sugestiva mas insuficiente. A ficção romanesca não se limita a "explorar" o tempo: tem capacidade de o produzir, de o criar. A querermos manter a imagem do romance como "machine à explorer le temps", seria preciso especificar que essa "exploração" se processa como pesquisa sobre o próprio romance. "Máquina" muito mais sofisticada do que a que

H.G.Wells idealizou (21), o romance "explora" o tempo explorando o próprio "mecanismo" que o produz.

A análise do romance Para Sempre, de Vergílio Ferreira, dar-me-á ocasião de exemplificar a tese, aqui defendida, de que a relação entre romance e tempo, ao ser posta em causa, se intensificou. Romance recente, escrito numa fase tardia do longo percurso teórico e poético de questionação do tempo e da narração que a obra de Vergílio Ferreira representa (ver III,3.), Para Sempre consagra com uma força nova a inseparabilidade, a todos os níveis, entre romance e tempo (ver III,4.1.).

N O T A S

1. Expressão que já fora usada por L.O.Mink, como P.Ricoeur esclarece: "J'emprunte à Louis O.Mink la notion de configurational act - acte configurant - qu'il applique à la compréhension historique et que j'étends à tout le champ de l'intelligence narrative."(P.Ricoeur, 1983, p.103, nota 2).

2. Ver sobretudo, nesta obra, o VII étude, intitulado "Métaphore et Référence" (P.Ricoeur, 1975, pp.273-321).

3. É essencialmente como "metamorfose" da representação temporal que se efectiva a transformação do romance que P.Ricoeur analisa no capítulo de Temps et Récit II intitulado "Les métamorphoses de l'intrigue"(P.Ricoeur, 1984, pp.17-48).

4. Este processo de interiorização do tempo está ligado a outros aspectos fundamentais da técnica romanesca, nomeadamente à focalização ou ponto de vista narrativo, e começou a desenhar-se já no âmbito do romance de tipo tradicional. Talvez possa encontrar-se uma das primeiras manifestações deste processo de transformação no aparecimento do discurso indirecto livre, uma inovação na técnica narrativa, atribuída a La Fontaine, que vai revelar-se extremamente "subversiva" não só em relação à univocidade do ponto de vista narrativo

como também à submissão do romance a uma temporalidade exterior, cronológica.

5. H.Meyerhoff cita Wyndham Lewis como tendo sido o primeiro a assinalar, na obra Time and the Western Man (New York, Harcourt, 1928) essa obsessão da literatura moderna, que Meyerhoff corrobora anotando: "dificilmente se encontra na literatura recente uma figura importante que não tenha levantado o problema do tempo e a sua relação com o homem; o tema reaparece tão frequentemente que só os títulos referindo-se a "tempo" chegam, penso eu, a centenas ou milhares." (H.Meyerhoff (1974) 1976, p.3).

6. A tentativa de destruição de uma representação temporal correspondeu, em alguma medida, a um "empobrecimento" narrativo que o público e alguma crítica costumam verberar, pondo em contraste esse "empobrecimento" do romance europeu com a vitalidade do romance sul-americano. P.Ramírez Molas, num estudo dedicado ao enfoque da temporalidade em alguns romancistas hispano-americanos considera que a busca de novas formas de problematização do tempo constitui "un elemento decisivo para la energia renovadora de la literatura hispanoamericana actual"(P.Ramírez Molas, 1978, p.20).

7. Dou como exemplo um dos mais notáveis romances desta escola - La Modification, de M.Butor - em que constitui uma solução genial a exploração do espaço móvel que é o compartimento do combóio. Espaço fechado que se move no espaço/tempo e cuja descrição exaustiva e fechada no presente só ganha sentido na medida em que se abre narrativamente para o passado e para o futuro.

8. Conta-Corrente 3, p.413.

9. Ver Henríquez Ureña, 1935.

10. Vergílio Ferreira, num passo de Conta-Corrente, compara explicitamente esses cânones narrativos com a metrificação: "É como um esquema de metrificação, com as sílabas e os acentos numa disposição fixa e que podem depois preencher-se com qualquer espécie de palavras." (Conta-Corrente 3, p.413).

11. Embora se integrem num contexto de argumentação diferente do presente e visem essencialmente problemas postos pela análise rítmica de micro-unidades, parece-me importante lembrar aqui algumas reflexões feitas por Vera Lúcia Vouga num sugestivo artigo sobre "Saltimbancos" de Almada Negreiros. Referindo-se a "uma oralidade residual, componente que permanece em toda a leitura silenciosa", especifica: "Se /.../ ouvir é, de algum modo, pronunciar, ler incorpora a projecção de ambas as experiências. Projecção completada por uma outra, ardentemente defendida e posta em causa: a da respiração. De facto, mesmo fazendo dele uma leitura interior, "Saltimbancos" cansa porque não tem pausas onde se respire física e mentalmente."(Vera Lúcia Vouga, 1987, p.286).

Aproveito esta referência para expressar o meu agradecimento a Vera Lúcia Vouga por ter posto à minha disposição a sua vasta bibliografia sobre o ritmo e sobretudo pelas muitas sugestões que colhi nas frequentes conversas em que pudemos compartilhar e discutir as nossas reflexões e preocupações (convergentes, apesar de diversamente motivadas) sobre os problemas do ritmo.

12. J.Ricardou define velocidade da narração como o resultado das relações que se estabelecem entre o que designa como tempo da narração e tempo de ficção (ver "Temps de la narra-

tion, temps de le fiction" in J.Ricardou, 1967, pp.161-170). G.Genette, alterando ligeiramente a terminologia (substitui "ficção" por "história" ou "diegese"), propõe uma definição de velocidade muito próxima da de Ricardou: "/.../ la vitesse du récit se définira par le rappoirt entre une durée, celle de l'histoire, mesurée en secondes, minutes, heures, jours, mois et années et une longueur: celle du texte, mesurée en lignes et pages." (G.Genette, 1972, p.123).

13. Ver a obra de Pierre Janet, já referida em capítulos anteriores, sobre a evolução da memória e da noção de tempo (P.Janet, 1929).

14. É sugestivo pôr em confronto esta definição de Ph.Hammon com a seguinte afirmação de Y.Lotman acerca da rima e da arte em geral: "La rime s'insère dans une formule tout à fait fondamentale pour l'art en général, "le même et simultanément pas le même"."(I.Lotman (1970) 1973, p.188). No caso da rima, no entanto, esta transformação rítmica não afecta tão directamente o sentido como no caso da narrativa. Ph.Hammon revela ter consciência dessa diferença fundamental quando, num outro artigo, opõe a narração à poesia: "Au contraire de l'énoncé poétique, énoncé essentiellement "stationnaire" selon le mot de Valéry /.../ qui peut eventuellement jouer sur la seule surface (calligramme) ou sur le seule répétition d'éléments identiques, un récit consomme et transforme du sens." (Ph. Hammon, 1971, p.35; sublinhado por mim).

15. É a respeito do texto poético que o ritmo é referido na Teoria da Literatura de V. Aguiar e Silva, mas o autor anota que se trata de um processo a incluir entre os que são "/.../ocorrentes também, embora em grau diverso, nos textos literários em geral."(V. Aguiar e Silva, 1982, p.559).

16. Cf. sobretudo Y. Lotman (1970), 1973, passim; N. Frye (1957), 1973, 243 e segs.; H. Meschonnic, 1982. Nesta obra de Meschonnic, o ritmo é encarado não apenas como fenómeno literário mas como fenómeno linguístico e, em geral, cognitivo.

17. Cf. "Metre is an aspect of recurrence, and the two words for recurrence, rythme and pattern, show that recurrence is a structural principle of all art, wether temporal or spatial in its primary impact." (N. Frye (1957), 1973, p.251).

18. Cf. "/.../ the semantic rythm of sense, or what is generally felt to be the prose rythm."(ibidem, p.263).

19. Ver Isabel Paraíso de Leal, 1976, pp.42-43.

20. Sublinhado por mim.

21. A seguinte observação de J.Ricardou sobre o romance de Wells (The Time Machine), embora integrada num contexto diferente, não deixa de ser aqui oportuna: "Si le roman de Wells pratique à l'évidence le rapprochement de deux présents fantastiquement éloignés, La Machine à explorer le temps ne relève par elle-même que d'une gratuité irrécusable./.../ Si les détails mécaniques assemblés par Wells importunent, si, à ce niveau du moins, la machine ne fonctionne pas, c'est que le ransfert temporel n'est aucunement inscrit dans le fonctionnement du texte." (J.Ricardou, 1967, p.134).

C A P Í T U L O 3

- UM PERCURSO TEÓRICO E POÉTICO DE QUESTIONAÇÃO DO TEMPO E DA NARRAÇÃO: O DE VERGÍLIO FERREIRA -

"La littérature survivra comme le lieu où la pensée théorique et les fictions auront, comme disait le poète, "une peau commune"."

(Georges Jean, Le Roman)

"El contar, en cuanto arte, siempre trata en alguna medida de sí mismo."

(Graciela Reyes, Polifonía Textual)

CAP.3 - Um percurso teórico e poético de questionação do tempo e da narração: o de Vergílio Ferreira.

3.1. A obra de Vergílio Ferreira, no seu conjunto - romances, contos, ensaios poéticos, ensaios críticos, diário, - constitui um testemunho, na literatura portuguesa actual, de uma vivência total (e totalizadora) do que costuma ser designado como "crise" do romance e que é, afinal, de acordo com Bakhtine, a sua condição habitual, a sua natureza, o que o especifica como género:"Le roman est donc, dès le commencement, pétri dans une autre pâte que celle des genres achevés. Il est d'une nature différente. /.../ C'est pourquoi, une fois né, il ne pouvait devenir simplement un genre parmi les genres, ni établir avec eux des relations mutuelles d'une coexistence pacifique et harmonieuse /.../. C'est un

genre qui eternellement se cherche, s'analyse, reconsidère toutes ses formes acquises." (M.Bakhtine, (1975) 1978, p.472).

Num momento em que se radicalizou, se agudizou, o assumir da natureza do romance como busca de si próprio, da sua essencialidade, a obra de Vergílio Ferreira é um exemplo eloquente de como um romancista pode interiorizar e encarnar o próprio destino do romance e pensá-lo/senti-lo em paralelo com o destino do Homem.

A experiência dolorosa do romancista que se interroga sobre a viabilidade de uma prática linguística milenária como é a narração é um aspecto particular da questionação global da linguagem - uma evidência que se tornou a questão filosófica-limite da nossa época. Essa experiência chega-nos por várias formas, na extensa obra de Vergílio Ferreira:

- vivida, nos seus romances e ensaios poéticos;
- analisada e estudada, nos seus ensaios críticos;
- narrada no seu diário, Conta-Corrente (¹).

São formas diferentes de que se reveste uma mesma atitude, que é constante: a atitude de procura, de interrogação, de pesquisa, que constitui um traço vigorosamente definidor da obra vergiliana. Pesquisa existencial, pesquisa estética, pesquisa metafísica, pesquisa formal,

convergem numa interrogação fundamental sobre a linguagem e o Homem. O Homem que só na linguagem e pela linguagem se define: "Uma consciência só se exerce, só realmente existe, se encarnada na palavra. Assim, pois, a palavra é a expressão definitiva do homem." (Invocação ao meu Corpo, p. 290).

Num artigo que dediquei à análise da convergência entre "conhecer poético" e teoria da linguagem, propus uma interpretação global da obra de Vergílio Ferreira como indagação sobre a linguagem, como "pesquisa da Palavra pela via do conhecer poético e pela via da reflexão que desse conhecer poético emana sem chegar nunca a dele se separar." (F.I.Fonseca, 1986, p.29). Ao sublinhar o lugar que ocupa na obra de Vergílio Ferreira a reflexão - implícita e explícita - sobre a linguagem, ao reconhecer nessa obra uma problemática central que se insere no domínio da Filosofia da Linguagem, não tive a intenção de privilegiar, em Vergílio Ferreira, o ensaísta relativamente ao romancista. Pelo contrário: foi essencialmente nos seus romances - e em Invocação ao Meu Corpo, que se chama "ensaio" apenas porque não foi ainda possível encontrar outra designação para o "género" a que pertence uma obra tão inovadora (2) - que encontrei intuições e formulações sobre a linguagem dotadas de um rigor teórico (inseparável, aliás, de um rigor poético) que me permitiram confrontá-las com formulações (às vezes quase literalmente coincidentes) de um linguista da craveira

de E.Benveniste.

É como romancista que Vergílio Ferreira se descobre empenhado nesse "problema grave (o único)" de compreender o que é a linguagem: "O estruturalismo pôs-me o problema grave (o único) da significação da linguagem. Como é que os romancistas se não preocupam com esta coisa tremenda que é o alcance da palavra com que escrevem?"(Conta-Corrente 1, p.27). Apesar de só ter explicitado para si próprio a importância desta questão aquando do seu embate polémico - de índole filosófica - com o estruturalismo (3), não é primordialmente enquanto filósofo que se preocupa com a linguagem (aliás, em Vergílio Ferreira o filósofo é inseparável do poeta e do narrador). A presença na sua obra de uma indagação sobre a linguagem é intrínseca e antiga e liga-se à sua condição de romancista. É essencialmente como narrador que Vergílio Ferreira se confronta com o problema da linguagem, o equaciona e tenta resolver. A progressiva explicitação deste problema nos seus romances surge a par com uma progressiva questionação da possibilidade de narrar. E por isso são as categorias linguísticas mais directamente implicadas na narração - o tempo e a pessoa - aquelas sobre que mais frequentemente (e mais agudamente) reflecte (4).

A teorização sobre a linguagem que se lê em filigrana nos romances e nos ensaios de Vergílio Ferreira é, sem dúvida, um dos reflexos da densidade filosófica que

caracteriza a totalidade da sua obra. Mas reflecte ainda mais directamente, creio, uma vigorosa natureza de narrador que se auto-questiona. Vergílio Ferreira é, antes de mais, um romancista que indaga, até às últimas consequências, as implicações linguístico-filosóficas da sua condição de narrador. Vou centrar-me essencialmente na sua indagação sobre o tempo.

3.2. "Um tempo de pesquisa" é o título do capítulo dedicado a Vergílio Ferreira num estudo fundamental de Maria Alzira Seixo sobre a expressão do tempo no romance português contemporâneo (⁸). A análise dos romances de Vergílio Ferreira publicados até à data desse estudo (⁸) permite à autora surpreender uma "evolução intensiva" da pesquisa sobre a questão do tempo: "é sub-repticiamente que o problema da expressão do tempo vai germinando nas obras da primeira fase para invadir como intenção e como forma todas as últimas publicações do género. Assim, a sua obra interessa-nos pelo que denuncia de uma progressiva consciencialização do problema /.../ e pela realização que dele nos apresenta no sentido de evolução intensiva."(M. A. Seixo, (1968), 1987, p. 116).

Está aqui sugerida a complementaridade, na obra de Vergílio Ferreira, entre a presença do tempo ao nível

temático e ao nível de construção formal da narrativa que mais adiante a Autora explicita ao constatar: "/.../uma transição na produção romanesca de Vergílio Ferreira no sentido de uma orientação ditada pela problemática do tempo tanto no aspecto do conteúdo (em que se integra como elemento constitutivo) como no da forma (em que desempenha um papel condicionador e determinante)."(ibidem, p.117).

Uma complementaridade que se desenvolve e resolve, a meu ver, numa fusão que neutraliza e compromete esta separação entre conteúdo e forma. A presença do tempo na obra romanesca de Vergílio Ferreira releva da noção que H.Meschonnic designa como "forme-sens" (ver atrás III,2.2.). Este conceito proposto por H.Meschonnic tem largas implicações no âmbito da definição da especificidade do texto poético e permite superar a oposição entre forma e conteúdo sacralizada nas "explications de textes" tradicionais e conservada, com alguma modernização de circunstância, pela "estilística literária": "Seule une conception de l'euvre comme écriture, non ornement, peut se garder du vieux dualisme du "fond" et de la "forme", et montrer l'oeuvre comme forme-sens." (H.Meschonnic, 1970, p.20) isto é, "/.../montrer comment, à tous les niveaux et dans tous le sens, une oeuvre est l'homogénéité du dire et du vivre."(ibidem, p.27).

Homogeneidade do dizer e do viver: no caso da representação temporal inerente à obra de Vergílio Ferreira,

homogeneidade entre dizer o tempo (= narrar) e viver o tempo (= sentir/pensar o tempo como problema existencial).

Temática existencial e técnica narrativa fundem-se numa mesma indagação sobre o tempo enquadrada numa ampla pesquisa teórica sobre o homem e a linguagem. Vergílio Ferreira faz uma síntese original e produtiva entre as preocupações fundamentais do romance existencialista e do novo romance (7), juntando-as numa só questionação, numa só pesquisa.

Mas a atitude de pesquisa não tem, em Vergílio Ferreira, a conotação de "experimentação", de "técnica laboratorial" que o termo adquire quando identificado com a atitude programática do "novo romance". É sempre uma pesquisa que se assume como problematização: "Uma opção se me impunha entre a "descrição" do real (do mundo e do homem) e a sua "problematização". Descrever, todavia, relevava-me de uma boa consciência e assim o próprio "novo romance", no seu estrito descritivismo, sugeria-me uma profunda questionação." (Um escritor apresenta-se, p.200) (8).

O contacto com o "novo romance" ajuda Vergílio Ferreira a tomar consciência de uma necessidade de renovação do processo de montagem do romance. Mas as inovações que, "ao encorajamento do novo romance"(9), foi introduzindo na sua técnica romanesca decorrem de uma necessidade interna, inseparável da temática fundamental da sua obra, não são

nunca meras inovações formais. A influência externa é incorporada numa exigência interna: "Se no N.R. me agradou o aspecto da estruturação do romance foi porque já precisava dele /.../. É muito fácil inovar-se nos processos. O que é difícil é que tal inovação seja necessária e opere por força de uma natural consequência, brote de dentro para fora." (ibidem, p. 232).

O eco que tem em Vergílio Ferreira a sublevação da técnica romanesca proposta pelo "novo romance", a "profunda questionação" que lhe sugere, relevam sobretudo, a meu ver, da questão do tempo. Na sua crescente sensibilização á problemática do tempo, Vergílio Ferreira não pode ter deixado de intuir (mesmo sem o explicitar) que à recusa e destruição da temporalidade clássica assumidas pelo "novo romance" correspondia uma intensificação da consciência da questão do tempo no romance (ver atrás III,2.6.). O que convergia com a importância que essa questão vinha assumindo na sua obra, como é já bem claro em Aparição.

Contrariamente à opinião do próprio Vergílio Ferreira, que aponta Estrela Polar (1962) como o primeiro dos seus romances em que se abalança a introduzir inovações na estrutura temporal da narração (10), sustento, e tentarei prová-lo a seguir, que é Aparição (1959) o marco fundamental de uma viragem na forma de encarar a questão do tempo e suas implicações na técnica narrativa.

3.3. Em Aparição surge pela primeira vez, na obra vergiliana, uma teorização explícita sobre o tempo e a linguagem, facto que coincide com a introdução de inovações na estrutura formal da narração. Coincidência significativa. E decisiva, já que vai permanecer em todos os romances posteriores do autor a "fórmula narrativa" inaugurada em Aparição: uma narração-evocação protagonizada por um narrador autodiegético que institui a sua memória como temporalidade. A situação presente do narrador - sempre caracterizada pelo isolamento, pelo silêncio e por uma temporalidade neutra- propicia uma abertura temporal para um passado que é incorporado no presente. Os dois planos temporais - o do aqui-agora e o do lá-então - cruzam-se e misturam-se constantemente, porque o narrador-personagem conta, avalia e (re)cria, trazendo-os ao presente, factos do seu passado. A memória assume-se como (re)criação emotiva, esbatem-se as fronteiras entre evocação e ficção:

> "O que me seduz no passado não é o presente que foi - é o presente que não é nunca."
> (Aparição, p. 135).

O plano temporal do lá-então é assumido e explorado no seu duplo sentido temporal e modal de plano

"inactual" (ver, atrás, II,2.).

A partir de Aparição, a questão do tempo liga-se à da forma do romance, condiciona essa forma, denotando a consciência da impossibilidade de separar, na reflexão sobre a linguagem, a teorização sobre o tempo da teorização sobre a narração. A presença do tempo na obra de Vergílio Ferreira muda qualitativamente, com Aparição. Num dos seus romances anteriores - Mudança (1949) - é já bem claro que o tempo é o tema e, no entanto, Mudança é um romance construído segundo moldes mais tradicionais (11). A "mudança" que este romance reconhecidamente representa na evolução da obra vergiliana circunscreve-se ao âmbito temático (transição de uma temática neo-realista para uma temática existencial). Ao âmbito temático se circunscreve também a importância que nele assume o tempo: "A única e obsessiva personagem de Mudança, como a epígrafe camoniana do romance o sublinha, é o Tempo /.../." (E.Lourenço, 1969, p.XXVI). O tempo concebido como força externa ao homem e que o domina; o tempo que passa e deixa como rasto uma inexorável mudança. Radicalmente diferente é a concepção de tempo explicitada em Aparição:

> "O Tempo não passa por mim: é de mim que ele parte." (p.255).

É o tempo linguístico, díctico, instituído pelo sujeito falante no acto de enunciação, isto é, no acto de

"dizer eu":

> "...ela diz "eu" e quando diz "eu" é uma força enorme /.../" (p.253) (12).

Inegável a inserção potencial desta concepção de tempo numa "teoria da enunciação" e a sua convergência ("avant la lettre") com as posições teóricas de Benveniste sobre o tempo linguístico(13). Esta alusão à força da enunciação, geradora do tempo, precede, nas páginas finais de Aparição, uma reflexão sobre o tempo, cheia de ressonâncias agostinianas, em que a "realidade" do tempo é circunscrita ao presente (ao "Instante perfeito da totalidade presente." (p.254)):

> "Mas o tempo não existe senão no instante em que estou. Que me é todo o passado senão o que posso ver nele do que me sinto, me sonho, me alegro ou me sucumbo? Que me é todo o futuro senão o agora que me projecto? /.../ a vida do homem é cada instante-eternidade onde tudo se reabsorve, que não cresce nem envelhece - centro de irradiação para o sem fim de outrora e de amanhã." (pp.254-255) (14).

A recusa de um tempo exterior ao sujeito falante implica uma rejeição dos moldes da construção temporal do romance de tipo tradicional e nomeadamente do estatuto do narrador "omnisciente". Em Aparição, com efeito, há manifes-

tações claras da procura de uma nova "fórmula narrativa", como já antes referi. A narração é assumida por um "eu" e temporalmente ancorada num presente que se ramifica, abrindo-se para o passado através da memória:

> "Sento-me aqui nesta sala vazia e relembro." (p.11).

É esta a primeira frase do romance. Será repetida, ipsis verbis, no final (p.254): a ancoragem num aqui-agora está marcada, de forma redundante, pela sobreposição de índices ostensivos - 1ª pessoa, presente verbal, "aqui", "esta". O início e o final do romance distinguem-se também pelo tipo de letra - o itálico - como marca suplementar que os pretende separar da narração propriamente dita que começa no I capítulo:

> "Pelas nove da manhã desse dia de Setembro cheguei enfim à estação de Évora."(p.15).

Contrariamente ao que se verificara com o aqui e o agora, cuja identificação é omissa, o lá e o então são inequivocamente situados, desde a primeira frase. Com poucas excepções - recordações mais antigas ligadas à aldeia, à casa paterna - o plano do lá-então circunscreve-se a um mesmo lugar - Évora - e a um mesmo período de tempo - o ano lectivo durante o qual o narrador, Alberto, aí iniciou a sua actividade como professor do Liceu. O desenvolvimento temporal

é linear e saturado de informações temporais, marcos de referência quase sempre ligados ao desenrolar do ano escolar: início do trabalho no Liceu, férias do Natal, férias da Páscoa, férias de "ponto", exames, fim do ano lectivo. Não há omissões nem infracções nesta cronologia; a subversão manifesta-se nas incursões frequentes, no plano do lá-então, do plano do aqui-agora:

> "Ana perguntou-me:
> - Por que é você tão pantomineiro?
> Onde conversávamos nós, Ana? /.../ Pergunto-o agora diante de outro fogão, aqui, na velha casa, aberto de limiar."(p.94) (16).

Recorrendo à noção de "agressão temporal" que J.Ricardou utiliza para referir a "invasão" do presente por um passado que luta para se tornar presente (16), é possível afirmar que em Aparição as agressões temporais são mútuas: o aqui-agora, "invadido" e aparentemente vencido pelo lá-então, revela, em repetidas "agressões", a sua presença actuante.

Anuncia-se em Aparição a função hegemónica do presente que irá desenvolver-se nos romances posteriores e que é a consequência natural, no âmbito da técnica narrativa, da concepção linguistico-filosófica de tempo que Vergílio Ferreira explicita no final deste romance, como vimos, e retoma em ensaios posteriores (17). O presente absorve e modaliza o passado(18): é o presente que faz existir o

passado, é o presente que dá o "tom" e a matéria à narração. Os factos narrados não se situam no presente, mas situa-se no presente a emoção que os (re)cria (ver adiante III,3.4.).

As "agressões temporais" que pontualmente o plano do aqui-agora faz ao plano do lá-então denotam que em Aparição há ainda um esforço para manter distintos os dois planos temporais que se cruzam no romance. Mas revela também uma tensão entre eles que resiste à distinção e que vai evoluir para uma fusão: o passado só existe, só se revela, quando possuído pelo presente:

> "/.../o que me excita a escrever é o desejo de me esclarecer na posse disto que conto, o desejo de perseguir o alarme que me violentou e ver-me através dele e vê-lo de novo em mim, revelá-lo na própria posse /.../". (p.181).

Deixa de ser possível a "coexistência pacífica" entre dois planos temporais, lado a lado, identificados pelo tipo de letra (itálico e redondo), que se verificava em romances anteriores (19). Em Aparição é ainda usado esse artifício gráfico, mas só "funciona" no início do romance. Ao longo da narração do passado (tipo redondo) as incursões do presente nunca são marcadas com o itálico. E no fim do romance, quando volta a ser usado o itálico, isso não assinala um regresso ao plano temporal a que se referia o

itálico inicial. Assinala antes a transição para uma espécie de epílogo:

> "Sim, vou-me embora. Houve um concurso para Faro e fui classificado. Voltarei, decerto, para o julgamento /.../." (p.249).

O marco de referência não é o mesmo aqui-agora que o narrador-personagem instituíra no começo do romance. O aqui implícito como marco referencial de "vou-me embora" e "voltarei" só pode ser Évora; e o agora só pode ser o ano lectivo que Alberto passou em Évora. Este aqui-agora identifica-se, pois, com o lá-então do início da narração (em tipo redondo). A utilização do artifício gráfico no final do romance não se mantém coerente com a "regra" pressuposta pelo seu uso inicial (e pelo seu uso em romances anteriores de Vergílio Ferreira). Isto revela que o próprio "código" de construção temporal da narrativa inicialmente previsto se foi transformando ao longo da escrita do romance. Uma transformação que, comprometendo a distinção entre os dois planos temporais, tornou inutilizável - inútil - o artifício gráfico que servia tal distinção (a prova disso é que não voltou a ser usado em nenhum dos romances de Vergílio Ferreira posteriores a Aparição).

Mas as frequentes incursões "agressivas" do plano do aqui-agora no do lá-então vão evoluir no sentido de uma "agressão" muito mais subversiva em relação às regras

clássicas do código romanesco, porque se vão revelar cada vez mais nitidamente como incursões rebeldes de um outro aqui-agora: o da própria escrita do romance. Ao longo da escrita de uma história (uma história contada, aliás, de forma coerente, sem infracções visíveis aos cânones narrativos) desenha-se subtil mas inequivocamente a história de uma escrita [20] - a história de uma longa escrita nocturna.

A situação da escrita do romance vai-se revelando, vai-se denunciando a si própria numa "mise en abyme" [21] muito subtil, que passa quase despercebida [22]. A univocidade da situação a que se reporta o plano temporal do aqui-agora, situação definida, no início e no fim do romance, como inalterável:

> "Sento-me nesta sala vazia e relembro. Uma lua quente de verão entra pela varanda /.../" (p.11 e p.254)

vai ser minada internamente. Mantém-se constante a situação de vigília nocturna, mas é perceptível, desde a primeira incursão deste plano do aqui-agora no plano do lá-então, uma alteração da situação inicial:

> "Escrevo à luz mortal deste silêncio lunar, batido pelas vozes do vento, no casarão vazio." (p.25)[23].

"Relembro" é substituido por "escrevo" e há, sobretudo, uma dissonância entre "batido pelas vozes do vento" e a referên-

cia anterior à "noite de verão". Fica no ar uma sugestão de "inverno" que se avoluma algumas páginas depois, quando de novo irrompe o plano do aqui-agora:

> "Sofia. À luz do meu inverno, eis que te lembro no teu corpo esguio." (p.32).

Subsiste ainda uma dúvida - "meu inverno" poderia ser apenas uma metáfora - mas nas referências seguintes a dúvida desaparece: trata-se realmente de uma noite de inverno e não de uma noite de verão:

> "Eu te escuto aqui, entre os brados deste vento de inverno" (p.40);
>
> "Eis-me aqui escrevendo pela noite fora, devastado de inverno." (p.47).

O narrador não está junto da varanda, está diante do lume de um fogão de sala:

> "Pergunto-me agora diante de outro fogão, aqui, na velha casa /.../." (p.94);
>
> "...um lume discreto com uma breve presença. Não como este diante do qual escrevo, aqui, na velha casa." (p.105).

É uma noite de inverno. E as repetidas referências sugerem uma noite enorme, excepcionalmente longa. Sugestão confirmada pouco depois pelo narrador:

> "...eu o afirmo, apesar da ameaça desta noite longa e deste vento que estala na

chaminé." (p.116);

"Eu to pergunto desde a minha noite longa." (p.152).

Depois de se alongar, a noite pluraliza-se:

"Nestas noites de vigília ressoam-me à memória as horas das igrejas /.../. " (p.165);

"O que me arrasta ao longo destas noites /.../? Escrevo para ser, escrevo para segurar nas minhas mãos inábeis o que fulgurou e morreu." (p.181).

O assumir da pluralidade das noites é acompanhado por um assumir mais claro do acto da escrita:

"...a caneta com que vou escrevendo." (p.182);

"Eis-me escrevendo como um louco, aos tropeções nas palavras, enrodilhado, contraditório talvez /.../." (p.183).

O vento de inverno deu lugar ao "luar verde de Março", as repetidas noites de escrita são sentidas como uma só "noite infinita":

"O luar verde de Março sobe no horizonte da minha noite de vigília, esta noite infinita em que escrevo." (p.183);

"Eu te ouço ainda agora, Cristina, gelado à lua verde deste Março." (p.193).

Mais adiante já se trata de uma noite de Abril:

> "Porque o conto agora, nesta noite de Abril? A Páscoa vem aí como outrora /.../." (p.221).

E por fim de uma noite de verão:

> "E agora que tudo findou, eu a ouço ainda aqui, nesta noite de verão." (pp.238-239).

As informações relativas às estações do ano, aos meses, ao estado do tempo, que, como se vê, são abundantes nestas referências ao aqui-agora da escrita, abundam igualmente no plano do lá-então, da narração propriamente dita. E há uma coincidência (?) curiosa: os dois planos temporais seguem sempre a par nesse percurso ao longo de alguns meses, entre o inverno e o verão. Quando, durante as noites de escrita, há frio, vento e o lume de um fogão de sala, há também frio, inverno e lume aceso em Évora, no enquadramento dos factos que estão a ser narrados. Quando nas noites de vigília surge o "luar verde de Março" os acontecimentos contados passam-se na época do Carnaval. A referência à "noite de Abril" coincide com a narração do que sucedeu nas férias da Páscoa. E assim por diante.

Separados no tempo, um no presente e outro no passado, os dois planos temporais mergulham num mesmo tempo atmosférico, reflectindo, em simultaneidade, um determinado

desenrolar do percurso cíclico anual. Este facto estabelece um elo de ligação entre os dois planos, ajuda a criar entre eles uma rede de ambígua cumplicidade que se avoluma na última das referências que o narrador faz à sua escrita nocturna:

> "Noite de S.João, noite cálida de bruxas e de sonhos. Para lá da mesa em que escrevo, para lá da janela aberta, clarões de fogueiras /.../". (p.244).

Noite de verão, noite de S.João: o narrador escreve diante da janela aberta e o que está a contar passa-se justamente na noite de S.João, em Évora. A diegese está a chegar à sua conclusão. A escrita do romance também: de acordo com a data que, algumas páginas depois, figura no final do romance (como é usual em todas as obras de Vergílio Ferreira) - "Évora, 30 de Junho de 1959" (p.255) - a escrita do romance terminou seis dias depois da noite de S.João. E em Évora.

O percurso ordenado (24) das sucessivas referências ao aqui-agora do narrador permite concluir que há em Aparição uma ambiguidade inerente à sobreposição entre a situação fictícia do narrador-personagem e a situação real do narrador-autor. A ambiguidade não resulta de uma deficiente caracterização da situação fictícia do narrador-personagem. O leitor sabe que Alberto evoca (invoca) o que se passou em

Évora vários anos mais tarde ("Um ano e outro ano e outros anos /.../. Casei, adoeci, retirei-me do ensino." (p.253)), no isolamento de uma casa deserta, longe de Évora (há referências a uma montanha e Évora é na planície). Mas este esforço para salvaguardar a verosimilhança pela caracterização da situação que, na diegese, funciona como plano do presente, não é suficiente para obstar à intromissão da situação real da escrita do romance.

A presença desta situação (estranha à diegese e atentatória da sua autonomia) funciona como um elemento perturbador da convenção romanesca, como "sabotagem" temporal, como subversão. O "acto simples da criação romanesca que imita ou deve imitar a espontaneidade da natureza"(Espaço do Invisível I, p.265) [25] deixou de ser possível. A escrita do romance denuncia-se, esboça-se a "prise de conscience du récit par lui-même" (J.Ricardou, 1967, p.182). O acto de narrar reflecte-se a si próprio nesse processo simultaneamente paralisante e fecundo que será emblemático do "novo romance".

Não pode haver dúvida de que é Vergílio Ferreira, como anotou Eduardo Lourenço, "o primeiro dos nossos escritores a pisar o limiar temível da má consciência romanesca." (E.Lourenço, 1969, p.XII). O primeiro também a pôr em causa a temporalidade clássica e a assumir a questionação do tempo como fundamental no romance.

3.4. Creio ter podido mostrar que é sob o forte impacto da nova forma de conceber o tempo explicitada em Aparição que se opera a fusão, na obra de Vergílio Ferreira, entre teorização filosófica e teorização do romance, entre a pesquisa existencial e a pesquisa sobre a narração e a criação romanesca (26).

Em paralelo com o desenvolvimento desta questionação linguistico-filosófica não parará de crescer, na obra posterior de Vergílio Ferreira, uma tensão entre o desejo de narrar, de criar ficção, e a progressiva problematização que lhe paralisa o gesto espontâneo de contar (27). Uma tensão que desencadeia a procura explícita de novas soluções para a escrita romanesca, a procura da essencialidade do romance: "Não, um romance não se destina a "contar"- destina-se a "presentificar"." (Conta-Corrente 3, p.410).

Vergílio Ferreira opõe presentificar a contar, negando que a "narração" seja essencial ao romance. Consequência directa de uma concepção do tempo como circunscrito ao presente, a técnica que designa como presentificação é considerada por Vergílio Ferreira como um progresso irreversível: "Acho infantil, atrasado, o romance que conta uma "história". Insuportável. /.../ Não "contar", mas "presenti-

ficar" uma situação." (Conta-Corrente 1, p.165). É esta a primeira referência, ao longo das frequentes reflexões sobre a técnica romanesca que surgem em Conta-Corrente, à oposição entre contar e presentificar, que será retomada várias vezes nos volumes seguintes do diário. Os comentários que sempre enquadram e desenvolvem esta oposição apontam no sentido da desnarrativização do romance: "contar" é considerado impróprio de um romancista - "Contar histórias é para as avozinhas." (Conta-Corrente 2, p.156).

A utilização do presente verbal, generalizada no "novo romance", é um índice formal da recusa consciente do efeito de verosimilhança obtido pela localização dos acontecimentos no passado. O romancista deixa de estar empenhado em fazer acreditar na "verdade" daquilo que conta. Os tempos do passado - nomeadamente o "passé simple", no caso do francês - são usados pelo romancista "inocente" (isto é, que aceita as convenções que salvaguardam a "inocência" como artifício necessário). O presente é o tempo verbal escolhido pelo romancista "não inocente" (28). Note-se como esta distinção está implícita na seguinte "confissão" de Robbe-Grillet: "Le seul de mes romans où j'ai employé le passé simple c'est Le Voyeur et ceci pour une raison très particulière, c'est que le narrateur ment: il cherche à constituer son itinéraire comme innocent, alors que cet itinéraire est probablement criminel, et pour cette raison il

choisit de se raconter lui-même au passé simple, en somme pour s'innocenter." (A.Robbe-Grillet, 1986, p.73).

O sublinhar da importância do presente como ligada à desnarrativização do romance e à "perda de inocência" do romancista, atestam a convergência entre a argumentação de Vergílio Ferreira e a do "novo romance". Mas há uma diferença sensível que ressalta à simples análise da escolha do termo "presentificar". Dificilmente se aceitaria esta designação para referir a preponderância do presente no "novo romance": seria muito mais adequado usar um outro verbo formado a partir de "presente" - apresentar.

Vale a pena, creio, atentar no processo de formação do neologismo "presentificar" (²⁹). Trata-se de um processo de derivação corrente em português (cf. "intensificar", "santificar", "fluidificar", etc.) em que a partir de um adjectivo e por meio de um sufixo de valor aspectual se obtém um lexema verbal com significação aspectual de natureza causativa: "presentificar" pode glosar-se como "fazer com que se torne presente". Ora só é possível "tornar presente" o que não é (está) presente: o que é (está) presente não se "presentifica", "apresenta-se". "Apresentar" pressupõe uma compresença, tem carácter ostensivo (³⁰). "Presentificar "pressupõe uma ausência, um não-presente que se quer trazer ao presente. É habitual a utilização do verbo "evocar" para designar este processo de emergência de um não-presente no

presente. "Evocar" e "presentificar" não são, no entanto, sinónimos: há em "presentificar" o traço aspectual causativo que falta, ou está já muito diluído, no conteúdo semântico de "evocar".

Ao escolher e insistir no termo "presentificar" para caracterizar os objectivos da sua técnica romanesca, Vergílio Ferreira revela ter consciência da importância relativa do passado e do presente, nos seus romances. A "matéria" é o passado, apresentam-se como romances da memória, da memória releva a sua temporalidade. Mas é o presente o centro de irradiação narrativa (e emotiva): é a emoção presente que provoca a emergência do passado e que, em última análise, faz existir esse passado. "Presentificar" não é apenas evocar, é também invocar. O presente não se limita a deixar-se passivamente invadir pelo passado, como em Proust (31). É o presente que chama (invoca) o passado, modalizando-o, incorporando-o:

> "Assim o próprio presente pode ter a voz do passado, vibrar com ele à obscuridade de nós." (Aparição, p.76);
>
> "Não acontece no tempo, o passado. Vibrante agora, no presente, como estrela fixa no escuro, cintilando." (Signo Sinal, p.45).

Só o presente existe. Mas não se trata de um presente que se esgota em si mesmo, que, como no "novo

romance", se torna espaço destemporalizado. É muito mais uma aglutinação daquele triplo presente definido por Santo Agostinho como "praesens de praeteritis, praesens de praesentibus, praesens de futuris"(32); é um presente espesso, humano, carregado de vivência temporal: "O passado e o futuro são a projecção de nós no momento presente, não o presente reencontrado quando se lembra ou se prevê. E isso é só próprio do homem. Assim me resolvo em humanidade quando evoco o que passou. Tempo de outrora, tempo de nunca mais." (Conta-Corrente 5, p.188).

A memória não é um testemunho; o passado não representa, como no romance tradicional, uma garantia de verdade (de verosimilhança). Pelo contrário: despojado de significação temporal, o passado liberta uma significação modal de irrealidade (33). Como tempo, como "época", o passado não existe. Dele existe (resiste) apenas a memória (34), imersa num "halo legendário" (Espaço do Invisível I, p.253). O passado não é o "presente que foi" é antes "o presente que não é nunca" (ver citação de Aparição já transcrita antes em II,2. e III, 3.3.). Não é o "presente que foi": efectivamente o Pretérito Perfeito, tempo factual por excelência (35), não se coaduna com a concepção de passado que emana dos romances de Vergílio Ferreira e que está muito mais de acordo com a semântica de um outro tempo verbal: o Imperfeito. O facto de estar disponível na estrutura formal

das línguas naturais um tempo verbal como o Imperfeito, que acumula as funções de marca temporal do passado, marca modal do irreal e marca textual da ficção (ver,atrás, II,2.), é bem significativo de como a percepção humana do passado é fundamente contaminada por essa atmosfera de irrealidade, por esse "halo legendário" que lhe atribui Vergílio Ferreira. O Imperfeito pode significar, distinta ou ambiguamente, quer um "tempo que foi" quer um "tempo que não é nunca",justamente porque (e recorro mais uma vez à palavra romanesca de Vergílio Ferreira) pode abrir no passado uma distância maior do que a que lá existe :

> "Porque o livro me abria na memória uma distância maior do que lá havia."(Para Sempre, p.52).

Uma distância maior: não apenas uma distância temporal mas também uma "distância" modal. Cruzamento de passado e ficção, de real e irreal (ver,adiante, III.4.).

A irrealidade que emana do passado é recuperada no presente como ingrediente propício à criação, bem patente nos romances de Vergílio Ferreira, de uma atmosfera de fragmentação do real por vezes vizinha do fantástico mas sem poder com ele confundir-se: "Não é o fantástico que pretendo, porque o fantástico é muitas vezes um real de fantasia. É outra coisa, o desajustamento subtil do imediato que nos dá um brevíssimo arrepio."(Conta-Corrente 3, p.406); "O fantás-

tico não está fora do real, mas no sítio do real que de tão visível não se vê." (Conta-Corrente 5, p.240).

Referindo-se à presentificação do passado na técnica romanesca de Vergílio Ferreira, M. Alzira Seixo fala, num texto sobre Nítido Nulo (1971), de um "processo de reverberação" (M.A. Seixo, 1977, p.176). Esta imagem, que lhe é sugerida pelo código circunstancial do romance em análise (38), pode generalizar-se a outros romances de Vergílio Ferreira: a posse do passado pelo presente produz-se sempre com esse efeito de reverberação. Num outro texto M. Alzira Seixo fala de "ressonância"(M.A.Seixo, 1987,p.172), transpondo a metáfora do campo visual para o auditivo: num caso como no outro há um esbater de contornos que torna menos nítida uma sensação e lhe introduz esse desajuste mínimo que produz no real um halo de irreal.

Esta reverberação (ou ressonância) interior da evocação/invocação do passado é muitas vezes potencializada por circunstâncias exteriores: em Nítido Nulo, pela característica refracção da luz do sol no mar, pelo efeito embriagante das sucessivas cervejas que o narrador vai bebendo; em Para Sempre, pelo calor sufocante de uma tarde de verão, pelo canto de uma camponesa a elevar-se no silêncio de uma aldeia deserta (ver,adiante, III,4.). De um modo geral é sempre numa situação-limite de solidão e de angústia, esmagado pelo peso do passado e pela ausência de futuro, que o narrador-protago-

nista dos romances vergilianos procura, voluntariamente, recriar, possuir, compreender o passado. O presente questiona o passado, interpela-o, funde-se com ele: tal como os "contornos" das imagens e dos sons, também se esbatem as fronteiras temporais. O efeito é, neste caso, a percepção fictiva do intemporal (37), da eternidade, que se patenteia sobretudo em Para Sempre (ver adiante III, 4.).

Anulada a sequencialidade temporal, narrar torna-se impossível: a escrita romanesca de Vergílio Ferreira persegue um outro modo enunciativo. São constantemente usados recursos discursivos ligados à interlocução, ao modo de enunciação não-narrativo: para além da 1ª pessoa e do presente verbal, surgem a 2ª pessoa e o imperativo; a interpelação e a interrogação. Aos "advérbios narrativos" (38) como "depois", "então", "em seguida" que marcam uma sequencialidade temporal linear, são preferidos advérbios do tipo "subitamente", "abruptamente", "de repente", e expressões claramente ostensivas como "eis", "eis que"(ver,adiante, III,4.).

Evocação/invocação. Presentificação: "Não,um romance não se destina a "contar" - destina-se a "presentificar"." (Conta-Corrente 3, p.410).

Como assinala E.Prado Coelho, num texto sobre Signo Sinal (1979): "/.../a escrita emerge não sobre um fundo de narrativa possível, mas sobre a impossibilidade de qualquer narrativa."(E.Prado Coelho, 1980 p.61).

3.5. A incansável pesquisa de Vergílio Ferreira sobre o tempo e a narração, sobre a essencialidade e viabilidade do romance, não seguiu, como vimos, um percurso predominantemente teórico. A compreensão dos problemas linguístico-filosóficos postos pela escrita romancesca não a procurou Vergílio Ferreira apenas pela via da reflexão, da leitura, da crítica. Procurou-a sobretudo escrevendo romances, actividade que nunca interrompeu (o mais recente dos seus romances - Até ao Fim(1987) - foi terminado já depois dos setenta anos).

A "reflexão sobre o romance no próprio acto de o realizar"(Espaço do Invisível I, p.265) tem na sua obra uma cabal exemplificação. Os romances reflectem a crescente tensão provocada pela contenção do vigor narrativo, do "gosto de contar", reprimido pela consciência crítica. Mas essa tensão, que se manifesta em reiterações obsessivas de vária ordem, não compromete a força romanesca, o êxito dos romances enquanto romances. Para Sempre é um exemplo flagrante desse facto e deve ser avaliado como uma prova de êxito de todo um percurso de pesquisa. Verifica-se, com este romance, a circunstância invulgar de ser considerado uma obra- prima, sem reticências, numa manifestação rara de unanimidade entre críticos de várias tendências e o público leitor (publicado

em 1983, o romance vai já na 7ª edição).

As opiniões elogiosas nem sempre são acompanhadas, no entanto, de uma avaliação positiva do percurso de profunda questionação (teórica e prática) da escrita romanesca que culmina com Para Sempre. Atente-se, por exemplo, na seguinte afirmação de G.R.Lind: "Todavia, Vergílio Ferreira conseguiu dar-nos, ultimamente, uma verdadeira obra-prima, que coroa o seu labor de romancista. Refiro-me a Para Sempre /.../."(G.R.Lind, 1986, p.44)(38). A adversativa inicial, com o reforço subtil presente em "conseguiu", faz pressupor que a produção de uma obra-prima vem contrariar uma expectativa de sentido contrário. E realmente, integrando a afirmação no seu contexto, verificamos que G. Lind acabava de lamentar que Vergílio Ferreira tivesse estado "preso às novidades francesas"(ibidem, p.44), deixando-se arrastar pela "crise" do romance francês. Em suma: G.Lind avalia como negativa a "má consciência" do romancista inerente à atitude de pesquisa, embora considere positivo, como resultado dessa pesquisa, o romance Para Sempre. Avaliação contraditória, que corresponde a algo como: "conseguiu encontrar, apesar de ter procurado".

Para Sempre é indubitavelmente um ponto de chegada. Um ponto alto. Diz E.Prado Coelho que, neste romance, as constantes da obra de Vergílio Ferreira encontram "o lugar certo da ficção, que é um pouco o lugar certo da vida que a própria ficção persegue." (E.Prado Coelho, 1984, p.3).

Eu substituiria, nesta perspicaz afirmação, lugar por ritmo. O ritmo certo. Porque de procurar um ritmo se tratava.

N O T A S

1. A real importância de Conta-Corrente só poderá ser devidamente avaliada quando se reconhecer que ocupa, na obra de Vergílio Ferreira, um lugar central: o lugar de convergência e fecundo entrecruzamento de todos os problemas postos por uma "aventura romanesca" ("a mais interrogante aventura romanesca nossa contemporânea" em palavras de Eduardo Lourenço, já atrás citadas) e que é também, em certa medida, o lugar da superação de alguns desses problemas (ver F.I.Fonseca, 1989).

2. As características desta obra fazem-nos pensar na afirmação de Bakhtine: "Face au roman tous les genres commencent à résonner autrement."(M.Bakhtine (1975) 1978, p.472). O ensaio é, neste caso, o género que o romancista que Vergílio Ferreira essencialmente é faz ressoar de outra forma, tão outra que chega a duvidar-se que continue a poder chamar-se ensaio. Completando a citação de Bakhtine: "C'est un long conflit qui commence pour "romaniser" les autres genres, pour les attirer dans la zone de contact de l'actualité inachevée.". Essa transformação dos outros géneros por influência do romance caracteriza-se como "libération de tout ce qui est conventionnel, nécrosé, ampoulé, amorphe, de tout ce qui freine leur propre évolution et les transforme en stylisations de

formes périmées." (ibidem, p.472). Creio ser indesmentível que tudo o que afirma Bakhtine se aplica ao processo de transformação que sofre o ensaio em Invocação ao meu Corpo: não há nessa obra nada de convencional, necrosado ou já estilizado. O ensaio nunca terá sido tão espontaneamente uma tentativa ("essai", "essay"): a tentativa de encontrar solução para o impasse que um outro romancista, Michel Butor, confessou ter sido a sua motivação para escrever romances: querer ser ao mesmo tempo, e sem poder decidir-se, filósofo e poeta (ver Michel Butor (1960) 1975, p.15).

3. Com o estruturalismo e com a Linguística, "matriz do estruturalismo", como diz no Prefácio à tradução portuguesa de As Palavras e as Coisas de Michel Foucault (p.XLIII). Este prefácio, intitulado "Questionação a Foucault e a algum estrutualismo", é um dos textos fundamentais para a compreensão das críticas filosóficas que Vergílio Ferreira faz ao estruturalismo e às suas implicações anti-humanistas. O estruturalismo representou uma das mais claras encarnações desse "adversário constante" que Eduardo Prado Coelho diz serem para Vergílio Ferreira "/.../todas as formas de pensamento que procuram ou reduzir o eu a um mero efeito de determinadas máquinas estruturais ou reduzir o eu mesmo a um lugar, isto é, a uma topologia."(E.Prado Coelho in Hélder Godinho, org., 1982, p.343).

4. Ver F.I.Fonseca, 1986, pp.22-27.

5. Trata-se de Para um estudo da expressão do tempo no romance português contemporâneo, trabalho inicialmente elaborado como tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa em 1966 e publicada em 1968. Só quase vinte anos depois (em 1987) surgiu uma 2ª edição desta

importante obra - importância acrescida na 2ª edição pelos comentários actualizados de que a Autora faz seguir cada um dos capítulos.

6. Alegria Breve (publicado em 1965) é o último dos romances de Vergílio Ferreira analisados por M. Alzira Seixo no seu estudo. Mas no Comentário que, na 2ª ed., apõe ao capítulo dedicado a Vergílio Ferreira faz referência aos romances entretanto publicados: Nítido Nulo, Rápida, a Sombra, Signo Sinal e Para Sempre.

7. Ver nota seguinte.

8. Vergílio Ferreira alude aqui ao facto, que muitas outras vezes sublinhará, de o "novo romance" ser, sob a sua aparência "experimental", profundamente filosófico. Diz numa outra entrevista: "/.../o "novo romance" francês /.../ mormente num Grillet, é imediatamente uma proposta de uma fórmula. Mas que nos não esqueça: o "nouveau-roman" tem que ver com o existencialismo, embora os seus apressados panegiristas o ignorem." (Um escritor apresenta-se, pp.172-173).

Foi Vergílio Ferreira, sem dúvida, um dos primeiros críticos, entre nós, do "novo romance" - "O novo romance, por exemplo, se não fui o primeiro a dar notícia, fui dos primeiros."(Conta-Corrente 5, p.207). E um dos melhores. A sua atitude arguta em relação ao "novo romance" patenteia-se num ensaio crítico de 1964 - "Sobre a situação actual do romance" in Espaço do Invisível I, (pp.223-272)- de que retiro a seguinte apreciação:"/.../o "novo romance" depende do existencialismo muito mais do que ele julga ou ele diz /.../. A grande diferença que separa o "novo romance" do existencialismo, é que o existencialismo denuncia o absurdo e o "novo romance" instala-se nele... Eis porque a aparente

indiferença ou recusa do "novo romance" se pode ler em termos de profunda tragédia." (pp.258-259).

A justeza desta aproximação que Vergílio Ferreira faz entre o "novo romance" e o existencialismo pode avaliar-se se lermos uma comunicação feita, vinte anos mais tarde, por Robbe-Grillet num colóquio sobre Sartre. Nesse texto, intitulado "Sartre et le Nouveau Roman" (Robbe-Grillet, 1986), Robbe-Grillet afirma sem hesitação a sua ligação com o romance existencialista: "/.../La Nausée /.../ a joué dans ma carrière d'écrivain un rôle considérable." (p.67); "Je pense que La Nausée a été probablement pour moi un déclencheur d'écriture." (p.68). E estranha que a crítica se não tenha apercebido disso, na época:"Curieusemente quand ceux-ci [mes premiers livres] sont parus la critique académique de l'époque ne leur a pas donné comme références immédiates L'Étranger et La Nausée." (p.68). Como crítico, Vergílio Ferreira apercebeu-se desde a pimeira hora desta relação entre o "novo romance" e o romance existencialista. Como romancista, desenvolveu-a de forma original.

9. Expressão usada por Vergílio Fereira numa das várias dezenas de entrevistas que foram coligidas e organizadas de forma inteligente por Maria da Glória Padrão em Um escritor apresenta-se: "/.../saliento que na literatura se me acentua a preocupação com problemas de "linguagem", de "estrutura", de "forma", enfim, como se diz. Desde sempe isso me preocupou /.../. Mas desde Estrela Polar, ao encorajamento do novo romance, dei o salto..." (p.274).

10. Ver a citação transcrita na nota anterior e ainda: "Quando chego à altura de Estrela Polar o "nouveau roman" começou a ter grande repercussão. E senti os seus efeitos." (Um escritor apresenta-se, p.239).

11. "Mudança aparece-nos hoje, e em parte graças ao futuro do seu autor, como um romance ainda escravo de um passado que ele ajudaria a sepultar." (Eduardo Lourenço, 1969, p.IX).

12. Esta força de poder dizer "eu" é também sublinhada por Vergílio Ferreira num passo de Invocação ao Meu Corpo: "Não existe "eu" mais o meu corpo: sou um corpo que pode dizer "eu"." (Invocação ao Meu Corpo, p.253).

13. Uma convergência que se torna evidente num confronto entre textos de Vergílio Ferreira e E.Benveniste, como o que tentei fazer em F.I.Fonseca, 1986.

14. Será retomado mais adiante (ver III,4.1.) a análise deste passo de Aparição.

15. Nesta, como nas posteriores citações de Vergílio Ferreira, os sublinhados são da minha responsabilidade. Assinalarei em nota os casos em que os sublinhados são do Autor.

16. Ver J.Ricardou, 1967, p.135: "/.../le texte de Proust se révèle peuplé de phénomènes qu'il faut bien intituler agressions temporelles. Comment ignorer en effet la brutalité essentielle par laquelle /.../ un passé devenu soudain présent lutte avec le présent actuel?".

17. Ver, por exemplo, Invocação ao Meu Corpo (nomeadamente o capítulo "Do passado e do futuro") e Da Fenomenologia a Sartre.

18. "/.../o passado se reabsorve no nosso presente, modalizado por esse presente que somos - presente /.../ que o não é senão através das relações que a partir dele estabelecemos com o passado e o futuro." (Da Fenomenologia a Sartre, p.112).

19. Note-se que Apelo da Noite (escrito em 1954) e Cântico Final (escrito em 1956), embora publicados mais tarde (em 1963 e em 1962, respectivamente) são anteriores a Aparição.

20. Aludo à célebre formulação de Jean Ricardou "...le roman cesse d'être l'écriture d'une histoire pour devenir l'histoire d'une écriture." (J.Ricardou, 1967, p.166); formulação de que surge como variante, na mesma obra, p.111: "Ainsi un roman est-il pour nous moins l'écriture d'une aventure que l'aventure d'une écriture.".

21. Esta expressão, cunhada por André Gide, que a usou no seu Journal, vai ser adoptada e desenvolvida por J.Ricardou que analisa, num estudo bem conhecido ("L'Histoire dans l'histoire" in J.Ricardou, 1967, pp.171-190), as virtualidades subversivas da utilização deste processo. O "novo romance" explora-as amplamente.

22. Creio que passou realmente despercebida, pois, tanto quanto sei, ninguém ainda a apontou. Mas é indubitavelmente um primeiro aflorar da "perda da inocência", da "má consciência" do romancista e o esboçar de um processo que irá ser consciencializado e amplamente utilizado por Vergílio Ferreira em romances posteriores. Um processo sobre cuja natureza agressiva se debruça num passo de Conta-Corrente: " No fundo o que existe é o desejo ou tentação diabólica de destruir a convenção romanesca - e este é um dos meios de que

me servi. E a coisa vem já desde o Nítido Nulo. Porque o fiz? porque fui desmancha-prazeres? Não sei. O que sei é que a maldade me tentou ainda no livro a sair, Para Sempre. Eu próprio me arrepio quando passo por trechos assim, como, aliás, me arrepio com várias outras agressões. Mas não resisto à malvadez, como os garotos maus. É o prazer da destruição."(Conta-Corrente 4, p.366).

No seu romance mais recente - Até ao Fim (1987) - há uma "mise en abyme" devastadora em que Vergílio Ferreira, jogando implícita e ironicamente com a própria metalinguagem crítica, remotiva a metáfora latente na designação "mise en abyme" e cria um verdadeiro processo "em abismo", infindável: duas das personagens do romance fazem uma entrevista a um escritor, de nome V.F.; à pergunta habitual sobre o que está a escrever, ele responde que é um romance.

" - E já tem título? - interrompi.

- Sempre o mesmo. Que é que quer dizer um título? Dentro de pouco é só um rótulo. Ou o nome de uma terra. Mas eu digo. Chama-se Até ao Fim.

- E já vai adiantado? disse Clara.

Bastante, disse ele. Suponho. Depende de - não sei. Pulmões, ginástica verbal, multiplicação das células. Agora estou num ponto em que duas personagens me vêm perguntar o que estou a escrever. E eu disse: um romance, naturalmente, Depois perguntam-me o título. E eu disse que o título é como um rótulo da aspirina ou um nome de terra como Freixo de Espada à Cinta. Eles insistem qual o título e eu disse "Até ao Fim". E que vai numa altura em que duas personagens lhe perguntam o título e se vai adiantado. E em que o autor lhes responde que se chama "Até ao Fim" e que vai na altura em que duas personagens lhe perguntam o título e se vai adiantado. E em que o autor responde que." (Até ao Fim, p.215).

23. É relevante observar a sequência da numeração das páginas, a partir desta citação e nas que imediatamente se seguem, porque essa sequência linear é reveladora quanto à forma como as referências ao "agora" acompanham a progressão da escrita do romance.

24. Ver nota anterior.

25. O contexto em que se insere esta observação de Vergílio Ferreira é uma avaliação sobre a "crise" do romance integrada no seu ensaio (de 1964) "Situação actual do romance":"Adiantemos desde já que o desvio do romance para o campo das ideias não é o único indício de que alguma coisa aí está em crise. Porque no próprio "novo romance" outros indícios se manifestam /.../. Destaco /.../ a própria reflexão sobre o romance no acto de o realizar /.../. O acto simples da criação romanesca que imita ou deve imitar a espontaneidade da Natureza, desdobra-se aí de uma reflexão sobre esse mesmo acto /.../". (pp.264-265).

26. Eduardo Lourenço fala, em relação a Vergílio Ferreira, de "um radical questionamento do gesto romanesco", acentuando que "entre os seus camaradas de geração /.../ nenhum ousará, como Vergílio Ferreira /.../ uma palavra romanesca capaz de problematizar radicalmente não só os gestos e as acções que recria como a voz mesma e as razões da sua própria criação." (E.Lourenço, 1969, p.XI).

27. Desenvolvo este aspecto no artigo, já citado, "Conta-Corrente:a história de uma aventura romanesca" (F.I.Fonseca, 1989).

28. É nesta perspectiva que se insere a crítica que Robbe-Grillet faz a Sartre, acusando-o de contradição por continuar a usar o "passé simple" nos seus romances mesmo depois de ter revelado uma profunda consciência das implicações desse uso: "Comment se fait-il que Sartre, qui posait aussi bien ce problème de temporalité, s'en soit sorti si mal? /.../ Ce qui frappe dans le début de L'Age de Raison, c'est l'emploi du passé simple. Sartre a été un des premiers à noter de façon précise, dans de nombreuses études critiques, le statut particulier du passé simple, du passé composé et du présent. Mais tout d'un coup, comme si ce qu'il avait dit n'était plus rien, il reprend avec une évidente lourdeur idéologique le discours: "Mathieu pensa: je suis fait"."(A.Robbe-Grillet, 1986, p.70).

29. Schiller, na sua célebre discussão com Goethe sobre os géneros literários, usa o termo "Vergegenwartigung" que é retomado e discutido por K.Hamburger a propósito da noção de "ficção épica" (ver K.Hamburger (1957) 1973, p.65).

30. "Apresentar" pode ser acompanhado (ou substituído) por um gesto mostrativo ou por expressões ostensivas do tipo "eis", "aqui está".

31. Atente-se na seguinte observação que faz Vergílio Ferreira, num ensaio crítico: "/.../ em Proust o passado não abre, quase nunca, no halo legendário da fugidia emoção e é para nós, leitores, um verdadeiro presente. Eis porque o tempo "segregado"/.../ raramente nos dá mais o irremediável do seu escoamento do que por exemplo num Eça dos Maias." (Espaço do Invisível I, p.253).

32. Cito Confissões, XI, 14, a partir da edição "Les Belles Lettres", Paris, 1961, Tomo II, p.311.

33. Na semântica dos tempos verbais está documentada a polivalência temporal e modal dos tempos do passado (ver II Parte).

34. Nos romances mais recentes de Vergílio Ferreira esta concepção radicaliza-se; nem sequer como memória o passado existe: "Tudo é fictício na minha memória." (Até ao Fim, p.82).

35. óscar Lopes refere-se ao Pretérito Perfeito como "/.../o tempo típico da factualidade" (O. Lopes, 1989, p.3)

36. "A reverberação, colhida no código circunstancial do romance (a incidência dos raios solares sobre as águas e consequente deslumbramento de quem olha e, mais secundariamente, a persistência de sons alargados pelo espaço)/.../" (M. A. Seixo, 1977, p.176-177).

37. cf. M. Alzira Seixo, 1987, p.174: "/.../há muitas vezes uma carga de irrealidade nos ambientes e nas situações que deriva em parte da relação /.../ com o intemporal ou com as outras formas de comunicar uma suspensão no tempo /.../".

38. Ver H.Weinrich, 1979, p.340.

39. Sublinhado por mim.

C A P Í T U L O 4

"PARA SEMPRE": RITMO E ETERNIDADE

"Sofre ritmicamente."
(F.Pessoa, Livro do Desassossego).

"Le sens du rythme est le génie."
(Novalis, Fragments sur la Poésie)

CAP.4 - "Para Sempre": ritmo e eternidade

4.1.

> "Suspenso da tarde, suspensa a hora na radiação fixa de tudo, o tempo. É um tempo de eternidade sem passado nem futuro /.../." (Para Sempre, p.145).

Em Para Sempre (1983) o tempo não é um tema, uma questão filosófica, um problema da técnica romanesca. Ou melhor, sendo tudo isso, é mais do que tudo isso: é a representação global que emana do romance e lhe é inerente. Tempo e romance formam um todo: a configuração do tempo é interiorizada como a própria razão de ser de uma escrita romanesca que se assume claramente como produção rítmica de uma experiência temporal fictiva (ver atrás III, 2.1. e 2.4.).

Na reflexão sobre o tempo que termina Aparição (1959), a realidade do tempo é circunscrita ao presente: "O

tempo não existe senão no instante em que estou", o "instante perfeito da totalidade presente."(p. 254)(1). Num ensaio escrito pouco tempo depois (1962), Vergílio Ferreira corrige esta concepção de presente, radicalizando-a: "/.../o presente não existe nem como instante: o presente presentifica-se em forma de fuga." (Da Fenomenologia a Sartre, p.102).

Correcção necessária, que aliás se limita a explicitar o que estava implícito no afirmar que o tempo só existe "no instante em que estou": "instante" e "estou" são incompatíveis, anulam-se. A vivência temporal do "instante" ("estar no instante") é algo impossível, é uma ficção, como assinala B.Pottier:

> "L'homme se situe, par nécessité déictique en To, le moment de parole.
>
> L'homme ne vit que le présent. /.../ Le seul moment perçu est donc justement celui que l'on ne peut saisir. Le "moment présent" est ainsi le seul qui soit vécu ("réel"), et qui, en même temps, échappe à sa réalité (chaque fraction de temps futur devient passé, le présente étant une fiction vécue)."(B.Pottier,1980a, p.36)(2).

"Ficção vivida" é, pois, esse "instante perfeito da totalidade presente" de que falava Vergílio Ferreira em

Aparição: o instante nunca é perfeito (acabado); o presente nunca é uma totalidade. Mas a percepção, vivida fictivamente, de uma dimensão "perfeita" no instante permite o acesso a uma totalidade que é, no domínio temporal, a eternidade.

É esta a experiência fictiva do tempo que emana do romance Para Sempre.

A dialéctica da eternidade e do instante é, pelo menos desde a profunda reflexão de Santo Agostinho sobre o tempo, no Livro XI de Confissões, uma questão filosófica inesgotável e com uma longa história que não me compete aqui referir. Pretendo apenas chamar a atenção para a presença dessa questão na filosofia intrínseca às línguas naturais, abordando a dialéctica da eternidade e do instante à luz da deixis temporal. Um tipo de abordagem sugerido na formulação de B.Pottier acima transcrita, sobretudo se lhe juntarmos uma outra citação, do mesmo artigo, em que está directamente implicada a noção de deixis na presença da tríade "espace-temps-notion"(o esquema "E-T-N" de que B.Pottier sempre parte quando se refere à deixis)(3):

> "Le point de départ, principe unique, peut être vu comme la totalité du concept:
>
> dans le temps: l'Éternel (cf.toujours)
>
> dans l'espace: l'Infini (cf.partout)
>
> dans le notionnel: l'Universel (cf.tout)."
>
> (B.Pottier, 1980a, p.29)(4).

Como foi já amplamente referido em capítulos anteriores, nas línguas naturais os domínios espacial, temporal e nocional são organizados dicticamente, isto é, a partir do marco de referência constituído pelo acto de enunciação. A utilização significante desse marco de referência torna possível a intersubjectividade indispensável à comunicação, estabelecendo oposições dícticas (no domínio temporal, passado, presente e futuro, isto é, anterior, concomitante ou posterior relativamente a To, o "momento" da enunciação). Sendo assim, o conceito de eternidade só se obtém, na língua, pela neutralização das oposições dícticas. É um arqui-conceito temporal que, ao neutralizar as oposições dícticas, as pressupõe.

A percepção da "totalidade do conceito" de tempo só seria possível na ausência do marco de referência díctico - o agora, que pressupõe o eu, o sujeito falante. Por outras palavras: a eternidade seria o tempo sem o homem (na concepção cristã de Santo Agostinho, o tempo de Deus, inacessível à imperfeição humana).

O homem pode ter acesso à representação conceptual desse arqui-conceito temporal e dizê-lo ("sempre"), mas não pode experimentá-lo, vivê-lo. A não ser fictivamente. Tal como o instante, também a eternidade é uma ficção vivida. Não podendo separar-se do agora que transporta consigo, o sujeito

falante só pode aceder à vivência do sempre pela ficção vivida do "instante perfeito da totalidade presente" (Aparição, p.254), quer dizer, pela percepção como totalidade (como sempre) do próprio marco de referência díctico, o agora.

Esta experiência fugaz é intuída globalmente em Aparição como a "aparição" do eu a si próprio. Em Para Sempre é coerentemente desenvolvida na sua dimensão trágica. Trágica na medida em que o homem, para tentar dominar o tempo, compreendê-lo como uma totalidade, destrói a única possibilidade que tem de o criar na linguagem, de estabelecer um antes e um depois, uma cronologia.

Ao tentar libertar-se do tempo, usurpando o privilégio "divino" de captar o eterno, o homem descobre-se, afinal, ainda mais preso ao tempo: prisioneiro de um presente que, por muito alargado, não deixa de ser sempre e só o (seu) instante, não tem sequer a possibilidade de ilusão que só o tempo tripartido (humano) lhe proporciona: a memória, a expectativa, a reversibilidade - a narração. A criação do tempo na e pela linguagem.

Fundem-se em Para Sempre, de forma inseparável, a questão do tempo e a questão da linguagem. A linguagem - linear, temporalmente condicionada desde a sua própria produção psico-fisiológica - pode, apesar disso, e por ser a matéria-prima da memória e da narração, dar ao homem a ilusão de dominar o tempo. Mas deixa-o preso de qualquer modo

preso na linguagem, nessa

> "/.../rede aérea de sons, a mais frágil produção do homem /.../ sem uma aberta para sair de lá." (pp. 194-195).

A reflexão filosófica sobre a linguagem está presente em todo o romance e explicita-se até como lição "de linguística ou filosofia"(p. 193) posta na boca de um professor da Faculdade de Letras (p.193-198). A importância fundamental que Vergílio Ferreira confere à reflexão sobre a linguagem evidencia-se no facto de este professor não ser submetido ao ridículo da massificação onomástica infligida a todas as personagens que, em Para Sempre, dissertam sobre este ou aquele tema: Carlos Paixão(p. 58) fala sobre gastronomia; Carlos da Salvação (p. 140) sobre política; Carlos da Ascenção (p. 174) sobre religião e caridade; Carlos da Assunção (p. 230) sobre cultura; Carlos da Encarnação (p. 284) sobre educação e família. Só o professor que fala sobre filosofia da linguagem não é "Carlos /.../": depreende-se que,de todos estes temas, só o da linguagem é tomado a sério porque nele se dissolvem todos os outros (5).

A procura de uma compreensão do tempo é indissociável, em Para Sempre, da procura de uma compreensão da linguagem consubstanciada no perseguir da palavra intemporal, uma busca obsessivamente explicitada ao longo do romance:

> "A palavra ainda, se ao menos. A palavra final. A oculta e breve por sobre o ruído e a fadiga. A última, a primeira." (p.16).

É a procura de um "para lá" da linguagem que, tal como a eternidade, é inacessível ao homem; a procura da palavra que ecoa na eternidade, submersa por "milénios de balbúrdia, tagarelice infindável" (p.25):

> "Mas por sob todo este linguajar - que palavra essencial? A que saldasse uma angústia. A que respondesse à procura de uma vida inteira. A que fica depois, a que está antes de todas quantas se disseram." (p.25).

Santo Agostinho, na sua reflexão sobre o tempo, também se interrogara sobre essa "palavra primordial", que não pertence ao homem. Para Santo Agostinho é a palavra de Deus, a palavra da criação, mas que de qualquer modo deixa uma perplexidade, uma interrogação em aberto:

> "Portanto é necessário concluir que falastes e os seres foram criados. Criaste-los pela vossa palavra. /.../ Mas que palavra pronunciastes para dar ser à matéria com que havíeis de formar aquelas palavras?" (Confissões, Livro XI, pp.297-298)(6).

Para Vergílio Ferreira, essa palavra que ecoa na eternidade não pertence ao homem, mas é um eco da palavra do homem: "Há uma voz obscura no homem, mas essa voz é a sua. Há um apelo ao máximo, mas vem do máximo que ele é. Há o limite impossível, mas é do excesso que é o próprio homem." (Espaço do Invisível I, pp.9-10).

Também o tempo não pertence ao homem, embora ele lhe dê origem:

> "O tempo não passa por mim; é de mim que ele parte." (Aparição, p.255).

É entre essas duas realidades que cria mas que o excedem - a linguagem e o tempo - que acaba por jogar-se todo o problema da condição existencial do homem, condição simbolicamente condensada, em Para Sempre, numa procura da palavra primordial, da palavra intemporal. O que simboliza também o percurso da escrita, a condição do romancista.

O romance, género literário mais próximo da realidade humana, colou a sua condição à condição do homem. Para Sempre dá forma eloquente a essa fusão, sob a égide do dilema trágico do tempo. A problemática temporalidade romanesca tende a neutralizar-se, neste romance, no arqui-plano temporal do sempre, da eternidade.

Uma vivência fictiva que é angustiante, porque leva o homem a intuir, a encarar, um mundo temporal de que está ausente. Mas que é também apaziguadora, porque o liberta

fictivamente da sua contingência díctica (cf., na citação de B.Pottier acima transcrita:"L'homme parlant se situe par nécéssité deíctique en To."). Esta "libertação" é reforçada, em Para Sempre, pela exploração de uma dimensão temporal não díctica: o ritmo.

4.2. O título do romance - Para Sempre - instituí desde o início um tempo em aberto, um tempo de eternidade. A expressão "para sempre" repete-se, num eco ritmado, ao longo do texto. Ao

"Para sempre. Aqui estou." (p.9)

que abre o romance, (co)responde, num eco, o

"Aqui estou. /.../ Para sempre." (p.306)

que o termina. As frequentes repetições, ao longo do texto do romance de "para sempre" (com variantes como "desde sempre", "de sempre", "de nunca") e de "aqui estou" (com variantes como "estou aqui", "estou só") desenham um encadeamento anafórico no interior desse percurso circular entre o "Para sempre. Aqui estou." inicial e o "Aqui estou. Para sempre." final.

Desta aproximação circular entre o início e o final do romance ressalta a poderosa sugestão de uma macro-

estrutura rítmica: um movimento pendular, movimento que se nega a si próprio porque não progride, ou melhor, porque suspende indefinidamente a sua progressão. Esta sugestão de um movimento pendular ao nível da macro-unidade textual que é a totalidade do romance é reforçada pela estrutura rítmica das micro-unidades "Para sempre. Aqui estou" e "Aqui estou. Para sempre" que são segmentadas de forma isócrona.

Este movimento pendular é um movimento que, algo paradoxalmente, sugere suspensão, estatismo. "Estatismo" que se encontra também presente, como traço semântico, em "estar" e "sempre". E que está em consonância com o tema do romance: a velhice e a morte.

No início do romance, Paulo - velho, viúvo(7) e só - chega à aldeia onde nasceu para aí passar o tempo de vida que lhe sobra:

> "Para sempre. Aqui estou. É uma tarde de Verão, está quente. Tarde de Agosto." (p.9).

No fim do romance, a situação (quase) não se alterou:

> "É uma tarde quente de Agosto, ainda não arrefeceu. /.../ Aqui estou. Na casa grande e deserta. Para sempre." (p.306).

Trata-se da mesma tarde de Agosto, só que mais adiantada ("...está quente."/"...ainda não arrefeceu."). O

lugar é também o mesmo. O sujeito - eu - não mudou, nem mudou a sua condição: continua a estar ali (para sempre). A mesma situação de enunciação: o mesmo eu-aqui-agora numa imobilidade que transforma a pontualidade do agora na eternidade do sempre.

Neste plano do aqui-agora em que se situa a diegese primária do romance (aqui - a casa deserta; agora - a tarde quente de Agosto) quase nada se passa. Depois de chegar à aldeia, nessa tarde sufocante de calor, Paulo realiza múltiplos movimentos: põe o carro na garagem, pega em duas malas, sobe a escada exterior, desce a buscar outra mala, volta a subir, abre a porta da casa, percorre metódica e lentamente os vários quartos, abre as janelas, bebe água, senta-se num sofá, dá corda ao relógio, debruça-se na varanda, desce as escadas interiores... Seria fastidioso enumerar quantas vezes Paulo corre os fechos perros, abre portas e janelas empenadas, sobe e desce escadas, fecha portas e janelas que antes abrira. Todos estes movimentos, minuciosamente registados, acabam por anular-se enquanto movimentos: pela repetição e lentidão adquirem uma feição estática, imobilizam-se.

O presente em que se desenvolve a diegese primária tende assim a ser uma noção mais aspectual do que temporal - é um presente estático. Nada acontece, e o obsessivo registo minucioso de todos os pequenos movimentos de

Paulo é uma forma de intensificar o vazio narrativo. E uma forma também de traduzir metaforicamente a condição da velhice, em que se identificam ser e estar: um velho é porque (ainda) está:

> "Sê homem até onde for necessário estares" (p.246).

O presente incorpora um futuro próximo que, de tão reduzido e irrisório, não chega a instituir-se como tempo distinto do presente:

> "Preparar o futuro - o futuro..." (p.10).

Ao lado do presente verbal é usada constantemente no romance a perífrase ter de + infinitivo:

> "Tenho de ir procurar a Deolinda" (p.23);
>
> "Tenho de ir fechar as janelas. Tenho de." (p.117);
>
> "Tenho de. O pequeno intervalo entre a minha disponibilidade e a pequena tarefa a realizar. É o meu futuro." (p.159).

É explorado o valor temporal da perífrase (futuro próximo) como decorrente do seu valor modal deôntico, inseparável aqui de uma injunção, de um "movimento" da vontade: a obrigação de preencher e inventar um futuro :

> "/.../tenho de. Construir o futuro sem futuro para construir." (p. 160).

Preencher e inventar, afinal, um presente. Estar.

> "Tenho de ir - que tens que ir? Tens só que estar." (p.50).

Mas este plano imóvel e estático, preenchido por movimentos que se anulam na sua própria lentidão e repetição, é constantemente cruzado, desde as primeiras páginas do romance, por outros movimentos, "súbitos", "abruptos". Movimentos que irrompem para serem logo a seguir dominados, aquietados. Estabelece-se uma oscilação pendular entre duas isotopias - movimento-quietude (voz-silêncio; vida-morte).

Primeiro são movimentos interiores - emoções:

> "E uma comoção abrupta - sê calmo." (p.9);
>
> "E uma súbita ternura não sei porquê. Silêncio. Até ao oculto da tua comoção." (p.10).

Movimentos que tomam forma como auto-interpelação: a 1ª pessoa do início do romance desdobra-se numa 2ª pessoa, ao lado do presente surge o imperativo.

Depois são movimentos "exteriores", acontecimentos. "De súbito", "de repente" sucedem coisas:

> "E de repente dobra o ângulo oposto da casa, vem direita a mim /.../ traz um molho de couves num braçado, tia Luísa.
> - Já vieste, Paulinho?" (p.10).

Mantém-se o presente verbal, mas surgem a 3ª pessoa e o discurso directo. As marcas narrativas emergem, a evocação do passado esboça-se logo a seguir numa transição quase imperceptível, uma mudança rápida do presente para o imperfeito a que se segue a expansão da narração:

> "E de súbito tia Luísa entra pelo portão, era um dia quente de Julho. Eu sentara-me num sítio onde o balcão dava sombra /.../. Tia Luísa vinha da aldeia, tinha ido decerto buscar coisas à loja. Trazia os olhos baixos, a boca travada de ira. Sem me dizer palavra, subiu os degraus e desapareceu porta dentro." (p.11).

O pretérito perfeito ("subiu", "desapareceu") permite ancorar decididamente a evocação (imperfeito, mais que perfeito) num passado concreto, numa época anterior ao presente da enunciação (ver,atrás, II,2.). E há mesmo o emprego do mais que perfeito simples (sentara-me) que é, em português, uma forma verbal claramente conotada com a narração.

Se este processo deslizante (situação presente-emoção - evocação - narração), que tentei surpreender nas três primeiras páginas do romance, se produzisse uma só vez e de vez, estaríamos perante um artifício clássico da técnica romanesca: o "flash-back". Paulo, no fim da vida, sob a influência de um estímulo externo (a chegada à casa em que

passou a infância) e um estímulo interno (a emoção que isso lhe provoca) começa a contar a sua história.

Mas a indução da narração funciona, em Para Sempre, como mais um elemento rítmico obsessivo. Processo constantemente interrompido e recomeçado, a sua repetição vai torná-lo inoperante como artifício narrativo, como forma de criar uma sequencialidade temporal.

No quadro da relação isotópica entre movimento e quietude que percorre o texto do romance, a indução da narração funciona como geradora de movimento, (re)criando um passado cheio de vida:

> "/.../recuperar na memória o tempo em que transbordava de vida" (p. 223).

Vida e alegria passadas que a voz de uma mulher a cantar no campo(8) ajuda a trazer ao presente :

> " Vem de longe, de uma memória antiquíssima, aceno da vida que findou. É um canto claro, ouço-o no fundo da terra /.../.Detenho-me ainda, escuto. A alegria que morreu e me fala ainda." (p.21);

> "/.../canto da alegria da vida, que é triste por ser longe."(p. 50).

As repetidas referências à cantiga que se eleva no silêncio da tarde revelam o seu efeito catalisador no

processo de indução da narração, de criação de movimento.

Mas esse movimento é constantemente interrompido, suspenso: as cenas narradas paralisam-se de repente, tornam-se quadros espectrais, irreais:

> "Transfigurada em legenda, toda a cena fantástica de silêncio." (p.36).
>
> "...o silêncio, o silêncio. Minha mãe gesticula ainda, tem o gesto fixo na imobilidade da memória, a boca aberta num grito mudo, uma vaga de névoa esparsa no ar, apaga-se no horizonte. Silêncio. Na tarde opaca de calor." (p.37).

A narração não toma forma, a memória paralisa-se, o passado é contaminado pelo silêncio da tarde parada na casa deserta, é o presente que agride o passado (ver, atrás, III,3.3.). Mas quando esse silêncio presente é interrompido pela voz da camponesa que canta, a narração ganha de novo movimento:

> "Mas quando abro a janela. Vem do fundo das leiras /.../ abre-se à amplidão do espaço - canta, quem és? /.../ a tua voz pura na tarde imensa da minha solidão /.../. E enquanto a música ondeia no ar, eu regresso da vila com as minhas tias. Era Inverno, ao escurecer. A carroça tinha um tejadilho /.../." (p.37).

Ritmo de acção e inacção, voz e silêncio. Ritmo que é sugerido pelo próprio canto:

> "É um canto com um ritmo de igreja /.../ com um ritmo de eternidade." (p.37).

E que se repete em eco na narração que o canto ajuda a induzir: o ritmo do andamento da carroça, os cascos do cavalo a bater nas pedras:

> "... no silêncio, ritmados, como num bater de relógio, as patas do cavalo contra as pedras da estrada. Havia calor." (p.39).

É possível multiplicar a exemplificação de passos do romance em que se repete este processo de indução e subsequente paralisação(9) da narração criando recorrências narrativas a nível macro-estrutural: recorrência de um processo e também recorrência das cenas narradas que, interrompidas, são por vezes parcialmente retomadas. Um dos aspectos mais bem conseguidos que assume esta recorrência parcial de cenas é a irrupção repetida de fragmentos soltos (fragmentos de diálogos, nomeadamente) que, surgindo desligados de um contexto, têm essencialmente uma função rítmica e evocativa. Trata-se quase sempre de ecos distantes e persistentes de recordações da infância:

- a pergunta sem resposta

" - Tu sabes o que foi que ela disse?", carregada de tristeza e perplexidade infantil, sobre as últimas palavras pronunciadas pela mãe, e que é repetida muitas vezes (p.19, p.68, p.77, p.108, p.135, p.144, p.152, p.198 - duas vezes, p.302 - duas vezes);

- o chamamento zangado da tia Luísa, prenunciador de ralhos e tabefes:

"Pauli...i...nho!"(p.72 e p.74) ou

"Paulinho!" (p.16, p.127, duas vezes, e p.179);

- a pergunta mais suave da tia Joana

"Já vieste, Paulinho?"(p.10, p.13),

retomada posteriormente mais que uma vez, com o diálogo que se lhe segue (p.17 e p.200):

" - Julguei que não viesses.

- Como não vinha? Evidentemente que vinha.

- Não te esqueças de escolher as batatas.

- Não esqueço.

- Guarda as vermelhas para o fim, que não se estragam.".

Estes surtos de passado, frequentes e sincopados, emergem num plano do presente que está também saturado de elementos recorrentes; os movimentos que Paulo efectua na casa deserta são repetitivos (abrir ou fechar janelas e portas, subir e descer escadas, etc.), e são ainda mais repetitivos os seus pensamentos relativos ao presente e futuro próximo, que se manifestam essencialmente como injunções:

- repetidas injunções à aceitação, aquietação e silêncio:

> "Sê calmo." (p.9, p.17, p.22, p.124, p.193, p.208,etc);
>
> "Ah, e se te calasses? tu falas tanto." (p.23, com variantes próximas p.10, p.17, p.27, p.44, p.63, etc);

- constantes injunções à realização de pequenas tarefas imediatas, sempre materializadas no uso da perífrase "tenho de/.../"(uso já analisado atrás):

> "Tenho de ir chamar a Deolinda."(frase repetida cerca de trinta vezes);
>
> "Tenho de ir abrir [fechar] /.../"[a casa, as janelas, as portas, as lojas] (frases repetidas cerca de trinta e cinco vezes).

Repetitivas também são as sensações conscien-cializadas por Paulo ao longo da "tarde quente [sufocante, abrasada, afogueada, ardente]": o calor (referido quase página a página), a sede, e duas percepções auditivas marcantes - o canto de uma camponesa que se eleva do vale (referido cerca de trinta vezes) e o som do mecanismo de um relógio de parede (referido cerca de vinte vezes). É de notar que, no caso destas sensações auditivas, o efeito rítmico criado pela sua recorrência é potencializado pelo sublinhar do ritmo que lhes é intrínseco: o canto tem "/.../ um ritmo de Igreja /.../um ritmo de eternidade"(ver atrás); o "bater compassado" do relógio tem "a cadência do remar para a eternidade"(ver adiante).

Juntam-se a estas recorrências narrativas, intensificando-as, outros tipos de recorrência constituídos pelas repetições obsessivas tantas vezes apontadas como características do estilo de Vergílio Ferreira(10). Limito-me a anotar

- as repetições constantes de frases curtas, quer afirmativas:

> "e lá ficou. Era uma citadina. Lá ficou. Deves ouvir agora o tráfego na cova /.../. Lá ficou." (p.24);

quer exclamativas:

> " - canta! E ao meu apelo o canto ergue-se

da distância e do mistério - canta!" (p.177);

quer interrogativas:

"Está no fim o meu percurso de humanidade- e depois? Está no fim, já sei - e daí?" (p. 169);

- o uso constante de fórmulas de transição do tipo: "e subitamente", "mas de repente", " e foi quando", "e eis que":

"E subitamente - querida. Subitamente - querida Sandra." (p.59);

"Foi quando de novo, era a voz da terra." (p.124);

- o pontuar das tentativas de indução da narração com referências cronológico-climatéricas sempre introduzidas pelo Imperfeito "era/.../":

"Era um dia quente de Julho."(p.11)

"Era à tarde" (p.27)

"Era Inverno, ao escurecer."(p.37)

"E era Verão."(p.39)

"Era um dia de neve" (p.66), etc.

- as repetições de palavras: "sempre", "silên-

cio", "quietude", "alarme", "calor", "canto", "tempo", "palavra", "vida", "eternidade", "instante", "imóvel", "fixo",...

Todas estas formas de repetição se conjugam e potenciam na obtenção de um efeito de imobilidade que surge como resultado, aparentemente paradoxal, de um movimento rápido repetitivo. Este efeito, bem claro na macro-estrutura do romance, pode também observar-se em fragmentos, como, por exemplo, neste passo em que o narrador, num dos momentos (sempre recorrentes) em que a narração está em suspenso, se obstina obsessivamente em fixar a imagem paralisada:

> "E de súbito ficas imóvel assim, instantânea de luz /.../. Fica-te assim, oh, não te mexas. Tenho tanto que dar uma volta à vida toda. Não te movas. Sob a eternidade do sol e da neve. Um clarão à volta de deslumbramento. Irradiante fixo. Não te tires daí. Instantâneo da minha desolação. Não saias daí. A boca enorme de riso, os olhos oblíquos de um pecado futuro. Fica-te aí assim/.../. (p.61).

4.3. Do ponto de vista que mais me importa considerar - o da configuração temporal que se desprende do

romance - as tentativas, sempre repetidas, de indução da narração seguidas pela sua suspensão produzem um efeito de neutralização, de destruição do tempo cronológico. Os factos contados (quer em analepse quer em prolepse) não são situados no tempo, são antes empurrados para fora do tempo. A atmosfera de irrealidade é acentuada pelas hesitações, pelas sobreposições: num dos passos (pp.36-41) acima analisados, por exemplo, há duas viagens de carroça que são contadas ao mesmo tempo e indistintamente o que, como no caso de fotografias sobrepostas, produz imagens desfocadas, de contornos dúbios.

Na memória há momentos de vibração (p. 108), de cintilação(p. 65), de fulgor(p.103), de vertigem:

> " Todo o espaço vibra,vertiginoso de memória."(p. 48);

> " Na vertigem da memória, vejo-o."(p. 66)

e momentos de súbita imobilização:

> "E nesse exacto instante tudo se imobilizou. Como um grupo de cera, imóveis ambos, tia Luísa com a mão atrás a tomar balanço, eu com o braço curvo diante da face./.../ Olho-os intensamente, estão intactos na eternidade/.../." (p. 148);

> " E de súbito ficas imóvel assim, instantânea de luz." (p. 61);

" ...vejo tia Joana/.../ não se move. Tem a cabeça inclinada para o trabalho das mãos, a faca meia enterrada no molho das couves, paralisada/.../." (p. 250).

Importa notar que este processo de paralisação afecta quase exclusivamente as analepses - no que toca às prolepses há um único caso em que a cena narrada fica em suspenso (p.168). Afectando essencialmente a evocação/invocação do passado, o artifício da paralisação insere-se no conjunto de recursos que, nos romances de Vergílio Ferreira, servem a reconstrução do passado, um passado assumido na suas dimensões irreais (ver, atrás, III,3.4.). A indefinição de contornos, à reverberação, a todos os recursos tendentes à recriação do passado como imerso num "halo de legenda", junta-se agora mais um poderoso meio de traduzir aquela atmosfera fantasmagórica que sempre afecta em maior ou menor grau as recriações imaginárias ("fantasma" começou, aliás, por significar "imagem"). Para Vergílio Ferreira, já o vimos no capítulo anterior, o passado é imaginário, é um real irreal: que melhor maneira de o traduzir do que fazer pairar as imagens passadas, sustê-las no ar um momento, paralisadas, antes de se dissolverem no nada?

"Era um dia de neve e de súbito/.../.Cris talizado o mundo, de que é que eu estou

falando? instantâneo, transfigurado, um halo de legenda." (p.66);

"É Verão também /.../ e um silêncio de fantasmas. Devemos estar a dizer coisas /.../nada ouço, vejo apenas a flutuação das formas de sombra. /.../esfumam-se na vaguidão do ar, diluem-se na vertigem dos meus olhos. Vêm do fundo das eras, trazem o sinal da sua dissolução." (p.206)

O movimento pendular de <u>expansão</u> e <u>suspensão</u> da narração é gerador de (e gerado por) uma <u>força narrativa</u> poderosa, que consegue criar uma temporalidade específica do romance, um <u>ritmo</u>.

O aparecer e desaparecer das cenas evocadas, além de sublinhar a irrealidade do passado, tem também como efeito uma subalternização do tempo tripartido, do tempo referenciado (díctico), que é substituído por uma agógica, uma alternância rítmica, uma temporalidade interna. A própria tentativa de localização das cenas passadas, o esforço de as situar pontuando as narrações com "<u>era</u>/.../[Inverno, Verão, à tarde,etc]" (ver atrás), acaba por funcionar também como factor coadjuvante da criação de uma atmosfera de irrealidade, quer pelas hesitações

"E era Verão. Espera - era Verão?"(p.39);

quer pelo uso repetido do Imperfeito, um tempo verbal que, acumulando as funções de marca do passado e da ficção (ver, atrás, II,2. e II,3.) as pode ambiguamente cruzar; quer ainda pela própria repetição constante da fórmula, facto que a consagra como um dos muitos elementos recorrentes e, assim, a coloca menos ao serviço da localização num tempo externo e mais ao serviço do tempo interno ao romance, do ritmo.

São frequentes, ao longo do romance, e como já referi, as alusões a um relógio de parede e ao efeito auditivo do movimento do seu pêndulo. Parece-me ser esclarecedora a análise da forma como é tratado o relógio, na medida em que se trata de um símbolo do tempo - o mais banal dos símbolos do tempo ([11]).

A presença do relógio é sempre sentida como cadência sonora produzida pelo movimento pendular:

> "Ouço o tempo no relógio, no seu bater compassado."(p.199).

O relógio, para além de funcionar como mais um elemento rítmico, no romance - uma vez que, como anotei atrás, é referido de forma insistente, criando um efeito

repetitivo intensificado pelo constante sublinhar do tipo de som (e de movimento) que produz - representa também, pelo próprio valor simbólico que assume, a síntese, a "chave" da relação entre ritmo e tempo desenvolvida em Para Sempre.

As primeiras referências ao relógio da sala indicam-nos que está parado:

> "... o relógio de pêndulo, parado nas três e meia." (p.103);
>
> "Tenho de pôr o relógio a trabalhar, instaurar o tempo na casa." (p.112);
>
> "Na parede ao lado, o relógio imóvel. Deve ter parado pela noite quando o tempo se suspende." (p.135).

Parado, o relógio simboliza a suspensão do tempo. Quando o põe a trabalhar, facto descrito com minúcia (p.145-146), o narrador sente essencialmente que cria um movimento rítmico,uma cadência:

> "...o pêndulo impulsiono-o na sua cadência perpétua" (p.146);
>
> "Só eu e o relógio na suspensão do mundo. Instauro o escoamento do tempo no absoluto do meu instante." (p.145).

Mesmo depois de posto a funcionar, o relógio nunca é referido como factor de localização temporal, nunca é

usado na sua função normal de contar o tempo:

> "O relógio da sala dá horas. Não as conto." (p.202);
>
> "Ouço o relógio, não o olho. /.../O relógio dá horas. Não as conto."(p. 221);
>
> "O relógio deu horas. Não as conto, vivo na eternidade." (p.249).

O tempo que o bater compassado do relógio instaura na casa é o "tempo" anterior (e posterior) ao tempo cronológico: o ritmo, o tempo eterno, não díctico, vazio de presença humana:

> "A cadência do relógio, ouço-a. Como as remadas de um barco." (p.174);
>
> "... enquanto ao lado no relógio, a cadência do remar para a eternidade, oh, tenho a eternidade comigo, estou fora do tempo da vida (p.175).

A eternidade - tempo vazio da presença humana ou saturado dela? A experiência fictiva da eternidade no instante é, em Para Sempre, uma vivência profundamente humana. A situação-limite em que Paulo - à semelhança do que é habitual com os protagonistas-narradores dos romances de Vergílio Ferreira - vive a sua experiência é uma situação-limite

natural, a mais natural de todas: a velhice. Perante ela, parecem-nos subitamente artificiais as situações vividas pelos "heróis" de outros romances de Vergílio Ferreira: Jaime, de Alegria Breve, o último habitante de uma aldeia que todos abandonaram; Jorge, de Nítido Nulo, o condenado à morte que aguarda, por trás das grades de uma prisão junto ao mar, a hora da execução.

A "história" de Paulo não tem nada de invulgar. A sua situação não tem nada de extraordinário, para além do extraordinário da própria condição humana: poder pensar a morte estando vivo, poder viver a eternidade sem sair do instante.

4.4. "Instaurar o tempo na casa" (p. 112), instaurar o tempo no romance. Não o tempo cronológico, outro "tempo": o ritmo (ver atrás III,2.4.).

Ao percurso da casa([12]) - símbolo do presente- se cinge a diegese primária do romance. O seu desenvolvimento é ritmado pelo abrir e fechar de portas e janelas,pelo subir e descer de escadas. Mas há um outro percurso que se encaixa neste: o percurso da memória. A casa tem, em Para Sempre, uma dimensão cronotópica ([13]) muito clara:

"Dou a volta à casa toda, dou a volta à vida toda" (p.43).

As analepses e prolepses, com o seu movimento recorrente, entretecem-se no percurso espacial da casa, que é também feito de movimentos repetidos. A estrutura do romance unifica-se como percurso espácio-temporal:

"...há muita coisa atravancada na memória, arrumá-la no espaço da minha movimentação." (p. 112) .

O presente abre para o passado e para o futuro as suas várias "portas" e "janelas":

"Dou a volta à casa, vou de janela em janela."(p.181);
"Tenho tanto que dar uma volta à vida toda."(p.61).

Abre também para o intemporal, para a eternidade: face à casa, obra perecível do homem, está a montanha(14):

"Para o alto, a montanha. Plácida, imensa. Definitiva. Repousa nas origens do tempo." (p.108).

Da varanda da casa, espaço suspenso, Paulo olha a montanha:

"Olho a montanha /.../. Extática, majestosa, a cor escura da idade do cosmos." (p.159);

"Estou à varanda para o sem fim." (p.68).

O romance não se fecha no presente: a casa é uma metáfora do presente e igualmente uma metáfora da memória, da presentificação do passado. Ao abrir-se para o passado e para o futuro, que incorpora, o presente projecta-se na eternidade.

Ao "dar a volta à casa ", Paulo dá efectivamente "a volta à vida toda". O leitor de Para Sempre fica a conhecer essa vida, isto é, fica a saber a "história" de Paulo que, depois de lido o romance, será capaz de contar com poucas hesitações:

Paulo nasceu numa aldeia. Não chegou a conhecer o pai, que partiu para longe sem voltar a dar notícias. A sua orfandade - a mãe enlouqueceu e morreu ainda ele era criança - foi compensada pelo amor atento, terno e severo de duas tias (tia Luísa e tia Joana) que o criaram. Viveu uma infância cheia - à tristeza intrigada que lhe provocaram a loucura e a morte da mãe, seguiram-se as traquinices normais de qualquer criança, os desvelos e tabefes das tias, a magia da música quando aprendeu violino com o Padre da aldeia, as doenças infantis, enfim, "a aprendizagem de ser homem"(p.12).

Fez o liceu na cidade mais próxima e frequentou depois a universidade. Aí fez a sua licenciatura em Letras (História e Filosofia) e conheceu Sandra, uma colega de Germânicas por quem se apaixonou. Um amor ardente, que lhe encherá a vida toda, mesmo a vida que vivera antes de a conhecer - "Sandra. /.../ atravessas-me a vida para o passado e o futuro" (p.49)- e que permanecerá intenso até à morte, apesar de se terem casado. Viveu feliz o seu casamento com Sandra, primeiro numa pequena cidade do Sul, depois na capital. Tiveram uma filha- Alexandra - que criaram com muito amor e algumas dificuldades. Instalados na capital - Sandra é professora de liceu, Paulo bibliotecário e depois director da Biblioteca Geral- vinham às vezes à aldeia natal de Paulo nas férias. A filha cresceu e cresceu também a sua incompreensão em relação aos pais, que sofreram muito com isso. Um dia saiu de casa, definitivamente e sem explicações, rompendo as relações com os pais: justamente no dia do seu 21º aniversário, a festa em casa preparada em sua honra - a mesa engalanada a que os pais acabaram por sentar-se sozinhos e inconsoláveis. Alguns anos depois outro choque para Paulo, aínda mais trágico: Sandra adoeceu. Uma doença sem esperança (um cancro), que a levou rapidamente à morte, depois de uma agonia a que Paulo assistiu desesperado e impotente. Sozinho na vida, continuou o seu trabalho na Biblioteca até ser reformado,com honras de homenagem pública. Como já nada o prendia à capital, resolveu

voltar à aldeia para passar os seus últimos anos de vida na casa em que vivera na infância. Chegou numa tarde de Agosto, sufocante de calor. Percorreu demoradamente a casa, fechada há muito, e mandou chamar a Deolinda, uma empregada antiga. Passou na aldeia os últimos anos de sua velhice numa progressiva decadência física e intelectual. Tinha por única companhia um cão - o Matraca - e a Deolinda, a empregada que lhe acodia às principais necessidades. Morreu num dia de Inverno e o seu enterro foi acompanhado por algumas velhas da aldeia e pelos soluços da Deolinda, cumprindo o seu último dever de carpideira.

Apesar de longo, este resumo da "história" contada em Para Sempre cinge-se apenas aos factos principais e peca por defeito: ficam em silêncio muitos outros factos, pequenos episódios, personagens secundárias, recriações de ambientes. Mas peca sobretudo porque falseia a natureza da obra, que não é um romance escrito para "contar uma história". Não é, em suma, um romance "inocente". Para o provar bastaria lembrar o que ficou dito atrás sobre as suspensões, sobreposições e segmentações da narração; ou referir o uso constante do processo de "mise en abyme":

> "Havemos de ter uma conversa a sério, mas só daqui a quatro ou cinco capítulos." (p.255);

" - Xana!
- Diz.
- Podes vir falar comigo ainda neste capítulo?" (p. 97).

Ou ainda apontar a anomalia de, num romance escrito na 1ª pessoa, o narrador contar o seu próprio funeral (pp. 83-87), em que participa também como acompanhante:

> "O cortejo põe-se em movimento/.../. Vou atrás, à frente vou eu no caixote de pinho." (p.85).

Trata-se da radicalização de um processo característico das narrativas de tipo autobiográfico, que K. Hamburger descreve nos seguintes termos: "The autobiographer, genuine as well as feigned, objectifies his earlier phases. He sees the self of his youth as a different one from the present self which is narrating, and in turn as one different from the self of a later phase in his life." (K. Hamburger (1957), 1973, p.323).

Em Para Sempre esta dissociação de vários "eus" do narrador em diferentes épocas da sua vida é levada ao ponto de dialogarem frequentemente entre si(15). Paulo, o narrador, conversa com Paulinho ainda criança, com o jovem Paulo dos tempos do Liceu e da Faculdade, com o Paulo adulto que acaba de saber que vai ser pai e também com o velho Paulo, desleixado, trôpego, decadente:

" - Devias ter juízo - digo-me para trás sem me olhar.

- Que é que me resta para a vida?- respondo-me." (p. 115).

Este ver-se como "outro" culmina com a participação no próprio funeral. Facto que compromete a coerência da "focalização" ou "ponto de vista narrativo" e funciona, assim, como sabotagem (18), como "mise en abyme": "/.../la mise en abyme est avant tout la révolte structurelle d'un fragment du récit contre l'ensemble qui le contient." (J.Ricardou, 1967, p.181).

A intenção primordial de Vergílio Ferreira não é contar a "história" de Paulo. Nem tão-pouco caracterizá-lo como "personagem": "O romance/.../ pôs em causa a "personagem", negando-a simplesmente ou superando-lhe o individualismo para a dimensão do "homem"/.../." (Espaço do Invisível I,p. 271). Os ingredientes fundamentais do género romanesco - a diegese, a personagem, a temporalidade cronológica - foram, como é sabido, abandonados pelo romancista moderno. O que o deixou numa situação difícil. Como Paulo, na iminência de uma morte sabida e não aceite, o romancista que sabe e não aceita a "morte" do romance tem que "inventar" o futuro para ainda haver futuro quando já não o há. Sim, a "história dentro da história", mais uma vez. Mas Para Sempre não se esgota aí. Sendo a história de uma escrita - não só da

sua própria escrita, mas da escrita de toda a obra romanesca de Vergílio Ferreira (ver, adiante, III, 4.5.) - é também, sem qualquer dúvida, a escrita de uma história. Desse duplo estatuto decorre,em grande parte, a convergência que se verifica, na aceitação deste romance, entre as reacções da crítica mais exigente e as do leitor anónimo.

Avaliando vários aspectos da moderna transformação do romance, Aguiar e Silva faz a seguinte síntese crítica: "O romance afasta-se cada vez mais do tradicional modelo balzaquiano, transforma-se num enigma que não raro cansa o leitor /.../. A narrativa romanesca dissolve-se numa espécie de reflexão filosófica e metafísica, os contornos das coisas e dos seres adquirem dimensões irreais, as significações ocultas de carácter alegórico ou esotérico impõe-se muitas vezes como valores dominantes do romance. O propósito primário e tradicional da literatura romanesca - contar uma história - oblitera-se e defigura-se." (V.Aguiar e Silva, 1982, p.705).

Reconhecem-se aqui, sem dificuldade, traços marcantes em Para Sempre: reflexão filosófica e metafísica, dissolução e transfiguração das coisas e dos seres que adquirem dimensões irreais, significações de carácter alegórico... Para Sempre é sem qualquer dúvida um romance que mergulha em pleno na condição do "romance em crise". E, no entanto, será difícil atribuir a Para Sempre uma feição

enigmática que cansa o leitor e dizer que nele não é contada uma "história". Apesar de não ser essa a intenção do autor, que reprime e desfigura por todos os modos o "desejo de contar", a "história" emerge, o leitor assimila-a sem esforço, interioriza-a. Interioriza-a como uma história de amor, mas igualmente como história da condição humana.

Que emerge também como a condição vivida pelo romancista actual, consciente da morte do romance mas impossibilitado de a consumar, justamente porque está a escrever um romance. Uma vivência igual à de Paulo, que sabe a sua morte mas ao mesmo tempo não pode sabê-la, porque reflectir sobre a morte é estar vivo. Que sabe a ilusão do Tempo, mas só pode testemunhá-la de dentro desse Tempo que cria. Que sabe a ilusão da Palavra, mas só pode manifestá-la falando:

> "Vou inventar a palavra! Vou criá-la articulada na minha boca, na dureza dos meus ossos - ó ficção da minha grandeza /.../" (p. 297);
>
> "Invento a realidade nas palavras que a inventam." (p.69).

Antes de, depois de, durante, uma profunda reflexão linguistico-filosófica e inseparavelmente dela, Vergílio Ferreira procura e consegue, em Para Sempre, mais alguma coisa: contar uma história. Recriar a vida e o tempo na e pela linguagem. Contar uma história: com a destruição

dos quadros clássicos do romance e não apesar dela; com a desfiguração da narração, com as simbologias alegóricas e não apesar delas; com a "má consciência" e a revolta da "mise en abyme" e não apesar delas.

Em Para Sempre, Vergílio Ferreira consegue, afinal, contar uma história repetindo obsessivamente o gesto, sempre interrompido, de tentar contá-la. Da narração impossível nasce de novo a possibilidade de narrar. O romance sobrevive, expandido-se na sua essencialidade rítmica.

Da cadência nasce uma fluência, um modo específico de desenvolvimento temporal, o fluir aparentemente natural de uma "história" que vai tomando forma. Desenha-se, em sentido inverso, o percurso da evolução semântica de "ritmo", que Benveniste expõe num artigo sobre a etimologia desta palavra (E. Benveniste, 1966, pp. 327-335). Segundo a análise deste linguista, o étimo grego de "ritmo" - ῥυθμός - significava inicialmente "forme distinctive, figure proportionnée, disposition"(ibidem, p. 330), depois "la forme /.../ assumée par ce qui est mouvant, mobile, fluide /.../ 'manière particulière de fluer'"(ibidem, p. 333) e por fim "configuration des mouvements ordonnés dans la durée."(ibidem, p. 335).

Perante a evidência rítmica com que se nos impõe Para Sempre e tendo em conta o percurso de pesquisa sobre a essencialidade do romance (ver atrás III, 2.4. e 2.5.), poderíamos concluir, sobre o ritmo narrativo, algo como o que

Benveniste conclui no seu estudo sobre a etimologia de "ritmo": " Rien n'a été moins "naturel" que cette élaboration lente, par l'effort des penseurs, d'une notion qui nous semble si nécessairement inhérente aux formes articulées du mouvement que nous avons peine à croire qu'on n'en ait pas pris conscience dès l'origine."(ibidem, p. 335).

Não é por acaso que "embalar" e "contar uma história" são isofuncionais como meio de adormecer as crianças... Foi há muito ultrapassada a "inocência" (infantil ou outra) pelos romancistas modernos e pelos modernos leitores de romances. E, no entanto, parece-me inegável que ao amálgama de reflexões filosóficas e de emoções adultas que Para Sempre provoca no leitor se misturam, insidiosamente, a reminiscência do ritmo embalador da primeira "história" ouvida na infância e o encanto do mais triste romance de amor lido na adolescência.

No fluxo e refluxo do seu "desejo de contar" sempre refreado pela "má consciência" crítica, Vergílio Ferreira consegue - sofrido, sofreado, perplexo, mas, também ele, encantado - contar-nos (ainda) uma história : a de Paulo, a sua, a nossa - leitores sem inocência e saudosos dela, leitores definitivamente "hipócritas".

4.5. Em Para Sempre convergem todas as constantes da obra de Vergílio Ferreira, todas as obsessões e repetições que a caracterizam (17). Mas é uma convergência produtiva de algo novo: a repetição, geradora de ritmo, é assumida como um processo criativo, um processo metafórico desdobrável a vários níveis como expressão da essencialidade do viver. Essencialidade do romance, também.

Trata-se de um processo consciente, como evidencia o facto de a repetição ser assumida explicitamente pelo narrador de Para Sempre:

> "/.../é uma tarde de Agosto, parada de calor, como já disse e não há mal em repetir."(p.98).

Observação que vai ser, ela mesma, repetida mais adiante:

> "/.../ tenho de ir primeiro fechar as janelas lá de cima, já o disse, mas não há mal em repetir."(p.207).

É que a repetição (e o ritmo) imanente ao tempo, imanente à vida, é também a génese da projecção de uma possível transcendência em relação à vida e ao tempo:

"Porque o que se repete cria o sem fim e a eternidade." (p.250).

Esta afirmação, de evidente cariz auto-explicativo, parece lançada um pouco ao acaso, a meio de uma das páginas do romance, mas poderia ser a sua epígrafe ou a sua conclusão.

A experiência fictiva do tempo que Para Sempre nos faz viver é a de escutar e interiorizar um ritmo obsessivo, uma repetição incessante (ver,atrás, III,4.2.) de processos narrativos, de construções sintácticas, de palavras, de sons, de acontecimentos. Repetição geradora de um movimento quase hipnótico (o ritmo é, aliás, uma das formas de indução da hipnose...), que leva à situação irreal de parar o tempo, de ver o tempo de fora do tempo, a vida de fora da vida. Imóveis. Uma imobilização produzida pelo movimento, numa ilusão do mesmo tipo da que se produz quando, fazendo girar com velocidade um disco com as cores do espectro solar, só vemos o branco, uma cor que lá não está. O Tempo como vivência é, para o homem, uma ilusão semelhante a essa "ilusão de óptica": é o que fica como impressão vivida, real, de um conjunto de experiências de que o tempo não faz parte.

"Ficção vivida" (ver a citação de B.Pottier transcrita em III,4.1.), o presente projecta-se para a "experiência fictiva" da eternidade, em Para Sempre.

Na situação-limite de (quase) póstumo a si próprio

> "Cheguei. Vou ser póstumo a tudo o que já fui." (p.267),

Paulo, que já se vê fora da vida e do tempo, embora ainda dentro deles, sente-se transportado ao alto da montanha, de onde da vida se vê a vida. A casa - símbolo do presente- face à montanha - símbolo da eternidade. A varanda da casa, ainda no presente mas já suspenso, está Paulo, o homem prestes a cumprir o seu destino de ser mortal, mas só ele capaz de criar, pela linguagem, o instante e a eternidade.

> "La question la plus grave qui puisse poser ce livre est de savoir jusqu'à quel point une réflexion philosophique sur la narrativité et le temps peut aider à penser ensemble l'éternité et la mort." (P.Ricoeur, 1983, p.129).(18)

Não, "este livro" a que se refere Paul Ricoeur não é Para Sempre, de Vergílio Ferreira, que, suponho, nunca leu. Paul Ricoeur fala do seu próprio livro, Temps et Récit. É à sua própria reflexão filosófica sobre o tempo e a narração que alude. A reflexão filosófica que Vergílio Ferreira condensa em Para Sempre é em tudo idêntica, mas consegue ir

mais além, ao configurar-se numa ficção romanesca. Porque enquanto reflexão filosófica é um projecto e enquanto romance é uma realização desse projecto.

Realização de um projecto que está subjacente à totalidade da obra de Vergílio Ferreira. Para Sempre culmina todo um percurso teórico e poético, todo um percurso romanesco. Culmina-o e configura-o: só assim se explica que Eduardo Lourenço, ao sintetizar esse percurso numa avaliação geral da obra de Vergílio Ferreira, tenha traçado, alguns anos antes da publicação de Para Sempre, o que pode ser considerado uma bela síntese ("avant la lettre") deste romance :

> "Entre dois silêncios, o silêncio iluminado da infância e o silêncio resignado e ainda expectante do fim, se inscreve a mais interrogante aventura romanesca nossa contemporânea."(E. Lourenço (1979) 1982, pp. 387/388).

O silêncio. A procura da palavra. A aventura de escrever romances. Ou a aventura de existir.

Depois de ter destruído, pedra por pedra, o monumento ao Tempo que era o romance do sec. XIX, o romancis-

ta moderno escavou ainda o próprio alicerce dessa construção - a linguagem.

Nesses labirintos subterrâneos da memória dos séculos - a linguagem - se move Vergílio Ferreira em Para Sempre. E neles faz soar com rara beleza o eco ritmado e fundamental do tempo na narração e da narração no tempo.

Eco que consegue ouvir - e fazer ouvir - por trás do ruído ensurdecedor do "falatar moderno" e do ruído abafado e persistente de tudo o que foi dito (escrito) ao longo dos séculos - "/.../os biliões de palavras enlatadas nos livros"(p. 192). Por sob todo esse ruído, a procura da palavra essencial, da palavra intemporal: "/.../a intemporalidade é em nós uma voz obsessiva e que deve ter por isso uma razão de ser." (Arte Tempo, p. 37).

Eco que chega até nós, leitores de Para Sempre, como um ritmo na eternidade. O passado, "transfigurado em legenda"(Para Sempre, p.36) imobiliza-se em eternidade no "instante perfeito da totalidade presente"(Aparição, p. 254). Esse presente " que não é nunca"(Aparição, p.135). Que não é nunca ou que é sempre. Para sempre.

N O T A S

1. Destaco estas afirmações de um excerto de Aparição (pp. 154-155) que foi já transcrito atrás, em 3.3.

2. Parcialmente retomado em B.Pottier, 1987a, p. 163.

3. Cf. B.Pottier, 1974, p. 188 e p. 322.

4. Retomado em B.Pottier, 1987a, p. 26.

5. O que é explicitado longamente na lição desse "professor de linguística (ou filosofia)":

> "Filosofia, política, religião, relações vul gares humanas, mesmo a arte quando mais discur siva, tudo é uma rede formal de ilusão e de vazio." (p. 198);
>
> "Ninguém pode sair das fronteiras da língua, a objectividade da razão está na rede que uma língua teceu. /.../ a quase totalidade dos problemas filosóficos são problemas sem fun damento, problemas feitos de palavras a que nada

corresponde." (p.197).

Fica-nos a sensação de que este professor de linguística (ou filosofia) era um leitor de Wittgenstein (ver,atrás, I Parte, 1.3.3.). Aliás, surgira já num outro passo do romance esta interpelação, tão wittgensteiniana:

> " Oh,não penses. Olha apenas."(p. 44).

6. Cito Confissões pela tradução portuguesa de J.Oliveira Santos e A.Ambrósio de Pina, Porto, Livraria Apostolado de Imprensa, 11ª edição.

7. A situação-limite de solidão vivida por Paulo é a solidão da velhice agudizada pela viuvez. A importância que nessa situação assume a viuvez é marcada desde a página inicial do romance: a primeira referência à mulher - Sandra - torna evidente uma separação: "Aqui estou. /.../ Lá ficou."(p.9). O irremediável desta separação é para Paulo um sentimento obsessivo que se traduz nas repetições posteriores de "Lá ficou.":

> "e lá ficou. Era uma citadina.Lá ficou. Deves ouvir agora o tráfego na cova, uma poeirada de ruído às revoadas por cima. Com a memória da cidade que continua. Lá ficou."(p. 24)

"Lá ficou." soa como um refrão tristíssimo, um "nunca mais" com ressonâncias de ritmo fúnebre. A intensa saudade de Sandra é a emoção mais fortemente presente no romance, uma emoção violenta e contida, que se expande e se domina. Tão próxima e sempre tão distante, a figura de Sandra atravessa todo o romance, como atravessa toda a vida de Paulo:

"Sandra /.../ atravessas-me a vida para o passado e para o futuro."(p. 49);

"Como é que tu estavas tanto na passagem de mim à vida?" (p. 289).

Embora o meu intuito seja o de sublinhar o lugar que ocupa Para Sempre entre os mais conseguidos "romances do Tempo" ("Zeitromane", na expressão de Thomas Mann), não tenho dúvida em reconhecer que figuraria igualmente bem numa escolha dos mais sentidos "romances de amor". Sandra, envolta num halo de distância e inacessibilidade, é a mais fascinante das personagens femininas criadas por Vergílio Ferreira. Fascínio a que sucumbiu o seu próprio criador: " E Sandra levanta-se-me como a imagem perfeita de uma sedução encantada. Sandra da minha invenção, do meu apelo absoluto no absoluto da juventude, flor aérea do meu deslumbramento. /.../ Saudade de nunca, Sandra morta antes de nascer, Sandra ríspida, linda e infantil./.../Sandra, Sandra. Invenção da minha agonia. /.../ Sandra do meu tormento, da minha pacificação. Sandra que nunca foste, do que nunca fui. Até sempre." (Conta-Corrente 4, p. 483). Não é Paulo que fala, é Vergílio Ferreira, no seu diário. E mesmo em Para Sempre, quando a "voz" é a de Paulo, há momentos em que a "voz" do narrador-autor fala mais alto que a do narrador-personagem:

" Subitamente - querida Sandra. /.../ Vou fazer-te existir na intensidade absoluta da beleza, na eternidade do teu sorriso. Vou fazer-te existir na realidade da minha palavra. Da minha imaginação." (p. 60).

Com mais clareza ainda se evidencia esta sobreposição da "voz" do autor no comentário que faz Paulo(?) depois de ter evocado a sua noite de núpcias com Sandra :

> "Tão ridículo,eu sei. Esta ficção que eu invento e a minha entrega absoluta ao que inventei."(p. 211).

8. É nítida a reminiscência do poema de Pessoa (ortónimo)"Ela canta, pobre ceifeira/.../", em que também a voz de uma mulher que trabalha no campo se eleva no ar - "Ondula como um canto de ave/ No ar limpo como um limiar"- e desperta no poeta uma emoção - "Ouvi-la alegra e entristece/ Na sua voz há o campo e a lida,/ E canta como se tivesse/ Mais razões para cantar que a vida." -, emoção que desencadeia um estado de devaneio intelectual que ele tenta prolongar: "Ah, canta, canta sem razão!/"O que em mim sente está pensando.". Todos estes tópicos são também glosados por Vergílio Ferreira a propósito da camponesa cujo canto pontua e induz a narração, em Para Sempre. (Cito o poema de F. Pessoa pelo Vol. I de Obra Poética e em Prosa, Porto, Lello e Irmão, 1986).

9. Um processo que podemos aproximar do "paralítico" na técnica cinematográfica. Uma tentativa de adaptação ao cinema de Para Sempre implicaria sem dúvida o recurso quer ao "paralítico" quer à desfocagem de imagens.

10. Nos estudos críticos sobre a obra de Vergílio Ferreira abundam as referências a "temas obsessivos" (cf. E. Lourenço (1977), 1982), a "obsessões verbais", "predilecções vocabulares"(cf. O. Lopes (1977), 1982, pp.486-487).

11. Já antes (ver II,1.,nota 18) sublinhei o facto de os mecanismos criados para medir o tempo utilizarem o ritmo, a periodicidade elementar.

12. Nos dois interessantes capítulos que G. Bachelard consagra à simbologia da casa, na sua obra La Poétique de l'Espace (capítulos II e II), encontramos muitas observações que se coadunam com a importância simbólica que a casa assume em Para Sempre; escolho duas, como exemplo: "Une sorte d'attraction d'images concentre les images autour de la maison."(G. Bachelard (1957),1967, p.23); "/.../nous sommes très surpris si nous rentrons dans la vieille maison, après des décades d'odyssée, que les gestes les plus fins, les gestes premiers soient soudain vivants, toujours parfaits. /.../La maison natale est plus qu'un corps de logis, elle est un corps de songes."(ibidem, pp.32-33).

13. Ver a definição de cronótopo proposta por M.Bakhtine ((1975) 1978, pp.237-238), que foi já antes transcrita em III, 2.3.

14. Cf. alguns traços marcantes da simbologia da montanha tal como estão consignados no Dictionnaire des Symboles de J. Chevalier e A. Gheerbrant: "En tant qu'elle est haute, verticale, élevée, rapprochée du ciel, elle participe du symbolisme de la transcendance. /.../La montagne exprime aussi les notions de stabilité, d'immutabilité, parfois aussi de pureté."(J. Chevalier e A.Gheerbrant (1969),1974, entrada Montagne).

15. Óscar Lopes avalia este desdobramento do protagonista de Para Sempre como "/.../ a mais bem conseguida projecção de um alter ego intro-e-extrospectivo da ficção portuguesa, trata-

se de uma espécie de Doppelganger, em diálogo com o protagonista ao longo de todo o eixo do tempo, que põe em questão a relação topológica-de-exclusão entre a vida e a morte, entre a narração e a narrativa, entre o autor e a obra, entre a individualidade inefável e os seus duplos dialécticos, que são uma pessoa civil e uma persona literária."(O. Lopes (1984),1988, p.XXXIX).

16. Compromete a coerência do "ponto de vista" narrativo, mas está em total coerência, a um nível mais profundo, com a vivência fictiva da eternidade que Para Sempre (re)produz: Paulo já se sente "fora do tempo da vida" (p.175), "póstumo" (p.267) a si próprio. Este estatuto, no entanto, não faz parte do "código" narrativo da obra, como acontece, por exemplo, em Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis. Brás Cubas começa o relato das suas Memórias contando, na 1ª pessoa, o seu próprio óbito e funeral. O leitor não estranha o facto dado que numa nota inicial que lhe é dirigida ("Ao Leitor"), Brás Cubas já declarara, nesse tom jocoso-melancólico que se manterá em todo o romance, serem as suas Memórias "obra de finado", escusando-se, no entanto, a explicar como conseguira escrevê-las: "Evito contar o processo extraordinário que empreguei na composição destas Memórias, trabalhadas cá no outro mundo." (Machado de Assis, Obras Completas, I vol., Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1962, p.511).

Memórias Póstumas de Brás Cubas é também um "Zeitroman", em que o autor procura recriar a experiência fictiva da eternidade: no seu célebre "delírio", Brás Cubas sente-se conduzido à origem do Tempo e vê o desfilar dos séculos num turbilhão (há talvez reminiscências deste delírio no cap. IV de Para Sempre). Estar "fora da vida", ver-se como "outro", ser "póstumo" a si próprio, são traços comuns às experiências

fictivas de Paulo e de Brás Cubas. Mas na situação de Paulo há uma ambiguidade intencional e trágica, potencializada pelas próprias incoerências da "focalização": Paulo está fora da vida e do tempo, mas ainda dentro deles, preso ao seu instante. Sente-se "póstumo a tudo o que já foi"(p.267), mas ainda está vivo. E sofre.

17. E. Prado Coelho diz que "/.../ a força de Para Sempre vem de repetir com a evidência da primeira vez." (E. P.Coelho, 1984, p.4). Está certo. Mas não chega. Na forma como a repetição surge em Para Sempre, à "evidência da primeira vez" liga-se a consciência das muitas vezes, a maturidade criativa que encontra no próprio repetir um meio de renovação. Ser diferente sendo igual mais uma vez, numa resposta possível à seguinte "chamada de atenção" que óscar Lopes faz a Vergílio Ferreira numa crítica a Cântico Final: "Em arte, para se ser concretamente o mesmo, tem de se ser bastante diferente de cada vez."(O. Lopes, 1985b, p.75). Mas se Para Sempre contraria de forma eloquente este princípio, também ilustra bem, por outro lado, o que óscar Lopes afirmara linhas antes, no mesmo texto:"Para sair da repetição tautológica é preciso que cada eu-personagem de romance seja uma história, um curso irreversível de momentos que podem não estar dispostos por ordem cronológica /.../ mas têm de ser, pelo menos, momentos de um ritmo narrativo com um tempo específico /.../." (ibidem, p.75).

18. Sublinhado por mim.

C O N C L U S Ã O

"De todos os erros possíveis, o maior não o cometi - justamente o de não correr o risco de errar."

(Vergílio Ferreira, Conta-Corrente)

Conclusão

Gostaria de poder tornar audível, na Conclusão, um eco dos principais tópicos que foram focados na Introdução. Nesse sentido, retomo, no limiar da Conclusão, a citação de B. Pottier a que aludi ao iniciar a Introdução: "Nous pensons que la Linguistique contemportaine n'accorde pas assez de place à la mémoire. Elle est cependant à la base du concept de langue, de lexicalisation de séquences de discours, de connotation, etc. Elle permet de rappeler le "passé" dans le présent de parole, inversant ainsi le sentiment de passage de tout présent dans le passé."(B. Pottier, 1980a, p.23).

Espero ter conseguido, no conjunto do meu trabalho, como me propunha, ilustrar a pertinência desta afirmação

que foquei no seu início e desenvolvê-la no sentido de tornar claro que B. Pottier não chega a nomear o fenómeno linguístico que mais directamente se liga à memória: a narração. Implicitamente presente, a referência à narração fica anónima no "etc." que termina o segundo período e que abre, justamente, para uma afirmação final que define, em poucas palavras, o essencial do fenómeno narrativo: "Elle permet de rappeler le "passé" dans le présent de parole, inversant ainsi le sentiment de passage de tout présent dans le passé.". Não é, a meu ver, irrelevante - muito pelo contrário - o facto de "passé", na primeira ocorrência, estar entre aspas; as aspas indicam-nos que B. Pottier usa "passé" num sentido amplo que creio ser possível aproximar do que, nas suas análises do sistema verbal, designa como "inactuel": o que a memória permite trazer ao "présent de parole" é tudo o que é inactual(1), isto é, o que não é presente e/ou o que não é real. Neste segundo caso, chama-se-lhe (à memória) imaginação. São nomes com que se designa a linguagem, actividade humana em que se corporiza a possibilidade de trazer ao presente o que está ausente, de fazer emergir no mundo real um número potencialmente infinito de mundos possíveis.

A reflexão sobre a deixis - um fenómeno fundamental no funcionamento da linguagem - permitiu-me comprovar a inseparabilidade entre a memória e a imaginação. De um ponto de vista linguístico, a narração e a ficção (que

conjuguei na noção comum de evocação) documentam a utilização dos mesmos recursos formais da língua, relevam da possibilidade de transposição fictiva do marco de referência enunciativo.

Tentei evidenciar que esta possibilidade de projecção, de transposição fictiva das coordenadas enunciativas geradoras da configuração de um mundo (ver,atrás, I,3.), foi definida e analisada por K. Bühler como característica da modalidade de deixis que denomina "am Phantasma". O sublinhar da importância básica do contributo de Bühler a uma teoria linguística da narração e da ficção integrou-se num intuito global, bem claro em muitos pontos do meu trabalho, de chamar a atenção para a necessidade de uma justa avaliação, e consequente revalorização, do legado teórico de K. Bühler. É que nos poucos casos em que vi reconhecida a operacionalidade da noção de marco de referência transposto ou fictivo para uma abordagem linguística da ficção, a "descoberta" deste conceito operatório era atribuída a A. Culioli, como pode deprender-se, por exemplo, da seguinte afirmação de S. Capello: "/.../une notion de fiction est apparue et est opératoire dans la théorie de l'énonciation d'Antoine Culioli, qui est amené à construire la notion de point de repère-origine fictif/.../."(S. Capello, 1986, p.32). É da mais elementar justiça reconhecer que a construção teórica desta noção remonta a Bühler, como torna patente a análise

pormenorizada e o desenvolvimento que fiz no meu trabalho da noção bühleriana de deixis "am Phantasma", a que preferi chamar deixis fictiva.

Fictivo foi também o termo que propus para designar um dos sub-sistemas que podem opor-se no interior do sistema verbal, com base num critério díctico. Esta distinção, no sistema verbal, de dois sub-sistemas temporais correspondentes a duas formas de referência díctica (ver, atrás, II,2.) representa, a meu ver, um dos casos mais flagrantes de gramaticalização, de inscrição na estrutura das línguas das marcas daquilo que, na Introdução, designei como a sua vocação narrativa.

Lembremos dois dos usos do IMP analisados em capítulos anteriores:

(1) "Era uma vez uma princesa muito bela /.../."

(2) "Eu era o polícia e tu eras o ladrão.",

ambos exemplificativos do facto de o IMP pressupor um marco de referência temporal transposto ou projectado.

São dois tipos de enunciado que nos remetem para a infância, ligados que estão a duas actividades linguísticas caras às crianças: contar e fazer de conta. O uso do IMP, comum aos dois enunciados, atesta a afinidade entre contar e fazer de conta, uma afinidade que se resume, numa perspectiva enunciativa, à possibilidade de projecção das coordenadas

enunciativas (ver, atrás, I,3.). Diz-nos a sabedoria popular que "Quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto.". É uma observação perspicaz que, para além do seu sentido mais óbvio, pode ter um outro, subjacente: contar é com efeito e obrigatoriamente juntar "um ponto" àquilo que se conta - um "ponto" de referência, que é sempre fictivo porque alternativo ao inelutável aqui-agora.

Segundo a interpretação básica e ampla que propus neste trabalho, ficção é justamente, de um ponto de vista enunciativo, a não ancoragem directa na instância real do discurso; esta possibilidade, prevista e consignada na estrutura e funcionamento das categorias gramaticais díc-ticas, é resultado e condição da forma como se processa a construção cognitiva do real através da linguagem, uma construção em que a ficção desempenha um importante papel mediador.

P. Ricoeur chama perspicazmente a atenção para que "Fiction c'est fingere, et fingere c'est faire."(P. Ricoeur, 1986, p.17), mas parece-me incompleta a forma como explora uma etimologia tão sugestiva: "fingere" é realmente fazer, mas um fazer específico que consiste em modelar(²), um fazer cujo resultado é uma "figura"(³). Transpondo para um agir de outro tipo o sentido concreto inerente à sua etimologia, fingir é configurar, é um agir cognitivo que tem a sua expressão por excelência na actividade linguística que é a

narração. A equivalência etimológica entre "fingir" e "configurar" antecipa e explicita as dimensões fictivas da configuração cognitiva do real, do funcionamento da linguagem como "sistema modelizante do mundo". E torna claro que esta bela expressão, cunhada pela escola semiótica russa, precisa de uma pequena(?) alteração: a linguagem só funciona como sistema modelizante do mundo por ser, antes de mais, um sistema modelizante de mundos. Conceber o real sob a forma de "mundo" implica configurá-lo implica, desde logo, a ficção.

Ficção, neste sentido mais amplo, conserva o que é essencial no seu sentido etimológico: modelar, dar forma. Dar forma não só ao que não existe como também ao que existe: poderia (e deveria) alargar-se à totalidade da actividade linguística cognitiva a teoria do "fingimento poético" que Fernando Pessoa soube tão genialmente condensar numa pequena quadra(4).

Radicalizando a opinião de K. Hamburger, para quem a noção de ficção é a pedra angular da definição da literatura(5), proponho que se reconheça que é essa mesma noção de ficção a pedra angular da definição da linguagem.

Tudo o que a linguagem toca (isto é, diz), é afectado pela ficção: é um outro modo de dizer que "as palavras são a morte das coisas", mas com a conotação de que se trata de uma morte feérica, geradora de uma nova vida; de uma vida que é virtualmente eterna porque se pode transmitir,

(re)criando indefinidamente essa cadeia interminável, frágil e forte, em que se entrelaçam a linguagem, a memória, a narração e a ficção e a que pode chamar-se cultura.

Insistir sobre o carácter fictivo e narrativo da configuração e transmissão do conhecimento é reconhecer que há provas sempre presentes, no funcionamento cognitivo da linguagem, da sobrevivência do mito, que H. Blumenberg tem posto em relevo e de que têm aparecido irrupções eloquentes na nossa era pós-moderna (6). H. Blumenberg põe em causa a tradicional demarcação entre mito e razão, negando que o primeiro tenha sido superado pela segunda e defendendo que o mito sobrevive na modernidade como estrutura de "reocupação" subjacente ao próprio trabalho da razão. O mito continua a representar, hoje como nas épocas primitivas, uma forma de reagir contra a pressão e poder absoluto da realidade, contra o que Blumenberg designa como "absolutismo da realidade"(7).

A sobrevivência e importância fundamental da narração (geneticamente ligada com o mito) como actividade linguística fundamental é um argumento poderoso em abono das teses de Blumenberg. E a deixis fictiva, que considerei como dispositivo enunciativo resultante e condicionante da narração, documenta, desde a base, a tentativa de libertação da contingência díctica. Ao falar, como tantas vezes fiz ao longo do meu trabalho, da contingência díctica, apercebo-me de que é esta a forma de um linguista se referir ao "abso-

lutismo da realidade" de que fala Blumenberg.

A construção cognitiva da noção de tempo ilustra, melhor que nenhuma outra, o êxito desta tentativa de libertação. O tempo nasce do presente, um dos férreos pilares do "absolutismo da realidade"(da contingência díctica). Mas o homem, instituindo,pela linguagem, a possibilidade de narrar, criou o passado e, na narração fictiva, alargou as características dessa alternativa ao presente a todo o ausente, real ou irreal. Em alternativa ao agora, e como projecção mimética dele, criou o então.

Neste contexto se insere a afirmação de que o tempo, sendo o efeito semântico profundo que emerge da configuração narrativa, é uma ficção linguística, é a ficção linguística por excelência, resultado, dos mais claros, do esforço de libertação da contingência díctica.

Analisei, em vários pontos do meu trabalho, aspectos do funcionamento dos tempos verbais como reveladores do que me parece ser fundamental na configuração do tempo inscrita na estrutura formal das línguas naturais, a saber: se o tempo linguístico tem carácter díctico - isto é, se se define em função da instituição do presente - tem também, inseparável e complementarmente, carácter narrativo - ou seja, desenvolve-se em função da instituição do passado. Um passado que pode garantir a sua factualidade pela ancoragem directa em relação à instância enunciativa e/ou preservar uma

margem de irrealidade como resultado de uma desinserção fictiva em relação às coordenadas da enunciação. Ser marca do passado e/ou da ficção é uma das principais funções dos tempos verbais, como prova o facto de, na generalidade dos sistemas verbais, haver um maior número de formas para significar "passado" do que para significar "presente" ou "futuro". Esta assimetria formal resultante de um maior peso (de uma maior necessidade de diferenciação) das significações (temporais e/ou modais) ligadas à noção de passado, evidencia uma adequação do sistema verbal às necessidades impostas pela constância (e importância) da narração como actividade verbal; e evidencia também, creio, a estrutura predominantemente narrativa da temporalidade linguística.

O presente é um dado implícito, inerente ao próprio acto de falar; o passado (e o "ausente", em geral) é uma criação explícita. Não existe, como o presente, só porque se fala: é preciso que se fale dele para ele existir. Falar do passado (ou do que se "faz de conta" que é passado) é narrar. Se a instituição do presente é inerente à actividade enunciativa, a instituição do passado é inerente a uma forma particular e peculiar que pode assumir essa actividade: a narração. Pode parecer discutível considerar a narração como inseparável da reconstrução do passado, uma vez que é possível contar o que está a passar-se no presente (relato de futebol, reportagem em directo, etc.) ou o que virá a passar-

se no futuro (profecia, previsão meteorológica, etc.). A meu ver, no entanto, não se trata nestes casos de uma narração no sentido total do termo: há a sequencialidade característica da narração, mas falta uma configuração - a configuração narrativa, que é de carácter temporal, como acentuou P.Ricoeur (ver, atrás, II,0.), e que, a meu ver, se especifica essencialmente como recriação do passado.

Recriar o passado - não só "o passado que foi" mas também o passado que era, que tinha sido, que seria, que teria sido... - é uma das finalidades mais prementes que o sujeito falante procura colmatar usando a linguagem. Como marcas formais dessa finalidade, avultam os dícticos temporais e nomeadamente os tempos verbais, cujo estudo pode efectivamente representar uma via fecunda para a abordagem linguística da narração e da ficção.

A reflexão sobre o tempo como ficção linguística, como realidade muda a que só a narração consegue dar voz, levou-me a considerar o romance, forma literária intrinsecamente ligada ao tempo. Essa análise fez vir à superfície, na III Parte deste trabalho (ver III, 2.), um problema que permanecera silencioso mas estivera sempre presente: o das relações entre tempo e ritmo.

O ritmo é uma dimensão temporal não díctica, pelo que pode parecer que deveria ficar excluído de uma construção teórica assente numa reflexão sobre a deixis

temporal; foi, no entanto, logicamente suscitado, pelo contraste, no âmbito de uma reflexão sobre o que especifica o tempo linguístico em relação a outros possíveis conceitos de tempo e em que ficou claro que o ritmo é inseparável de uma concepção natural do tempo, que é cíclica porque se apoia numa experiência do retorno dos fenómenos naturais (astronómicos ou fisiológicos) (ver II, 2.). A criação do tempo díctico a partir da noção, que lhe é inerente, de marco de referência enunciativo, está no cerne da tentativa de dominar o tempo tornando-o racionalizável e intersubjectivo. Simultaneamente, a possibilidade de transposição fictiva desse marco de referência, na narração, completa a construção linguística da noção de tempo como tripartido e ramificado. A figura circular do retorno substitui-se a configuração linear (aliás plurilinear).

Num movimento compensatório desta substituição, a figura do retorno cíclico tenta libertar-se da sujeição racional e insinua-se nas histórias, nos mitos, nos romances, nas cantilenas, na poesia, na música, na dança..., revelando-se uma dimensão temporal intrínseca às estruturas cognitivas profundas que consegue tornar-se intersubjectiva através de uma forma semiótica que não se restringe à linguagem: a arte.

No caso específico da literatura, a arte da linguagem, o ritmo é uma característica essencial, uma dimensão omnipresente, que extravasa largamente o âmbito da

poesia, como tentei sublinhar apontando a pertinência da consideração do ritmo narrativo. Parece-me claro que um dos denominadores comuns às marcas próprias das funções da linguagem que na literatura encontram a sua realização mais plena - a função poética e aquela que me propus designar como função evocativa (ou narrativa) - é justamente o ritmo.

A análise do romance Para Sempre (ver III,4.) deu-me ocasião de evidenciar uma forma de articulação entre ritmo e tempo em que se juntam de modo indistinguível, potencializando-se mutuamente, uma reflexão racional (filosófica) sobre o tempo e uma intuição artística da poderosa força narrativa do ritmo. Gerador da narração, o ritmo surge, em Para Sempre, como condicionante da configuração temporal que o romance constrói.

A legitimidade de uma integração do estudo das obras literárias no âmbito do estudo da linguagem decorre, natural e essencialmente, da consciência de que o estudo da linguagem poética constitui o horizonte mais vasto em que pode inscrever-se a consideração do problema da referência linguística nos termos em que o procurei tratar, isto é, como forma de referência produtiva. Sendo a linguagem poética uma forma totalizante de linguagem, o seu estudo ajuda o linguista a dar o passo que B. Pottier preconiza, ao afirmar: "Après avoir décrit le spécifique, le distinctif /.../ le linguiste doit parcourir le chemin inverse, complémentaire, pour

rétablir l'équilibre, le tout, et alors il découvre les parallélismes, les similitudes, la convergence, l'harmonie. L'unité de l'Homme apparaît ainsi comme condition d'une explication globale."(B. Pottier, 1980a, p.59).

Um alargamento progressivo, caracterizador do desenvolvimento da linguística, determinou que se fosse passando da palavra à frase, da frase ao texto e do texto ao discurso, como resultado de uma sucessiva evidência de que falar não é só pronunciar palavras, nem só construir frases, nem sequer apenas construir textos, é sobretudo agir sobre o contexto. É preciso dar mais um passo e reconhecer que falar é, mais essencialmente, construir mundos, aceitando assim também como unidade de estudo a obra, o texto entendido como forma de configuração que o torna capaz de projectar um mundo. É este o caminho de abertura da Linguística à ficção, uma vez que "Le monde de la fiction /.../n'est que le monde du texte, une projection du texte comme monde."(P. Ricoeur, 1986, p.17).

Tratando-se de estudar o tempo e a sua configuração na língua, pareceu-me, portanto, necessário, articular o estudo do verbo - "palavra temporal" e núcleo temporal da frase - com a consideração da narração - texto temporal - e a do romance - obra temporal. Partindo da sua característica comum como formas de configuração do tempo na linguagem, procurei, assim, tratar como problema único alguns

aspectos da análise dos tempos verbais, da narração e do romance. Para tentar provar, globalmente, que o tempo (como, aliás, todas as outras noções referenciais que concebemos) não é um dado real, é construído na e pela linguagem.

Sob a aparente diversidade dos temas que abordo no meu trabalho vejo, num relance final pela sua totalidade, uma unidade que me aparece como quase obsessiva: o que centralmente me preocupou foi sempre a caracterização do poder da linguagem, da sua produtividade referencial (ou "excesso referencial", na feliz expressão de óscar Lopes(⁸)).

A dispersão por caminhos vários visou sempre um ponto de chegada bem determinado mas muito difícil de atingir e em direcção ao qual caminhei numa pro-gressão lenta e sinuosa porque pontuada de trans-gressões. Assumo que trans-gredi, com todos os riscos que isso comporta e para os quais nos alerta a própria evolução semântica do termo. Mas, nos percursos que sobem muito, raramente se pode seguir a direito...

Até que ponto tive razão, ao insistir na necessidade de integração da ficção no âmbito da teorização linguística? Até que ponto será possível percorrer, mantendo os pés no "chão" linguístico constituído pelas estruturas formais das línguas, os caminhos vastos e ramificados que nos abre a problemática da ficção? Talvez não seja possível

nunca, para um linguista, passar além da perplexidade que exprime Jonh Searle na afirmação que escolhi como epígrafe do meu trabalho: "It is after all an odd, peculiar and amazing fact about human language that it allows the possibility of fiction at all."(J. Searle, 1979, p.66).

... E, no entanto, ela existe. A ficção é uma realidade evidente, uma daquelas evidências que é preciso "pôr em questão" para conseguir construir teorias. Teorias que são, como a ficção, mais uma manifestação do poder da linguagem, essa construção tão espantosamente perfeita, ou melhor, tão fecundamente imperfeita, sistema finito de possibilidades infinitas, que o Homem criou à sua imagem e semelhança.

N O T A S

1. Analisei, no cap.2 da II Parte, a oposição actual/inactual tal como é entendida por B. Pottier, insistindo em que a noção de actualidade tem, para B. Pottier, um sentido inseparavelmente temporal e modal, implicando, como já o haviam defendido Damourette e Pichon, as noções de presente e de real.

2. Cf. a definição que se encontra no dicionário etimológico do latim de Ernout e Meillet: "fingere: proprement "modeler dans l'argile"/.../; puis "façonner dans toute matière plastique, façonner de la pâte"/.../. Puis par extension /.../"reproduire les traits de, représenter" et "imaginer, feindre inventer". (A. Ernout e A. Meillet (1932), 1959, p.235).

3.Cf., na mesma entrada (fingo-) do Dicionário de Ernout e Meillet que foi citada na nota anterior: "figura (formé avec le sufixe -ura directement sur la racine /.../): proprement "plastique"; d'où figure donnée à une chose, configuration, figure,"(ibidem, p.236).

4. Refiro-me, evidentemente, à primeira quadra (que todos sabemos de cor) da célebre "Autopsicografia", de Fernando Pessoa.

5. Ver K. Hamburger (1957), 1973, passim.

6. Cf.o seguinte excerto de uma síntese sobre o conceito de pós-modernismo feita por óscar Lopes e integrada na mais recente edição da História da Literatura Portuguesa de que é co-autor: "/.../ o alvo de contestação ou, antes, de rejeição expresso pelo prefixo "pós-"é uma certa tradição de modernidade , ou de expectativa optimista em volta do "novo", que se acentua desde o Renascimento, as seiscentistas Querelas dos Antigos e dos Modernos(mormente em França, 1688), culminando com a confiança na Razão e suas Luzes e em sucessivos ideais de emancipação ou de progresso humano. Sob este aspecto, certas manifestações pós-modernistas têm já antecedentes na reabilitação romântica alemã do Mito contra a Razão iluminista/.../."(O.Lopes e A.J.Saraiva,1989, p.1012).

7. Estas breves referências que faço ao pensamento de H. Blumenberg têm como base a leitura do artigo de M. Teresa Cruz "Arte, Mito e Modernidade. Sobre a Metaforologia de Hans Blumenberg"(ver M.T.Cruz,1988); foi ao ler este excelente artigo que pude aperceber-me de que alguns dos pontos de vista que defendo no meu trabalho ganhariam outro alcance se fossem vistos à luz da teoria de H. Blumenberg sobre a sobrevivência do mito; pareceu-me, assim,importante fazer uma alusão final a esta convergência, apesar de não ter ainda podido, no momento em que termino o meu trabalho, ler em primeira mão nenhuma das obras de H. Blumenberg.

8. Ver in O. Lopes,1986, o texto "Como eu gosto deste livro", já citado anteriormente em I, 3. e III, 1..

B I B L I O G R A F I A

N O T A P R É V I A

A actual proliferação de publicações científicas em quase todos os domínios e, de forma notória, no vasto âmbito de assuntos que o meu trabalho toca mais ou menos directamente, inviabiliza a apresentação de uma escolha bibliográfica que possa ser minimamente representativa (e muito menos, é evidente, a elaboração de uma bibliografia exaustiva). Sendo assim, optei pela solução que me pareceu impôr-se: a de incluir nesta Bibliografia apenas as obras que foram citadas no trabalho.

Como julgo ter sido escrupulosa nas indicações bibliográficas inseridas quer no texto quer nas notas e como, por outro lado, não sei nunca resistir ao prazer de citar a palavra daqueles que realmente me influenciam, a resenha bibliográfica que segue, sendo embora restrita às obras

citadas no trabalho, não deixa de ser longa e, com todas as suas lacunas, acaba por ser, à sua maneira, representativa. Se não é representativa de cada um dos temas que nela se cruzam, é representativa do recorte peculiar que o meu próprio percurso desenhou no conjunto desses temas. Neste sentido, creio que a enumeração do conjunto das obras citadas num trabalho corresponde muito mais autenticamente a uma escolha, uma vez que se situa ao nível profundo das opções da leitura e da escrita e não ao nível mais superficial da recolecção de fichas. As máquinas, bem programadas, de qualquer Biblioteca, podem fornecer-nos, cada vez mais eficaz e rapidamente, listas bibliográficas exaustivas; mas não conseguem emitir juízos de valor nem fazer escolhas pessoais... Apostemos na diferença.

Ao chegar ao fim de vários anos de trabalho marcados pela preocupação de "tudo" ler e de "tudo" anotar em fichas - preocupação que tende a tornar-se obsessiva e paralisante durante a elaboração de uma Tese - sinto-me particularmente consciente da necessidade que temos de reagir saudavelmente contra a obsessão da exaustividade bibliográfica. Com tudo o que vertiginosamente se publica hoje em dia, em qualquer domínio, corremos o risco de gastar na tarefa de nos mantermos "a par" todo o tempo e energia de que precisamos para produzir. Vem a propósito lembrar a reflexão que faz E. Auerbach ao terminar essa obra a tantos títulos fascinante

que é Mimesis; depois de explicar que lhe fora impossível consultar e citar bibliografia especializada por ter escrito a obra durante a Guerra, exilado em Istambul, conclui:"Au demeurant, il est bien possible que le livre doive son existence précisément à ce défaut d'une grande bibliotèque spécialisée; si j'avais été en mesure de m'informer de tout ce qui a été publié sur tant de sujets, je n'aurais peut-être jamais pu commencer à l'écrire." (E. Auerbach (1946),1968, p. 553).

Alguns esclarecimentos:

1. A citação é feita pelo nome do autor seguido da data da publicação; nos casos em que a obra é citada ou por uma tradução (ver adiante 3.) ou por uma edição posterior à primeira são indicadas duas datas, figurando entre parêntesis a data da edição original.

2. Quando os trabalhos citados são inéditos, as datas indicadas correspondem ou à data da sua apresentação pública em Congressos ou à data que o autor apôs ao manuscrito. A data da apresentação pública de um trabalho figura também, por vezes (entre parêntesis), mesmo em trabalhos não inéditos: trata-se de casos em que a publicação (em Actas,

nomeadamente) foi feita em data muito posterior à da apresentação dos trabalhos.

3. Uma última palavra para justificar a utilização que faço de traduções, ao citar. Essa utilização impunha-se-me como único recurso no caso de obras originalmente escritas em russo (língua que desconheço totalmente) e que tinha absoluta necessidade de citar (nomeadamente as obras de M. Bakhtine e Y. Lotman). Depois de alguma hesitação, optei também por não citar na língua original as obras de autores alemães; apesar de ter alguns conhecimentos de alemão que me teriam permitido fazer citações nessa língua, houve duas razões principais que me levaram a pender para a decisão contrária:

- em primeiro lugar, o grande número de citações que teriam que figurar em alemão, já que são alemães três dos autores que mais cito - K. Bühler, H. Weinrich e K. Hamburger; pareceu-me que essa abundância de citações em alemão iria comprometer a fluência da leitura do meu trabalho não só para mim própria como também para grande parte dos meus eventuais leitores que, como eu, são romanistas;

- em segundo lugar, existem traduções dignas de toda a confiança das principais obras alemãs que cito (Srachtheorie, de K. Bühler, Tempus, de H. Weinrich e Die Logik der Dichtung, de K. Hamburger): a tradução espanhola da obra de

Bühler, feita por Julián Marías, pode, pela sua qualidade e pela divulgação e prestígio que adquiriu, considerar-se uma obra clássica; a versão inglesa de Die Logik der Dichtung é precedida por uma "Nota Prévia" de K. Hamburger (à época a ensinar nos Estados Unidos) em que a autora se declara responsável não só pela revisão da tradução mas também pelas alterações e refundições introduzidas na edição americana da obra; o mesmo pode dizer-se da tradução francesa de Tempus que foi orientada e revista por H. Weinrich, sendo da responsabilidade do autor as supressões e acrescentos que tornam essa tradução uma obra diferente e individualizada em relação à obra original; no caso de outros textos de H. Weinrich utilizo as traduções disponíveis em espanhol, italiano, francês e português, pois sei que se trata de um romanista que conhece bem todas as línguas românicas e sei também, por experiência própria (traduzi um artigo de H. Weinrich para português), o cuidado com que acompanha e revê as traduções dos seus textos.

LISTA DAS OBRAS CITADAS

ADAM, Jean-Michel

1976a - "Langue et texte: imparfait/passé simple" in Pratiques, nº10.

1976b - "La 'mise en relief' dans le discours narratif" in Le Français Moderne, tome 44, nº 4.

1981 - "Le(s) récit(s) ordinaire(s)" in Cahiers de Linguistique Sociale, Rouen, Université de Haute Normandie.

1984 - Le Récit. Paris, P.U.F.

1985 - Le Texte Narratif, Paris, Nathan.

ALBALADEJO MAYORDOMO, Tomás

1986 - Teoria de los mundos posibles y macroestructura narrativa. Análisis de las novelas cortas de Clarín, Alicante, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Alicante.

ANTINUCCI, Francesco

1974 - "Sulla deissi" in Lingua e Stile, IX, Bologna.

AUERBACH, Erich

(1946), 1968 - Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendlandischen Literatur, Bern, C. A. Francke AG Verlag; tradução francesa Mimésis. La représentation de la réalité dans la littérature occidentale, Paris, Gallimard.

AUWERA, J. van, org.

1980 - The Semantics of Determiners, London/Baltimore, Croom Helm.

BACHELARD, Gaston

1950 - La Dialectique de la Durée, Paris, P.U.F..

(1957)1967 - La Poétique de l'Espace, Paris, P.U.F.

BAKHTINE, Mikhail

(1929), 1977 - Le Marxisme et la Philosophie du Langage, Paris, Les Éditions de Minuit.

(1975), 1978 - Esthétique et Théorie du Roman, Paris, Gallimard.

(1979), 1984 - Esthétique de la création verbale, Paris, Gallimard

BALLY, Charles

(1932), 1965 - Linguistique Générale et Linguistique Française, Berne, Éditions Francke.

(1933), 1969 - "Les notions grammaticales d'absolu et de relatif" in Journal de Psychologie, nº spécial 15 janvier-15 avril 1933; também in J. C. PARIENTE, org., 1969, pp. 190-204.

BANFIELD, Ann

1973 - "Narrative style and the grammar of direct and indirect speech" in Foundations of Language, vol. 10, pp. 1-39; tradução em francês in Change, nº 16-17, 1973.

1982 - Unspeakable Sentences. Narration and representation in the language of fiction, Boston, London, Melbourne and Henley, Routledge and Kegan Paul.

1986 - "L'écriture, la narration et la grammaire du français" in Linguistique et Littérature, Cahiers du Départemewnt des Langues et des Sciences du Langage, nº 2, pp. 3-27, Université de Lausanne.

BARBOZA, Jeronymo Soares

(1822), 1862 - Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral aplicados à nossa linguagem, Lisboa, Typographia da Academia.

BAR-HILLEL, Y.

1954 - "Indexical Expressions" in Mind, nº 63, pp. 359-379.

1971 - "Out of the Pragmactic Wastebasket" in Linguistic Inquiry, nº 11, pp. 401-407.

BARTHES, Roland
1953 - "L'écriture du roman" in Le degré zero de l'écriture, Paris, Seuil.

1966 - "Introduction à l'analyse structurale des récits" in Communications nº 8.

1968 - "L'effet de réel" in Communications nº 11.

BENVENISTE, émile
1966 - Problèmes de Linguistique Générale, I, Paris, Gallimard.

1974 - Problèmes de Linguistique Générale, II, Paris, Gallimard.

BOLÉO, Manuel Paiva
1929 - "Génese do conceito de 'tempo passado' e sua expressão nas línguas românicas"in Biblos, vol.V, Coimbra.

1935 - "Tempos e modos em português. Contribuição para o estudo da sintaxe e da estilística do verbo" in Boletim de Filologia, vol III, 1-2, Lisboa.

1937 - O Perfeito e o Pretérito em português em confronto com as outras línguas românicas, Coimbra, Biblioteca da Universidade.

1973 - "Os valores temporais e modais do futuro imperfeito e do futuro perifrástico em português" in Biblos, vol. XLI, Coimbra.

BOUVERESSE, Jacques
1981 - "Herméneutique et Linguistique" in PARRET,H. e BOUVERESSE,J.,org.,1981, pp.112-153.

BRONCKART, Jean-Paul
1983 - Les sciences du langage: un défi pour l'enseignement?, Unesco, Delachaux et Niestlé.

BüHLER, Karl
(1934),1979 - Sprachtheorie, Jena, Gustav Fisher; tradução espanhola Teoria del Lenguaje,3ª ed.,Madrid,Alianza Editorial.

BULL, William
1960 - Time,Tense and the Verb. A study in theoretical and applied linguistics with particular

attention to spanish, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

BURKS, A.
1949 - "Icon, index and symbol" in Philosophy and Phenomeno-Logical Research, IX, pp.673-689.

CAMPOS, Mª Henriqueta Costa
1984 - "Pretérito perfeito simples/pretérito perfeito composto: uma oposição aspectual e temporal" in Letras Soltas, nº2, Universidade Nova de Lisboa.

CAMPS, Victoria
1976 - Pragmática del lenguaje y filosofía analítica, Barcelona, Ediciones Península.

CAPELLO, Sergio
1986 - "L'imparfait de fiction" in LE GOFFIC, P.,org.,1986, pp.31-41.

CARVALHO, José G. Herculano
1967 - Teoria da Linguagem, Tomo I, Coimbra, Atlântida Editora.

1969 - Estudos Linguísticos, 2º vol., Coimbra, Atlântida Editora.

1973 - Teoria da Linguagem, Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora.

1976 - "Systems of deictics in Portuguese" in SCHMIDT-RADEFELDT,J.,org.,1976, pp.245-266.Reproduzido em CARVALHO, J.H.,1984,pp.51-75.

1983 - "Temps et aspect: problèmes généraux et leur incidence en portugais, français et russe" in Arquivos do Centro Cultural Português, vol XIX, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. Reproduzido em CARVALHO,J.H., 1984, pp.199-246.

1984 - Estudos Linguísticos, 3º vol., Coimbra, Coimbra Editora.

CELLA, Claudino
1978 - Système verbal français et système verbal portugais, Metz, Centre d'Analyse Syntaxique de l'Université de Metz.

CHABROL, Claude, org.,
1973 - Sémiotique narrative et textuelle, Paris, Larousse.

CHARAUDEAU, Patrick
1983 - Langage et discours. Éléments de sémiolinguistique, Paris, Hachette.

CHATMAN, Seymour,org.
1971 - Literary Style: a Symposium, London e New York, Oxford University Press.

CHEVALIER,J. e GHEERBRANT,A.
(1969)1973 - Dictionnaire des Symboles. Mytes, Rêves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres, 4 vols., Paris, Seghers e Jupiter.

CINQUE, Guglielmo
1980 - "Sulla deissi linguistica" in Lingua e Stile, vol. XI, Bologna.

COELHO, Eduardo Prado
1980 - "Signo Sinal ou a resistência do invisível" in Colóquio/Letras nº 54, Março, pp.60-64.

1984 - "A propósito de prémios (fragmentos de um discurso mundano)" in Jornal das Letras, 3 de Abril, pp. 3-4.

COELHO, Jacinto Prado
1976 - Ao contrário de Penélope, Lisboa, Livraria Bertrand.

COMRIE, Bernard
1985 - Tense, Cambridge, Cambridge University Press.

1986 - "Tense and time reference: from meaning to interpretation in the chronological structure of a text" in Journal of Literary Semantics, Vol.XV, nº1, pp.12-22.

CONSOLI, Silla
1979 - "Le récit du psychotique" in KRISTEVA, J.,org., 1979,pp.36-76.

CONTE, Maria-Elisabeth
1981 - "Deissi testuale ed anafora" in Sull'anafora. Atti del Seminario Accademia della Crusca,

Firenze, pp.37-54.

1984 - "Deixis am Phantasma. Una forma di referimento nei testi" in Linguistica Testuale. Atti del XV Congresso Internazionale di Studi, Roma, Bulzoni.

COSERIU, Eugenio
(1956),1967 - "Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar" in Romanistisches Jahrbuch, VII, pp.29-54. Reproduzido em COSERIU, E.,1967, pp.282-323.

1967 - Teoría del Lenguaje y Lingüística General, Madrid, Gredos.

1976 - Das romanische Verbalsystem, Tübingen, TBL Verlag Gunther Narr.

1977 - El Hombre y su Lenguaje, Madrid, Gredos.

1980 - "Aspect verbal ou aspects verbaux? - Quelques questions de théorie et de méthode" in J. DAVID e R. MARTIN, orgs., 1980, pp. 13-25.

CRISTóVÃO, Fernando
(1972),1986 - Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar,3ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

CRUZ, Maria Teresa
1988 - "Arte, Mito e Modernidade. Sobre a Metaforologia de Hans Blumenberg" in Revista de Comunicação e Linguagens, nº 6/7, Lisboa.

CUNHA, Celso Ferreira
(1972),1980 - Gramática da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Fename, Ministério da Educação e Cultura,7ª ed..

CULIOLI, Antoine
1978 - "Valeurs modales et opérations énonciatives" in Le Français Moderne, Tome 46, nº4.

1980 - "Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: l'aoristique" in J. DAVID e R. MARTIN, orgs.,1980, pp.181-193.

DAMOURETTE, J. e PICHON, E.
1936 - Des Mots à la Pensée. Essai de Grammaire de la Langue Française, t. V, Paris, d'Artey.

DAVID, J. e MARTIN, R., orgs.
1980 - La notion d'aspect, Paris, Klincksieck.

DAVIES, P.C.W.
1977 - Space and Time in the modern universe, Cambridge, Cambridge University Press.

DEELY, Jonh N.
1986 - "Iberian fingerprints on the doctrine of signs" in Miscelânea em honra de Herculano de Carvalho (no prelo).

DELEDALLE, Gérard
1978 - Ch. S. Peirce - Écrits sur le signe (Introduction et Commentaire), Paris, Seuil.

DIAS, A. Epifânio da Silva
1918 - Sintaxe Histórica Portuguesa, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

DIJK, Teun A. van
1973 - "Grammaires textuelles et structures narratives" in CHABROL, Cl., org., 1973, pp. 177-207.

1976, org. - Pragmatics of Language and Literature, Amsterdam-Oxford-New York, North Holland/American Elsevier.

ECO, Umberto
(1973), 1975 - Il Segno, Milán, ISEDI; tradução portuguesa O Signo, Lisboa, Editorial Presença.

(1984), s/d - Postille a "Il Nome della Rosa", Bompiani, Sonzogno, Grupo Editoriale Fabbri; tradução portuguesa Porquê "O Nome da Rosa", Lisboa, Difel.

EGGER, E.
1854 - Apollonius Dyscole. Essai sur l'histoire des théories grammaticales dans l'antiquité, Paris.

ERNOUT, A. e MEILLET, A.
(1932), 1959 - Dictionnaire étymologique de la labgue latine. Histoire des mots, Paris, Klincksieck.

FAYOL, Michel
1985 - Le récit et sa construction. Une approche de psychologie cognitive, Neuchâtel-Paris, Delachaux et Niestlé.

FILLMORE, Charles
1966 - "Deictic categories in the semantic of come" in Foundations of Language, nº2, pp.219-227).

1975 - Santa cruz Lectures on Deixis, Indiana University Linguistics Club.

1982 - "Towards a descriptive framework for spacial deixis" in JARVELLA,R. e KLEIN,W., orgs., 1982, pp.31-59.

FONSECA, Fernanda Irene
1970 - Para o estudo dos valores do conjuntivo em português moderno, dissertação de licenciatura (mimeografada), Coimbra.

1977,(1984) - "Para o estudo das relações de tempo no verbo em português", comunicação apresentada ao XV Colóquio Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Rio de Janeiro. Publicado in Boletim de Filologia, Tomo XXIX, pp.405-420, Lisboa.

1979 - "Compétence linguistique et compétence communicative dans l'enseignement des langues", comunicação ao Colóquio Langues et Coopération Européenne, Conselho da Europa, Estrasburgo (texto inédito).

(1980),1983 - "Subjonctif et Impératif en portugais - une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE", comunicação ao XVI Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Palma de Maiorca. Publicado na Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas, II série, vol. I, pp. 237-245, Porto.

1982 - "O Perfeito e o Pretérito e a teoria dos níveis de enunciação" in Biblos, vol. LVIII, pp. 75-98, Coimbra.

(1983),1984 - "Deixis et anaphore temporelle en portugais", comunicação ao XVII Congresso Inter-

nacional de Linguística e Filologia Românicas, Aix-en-Provence. Publicado nas Actes do referido Congresso (Vol. nº 4, pp.379-393) e também na Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas, II série, volume II, pp. 277-292, Porto.

1984 - "Pédagogie de la langue maternelle: "retour à l'écrit"?", comunicação apresentada ao V Congrès International de Linguistique Appliquée, Bruxelas (texto inédito).

(1985), 1986 - "Competência narrativa e ensino da língua materna", comunicação ao Colóquio sobre Teoria do Texto, Évora. Publicado em Palavras, Revista da Associação de Professores de Português, nº 9, pp.6-10.

1986a - "Vergílio Ferreira: a Palavra, sempre e para sempre - conhecer poético e teoria da linguagem", comunicação ao Colóquio sobre Teoria da Linguagem/ Teoria da Literatura, Évora. Publicado na Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas, II série, volume III, pp. 7-30, Porto.

1986b - "Para uma pedagogia integrada da Língua e da Literatura", comunicação ao Encontro sobre o Ensino e a Aprendizagem da Literatura Portuguesa, Universidade do Minho, Braga, (a publicar nas respectivas Actas).

1987a - "Ensino da língua materna: do objecto aos objectivos", comunicação ao Congresso nacional para a Investigação e Ensino do Português, Lisboa. Publicado em Língua Materna - Percursos, pp.21-30, Porto, Escola Superior de Educação do Porto.

1987b - "Referência, 'translação de referência' e 'excesso referencial' - uma leitura do 'excesso' em dois textos de óscar Lopes", comunicação ao Congresso em homenagem a Oscar Lopes da Associação Portuguesa de Linguistas, Porto. Publicado na Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas, II série, volume IV, pp. 137-149, Porto.

1989 - "Conta-Corrente: a história de uma aventura romanesca" em Anthropos, Revista de documen-

tación científica de la cultura, nº101 (número monográfico sobre Vergílio Ferreira), Barcelona.

FREI, Henri
1944 - "Systèmes de déictiques" in Acta Linguistica, vol. IV, pp. 111-129.

FRYE, Northrop
(1957),1973 - Anatomy of Criticism. Four Essays, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

FUCHS,Catherine e LE GOFFIC, Pierre
1975 - Initiation aux problèmes des linguistiques contemporaines, Paris, Hachette.

FUCHS, Catherine e LÉONARD, Anne-Marie
1979 - Vers une théorie des aspects, Paris,La Haye, New York, Mouton.

FUCHS, Catherine
1980a - Paraphrase et théories du langage, thése de doctorat, Université de Paris VII, Département de Recherches Linguistiques.

1980b - "Quelques réfléxions sur le statut linguistique des sujets énonciateurs et de l'énonciation" in JOLY, A., org., 1980, pp. 143-152.

1981 - "Les problématiques énonciatives: essai d'une présentation historique et critique" in DRLAV, nº 25, Centre de Recherches de l'Université de Paris VIII, pp.35-60.

1986 - "L'ambiguité et la paraphrase en psychomécanique. L'exemple de l'imparfait"in LE GOFFIC, P.,org., 1986, pp.43-54.

GARDIES, Jean-Louis
1975 - La Logique du Temps, Paris, Presses Universitaires de France.

GARDINER. Alan
1932 - The Theory of Speech and Language, Oxford, Clarendon Press.

GENETTE, Gérard
1972 - Figures III, Paris, Seuil.

1983 - Nouveau discours du récit, Paris, Seuil.

GENOT, Gérard
1979 - "Narrativity and Text Grammar" in PETÖFI,J., org., 1979, pp.524-539.

GIL, Fernando
1984 - Mimesis e Negação, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GODINHO, Hélder, org.
1982 - Estudos sobre Vergílio Ferreira, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GOODMAN, Nelson
1968 - Languages of Art. An approach to a theory of symbols, New York, The Bobbs-Merril Company.

GRANGER, Gaston-Gilles
(1968)1988 - Essai d'une philosophie du style, Paris, Armand Colin; 2éme ed.,revue et corrigé, Paris, Éditions Odile Jacob.

GREIMAS,A.J. e COURTèS,J.
1979 - Sémiotique.Dictionnaire raisoné de la théorie du langage, Paris, Hachette.

GUILLAUME, Gustave
1929 - Temps et Verbe. Théorie des aspects, des modes et des temps, Paris, Librairie Honoré Champion.

HAGèGE, Claude
1985 - L'Homme de Paroles. Contribution linguistique aux sciences humaines, Paris, Fayard.

HAMBURGER, Kate
(1957)1973 - Die Logik der Dichtung, Stuttgart, Ernst Klett Verlag; tradução em inglês, The Logic of Literature, Indiana University Press.

HAMMON, Philippe
1971 - ""Le Horla" de Guy de Maupassant. Essai de description structurale" in Littérature, nº 4, pp.31-43, Paris.

1973 - "Qu'est-ce qu'une description" in Poétique, nº12, Paris.

HANSSON, Bernard
1974 - "A program for pragmatics" in STENLAND,S.,

org., 1974.

HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro
1935 - "En busca del verso puro" in Miscelanea de estudios literários, históricos y filosóficos, Homenaje a Enrique José Varona en el cinquentenario de su primer curso de filosofia, Havana, Secretaria de Educación - Dirección de Cultura.

HENRY, Albert
1954 - "L'Imparfait est-il un temps?" in Mélanges Charles Bruneau, Genève.

HINDS, Jonh e GUNDEL, Jeanette
1985 - "Introduction: special issue on 'shared knowledge'" in Journal of Pragmatics, vol9, nº1, Amsterdam, North-Holland.

HOUWELING, Frans
1986 - "Deictic and anaphoric Tense Morphemes" in LO CASCIO, V. e VET, C., orgs., 1986.

IMBS, Paul
1960 - L'emploi des temps verbaux en français moderne. Essai de grammaire descriptive, Paris, Klincksieck.

JACOB, André
1967 - Temps et Langage, Paris, Armand Colin.

JACQUES, Francis
1979 - Dialogiques. Recherches logiques sur le dialogue, Paris, Presses Universitaires de France.

JAKOBSON
1963 - Essais de Linguistique Générale, Paris, Les Éditions de Minuit.

JANET, Pierre
1929 - L'évolution de la mémoire et de la notion de temps, 3 volumes, Paris, Alhahine.

JARVELLA, Robert e KLEIN, Wolfgang, orgs.
1982 - Speech, place and action. Studies in deixis and related topics, New York, Jonh Wiley and Sons Ltd.

JEAN, Georges
1971 - Le Roman, Paris, Seuil.

JESPERSEN, Otto
1921 - Language, its nature, development and origin, London, Georges Allen and Unwin.

1931 - A modern english grammar on historical principles, Part IV - Time and Tense, Heidelberg.

JOLY, André, org.
1980 - La psychomécanique et les théories de l'énonciation, Lille, Presses Universitaires de Lille.

JOLY, André e HIRTLE, Walter, orgs.
1980 - Langage et Psychomécanique du Langage. Pour Roch Valin, Lille, Presses Universitaires de Lille.

KARTUNNEN, Lauri
1971 - "Discourse Referents", texto mimeografado, Indiana, Indiana University Linguistics Club.

KEENAN. E.L.. org.
1975 - Formal semantics of natural language, Cambridge, Cambridge University Press.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine
1980 - L'énonciation. De la subjectivité dans le langage, Paris, Armand Colin.

1986 - L'Implicite, Paris, Armand Colin.

KERMODE, Frank
1979 - The Genesis of Secrecy. On the interpretation of narrative, Cambridge - Massachussets, London, Harvard University Press.

KLIBANSKY, R.,org.
1968 - Contemporary Philosophy, vol.I, Firenze, La Nuova Italia Editrice.

KLUM, Arne
1961 - Verbe et Adverbe. Étude sur le système verbal indicatif et sur le système de certains adverbes de temps à la lumière des relations verbo-adverbiales dans la prose du français contemporain, Stockholm, Almqvist & Wiksell.

KRISTEVA, Julia
(1969)1981 - Le langage, cet inconnu, Paris, Seuil; reproduzido na col. Points, nº 125, Paris, Seuil.

1970 - Le Texte du Roman, The Hague, Mouton.

1977 - Polylogue, Paris, Seuil.

1979, org. - Folle Vérité, Paris, Seuil.

KRISTEVA, Julia et alii, orgs.
1975 - Langue, Discours, Société. Pour émile Benveniste, Paris, Seuil.

KURODA, S.-Y.
1974 - "On Grammar and Narration" in ROHRER,Ch. e RUWET,N., orgs., 1974, pp. 165-173.

1975 - "Réfléxions sur les fondements de la théorie de la narration" in KRISTEVA, J. et alii, orgs., pp. 260-293; versão inglesa in DIJK, T.van, org.,1976, pp.108-139.

1979 - Au quatre coins de la linguistique, Paris, Seuil.

LE GOFFIC, Pierre
1986 - "Que l'imparfait n'est pas un temps du passé" in LE GOFFIC,P.,org.,1986, pp.55-69.

1986, org. - Points de vue sur l'imparfait, Caen, Centre d'Études Linguistiques de l'Université de Caen.

LEAL, Isabel Paraíso de
1976 - Teoría del ritmo de le prosa, Barcelona, Editorial Planeta.

LEPECKI, Maria Lúcia
1986 - "Sobretudo, o diálogo", Prefácio a LOPES,O., 1986, pp.10-16.

LEVINSON, Stephen
1983 - Pragmatics, Cambridge, Cambridge University Press.

LIND, Georg Rudolf
1986 - "Constantes na obra narrativa de Vergílio Ferreira" in Colóquio-Letras, nº 90.

LO CASCIO, Vicenzo e VET, Co, orgs.
1986 - Temporal Structure in Sentence and Discourse, Dordrecht/Riverton, Foris Publications.

LO CASCIO, Vicenzo
1986 - "Temporal Deixis and Anaphor in Sentence and Text: Finding a Reference Time" in LO CASCIO,V. e VET,C., orgs.,1986.

LOPES, óscar
1971 - Gramática Simbólica do Português, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

1977 - "Topologias da deixis em português", comunicação apresentada ao XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Rio de Janeiro (texto inédito).

(1977),1982 - Comunicação ao "Colóquio-Homenagem a Vergílio Ferreira" (Porto, Maio/Junho 1977)reproduzida in GODINHO,H., org.,1982, pp.481-497.

1981 - Uma Espécie de Música (Eugénio de Andrade), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

(1983),1985 - "Algumas particularidades do Português, e especialmente do Português europeu, que importam à teoria semântica linguística universal" in Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, pp.85-104. Também reproduzido in LOPES, O.,1986, pp.107-134.

(1984),1988 - "Parecer" sobre Para Sempre na acta do Juri para a atribuição do Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, in Loreto 13; parcialmente reproduzido na "Introdução" a Para Sempre, Lisboa, Círculo de Leitores, p.XXXIX.

1985a - "Para um conceito díctico de presente e de presença", comunicação apresentada ao Colóquio sobre Teoria do Texto, évora (inédito).

1985b - Os Sinais e os Sentidos, Lisboa, Editorial Caminho.

1986 - Uma Arte de Música e Outros Ensaios, Porto, Oficina Musical.

1988 - "Última Lição" in Letras e Letras, nº1, pp.23-25.

1989 - "Construções concessivas. Algumas reflexões formais lógico-pragmáticas", comunicação ao XIX Congresso Iternacional de Linguística e Filologia Românicas, Santiago de Compostela (inédito).

LOPES, O. e SARAIVA, A.J.
1989 - História da Literatura Portuguesa, 15ª edição, corrigida e actualizada, Porto, Porto Editora.

LOTMAN, Iouri
(1970), 1973 - La structure du texte artistique, Paris, Gallimard.

LOURENÇO, Eduardo
1969 - "Acerca de Mudança", Prefácio à 3ª edição de FERREIRA, Vergílio, Mudança, Lisboa, Portugália Editora, pp. IX-XXVII.

(1977) 1982 - "Mito e obsessão na obra de Vergílio Ferreira", comunicação ao "Colóquio-Homenagem a Vergílio Ferreira" (Porto, Maio/Junho 1977) reproduzida in GODINHO, H., org., 1982, pp.381-388.

LOZANO, J., PEÑA-MARÍN, C. e ABRIL, G.
1982 - Análisis del Discurso. Hacia una semiótica de la interacción textual, Madrid, Ediciones Cátedra.

LYONS, Jonh
1975 - "Deixis as the source of reference" in KEENAN, E.L., org., pp.61-83.

1977 - Semantics, vol.1 e 2, Cambridge, Cambridge University Press.

1979 - "Deixis and anaphora" in MEYERS, T., org., 1979, pp.88-103.

1982 - "Deixis and Subjectivity: loquor, ergo sum?" in JARVELLA, R. e KLEIN, W., orgs., 1982, pp.101-124.

MAINGUENEAU, Dominique
1981 - Approche de l'énonciation en linguistique française, Paris, Hachette

MALINOWSKY, Bronislaw
(1923),1966 - "The Problem of Meaning in Primitive Languages" in OGDEN e RICHARDS (1923),1966, pp.296-336.

MARTIN, Robert
1971 - Temps et Aspect. Essai sur l'emploi des temps narratifs en moyen français, Paris, Klincksieck.

1983 - Pour une Logique du Sens, Paris, P.U.F..

MATEUS,M.H., BRITO,A.M., DUARTE,I. e FARIA,I.H.

1983 - Gramática da Língua Portuguesa - elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual., Coimbra, Almedina.

MESCHONNIC, Henri
1970 - Pour la Poétique, Paris, Gallimard.

1973 - Préface a LOTMAN,I.,(1970),1973.

1982 - Critique du Rythme, Paris, Verdier.

MEYERHOFF, Hans
(1968),1976 - Time in Literature, Berkeley, University of California Press; tradução em português O Tempo na Literatura, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil.

MILNER, Jean-Claude
1978a - L'amour de la langue, Paris, Seuil.

1978b - De la syntaxe à l'interprétation, Paris, Seuil.

MONTAGUE, R.
1968 - "Pragmatics" in KLIBANSKY, R.,org.,1968, pp.102-122.

MORRIS, Charles
(1938),1971 - Writings on the general theory of signs, The Hague/Paris, Mouton.

MOSCOVICI, Serge
1972 - La société contre-nature, Paris, Union Générale d'Éditions.

MEYERS, Terry, org.
1979 - The development of Conversation and Discourse, Edinbourg, Edinbourg University Press.

OGDEN, C. K. e RICHARDS, I.A.
(1923), 1966 - The Meaning of Meaning, London, Routledge and Kegan Paul, Ltd.

ONIMUS, Jean
1954 - "L'expression du temps dans le roman contemporain" in Revue de Littérature Comparée, jul-sept 1954.

OLIVEIRA, Fátima
1985 - "Alguns aspectos semânticos e pragmáticos do pretérito imperfeito" in Miscelânea em honra de Herculano de Carvalho (no prelo).

van OVERBEKE, Maurice
1980 - "Analyse de l'énonciation" in PARRET, H., org., 1980, pp.389-486.

PARIENTE, Jean-Claude, org.
1969 - Essais sur le langage, Paris, Les éditions de Minuit.

PARRET, Herman
1980, org. - Le Langage en Contexte. Études philosophiques et linguistiques de pragmatique, Amsterdam, Jonh Benjamins B.V..

1980 - "Demonstratives and the I-sayer" in AUWERA, J. van, org., 1980, pp.96-111.

1986 - "Tempo, espaço e atores: a pragmática do desenvolvimento" in Cadernos de estudos Linguísticos, nº 10, Universidade de Campinas, pp.17-38.

PARRET, H. e BOUVERESSE, J., orgs.
1981 - Meaning and Understanding, Berlin/New York, Walter de Gruyter.

PASCAL, Roy
1962 - "Tense and Novel" in Modern Language Revue, vol. LVII, nº1.

PAVEL, Thomas
1988 - Univers de la Fiction, Paris, Seuil.

PEARS, David
(1971)1973 - Wittgenstein, London, Collins; tradução espanhola, Wittgenstein, Barcelona, Ediciones Grijalbo,S.A..

PEIRCE, Charles S.
1978 - écrits sur le Signe, rassemblés, traduits et commentés par G. DELEDALLE. Paris, Seuil.

PETÖFI, J. e FRANCK, D., orgs.
1973 - Presuppositions in Philosophy and Linguistics, Frankfurt, Athenaum Verlag.

PICARDI, Eva
1976 - "Note sulla Logica di Port-Royal" in Lingua e Stile, Vol. XI, Bologna.

PICHON, Édouard
1935-36 - "Temps et Idiome. La voie linguistique d'exploration du problème psychologique du temps" in Recherches Philosophiques, t. V, Paris.

POHL, Jacques
1967 - "Imparfaits et Indiens. Témoignage de la fiction dans le langage des enfants" in Le Langage et l'Homme, nº5, Bruxelles, pp. 127-136.

POTTIER, Bernard
1962 - Systématique des éléments de relation. Étude de morphosyntaxe structurale romane, Paris, Klincksieck.

1967 - Présentation de la Linguistique. Fondements d'une théorie, Paris, Klincksieck.

1974 - Linguistique Générale. Théorie et descrption, Paris, Klincksieck.

1976 - "Sur la formulation des modalités en linguistique" in Langages, nº 43, Paris.

1979 - "Sémantique et topologie" in Festschrift Kurt Baldinger, Tübingen, pp.3-8.

1980a - "Guillaume et le Tao: l'avant et l'après, le yang et le yin" in JOLY,A. e HIRTLE,W.,orgs., 1980,pp. 19-61.

1980b - "Temps et Espace" in Travaux de Linguistique et de Littérature Romanes, vol. 18, nº1, Strasbourg, pp.31-42.

1980c - "Essai de synthèse sur l'aspect" in DAVID, J. e MARTIN, R., orgs., 1980, pp.239-246.

1985 - "Pour une grammaire à base sémantique" in Philologica Hispaniensia, in Honorem Manuel Alvar, II, Linguística, Madrid, Gredos, pp.557-566.

1986 - "Le 'vague' en sémantique" in Quaderni di Semantica, vol. VII, nº 2.

1987a - "Linguistique et intelligence artificielle" in Langages, nº 87, Paris.

1987b - Théorie et analyse en linguistique, Paris, Hachette.

PRINCE, Gerald

1982 - Narratology. The form and functioning of narrative, Berlin/ new York/ Amsterdam, Mouton Publishers.

1986 - "Ouvertures dans La Nausée" in Études Sartriennes II-III, Cahiers de Sémiotique Textuelle, 5-6, Université de Paris X, pp.55-65.

QUENEAU, Raymond

(1950),1965 - Bâtons, chiffres et lettres, Paris, Gallimard.

RAMíREZ MOLAS, Pedro

1978 - Tiempo y Narración. Enfoques de la temporalidad en Borges, Carpentier, Cortázar y García Marquez, Madrid, Gredos.

RAUH, Gisa,

1983,org. - Essays on Deixis, Tübingen, Gunter Narr Verlag.

1983 - "Aspects of deixis" in RAUH, G.,org.,1983, pp.9-60.

1983 - "Tenses as deictic categories. An analysis of english and german tenses" in RAUH,G.,org., 1983, pp.229-275.

RECANATI, François
1979a - La transparence et l'énonciation. Pour introduire à la pragmatique, Paris, Seuil.

1979b - "Présentation" in Langue Française nº 42, pp.3-5.

REICHENBACH, Hans
1956 - The Direction of Time, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina
1987 - Dicionário de Narratologia, Coimbra, Livraria Almedina.

REYES, Graciela
1984 - Polifonía Textual.La citación en el relato literario, Madrid, Gredos.

1988 - "Tiempo, modo, aspecto y intertextualidad: el verbo en función citativa"(inédito).

RICARDOU, Jean
1967 - Problèmes du nouveau roman, Paris, Seuil.

1973 - Le nouveau roman, Paris, Seuil.

RICARDOU,J. e van ROSSUM-GUYON, F., orgs.
1972 - Nouveau Roman: hier, aujourd'hui, 2 vols., Publication du Centre Culturel de Cerisy-la-Salle, Paris, Union Générale d'Éditions.

RICOEUR, Paul
1972 - "La métaphore et le problème central de l'herméneutique" in Revue de Philosiphie de Louvain, vol.70. pp.93-112.

1975 - La Métaphore Vive, Paris, Seuil.

(1976)1987 - Interpretation Theory: Discourse and the surplus of meaning, Texas Christian University Press; tradução portuguesa Teoria da Interpretação.O discurso e o excesso de significação, Lisboa, Edições 70.

1980 - "Pour une théorie du discours narratif" in TIFFENEAU,D.,org.,1980, pp.3-68.

1983 - Temps et Récit, Tome I, Paris, Seuil.

1984 - Temps et Récit, Tome II - La configuration dns le récit de fiction, Paris, Seuil.

1985 - Temps et Récit, Tome III - Le temps raconté, Paris, Seuil.

1986 - Du Texte A l'Action. Essais d'Herméneutique II, Paris, Seuil.

ROBBE-GRILLET, Alain
1986 - "Sartre et le nouveau roman" in Études Sartriennes II-III, Cahiers de Sémiotique Textuelle nº 5-6, Université de Paris X, pp.67-75.

ROHRER, Christian
1983 " Pour une sémantique du texte: la théorie des représentations discursives illustrée à l'aide du plus-que-parfait et du passé antérieur" in Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, vol. nº1, Aix-en-Provence.

1986 - "Indirect Discourse and 'Consecutio Temporum'" in LO CASCIO, V. e VET, C.,orgs.,1986.

ROHRER,C. e RUWET,N.,orgs.
1974 - Actes du Colloque Franco-Allemand de Grammaire Transformationelle, II vol. - ètudes de Sémantique et autres, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

ROMEO, Luigi
1979 - "Pedro da Fonseca in Renaissance Semiotics: a segmented history of footnotes" in Ars Semeiotica, II, 2, Amsterdam, Jonh Benjamins, pp.187-204.

van ROSSUM-GUYON, Françoise
1970 - Critique du Roman. Essai sur "La Modification" de Michel Butor, Paris, Gallimard.

1972 - "Le Nouveau Roman comme critique du roman" in RICARDOU,J. e van ROSSUM-GUYON,F.,orgs,1972, I vol. pp.215-254.

RUSSEL, Bertrand
(1925)1966 - The A B C of Relativity, London, Georges Allen and Unwin; tradução em português A

B C da Relatividade, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SANTAMARINA, Antonio
1974 - El Verbo Gallego, Anexo 4 de Verba, Anuario Galego de Filoloxia, Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago.

SARTRE, Jean-Paul
(1947)1973 - Situations, I. Essais Critiques, Paris, Gallimard.

SCHMIDT, Siegfried
(1973)1977 - Textheorie, München, Wilhelm Fink Verlag; tradução espanhola Teoría del Texto, Madrid, Cátedra.

SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen
1970 - Paul Valéry Linguiste dans les Cahiers, Paris, Klincksieck.

1976,org. - Readings in Portuguese Linguistics, Amsterdam, North Holland Publishing Company.

1979,org. - Poétique et communication: Paul Valéry, Paris, Klincksieck.

SEABRA, José Augusto
1985 - "A Semiótica em Portugal" in Cadernos do Centro de Estudos Semióticos e Literários, nº1, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp.9-17.

SEARLE, Jonh
1969 - Speech Acts. An Essay in the Philosiphy of Language, Cambridge, Cambridge University Press.

1979 - Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts, Cambridge, Cambridge University Press.

SEBEOK, Thomas
1985 - "Origin of language" in Miscelânea em honra de Herculano de Carvalho (no prelo).

SECHEHAYE, Albert
1906 - "L'Imparfait du Subjonctif et ses concurrents dans les hypothétiques normales en fran-

çais" in Romanischen Forschungen, XIX, 2, pp.319-406.

SEIXO, Maria Alzira
(1968)1987 - Para um estudo da expressão do tempo no romance português contemporâneo, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos; 2ª edição: Lisboa, Imprensa Nacional-Casada Moeda.

1976 - "Prefácio" a BENVENISTE, E., O Homem na Linguagem, Col. Práticas de Leitura, Lisboa, Arcádia.

1977 - Discursos do texto, Lisboa, Livraria Bertrand.

1978 - "Romance, narrativa e texto. Notas para a definição de um percurso" in Categorias da Narrativa, Lisboa, Vega.

SILVA, Vítor M. Aguiar e
1982 - Teoria da Literatura, Coimbra, Almedina, 4ª edição (1ª edição-1967).

SIMONIN-GRUMBACH, Jenny
1975 - " Pour une typologie des discours" in KRISTEVA, J. et alii, orgs., 1975, pp. 85-121.

1984 - "De la necessité de distinguer énonciateur et locuteur dans une théorie énonciative" in DRLAV, nº 30, Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, pp.55-62.

STANZEL, F. K.
(1979)1984 - A Theory of Narrative, Cambridge, Cambridge University Press.

STENLAND, S., org.
1974 - Logical Theory and Semantic Analysis, Dordrecht, Reidel.

STRAWSON, Peter F.
(1950)1973 - "On Referring" in Mind, nº 59; reproduzido in PETÖFI, J. e FRANCK, D., orgs., 1973, pp.193-220.

TAMIR, Noami
1976 - "Personal narrative and its linguistics foundation" in P T L: A Journal for Descriptive Poetics and Theory of Literature, vol.1, Tel-

Aviv/Amsterdam, pp.403-429.

TESNIÈRE, Lucien
(1959)1965 - Éléments de Syntaxe Structurale, Paris, Klincksieck.

TIFFENEAU, Dorian, org.
1980 - La Narrativité, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique.

TODOROV, Tzvetan
1977 - Théories du Symbole, Paris, Seuil.

VET, Co
1980 - Temps, aspects et adverbes de temps en français contemporain, Genève, Librairie Droz.

VICO, Giambattista
(1774)1977 - La Scienza Nuova, Biblioteca Universale Rizzoli, Milano, Rizzoli Editore.

VOUGA, Vera Lúcia
1987a - " Almada Negreiros,"Saltimbancos": de outro texto, outra leitura" in Actas do I Simpósio Interdisciplinar de Estudos portugueses-Dinensões da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa, Lisboa.

1987b - "Do Verso: aproximações (Arte verbal infantil)" in Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas, II série, vol. IV, Porto, pp.75-92.

VUILLAUME, Marcel
1983 - "Grammaire temporelle des récits de fiction" in Semantikos, vol. 7, nº 1.

WARNANT, Léon
1966 - "Moi, j'etais le papa..." im Mélanges Grévisse, Gembloux, Duculot, pp.343-366

WEINRICH, Harald
(1964)1973 - Tempus. Besprochene und erzahlte Welt, Stuttgart, Kohlhammer; tradução francesa Le Temps. Le récit et le commentaire, Paris, Seuil.

1970 - "Structures narratives du mythe" in Poétique, nº 1, pp.25-34.

1971 - "The textual function of the french article"

in CHATMAN, S., org., 1971, pp.221-240.

(1974)1976 - Linguistik der Lüge, Heidelberg, Lambert Schneider; tradução italiana Metafora e menzogna: la serenitá dell'arte, Bologna, Il Mulino.

(1976)1981 - Sprache in Texten, Stuttgart, Ernst Klett; tradução espanhola Lenguaje en Textos, Madrid, Gredos.

(1976)1978 - "Für eine Grammatik mit Augen und Öhren, Hände und Füssen - am Beispiel des Präpositionem", Opladen, Rheinisch-Westfalische Akademie der Wissenschaften, Vortrage G 217; tradução francesa " Pour une grammaire à forme humaine. A propos des prépositions de l'allemand" in Linguistique et Sémiologie (Travaux du Centre de recherches linguistiques et sémiologiques de Lyon), nº 5, pp.101-136.

1978 - " Antrpologia delle preposizioni italiane" in Studi di Grammatica Italiana, vol.VII, Firenze, Accademia della Crusca.

1979 - "Les temps et les personnes" in Poétique nº 39, Paris, pp.338-352.

(1979)1983 - "Von der Langweile des Sprachunterrichts" in Spracharbeit,nº 2, Goethe Institut, München; tradução em espanhol "En torno al aburrimiento de las clases de lenguas" in Anuario de Letras Modernas, vol. I, Universidad Nacional de México, pp. 165-183.

1984 - "No princípio era a narração" in Runa, Revista Portuguesa de Estudos germanísticos, nº 2, Coimbra, pp.127-141.

1985 - "Linguagem e Ciência" in ICALP, Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, nº 2-3, Lisboa.

1986 - "Análise textual dos demonstrativos em português" in Miscelânea em honra de Herculano de Carvalho (no prelo).

WITTGENSTEIN, Ludwig

(1921)1961 - Tractatus Logico-philosophicus, tradução francesa, Paris, Gallimard.

(1953)1958 - Philosophische Untersuchungen, tradução inglesa Philosophical Investigations, Oxford, Basil Blackwell.

1958 - The Blue and Brown Books (preliminary studies for the Philosophical Investigations), Oxford, Basil Blackwell.

ZILBERBERG, Claude

1981 - "Alors! Raconte!" in Documents de Recherche du Groupe de Recherches Sémio-linguistiques de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, III,30, Paris, C N R S.

OBRAS DE VERGÍLIO FERREIRA ANALISADAS E/OU CITADAS

ROMANCES:

Mudança, 3ª edição, Lisboa, Portugália Editora, 1969.

Aparição, Lisboa, Portugália Editora, s/d, (1959).

Apelo da Noite, Lisboa, Portugália Editora, s/d (1963).

Cântico Final, Lisboa, Editora Ulisseia, 1960.

Alegria Breve, 5ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981.

Nítido Nulo, Lisboa, Portugália Editora, s/d (1971).

Rápida, a sombra, Lisboa, Arcádia, 1975.

Signo Sinal, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979.

Para Sempre, 2ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1984.

Até ao Fim, Lisboa, Bertrand Editora, 1987.

ENSAIOS:

Da Fenomenologia a Sartre, Prefácio à tradução O Existencialimo é um Humanismo, de J.-P. Sartre, 4ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1978, pp. 11-201.

Questionação a Foulcault e a algum estruturalismo, Prefácio à tradução As Palavras e as Coisas, de M. Foucault, Lisboa, Portugália Editora, 1968, pp. XXI-LV.

Espaco do Invisível I, Lisboa, Portugália Editora, s/d (1965).

Invocação ao meu Corpo, Lisboa, Portugália Editora, 1969.

Arte Tempo. Lisboa, Rolim, s/d (1988).

DIARIO:

Conta-Corrente 1, 2ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981.

Conta-Corrente 2, 2ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981.

Conta-Corrente 3, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983.

Conta-Corrente 4, Lisboa, Bertrand Editora, 1986.

Conta-Corrente 5, Lisboa, Bertrand Editora, 1987.

ÍNDICE

PREFACIO pag.6

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do tema pag.19
2. Questões de estilo pag.50

Notas pag.62

PRIMEIRA PARTE - DEIXIS E TEORIA DA ENUNCIAÇÃO

0. Considerações introdutórias pag.73

CAP.1 - Deixis e Semiologia. Dimensões enunciativo-pragmáticas do sinal e da significação

1.1. A tradição semiológica no estudo da linguagem pag.81

1.2. Da mostração gestual à mostração linguística pag.87

1.3. Representar e apresentar pag.92

1.4. Estatuto semiológico dos deícticos pag.95

Notas pag.103

CAP.2 - Perspectivas de abordagem da deixis: um percurso

2.1. Origens pag.114

2.2. K. Bühler pag.117

2.3. Algumas abordagens lógico-filosóficas...pag.132

2.3.1. Ch. Peirce pag.132

2.3.2. De Russell a Montague pag.135

2.3.3. óscar Lopes pag.139

2.3.4. De Wittgenstein à Filosofia Analítica pag.141

2.4. Algumas abordagens linguísticas pag.147

2.4.1. O. Jespersen pag.152

2.4.2. Ch. Bally pag.154

2.4.3. H. Frei pag.155

2.4.4. B. Pottier pag.157

2.4.5. M. Bakhtine pag.160

2.4.6. E. Coseriu pag.161

2.4.7. J. Herculano de Carvalho pag.163

2.4.8. R. Jakobson e E. Benveniste pag.166

2.4.9. H. Weinrich e K. Hamburger pag.171

2.4.10. J. Lyons e Ch. Fillmore pag.177

2.5. A concluir pag.184

Notas pag.185

CAP.3. - Deixis fictiva ou narrativa. Ramificação deíctica e produtividade referencial

3.1. Dependência contextual e transposição fictiva pag.209

3.2. Deixis "am Phantasma": mostração "in absentia"? pag.215

3.3. Mostração e referência pag.226

3.4. Deixis fictiva ou narrativa. Evocação, narração, ficção pag.232

Notas .....pag. 241

SEGUNDA PARTE - TEMPO, TEMPOS VERBAIS E NARRAÇÃO

0. Considerações introdutórias pag.251

CAP.1 - A natureza deíctica do tempo linguístico

1.1. Tempo, movimento, momento pag.260

1.2. Tempo objectivo, subjectivo e intersubjectivo pag.263

1.3. Especificidade do tempo linguístico....pag.270

1.4. Deixis temporal e tempos verbais.....pag.275

Notas pag.282

CAP.2 - No quadro de uma abordagem Linguística da narração e da ficção: o Imperfeito e o sub-sistema temporal fictivo

2.1. Deixis e anáfora temporal: aproximação à noção de deixis temporal fictiva.....pag.290

2.2. A oposição actual/inactual e seus antecedentes históricos pag.295

2.3. Valores modais e ramificação temporal.....pag.305

2.4. No cruzamento entre passado e ficção.....pag.321

Notas pag.325

CAP.3 - Da deixis temporal à tipologia enunciativa. O modo de enunciação narrativo

3.1. Deixis temporal e modos de enunciação: "tempos do discurso" e "tempos da narração" pag.337

3.2. A "libertação dos recursos da situação" como característica do modo de enunciação narrativo ou evocativo.....pag.345

3.3. "Efeito de real" e "efeito de irreal: ainda a articulação entre o Pretérito

Perfeito e o Imperfeito na narração....pag.351

Notas pag.365

TERCEIRA PARTE - O ROMANCE COMO PESQUISA SOBRE O TEMPO E A NARRAÇÃO

0. Considerações introdutórias pag.373

CAP.1 - Na intersecção entre Linguística e Literatura pag.378

Notas pag.398

CAP.2 - Romance e configuração temporal pag.402

Notas pag.426

CAP.3 - Um percurso teórico e poético de questionação do tempo e da narração: o de Vergílio Ferreira pag.431

Notas pag.464

CAP.4 - PARA SEMPRE: um ritmo de eternidade pag.474

Notas pag.519

CONCLUSÃO pag.526

Notas pag.542

BIBLIOGRAFIA

Nota Prévia pag.544

Lista das obras citadas pag.550

Lista das obras de Vergílio Ferreira analisadas e/ou citadas pag.576